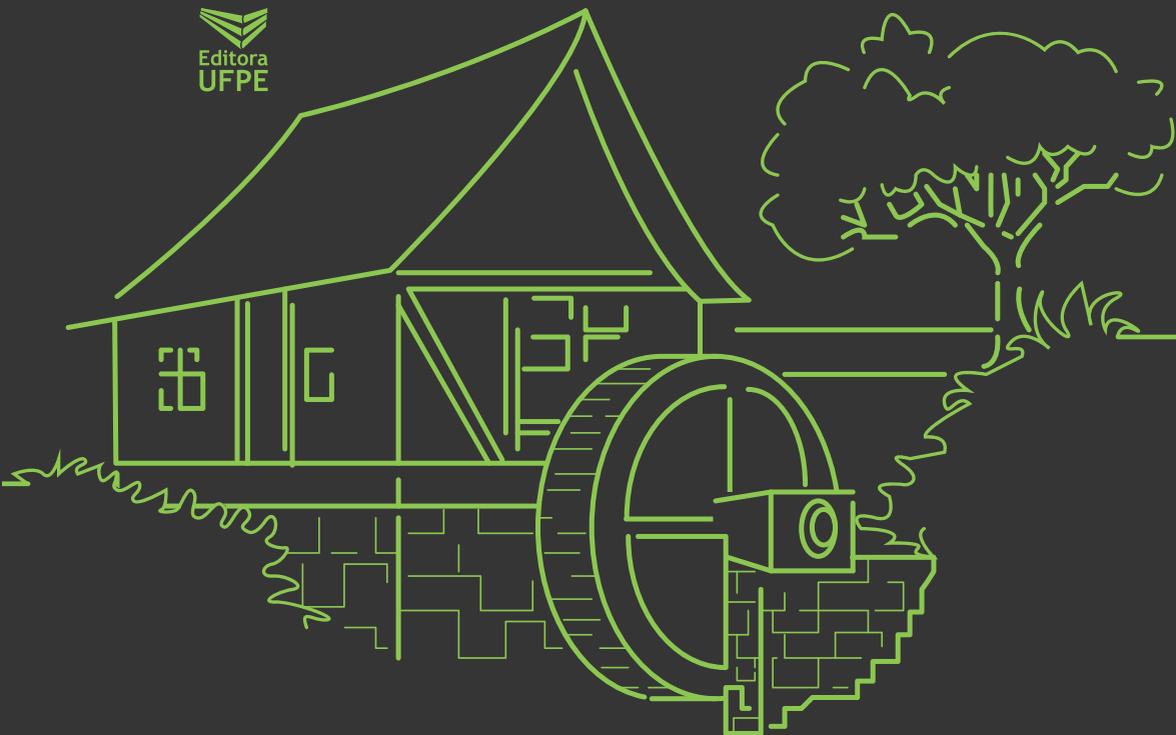



Editora
UFPE



ARQUEOLOGIA de ENGENHOS

Organizadores

Cláudia Oliveira

Neuvânia Cutti Guethi

Scott J Allen

Volume 1
Paisagens e Pessoas

ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS

Volume 1 – Paisagens e Pessoas

Organizadores
Cláudia Oliveira
Neuvânia Cutti Guethi
Scott J Allen

ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS

Volume 1 – Paisagens e Pessoas



Recife 2017

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

A772 Arqueologia de engenhos, volume 1 : paisagens e pessoas /
organizadores : Cláudia Oliveira, Neuvânia Curty Guetti,
Scott Allen. – Recife : Editora UFPE, 2017.
253 p. : il.

Vários autores.
Inclui referências.
ISBN 978-85-415-1167-4

1. Arqueologia e história. 2. Engenhos – Pernambuco
– História. 3. Usinas de açúcar – Pernambuco – História. 4.
Arqueologia social – Pernambuco. 5. Patrimônio cultural –
Pernambuco. I. Oliveira, Cláudia (Org.). II. Guetti, Neuvânia Curty
(Org.). III. Allen, Scot Joseph (Org.).

930.1

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-105)

SUMÁRIO

Apresentação	7
UMA MODERNIDADE PLURAL: Sacaricultura e Engenhos em Pernambuco e na China Qing	
<i>Christine Rufino Dabat</i>	11
NOTAS SOBRE EL PRIMER TRAPICHE EN VERACRUZ: Trapiche Tneapa – Tuxtla, Siglo XVI	
<i>Pedro Jiménez Lara</i>	35
BAHIA DE TODOS OS ENGENHOS	
<i>Carlos Etchevarne</i>	49
MALUNGUINHO E OS QUILOMBOLAS DA ZONA DA MATA NORTE, 1820-1835	
<i>Marcus J. M. de Carvalho</i>	69
AS DOENÇAS DOS ESCRAVOS NOS ENGENHOS DURANTE O PERÍODO COLONIAL	
<i>Carlos Alberto Cunha Miranda</i>	87
ENGENHOS DE AÇÚCAR NA CARTOGRAFIA COLONIAL DO SÉCULO XVI E XVII	
<i>Profa. Bartira Ferraz Barbosa</i>	
<i>Prof. José Luis Ruiz-Peinado Alonso</i>	107
O CAMINHO DA VÁRZEA DO CAPIBARIBE: O Engenho do Meio e sua paisagem arqueológica, Recife-PE	
<i>Luiz Severino da Silva Jr.</i>	127
PAISAGEM CULTURAL FLUVIAL DA COTINGUIBA (SERGIPE – BRASIL)	
<i>Miriam Cazzetta</i>	163
O GALEÃO SACRAMENTO E A ROTA DO AÇÚCAR: Por uma arqueologia da paisagem	
<i>Beatriz Brito de Ferreira Bandeira</i>	187
RESUMOS: Conferências e Palestras	203
RESUMOS: Paisagens construídas e pessoas	237

APRESENTAÇÃO

No mês de setembro do ano de dois mil e quinze foi realizado, como um grande desafio, o *I Simpósio Internacional Arqueologia de Engenhos*, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco. Esta proposta teve por objetivo congrega, divulgar e ampliar o conhecimento e a produção acadêmica sobre a temática da Arqueologia de Engenhos, considerada um campo de estudo interdisciplinar.

Tudo começou com um convite para a nossa participação no II Colóquio: *La caña de azúcar: dinámicas sociales y espaciales ayer y hoy*, ocorrido em Córdoba, Veracruz, em outubro de 2015, sendo organizado pela Universidad Veracruzana, no México. Este convite incentivou as pesquisas no Engenho Jaguaribe e a ideia de realizar um pequeno evento para a comunidade local, o qual se transformou em um evento internacional.

Assim, o *I Simpósio Internacional Arqueologia de Engenhos* foi pensado enquanto um momento para se analisar e discutir os espaços físicos e o universo social dos Engenhos. Neste sentido, foi utilizado um conceito mais amplo de engenho, sendo incluído não apenas o engenho de produção do açúcar, mas todas as atividades produtivas que interligam as técnicas produtivas e as relações de produção, tais como o café, o fubá, a farinha e, entre outras, o transporte.

Além disso, paralelo ao evento *I Simpósio Internacional Arqueologia de Engenhos*, foi realizado também o *I Seminário Arqueologia e Patrimônio Cultural de Pernambuco* com o objetivo de criar um espaço onde os pesquisadores do Estado pudessem refletir as teorias e os procedimentos metodológicos nos diversos campos da pesquisa arqueológica. Procurou-se, portanto, estabelecer estratégias de pesquisa, gestão e divulgação do patrimônio arqueológico e cultural para a comunidade científica e para o público em geral. Neste contexto, apresentaram-se, com destaque, as pesquisas que estão sendo desenvolvidas no litoral Norte, em particular no município de Abreu e Lima, onde o evento foi levado até comunidade local, e foram discutidas as propostas para a preservação e conservação dos sítios arqueológicos do município, ocorrendo uma visita técnica às escavações do Engenho Jaguaribe.

A realização do simpósio fomentou o intercâmbio de reflexões teórico-metodológicas sobre as práticas do cotidiano e da vivência cul-

tural nos engenhos, lançando um olhar mais crítico sobre estas dinâmicas. Essas questões foram tratadas a partir de três eixos temáticos: 1) Paisagens e Pessoas; 2) Tecnologias, Produção e Consumo e, 3) Políticas e Estratégias de Preservação e Conservação; tendo a Arqueologia como disciplina aglutinadora desses olhares. Sendo, as pesquisas e discussões associadas aos dois eventos, *I Simpósio Internacional Arqueologia de Engenhos* e *I Seminário Arqueologia e Patrimônio Cultural de Pernambuco*, organizados nos eixos temáticos o mote para a publicação desta série de três livros.

No primeiro ponto, *Paisagens e Pessoas*, foram incluídos os estudos sobre a paisagem a partir da perspectiva da Arqueologia Histórica, a qual, nas últimas décadas, encontra-se aliada particularmente aos estudos de centros urbanos e propriedades rurais. Assim, a proposta do estudo da paisagem no contexto de engenhos, permite interpretar seu papel desde, por exemplo, a consolidação de vastas regiões e territórios até o significado da entrada de uma senzala. As pessoas e as construções dos engenhos se articulam e se desafiam, uma vez estruturando relações sociais, outra se tornando agentes no conflito e resistência das mesmas. O eixo temático proposto permite a exploração das diversas formas nas quais os arqueólogos compreendem os engenhos: através da relação entre paisagens naturais e culturais, e as pessoas que os construíram, utilizaram e modificaram.

No eixo temático *Tecnologias, Produção e Consumo*, apresentado no segundo volume, pôde-se discutir os temas relacionados com as investigações arqueológicas que tratam da produção e consumo dos engenhos, elementos materiais associados com os lugares de memória social, como também as problemáticas associadas às pessoas e aos grupos que foram silenciados nos “antigos” discursos históricos. Nesta temática, entende-se o espaço dos engenhos articulado em relação às pessoas, lugares, produções, consumo, políticas e identidades. Portanto, apresentam-se as pesquisas que discutem os diferentes significados dos engenhos, assim como os processos sociais e os atores que ocuparam, transformaram e resignificaram esses espaços com suas ideologias.

Por fim, e não menos importante, o eixo temático *Políticas e Estratégias de Preservação e Conservação*, conteúdo do terceiro volume, onde foram consideradas as mudanças ocorridas no âmbito das políticas públicas como os processos de descentralização, redemocratiza-

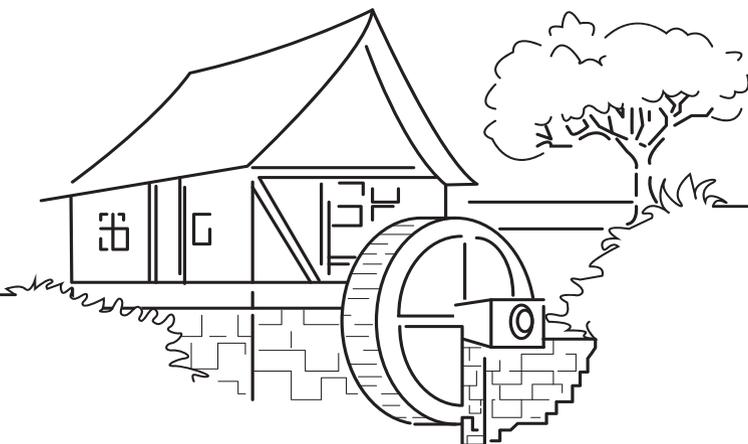
ção, mudanças legais e institucionais, as alterações nas formas de uso e apropriação do espaço, em especial para os engenhos, e os processos de preservação do Patrimônio. Assim, são abordadas questões sobre a consolidação e a aplicação de novos paradigmas para as políticas de preservação e conservação do patrimônio; a renovação nas políticas de preservação do patrimônio arqueológico; as ações de salvaguarda, as pesquisas e os vários agentes e atores envolvidos nos processos de preservação do patrimônio cultural/ambiental para o universo dos engenhos.

Considera-se, portanto, que a realização deste evento foi um grande desafio por ter sido idealizado e organizado em um curto espaço de tempo e, como foi lembrado pelo professor Pedro Jiménez Lara, na abertura: *“este evento teve apenas uma única circular”*. Destacamos ainda os momentos de crise no País, iniciados neste período e que testemunhamos até hoje. Acredita-se, porém, que as crises podem ser superadas com o trabalho, e a realização deste evento é uma prova desta superação. Assim, estendemos nossos mais sinceros agradecimentos, em especial ao reitor Anísio Brasileiro, e a todos que nos ajudaram e colaboram para a realização deste evento.

Isto posto, passamos a apresentar, a seguir os resultados da rica programação, composta por conferências, mesas redondas com temáticas variadas, apresentação de pesquisas em comunicações temáticas e pôsteres. Dessa forma, considera-se, portanto, que o evento contribuiu para consolidar este campo de estudo interdisciplinar, além de possibilitar um importante intercâmbio da produção nacional e internacional sobre o tema, contando com pesquisadores de várias regiões do Brasil, além de Pernambuco, de Portugal e do México.

Cláudia Oliveira

Coordenadora Geral do I Simpósio
Internacional Arqueologia de Engenhos
e I Encontro Arqueologia e Patrimônio
Cultural de Pernambuco



UMA MODERNIDADE PLURAL: Sacaricultura e Engenhos em Pernambuco e na China Qing

Christine Rufino Dabat¹

A atividade sacaricultora em Pernambuco foi reiteradamente acusada de obsolescência, seja no campo propriamente tecnológico, seja em termos de relações de trabalho. Os últimos dois séculos são pontuados por numerosas iniciativas do Estado brasileiro no sentido de remediar este suposto atraso: do Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura, no século XIX (Dabat & Peres, 2014), até o Proálcool (1975), por exemplo, passando pelo marco importante que foi a criação do IAA (1933).

¹ Professora do Departamento de História da UFPE. christine.rufino.dabat@gmail.com

Entretanto, ao contrário do que se induz retrospectivamente, a produção açucareira foi moderna na América, desde os seus primórdios, inclusive em Pernambuco. Ela foi moderna antes mesmo da Europa, segundo Sidney W. Mintz. Mas pode se defender também que esta modernidade foi plural, diversa em escala mundial, como aparece em uma comparação com a atividade açucareira na China na mesma época, particularmente durante a dinastia Qing (1644-1912).

A comparação aqui proposta comporta alguns tópicos-chave como as técnicas de produção, tanto agrícolas quanto industriais e a organização da produção agrícola, no sentido das relações de trabalho. Do lado americano, que inclui o Brasil, adotaram a forma de plantação, descrita e analisada por Sidney W. Mintz e Eric Wolf em famoso artigo (2010), associada à escravidão e ao latifúndio monocultor, enquanto que na China, sobretudo na dinastia Qing, se fortalecia a produção de açúcar em regime de economia familiar em sistema de policultura.

1. O Brasil “um dom do açúcar” já globalizado

Não é preciso lembrar o peso do açúcar na história do Brasil, e particularmente na região, desde os primórdios da colonização.

“De 1500 a 1822, do descobrimento à independência, o Brasil exportou mercadorias num total de 586 milhões de libras esterlinas. Nesse total de valores, a que produção cabe o maior contingente? Ao ouro, responder-se-á. Não: o ouro contribuiu apenas com 170 milhões. O café, só começou no fim, e, na nossa balança comercial, pesava menos do que o arroz, do que o algodão, do que o fumo, as madeiras, os couros, e apenas um pouco mais que o cacau. Sua exportação, no período colonial, não passou de quatro milhões, no total. Houve, do descobrimento à independência, um produto que, sozinho, rendeu mais do que todos os outros reunidos, aí incluindo-se os da mineração: o açúcar, do qual exportamos 800 milhões de libras esterlinas”.(Amaral, 1958:326).

Antes de entrar no assunto propriamente dito, sublinha-se que a produção de açúcar americana era globalizada desde seu início. Quando chega ao Brasil, a atividade já alcançara um nível elevado de competência tanto agrícola quanto industrial porque, ao passar por vários continentes, vindo da Ásia até a América, acumulou *know how* considerável das diversas civilizações que a praticaram.

A produção de açúcar, portanto, começou no Caribe em 1493 (Mintz, 1985:32), num formato tanto agrícola quanto industrial aperfeiçoado ao fio dos séculos, senão dos milênios, em outras partes do globo: na Nova Guiné, para a domesticação da planta; na Índia, para a transformação do caldo em uma diversidade de produtos; na Pérsia e no Egito, para a produção irrigada e a manufatura de açúcares cristalizados; daí em todo o mundo islâmico, pois o ditado afirma que “*o açúcar segue o alcorão*” (Mintz, 1985:25). Depois de ter seguido, na Ásia, o budismo.

Com efeito, da Nova Guiné, seu cultivo migrou com um elenco de variedades (Rosenfeld, 1956:3), aprimoradas por sociedades cujas agriculturas situavam-se a um nível dos mais sofisticados de desenvolvimento no mundo, inclusive a chinesa. Lá também foram diversificados subprodutos que ofereciam a possibilidade de conservar o caldo de cana por processos de esquentamento. O açúcar, propriamente dito, foi um destes subprodutos, inaugurado no Punjab ou na Pérsia, provavelmente por volta do século V.² Obviamente, o Egito sendo um dos lugares de maior tradição agrícola e estreitamente ligado aos mundos persa, indiano e até mesmo ao Sudeste asiático e à China, foi uma das terras de eleição da produção de cana e manufatura dos açúcares. O grande historiador do açúcar, Edmund Von Lippman, dedica numerosas páginas detalhadas à contribuição egípcia ao desenvolvimento do açúcar e de seus numerosos usos (Lippmann, 1940).

A produção de açúcar foi implantada e desenvolvida na América, por meio da iniciativa das cidades italianas, Gênova e Veneza, em particular, que financiaram as explorações das potências ibéricas. Elas deviam seu interesse pelo produto a antigas colônias que haviam espalhado pelo Mediterrâneo oriental por ocasião das cruzadas e que o avanço otomano lhes tiravam (Galloway, 1977). Com seus capitais e

2 Chosróes, imperador persa, guardava reservas de açúcar no seu tesouro, em Ctesifonte. A investida do imperador bizantino Heráclio, em 627, e o saque a esta riqueza deixou rastro documental (MINTZ, 1985:23).

conhecimentos técnicos (os mestres do açúcar eram muitas vezes italianos, nos princípios da sacaricultura americana) promoveram assim uma conquista do oeste, resultado desta procura por “*terras de açúcar*”, como diria Gilberto Freyre.

Na Terra Santa, os europeus haviam descoberto estes produtos exóticos, que alguns textos antigos descreviam de forma bastante poética como o sal das Arábias. A expertise islâmica (consolidando inúmeras competências tanto agrícolas quanto manufatureiras: indianas, persas, egípcias, sírias etc.) foi assim apropriada pelos futuros conquistadores. Ou seja, eles se beneficiaram de técnicas avançadas, já globalizadas pelo menos na escala da Eurásia (Baxa & Bruhns, 1967:10). Alguns historiadores defendem até que a fórmula de tipo plantação/plantation – latifúndio monocultor e escravocrata – fizesse também parte desta herança, embora a organização da produção em terras islamizadas fosse muito diversificada. A implantação desta fórmula só foi mesmo comprovada no delta do Tigre e Eufrates, na baixa Mesopotâmia (Irque atual), onde a revolta dos Zenjs mostrou a capacidade de resistência dos trabalhadores. Mas a partir da peste negra da metade do século XIV, defende Galloway, o trabalho forçado se tornou mais comum, tanto do lado cristão (Creta) quanto islâmico (Marrocos) do Mediterrâneo. Trabalhos atuais sob a orientação do Professor Gérard Chouin, vislumbram o impacto desta epidemia nos espaços subsaarianos, lugar de origem das vítimas do tráfico negreiro.

Al Ándalus, ponto avançado europeu do mundo islâmico medieval, ofereceu um exemplo de produção de açúcares muito distante do modelo plantação. Já que as potências ibéricas eram os agentes da Reconquista e da conquista da América, a ruptura na linhagem do sistema agrícola e organização da produção açucareira deveriam levar a maiores indagações, pois não foi o modelo Andalus que foi transportado para o Novo Mundo.

Uma perícia explícita, ilustrada, por exemplo, no *Calendário de Córdoba* (Martín & Malpica, 1992:19), fazia de Al Ándalus um produtor importante de açúcares para o consumo peninsular, mas também para exportação em direção ao resto da Europa, sobretudo no final do período medieval. As técnicas desenvolvidas por agrônomos andaluses (Silva, 2007) difundiram o cultivo da cana de açúcar em espaços climaticamente menos apropriados do que a Mesopotâmia, a Síria, ou o Egito (Wafid, 1997). Suas competências na arte de proteger as plantas das

geadas por meio de germinação em estufas e replantio, além de perícia na irrigação (Bolens, 1994), por exemplo, poderiam ser utilmente comparadas a esforços paralelos na China Imperial, desde a época precoce em que o açúcar foi aí introduzido junto com as práticas budistas, como o estudou Victor Hugo Luna Peres (2009).

As iniciativas europeias de cultivar cana foram escassas, como aquelas à iniciativa de Sully em Hyères. O único êxito, além das ilhas do Mediterrâneo (Galloway, 1977) foi ibérico. Mas num formato de policultura, que hoje se denomina como agricultura em regime de economia familiar. Apenas no final do período medieval, já sob influência genovesa e veneziana e por efeito da Reconquista, é que a organização da produção ibérica sofreu uma modificação aproximando-a aos poucos da lógica produtiva do modelo plantação vigente nas Ilhas do Atlântico, particularmente em São Tomé. Pois, os europeus que haviam se tornado senhores de engenho no Mediterrâneo, levaram para as ilhas e margens do Atlântico a produção em modalidades monocultoras e escravocratas.

2. A experiência chinesa

“Homens sagazes inventam coisas; os habilidosos as herdaram e as preservam. Esses atos são geralmente chamados de manufatura. Deste modo, devemos centenas de tipos de coisas aos sábios”. Kaogong ji, O inventário dos artífices 140 BCE.

O toscano Giovanni Antonio (1649-1716), rebatizado André João Antonil, foi autor, em 1711, de *Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas e minas*. Detalhou, nesta obra para leitores europeus, as modalidades novas da produção de açúcar nos engenhos baianos do fim do século XVII e início do XVIII. O fato de Antonil se interessar pelo açúcar não é apenas pertinente porque ele se encontrava no Brasil, numa área de produção açucareira importante, mas também porque era jesuíta.

Ora, a Companhia de Jesus teve um papel de destaque na mundialização dos séculos que iniciam os Tempos Modernos (Peres, 2009:19). Muito cedo, sua expansão nos diversos continentes adotara contornos não apenas missionários, embora isto fosse obviamente sua

função mor numa época de disputas acirradas na Europa da Contra Reforma. Eles também se empenharam em descrever as sociedades que encontravam, particularmente na Ásia. Deste modo, podiam contribuir significativamente para a divulgação, além de ideias e crenças, de técnicas, conhecimentos, inventários, em escala mundial. No caso do açúcar, eles ensinaram, por exemplo, nobres japoneses a utilizá-lo na culinária. Obviamente, seu papel não deve ser exagerado nas transferências tecnológicas, como adverte Zucheta Mazumdar, por efeito do vulto incomparável de seus arquivos que poderia levar a avaliações desproporcionais (1998:195).

Na Ásia, onde aportaram no mesmo decênio que no Brasil, eles compartilharam informações detalhadas sobre conhecimentos particularmente matemáticos e astronômicos, participando até de competição científica com os letrados, na China Ming, por exemplo. Interessaram-se e documentaram, além disso, muitos aspectos mais prosaicos do imenso universo do conhecimento no Império do Meio, inclusive as atividades produtivas.

O açúcar era uma produção já secular na China. Desde os princípios da dinastia Han, antes da era comum, tributos do Tonquim e Anam eram pagos na forma de centenas de pães de “*mel em pedra*” (Gernet 1974:120). Durante a dinastia Tang, cuja área de abrangência chegou ao extremo ocidental da junção com o império islâmico, a atividade comercial na Rota da Seda continuava a fazer circular produtos de luxo, ideias, religiões mais também conhecimentos técnicos. A lenda diz, por exemplo, que monges nestorianos foram mandados por Justiniano, imperador bizantino do século VI, para trazer pela rota da seda, o bicho da seda e sementes de amora, assim como os conhecimentos apurados para permitir o sucesso da manufatura do precioso tecido, monopólio de Estado. O Budismo e o açúcar, utilizado nos rituais religiosos na Índia, teriam tomado o mesmo caminho, em sentido oposto (Needham, 1996).

“Tal comércio e trocas culturais que se desenvolveram através da rota dos Oásis, em mão dupla, revelam a grande importância deste caminho no desenvolvimento da sacaricultura chinesa e na difusão do conhecimento de seus produtos nesta sociedade, através do imenso con-

tingente humano, que por ele passou ao longo dos séculos.” (Peres, 2009:36).

A preocupação dos chineses em aprimorar suas capacidades, inclusive técnicas, foi constante. O açúcar, ou melhor, a cana constituía então um desafio para as competências dos agrônomos chineses, como era, na mesma época, o trigo e, sobretudo, a uva para os europeus ocidentais, que visavam garantir o abastecimento em vinho no ritual, desta vez, cristão. As trocas com a Índia se multiplicaram para garantir a pureza e autenticidade dos ensinamentos budistas, mas também com o propósito de ir buscar sementes e instrumentos para melhorar o desempenho açucareiro chinês. O imperador Taizong, da dinastia Tang, mandou em 647 uma missão de estudos para Magadha, no vale do Ganges (no estado atual do Bihar), para “*aprender a arte de ferver o açúcar*” (Deerr 1949), ou seja, aperfeiçoar os conhecimentos técnicos do fabrico de um açúcar descrito como “escuro”, em grãos, ou seja, um tipo de açúcar mascavo (Galloway, 1989: 22).

Quaisquer que fossem os caminhos que a cana e o açúcar tenham tomado, há relatos de cultura da planta no Sichuan, província no sopé do Himalaia, como em Hubei e Zhejiang regiões mais orientais, na dinastia Tang (618-907). Açucares eram produzidos em diversos centros, por métodos avaliados como inferiores aos adotados na Índia. Como o sublinha a equipe de Joseph Needham, na sua monumental obra sobre a ciência chinesa:

“A agricultura era ortodoxa. Como a principal riqueza de todo o império crescia verde, da terra, era perfeitamente adequado para letrados escrever a respeito da gestão de fazendas, da mesma forma que o havia sido na Roma antiga. Isto incluía, muitas vezes, engenharia rural. A botânica e zoologia nunca se tornaram domínios de conhecimentos distintos, mas eram incluídos na literatura farmacêutica, história natural e agricultura. Esta última compreendia muitos livros e monografias sobre horticultura, ou até tipos específicos de plantas floradas.” (Needham, 1996: 40).

Durante a dinastia Song (960-1279), famosa por seu refinamento e pelo florescimento da culinária que já utilizava o açúcar como ingrediente inclusive em numerosos restaurantes, a China desenvolveu técnicas de refinamento a ponto de fabricar açúcar de confeitaria. Galloway conclui que o Império do Meio se tornara “*a segunda grande área de cultura a adotar o açúcar de cana como uma recolta industrial importante.*” (1989:22). O autor sugere que se pode constatar uma política oficial de estímulo ao desenvolvimento da produção de açúcar, como no Sichuan, sendo até divulgada, no século XII, uma monografia especificamente sobre o açúcar, intitulada *Thang Shuang Phu*. O aumento da produtividade nas safras de grãos e a boa circulação dos bens nos mercados permitiam especializações como a sericultura e o açúcar nas regiões mais apropriadas, segundo Needham e seus colaboradores, particularmente Christian Daniels, estudioso do açúcar na China:

“numa tal área do Sichuan estimava-se que até 40% dos agricultores se dedicavam ao cultivo da cana. O açúcar era bem estabelecido no Fujian dos Song, e na época dos Ming, havia suplantado completamente o arroz em certos distritos. O açúcar do Fujian foi vendido não apenas na China, mas também na Ásia do Sudeste.” (Needham, 1996:601).

Agricultores chineses se dedicavam, portanto, em várias áreas do sul do país, a produções destinadas ao mercado, como cana, chá, plantas têxteis e, após 1500, fumo. No Guandong, detalha Galloway, duas variedades de cana eram cultivadas. Uma preferida para o consumo imediato, uma modalidade muito desenvolvida, e a outra para a manufatura. Viajantes como Marco Polo e Ibn Battuta mencionaram a produção de açúcar nestas regiões, sublinha Deerr. As exímias competências dos produtores no manejo da água e no consórcio de cultivos permitiam uma diversidade de culturas junto com o arroz irrigado. Mas não em regime de plantação.

Tanto a cana quanto estes outros produtos eram cultivados numa multidão de pequenas unidades camponesas, fornecendo ao consumo e ao mercado uma grande diversidade de produtos a partir da matéria prima. Assim, uma obra do final do século XVIII, detalhou os nomes

dos diversos açúcares vendidos nos mercados: açúcar de casulo, açúcar cândi ninho de seda, cândi soprado (formando animais, uma tradição ainda praticada para a felicidade das crianças), açúcares com sésamo, açúcar escuro feito couro de vaca etc... (Mazumdar, 1998:46), lembrando o sistema que vigorava no Al Ándalus.

Depois do intervalo mongol, já no final da dinastia Ming, foi divulgada uma obra de Sung Ying-Hsing intitulada *Tiangong Kaiwu* (Exploration of the Works of Nature ou O Desenvolvimento das Mercadorias pela Natureza e Habilidade Humana (1637), que o historiador da ciência chinesa, Joseph Needham, considerava um grande tratado tecnológico.

Como em Al Ándalus, os produtores chineses elaboraram técnicas apropriadas às condições climáticas: a cana era enterrada para passar o inverno protegida das geadas. Na primavera, era desenterrada, cortada em pedaços e semeada em lotes berçários. Quando os brotos atingiam o tamanho de mais ou menos 15 cm, eram transplantados, num processo paralelo ao do arroz (Galloway, 1989:204). Este método permitia também economizar a terra agricultável. Com efeito, apenas 15% do território chinês é apto a ser cultivado, enquanto que o Brasil esta capacidade é quase ilimitada. O relativo longo tempo de crescimento inicial da planta, feita em berçários, não ocupava muito espaço. Deste modo, o grosso da área cultivada podia ser, enquanto isto, destinada a outras culturas, particularmente alimentícias. Hospedando periodicamente animais terrestres e aquáticos (no momento de inundação), o campo cultivado beneficiava-se assim de adubação natural. Foi este tipo de uso otimizado do solo que permitiu à parte Sul da China se tornar o celeiro imperial, abastecendo, por meio de transporte fluvial na imensa rede de canais, as regiões setentrionais menos bem dotadas.

Como em outras atividades, o controle das águas, particularmente com a irrigação, era muito eficiente, com métodos simples de içar a água em encostas, um desafio histórico para os agricultores de muitos âmbitos geográficos. Da mesma forma, a adubação podia adotar várias fontes e métodos de aplicação cuidadosa em cada pé. Diversas vezes, ao longo do ciclo vegetal, trabalhava-se o solo entre as ruas para evitar o crescimento de ervas daninhas que roubariam os preciosos nutrientes. E, no início do inverno, os agricultores amontoavam terra ao pé das canas plantadas (lembrando o longo ciclo de crescimento do vegetal) para evitar os danos causados pelo gelo.

3. Questões de técnicas manufatureiras

Na América, seguindo os experimentos feitos no Mediterrâneo, nas Ilhas do Atlântico e em São Tomé, os europeus instalaram grandes empresas manufatureiras. A “fábrica no campo”, segundo Sidney W. Mintz, retomando a expressão de Carey McWilliams, permitiu às colônias americanas das potências europeias abastecerem as metrópoles com produtos altamente sofisticados, requerendo competências tanto agrônômicas e industriais, como mercantis e financeiras muito avançadas.

“Plantas (cana-de-açúcar, banana, inhame, coco), métodos de cultivo [...] tipos de moendas açucareiras, homens forros e escravos especializados no trabalho colonial e imunizados contra doenças tropicais, métodos de tráfico negreiro, práticas curativas e alimentares, e até instituições de controle indireto, como a Irmandade do Rosário dos negros de São Tomé [...] puderam ser empregados no Brasil porque haviam sido postos em prática anteriormente nas ilhas atlânticas.” (Alencastro, 2000: 70).

Na questão precisa do moinho ou moenda, há debates entre especialistas quanto à origem do trapiche. Com efeito, sua adoção constituiu um progresso imenso, em relação aos moinhos antigos, inspirados daqueles utilizados, por exemplo, para as azeitonas, exigindo várias operações suplementares e demoradas, como o corte da cana em pequenos pedaços, o uso de um martinete e a utilização complementar de uma prensa (Mazumdar, 1998:135).

Humboldt defendeu a origem chinesa da moenda com cilindros. Pe Labat já havia sublinhado a conexão portuguesa com a Ásia oriental para o aprimoramento das técnicas utilizadas no Ocidente.

“É o segredo de tirar açúcar [da cana] que devemos aos portugueses e aos espanhóis, que eles mesmos devem aos habitantes das Índias Orientais, pois o haviam aprendido nestes países.” (Sabban, 1994:82).

Mas Lippman e Deerr, seguidos de outros autores como Baxa, defenderam uma teoria extraordinária. A invenção do moinho de três cilindros verticais seria um “anacronismo” (Deerr, 1949:77) na Sicília, devido a Pietro Speciale. Galloway contesta argumentando que é mais provável que seja uma melhoria do moinho chinês, desta vez com três cilindros, que apareceu no Peru e configura-se como “*um exemplo da difusão da tecnologia chinesa em direção ao Ocidente pelo intermédio dos jesuítas*”. (Galloway, 1989:75). A questão do número de cilindros tornou-se um argumento cabal na historiografia pró-americana, embora no Japão o médico do shogun, Goto Rishun, no final do século XVIII, em obra intitulada Um Relato sobre a Cana de Açúcar (Mazumdar, 1998:177), tenha descrito em detalhes um moinho de três rolos verticais, movido à água.

Françoise Sabban, em um artigo muito minucioso (1994:820), faz um balanço das diversas teses. Apelando para historiadores da tecnologia, refuta a tese siciliana e realça a aproximação entre a descaroçadora de algodão e o trapiche. Needham e seus colaboradores, bem como Galloway destacaram a importância do âmbito da Ásia do Sul como fonte de novas tecnologias, o que daria maior peso à tese chinesa ou pelo menos sul-asiática do progresso técnico. Afinal, tanto a cana quanto o algodão vieram daí para China como para o Ocidente, junto com as técnicas associadas à transformação das respectivas matérias primas.

“É quase certo que este moinho de rolos chineses, provavelmente uma derivação do instrumento utilizado na Índia, foi, por sua vez, a inspiração do moinho de três rolos da indústria colonial americana.” (Sabban, 1994:821).

No entanto, ao cabo de detalhado exame das concomitâncias e semelhanças - ou não - da documentação textual e iconográfica, a sinóloga conclui que o moinho de três cilindros utilizado na América tem vantagens para os senhores de engenho, acelerando o processo de passagem das canas por ambos os lados, enquanto que o moinho chinês, de dois rolos, poupa o esforço do trabalhador. Ela conclui que adoção e invenção não são tão antagônicas quanto se apresenta na historiografia: “*afinal não é verdade que se adota o que se estava prestes a inventar?*”,

(Sabban, 1994:821) nota a pesquisadora com referência a uma proposição de A. Leroi-Gourhan.

Moinhos verticais, de dois rolos, ainda são encontrados no século XX na península indochinesa. Nas representações chinesas, vê-se um quadro na frente dos rolos, cujo propósito, segundo Galloway confortando a conclusão de Françoise Sabban, serviria para descansar os braços do trabalhador quando ele insere a cana inteira entre os rolos. O dispositivo teria também como efeito de protegê-lo, pois não poderia, por descaso ou cansaço, prender a mão na moenda (Galloway, 1989:206). Uma precaução que fez cruelmente falta nos engenhos da América. O autor comenta também que a atividade descrita na documentação chinesa parece tranquila, sem pressa e que a cana era prensada três vezes, o que significava uma grande quantidade de trabalho, mesmo para uma safra menor do que aquelas presentes na América.

A energia utilizada na China, como no Brasil, era essencialmente a força hidráulica ou animal. Só no Caribe permaneceu o uso difundido de moinhos a vento. Desde a dinastia Song, as fontes chinesas descrevem a cristalização. Elas mencionam também uma grande quantidade de produtos derivados do fabrico de açúcares. Um dos mais prezados pelos letrados era o açúcar cândi, mas as populações no seu conjunto preferiam o açúcar mascavo e outros produtos, cujo elenco é imenso, como mencionado acima. A distribuição dos açúcares chineses, sobretudo do Fujian, continuou na era moderna no âmbito da Ásia do Sudeste, entrando mesmo em concorrência com a produção batava, ou seja, fruto da colonização europeia, em Java.

O mesmo embate que para a moenda se manifesta na historiografia, embora em menor grau, quanto à outra etapa no fabrico do açúcar: debate-se para saber quem primeiro – da América ou da Ásia – fez uso de barro para a clarificação do açúcar. Zucheta Mazumdar menciona o uso de água barrenta e panos úmidos no século XVI (1998:163). As técnicas, nesta área também, tenderam a ser aperfeiçoadas por métodos importados dos “países ocidentais”, considerados pelos chineses como sendo aqueles que produziam o melhor açúcar: a Índia, a Pérsia e o Egito. Françoise Sabban cita um relato anterior detalhando a técnica de utilização do barro para branquear o açúcar, numa enciclopédia do final da dinastia Yuan (1271-1268) ou início dos Ming (1268-1644) (Sabban, 1994:851). Ela defende também que seja esse um dos segredos de fabricação tomados dos chineses pelos europeus na América.

“Não é imprudente pensar que uma das razões, entre outras, da supremacia portuguesa em matéria de produção açucareira durante quase um século se deve ao fato que estes novos colonos foram os únicos a praticarem, no local de produção, o branqueamento do açúcar com argila, procedimento tomado emprestado dos chineses.” (Sabban, 1994:848).

No Ocidente, a modernidade do engenho pode também ser evidenciada no cuidado com que os diversos aspectos da manufatura são descritos na obra de maior prestígio do fim da época das Luzes. Com efeito, eles são objeto de artigos detalhados e ilustrados na *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Várias páginas são dedicadas às diversas etapas da fabricação de açúcar de cana, no Ocidente.

Em resumo, a modernidade técnica dos séculos XVI a XVIII parece bastante equivalente entre a China imperial e a América sob colonização europeia. Mazumdar conclui no sentido de convergências tecnológicas em escala mundial, tanto mais assim que os letrados chineses passaram também a se interessar pelo ocidente que lhes fornecera o remédio às fomes episódicas, ou seja, as “*plantas americanas*”, batata doce, milho e amendoim (Mazumdar, 1998:139).

A diferença fundamental entre os tipos de modernidade que estas sociedades escolheram está na modalidade de uso da força de trabalho e do papel do Estado.

4. A opção ocidental pela plantação monocultora e escravocrata como organização moderna da produção de açúcar: uma ‘fábrica no campo’

Sidney W. Mintz enfatiza a modernidade da plantação ou *plantation* desde os primórdios da instalação dos engenhos na América, como antes nas Ilhas do Atlântico. Esta “*instituição*” estava no topo da modernidade no Ocidente: o engenho brasileiro associava de forma estreita a produção agrícola, que obedecia a um calendário agrícola complexo,

muito bem posto em evidência por Stuart Schwartz (1988:100), às dimensões industrial e comercial de igual sofisticação.

Entre as características desta modernidade, o domínio do tempo – definido por Le Goff como uma marca da transição para os Tempos Modernos – incluía, na parte agrícola, desde a sequência para efetuar o plantio, até o corte, com a ordem dos partidos, mas também a intrincada alternância de canas próprias do senhor de engenho e daquelas levadas pelos lavradores. A empresa, tanto na parte agrícola quanto industrial, exigia técnicas de gestão avançadas: grande escala; investimentos vultosos; manejo sofisticado da produção – variedades de cana, mão de obra, implementos agrícolas, instalações manufatureiras etc. – além de sofisticada articulação com meios de transportes para mercados longínquos numa integração globalizada já capitalista (Mintz, 1974:96). Pierre Dockès defende que o engenho “*é moderno antes da hora, sobretudo para as tarefas agrícolas. Sua organização já era a da fábrica, do factory system oriundo da revolução industrial*” (2009:124).

Obviamente, isto incluía também lidar com fenômenos de especulação e relações de força. Havia também “*guerras do açúcar*”, como o ilustrou Mintz (1985),³ não somente com holandeses e franceses, mas entre esses e outras grandes potências europeias no Caribe, bem como problemas importantes nos países produtores, inclusive ecológicos com a deflorestação acentuada que havia tornado quase estéreis as ilhas do Mediterrâneo.

Tomando São Tomé como lugar de formação de um modelo ocidental de grande modernidade, pode-se enfatizar com Stuart Schwartz, o tamanho das unidades de produção: encontrava-se aí, no século XVI, engenhos empregando 300 trabalhadores. Outro traço de modernidade em São Tomé era a composição plurinacional da classe dominante, comportando, além de portugueses, genoveses e holandeses, bem como a importação de mão de obra escravizada do continente africano. Proce- deu-se até à deportação para São Tomé de duas mil crianças judias para torná-las bons cristãos.

3 Ver o capítulo 4, “Power”. Querelas épicas também ocorriam nas próprias metrô- poles, os lobbies dos produtores de açúcar manifestando uma competência difícil de contrapor, a exemplo das peripécias da votação da lei proibindo o tráfico na Inglaterra (1807), ou os debates na Assembleia Nacional, durante a Revolução Francesa.

Neste sentido, uma das características chave desta modernidade africana e americana antes de ser europeia, dizia respeito à mão de obra. Para que o sistema funcionasse precisava-se de grandes quantidades de trabalhadores cujo trabalho fosse barato, ou seja, de parca sobrevivência. A sujeição destes era a mais radical possível: escravização de ameríndios e africanos transportados, mas também de alguns europeus “*engagés*” ou “*indentured*” em combinações e sucessões muito variadas no tempo e no espaço.⁴

“A significação desses eventos que começaram há meio milênio é, às vezes, considerada sem a devida ponderação, mesmo por modernos especialistas do colonialismo”, embora, esses eventos contêm “entre os fenômenos demográficos e aculturacionais mais maciços na história do mundo”. (Mintz, 2010:79).

Tratava-se da produção de mercadorias tornadas essenciais pela e para a vida moderna: açúcar, fumo, café, cacau:

“produtos agrícolas, essas substâncias duradouras, sintetizavam o que era inicialmente uma maneira recém-modelada no ultramar de fusionar produção e processamento, campo e fábrica e de combinar em pares colônia e metrópole, produtor e consumidor, europeu e outro, escravo e proletário, trabalhador rural e operário de fábrica, súdito colonial e cidadão”. (Mintz, 2010:80).

Assim, onde a plantação ou *plantation* avançou, nas Américas e particularmente no Brasil, os engenhos foram ganhando espaço, em detrimento das florestas e dos sistemas agroflorestais ameríndios, bem como das culturas alimentícias, até a absolutização atual do fe-

⁴ Mintz sistematizou estas fases bem como as concomitâncias, em “Era o escravo de plantação um proletário?”. (MINTZ, 2010:145-6).

nômeno e apesar das resistências locais. A Zona da Mata, desde a colonização, precisou importar alimentos para sua população colonial, em proporção que permanece curiosamente constante ao fio do tempo. Como sublinha Galloway, isto também é um traço da modernidade (1989:60). Antes mesmo de serem urbanizados na sua moradia, os trabalhadores do açúcar, que consumiam apenas os subprodutos menores do açúcar e numa proporção muito pequena, compravam parte importante do que comiam. Ou seja, estavam longe de um sistema agrícola de tipo camponês, a não ser, de forma marginal, quase clandestina, embora importante, no que Mintz e Ciro Flamarion Cardoso estudaram como “*brecha camponesa*”.

A perspectiva proposta por Mintz renova sadiamente o que a historiografia nos acostumou a considerar ilusoriamente como tempos diversos, embora coexistentes e articulados entre áreas geográficas distintas. Uma vez a escala mundial estabelecida como patamar de observação, um relevo diferente emerge na paisagem histórica: as colônias açucareiras e as relações sociais que as caracterizavam perdem seu pesado atributo de “vestígio” de eras passadas, fruto de um ‘retrocesso’ histórico, marcadas pelo ‘atraso’ em relação aos países colonialistas, hoje ditos desenvolvidos. As antigas colônias ganham, ao contrário, a dianteira do palco da história pelas suas qualidades eminentemente modernas, apresentando aspectos “avançados”, sem dúvida, com suas vertentes industriais em grande escala, inseridas na proa da dinâmica rede global capitalista de produção, desde seu princípio.

Os engenhos brasileiros ocupavam, assim, um *locus* central, pois eram “*fábricas no campo*”, “*experiências-balizas em modernidade*”. Sua localização rural - e mais ainda, numa área colonial - escondeu sua primazia no devir do Ocidente, o que revela o viés anticamponês da historiografia ocidental. Precocemente modernas, retrato vívido da globalização sem cosmética, as terras de plantação de cana nas Américas foram terreno de fusões culturais e sociais extremamente férteis, permitindo redefinir conceitos. Seus atores principais, os trabalhadores do açúcar, foram vítimas de inúmeros tipos de coerção, de violências múltiplas nas suas formas mais cruas e mais sutis, numa “*horrorosa novidade*”, que circunstâncias diversas, inclusive historiográficas, impediram que fosse “*reconhecida pelo que era: uma modernidade que antecedeu o moderno*”, escreve Mintz (2010:102). Essas populações forjaram novos enraizamentos sociais.

5. Enquanto isto, na China

Se há manifestas similitudes entre o modo de fazer açúcar na China e no Novo Mundo, nos séculos XVI–XVIII, qualquer que tenha sido o sentido das trocas modernizadoras, transpácificas ou por caminhos mais longos, grandes diferenças se manifestam na organização da produção e na condição dos produtores diretos. Ou seja, enquanto na América avançava o capitalismo no campo, na forma da *plantation*, na China continuava a predominância geral de produção agrícola por famílias camponesas.

Em primeiro lugar, tratavam-se de pequenos produtores ou produtores médios donos da terra, ou dispor de terra atribuída a seu clã. Eles seguiam a tradição de seus antepassados, numa sociedade em que a ideologia confuciana conferia um espaço de destaque ao campesinato na hierarquia social. Abaixo do imperador e dos letrados recrutados por concurso, estão os camponeses, antes dos artesãos etc... Mercadores e militares, atores importantes no cenário americano, estão nos mais baixos degraus, ao contrário da visão ocidental.

Na prática, os camponeses podiam ser mais pobres do que membros destas outras classes. Mas o campo não era o lugar de atraso que a tradição romana e europeia lhe atribuiu. Mesmo na visão da historiografia oficial, da elite, eram reconhecida nas revoltas camponesas uma competência para mudar o rumo da história. Eram elas que tiravam uma dinastia do poder quando esta havia perdido o ‘mandato do céu’, ou seja, não cumpria equanimemente seu papel de gestor da coisa pública em benefício de todos. Neste sentido, o Estado chinês tem uma longa tradição distinta daquela de seu equivalente europeu.

Durante o período aqui evocado, a dinastia no poder, embora estrangeira, cumpria seu papel à modo de suas antecessoras chinesas. Tanto assim que, no século XVIII, considerava-se que o campesinato chinês estava em melhor situação concreta que seus colegas europeus. Sem comparação com os trabalhadores do açúcar aqui, na América, cujo tempo médio de vida na atividade não passava dos sete anos.

Os trabalhadores chineses do açúcar praticavam uma policultura complexa e bem diversificada. Combinavam agricultura e vários tipos de criação, sobretudo de animais de pequeno porte (inclusive aquáticos)

por não dispor de espaço para rebanhos, visto a falta de terras agrícolas, acima mencionada.

Associavam também estreitamente a agricultura propriamente dita com diversos tipos de artesanato ou manufatura de pequeno porte. Este sistema complexo e articulado valeu à China a admiração de Karl Marx. Ele permitia prover as necessidades básicas de uma população em franco crescimento, sobretudo a partir da adoção do cultivo de plantas americanas.

Ao mesmo tempo, o sistema chinês garantia ao Estado o pagamento de impostos feito precisamente a partir da renda obtida pela venda de tais produções nos mercados locais. Tecidos, papel, mas também açúcares, entre outros produtos, abasteciam assim as populações locais. Se há menção, em muitas obras, da comercialização em maior escala e alcance, talvez seja devido a um traço da historiografia de valorizar sobremaneira estas trocas. Mas, como o afirmava Marc Bloch, a respeito da época medieval, a maior parte – de longe – das trocas ocorria num raio de 30 km em volta do local de produção. Na sociedade chinesa muito mais urbana, e dispondo de redes de transporte incomparáveis, notadamente fluviais, é provável que esta distância fosse regionalmente alargada.

Outro traço distinto da situação chinesa é o papel do Estado. A gestão da coisa pública era tida como da maior importância, apoiada esta convicção no aparato ideológico de inspiração taoísta, da harmonia universal, mas aplicada com um rigor que apelava também para tradições do legismo. Zucheta Mazumdar enfatiza a política dos Qing em proteger a pequena propriedade ao longo dos séculos, pois as revoltas camponesas que antecederam a ascensão ao poder da nova dinastia não haviam sido esquecidas. Assim “*o interesse do Estado manchu pela coleta de impostos garantiu que os produtores camponeses com vários graus de propriedade sobre a terra e baseados essencialmente em mão de obra familiar para todos os aspectos da produção, continuassem a dominar a paisagem econômica.*” (Mazumdar, 1998:237).

Pelo menos até a intervenção das potências europeias e do Japão (Mazumdar, 1998:236) nas guerras do ópio, no século XIX, que desorganizaram toda a sociedade e a colocaram numa situação de caos que durou até 1949: o século da humilhação na nomenclatura chinesa atual.

Qu Dajun, que escrevia por volta de 1790 no Guangdong, mencionou três categorias de camponeses: ricos, médios e pobres (Mazumdar, 1998:236). Apenas por volta de 7% dos trabalhadores rurais eram as-

salariados (Mazumdar, 1998:237). Esta configuração social dizia também respeito aos produtores de açúcar. Cada família que plantava mais de 10 *mu* (1,7 acres) tinha seu próprio moinho e fornalha (Galloway, 1989:205). Galloway descreve, ainda, a produção de açúcar na China antes de 1914 como sendo “*uma atividade camponesa intensiva em mão de obra com tecnologia simples (...) abastecendo na maior parte mercados internos e onde a relação entre trabalhadores, proprietários, mercadores e consumidores permaneceu estável.*” (Galloway, 1989:207). Françoise Sabbitan realça essa estabilidade do sistema baseado na “*existência de uma rede de pequenos produtores descentralizados, muitas vezes, financiados antes da safra por empréstimos de mercadores que controlavam os mercados e não procuraram estimular a produção além de certo patamar.*” (Sabbitan, 1994:818).

A lógica das autoridades chinesas, manchu ou han, era muito simples, como o expôs em 1684, o governador da província de Anhui, defendendo a condição camponesa:

“se todos os arrendatários que se dedicam à agricultura se tornassem moradores de famílias de grandes proprietários, então até mesmo os lucros do trabalho pesado dos pequenos camponeses cairiam nas mãos das famílias ricas e criariam com certeza um desperdício da terra que pudesse ser submetida à taxaço”. (Mazumdar, 1998:211-212).

Ou seja, o Estado chinês concebia como vantajoso manter um grande número de pequenos camponeses capazes de pagar impostos, sobretudo o fundiário, ou seja, três quartos da renda do tesouro, em vez de deixá-los cair sob a tutela dos grandes proprietários. Esta opinião, apoiada por medidas constantes de proteção aos pequenos camponeses, pelo menos até o século XIX, ecoa peças importantes da legislação bizantina, adotadas pelas mesmas razões fiscais além de militares.⁵ Portanto, impérios que tinham longa tradição estatal não hesitavam em atuar em favor do campesinato independente como condição da manu-

5 De Justiniano a Basílio I, passando por Heráclio, Leão III e Romano I Lecapeno.

tenção de um Estado sólido. Outro paralelo poderia ser o ideal da França a partir da venda dos bens nacionais, promulgada em novembro de 1789 (e não revogada pela Restauração de 1815) e enaltecida durante a 3ª República. Em suma, um ideal de grande modernidade até mesmo no Ocidente.

Durante todo o século XVIII, os grandes imperadores Yongzhen e Qianlong não pouparam esforços para instalar pequenos produtores agrícolas em terras desbravadas, embora, muitas vezes, em detrimento das populações aborígenes. As estruturas clânicas e a organização aldeã tinham um papel importante nas garantias dos direitos dos camponeses han sobre a terra. Como em Bizâncio, novamente, havia sistemas para limitar a aquisição da terra de uma comunidade por pessoas externas à mesma (Mazumdar, 1998:227). Mazumdar sublinha as consequências deste sistema que proibia, de certo modo, o capital externo à comunidade de investir nela. A complexidade do sistema e as inúmeras exigências para garantir os direitos dos camponeses e da comunidade aldeã permitiram que “*o acesso do produtor direto aos meios de subsistência [fosse] extremamente tenaz.*” (Mazumdar, 1998:233).

Em contrapartida, a modernidade ocidental na América, com a produção de açúcar, destruiu inúmeros sistemas agrícolas e sociedades camponesas. Ela privou os ameríndios de sua terra e seus recursos naturais. Ela os escravizou, assim como seus colegas africanos transportados. Tudo isto para abastecer a Europa de um produto supérfluo.

O crescimento constante do consumo do açúcar pelas metrópoles das colônias americanas correspondia, sobretudo a partir do século XVIII e com a Revolução Industrial, a uma mudança importante no estilo de vida de parte crescente da população, assalariada e urbanizada na própria Europa.

“As substâncias que o capitalismo britânico transformou de objetos de luxo para a classe dominante em necessidades para a classe trabalhadora pertencem a um certo tipo. Como o álcool ou fumo, elas providenciam fuga da realidade e apaziguam a fome. Como o café, chocolate ou chá, elas fornecem estímulo para maiores esforços sem prover nutrição. Como o açúcar, dão calorias, e ao mesmo tempo tornam mais atrativas aquelas outras substâncias quando combinadas com ele. (...) O consumo de açúcar

em crescimento constante foi um dispositivo na luta de classes na busca por lucros que se desdobraram numa solução de mercado mundial para as comidas-drogas, na medida em que o capitalismo industrial cortava suas perdas protecionistas e expandia num mercado de massa para satisfazer consumidores proletários outrora considerados pecadores ou indolentes.”(Mintz, 1985:186).

Francesca Bray, uma das colaboradoras de Needham, aponta que a manutenção da produção camponesa é um traço constante na agricultura chinesa, independente do produto cultivado. A sociedade chinesa não era incapaz de modernização no sentido ocidental do termo, com mecanização e industrialização. Mas sendo uma das sociedades de cultura do arroz inundado, portanto intensiva em mão de obra, frente a um peso demográfico que se agudizava constantemente, junto com outras sociedades asiáticas, “*não era passível de engendrar estes processos simultaneamente*” (Galloway, 1989: 207).

Esta conclusão leva a uma discussão mais ampla, que não será tratada aqui, do estágio de desenvolvimento da sociedade chinesa antes de 1949, ou, antes da intervenção estrangeira na China, no século XIX, que levou, aliás, muitos chineses aos canaviais americanos como trabalhadores sob contrato, substituindo a mão de obra escrava na época das abolições, o que Victor Hugo Luna Peres chamou com muita propriedade: “*Pelo Doce, o Amargo Contraste: da China ao Caribe*” (Peres, 2009).

O assunto é extremamente delicado porque diz respeito à capacidade intrínseca da sociedade chinesa em alcançar – ou não – o capitalismo de forma autônoma, independentemente da situação de semicolônia, segundo a nomenclatura oficial do Partido Comunista Chinês, em que se encontrava até a tomada do poder por este.

Em vez de embates classificatórios, poderia se sugerir que, nos Tempos Modernos, a produção de açúcar no Ocidente, já capitalista, e, por outro lado, na China imperial que valorizava seu campesinato, constituem dois modelos de modernidade. Estes modelos permitem vislumbrar, em vez de uma única via de evolucionismo cultural, várias experiências no desenvolvimento da produção açucareira, em uma modernidade plural.

Agradecimentos

Agradeço o convite da Professora Claudia Alves Oliveira e dos demais organizadores do I Seminário Arqueologia e Patrimônio Cultural de Pernambuco e I Seminário Internacional de Engenhos que constituem-se numa oportunidade ímpar para estreitar os laços entre disciplinas irmãs, história e arqueologia. Sou também muito grata a Victor Hugo Luna Peres por ter me revelado os laços entre duas áreas de pesquisa que me ocupam, a história do açúcar e a história da China. Seus escritos e nossas conversas foram fundamentais para as presentes reflexões. Agradeço igualmente a Isabelle Velay Rufino pela cuidadosa revisão e sugestões de redação que melhoraram muito o presente texto.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. O Trato dos Viventes. A Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras.

AMARAL, Luís. 1958. História geral da agricultura brasileira. V. 1. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

BAXA, Jakob & BRUHNS. Guntwin. 1967. Zucker im Leben der Völker: eine Kultur und Wirtschaftsgeschichte. Berlin: A.Barten.

BOLENS, Lucie. 1994. Agrónomos andaluces de la Edad Media. Granada: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, D.L.

DABAT, Christine Rufino & PERES, Victor Hugo Luna. 2014. “O Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura – IIPA, 1859–1871: o malogro de um projeto inovador de parceria público privado”. Revista Brasileira de Inovação. v. 14.1, pp. 217–240.

DEERR, Noel. 1949. The History of Sugar. vol. I. London : Chapman and Hall.

DOCKÈS, Pierre. 2009. Le Sucre et les Larmes. Bref essai d’histoire et de mondialisation. Paris : Descartes et Cie.

Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Disponível em http://portail.atilf.fr/cgi-bin/getobject_?p.136:20./var/artfla/encyclopedie/textdata/image/ acessado em 25.10.2015.

GALLOWAY, J. H. 1977. “The mediterranean sugar industry”. The Geographical Review. (Separata). Toronto: University of Toronto Press.

GALLOWAY, J. H. 1989. *The Sugar Cane Industry. An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press.

GERNET, Jacques. 1974. *O Mundo Chinês: uma civilização e uma história*. Rio de Janeiro: Cosmos.

LIPPMANN, Edmund von. 1941. *História do Açúcar. Desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba*. Tomo I. Rio de Janeiro: IAA.

MARTÍN, Manuel e MALPICA, Antônio. 1992. *El azúcar en el encuentro entre dos mundos*. Asociación General de Fabricantes de Azúcar de Espanha.

MAZUMDAR, Sucheta. 1998. *Sugar and Society in China. Peasants, Technology, and the World Market*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

MINTZ Sidney W. & WOLF Eric. In MINTZ, Sidney W. 2010. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. Dabat, C. R. 2ª ed. Recife: EDUFPE.

MINTZ, Sidney W. 1974. *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine.

MINTZ, Sidney W. 1985. *Sweetness and Power*. New York: Penguin.

NEEDHAM, Joseph, DANIELS, Christian, et al. 1996. *Science and Civilisation in China. Volume 6. Biology and Biological Technology, Part 3, Agro-Industries and Forestry*. Cambridge: Cambridge University Press.

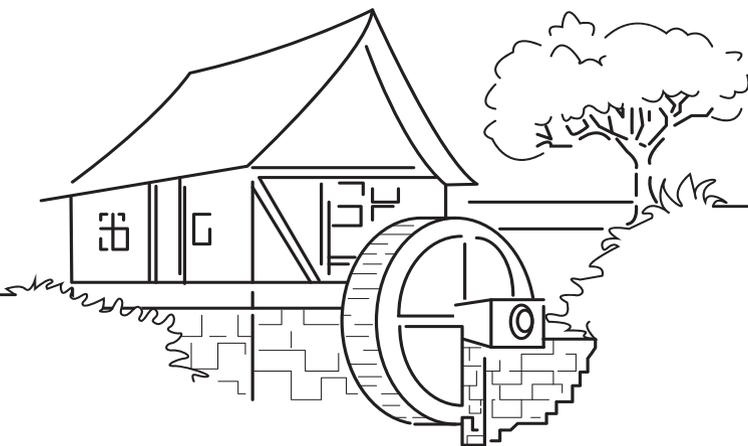
PERES, Victor Hugo Luna. 2009. *Os Trabalhadores Chineses do Açúcar: da bimilênar produção em regime de economia familiar à 'plantation' caribenha*. Recife: UFPE (História).

ROSENFELD, Arthur H. 1956. *Sugar Cane Around the World*. Chicago: University of Chicago Press.

SABBAN, Françoise. 1994. "L'industrie sucrière, lemoulin à sucre et les relations sino-portugaises aux XVI-XVIIIe siècles". *Economie et Techniques en Chine*. Annales HSS. No 4, p. 810-861.

SILVA, Livia Moraes e. 2007. *A produção açucareira no Al Andaluz*. Recife: UFPE Monografia de conclusão de curso de bacharel em história.

WAFID, Ibn, *Tratado de Agricultura*. 1997. Traducción castellana de Cipriano Cuadrado Romero. *Analecta Malacitana*, Anejo de la revista de la sección de filología de la facultad de filosofía e letras, Universidade de Málaga.



NOTAS SOBRE EL PRIMER TRAPICHE EN VERACRUZ

Trapiche Tneapa – Tuxtla, Siglo XVI

Pedro Jiménez Lara¹

1. Contexto geocultural

La Región de la Costa del Golfo de México es una amplia área de contenido diverso, de norte a sur podemos encontrar distintos nichos ecológicos, regiones fisiográficas disímboles, grupos culturales que ha ocupado este territorio en distintos tiempos, tienes cientos de kilóme-

¹ Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana (México).

tros de litoral, playas de particular belleza, regiones escarpadas y frías como el Cofre de Perote y la cálida Región de los Tuxtlas localizada al sur del estado. Centrado en Veracruz es un estado que ofrece características propias de cada estación del año de manera permanente: desde: regiones frías, templadas, humadas y muy cálidas .

Como un gran promontorio en gran planicie se visualiza la Sierra de los Tuxtlas, nuestra región de interés. En medio de una gran superficie franqueada por La Cuenca del Río Papaloapan y al sur por el Río Coatzacoalcos.

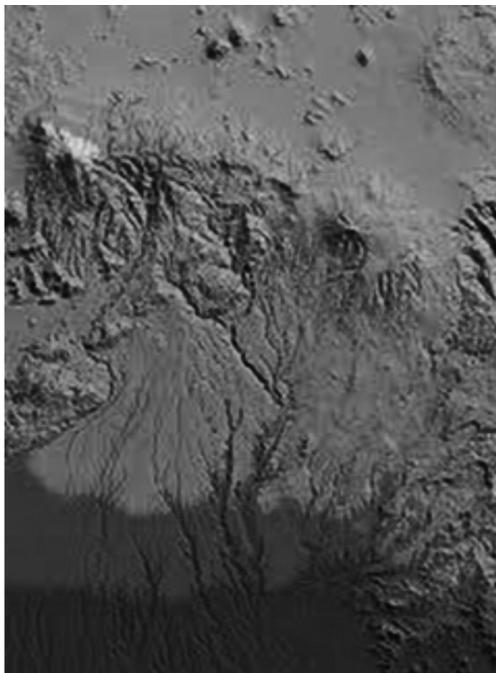
“...La sierra tiene un acusado gradiente altitudinal, que va desde el nivel del mar hasta 1,680 m de altitud en los volcanes San Martín Tuxtla y Santa Marta. Los siete centros más importantes de actividad volcánica son: San Martín Tuxtla (Tiltépetl) de 1,680 m, al noroeste de la sierra; Santa Marta de 1,680 m, en la sierra de Santa Marta, al este del Lago de Catemaco; San Martín Pajapan de 1,180 m, en la sierra de San Martín Pajapan, en el extremo sureste de la sierra; el cerro del Campanario de 1540 m, en la sierra de Yohualtapan; en el sureste de la sierra entre el Lago de Catemaco y la sierra de Santa Marta; el cerro Mono Blanco de 1,380 m, en la cuenca del lago de Catemaco al este del Lago de Catemaco; el cerro del Vigía (cerro Tuxtla o cerro Santiago) de 860 m, al oeste de la sierra y el cerro Blanco de 640 m, al noroeste de la sierra” (Cartas topográficas 1:5000 de INEGI).

“...Los volcanes monogenéticos formaron conos cineríticos, localizados principalmente en el extremo noreste de la sierra, se trata de alrededor de 300 volcanes que tuvieron actividad en un periodo entre 800,000 y 40,000 años antes del presente. Aproximadamente en 40 de estos conos se formaron lagunas de tipo maar, llamadas localmente xalapascos o axalapascos” (Martín-Del Pozzo, 1997).

La importancia de la Sierra de los Tuxtlas en el desarrollo del grupo cultura conocido como Olmecas, esta región es considerada como el área nuclear o central de donde se desprenden los centros ceremoniales de la Venta, Tres zapotes y San Lorenzo (Figura 1).



A



B

Figura 1: A) Plano de la Republica Mexicana
B) Localización satelital Maciso de los Tuxtlas.

Fueron las características de la región que atrajo a esta étnia. La riqueza natural: abundancia de agua manifestado en ríos y lagunas, clima cálido-húmedo y la selva mediana (selva alta perennifolia) fueron el marco ideal para el desarrollo de los Olmecas.

Considerado uno de los grupos culturales más antiguos de Mesoamérica y llamada la cultura madre desarrollan un estilo particular. Se les atribuye el ritual de Juego de Pelota en consecuencia la invención de las pelotas de hule usadas (Olmecas quiere decir – Los habitantes del país del hule), creadores de las magníficas e indescifrables cabezas colosales, característica distintiva de este grupo, y escultura monumental, destreza inigualable en el manejo de objeto confeccionados en jade. La arquitectura es reconocida porque fueron grandes túmulos de tierra de cuerpos sobrepuestos disminuidos hasta formar una pirámide trunca, mismas que posteriormente fueron revestida con piedras: lajas, bloques y canto rodado por otros grupos culturales. Para la elaboración de los grandes monumentos escultóricos usaron piedra volcánica y basalto, oscilando entre 6 y 40 toneladas, materia prima que “tenían en casa” con una técnica de talla insuperable.



A



B

Figura 2: A y B, Escultura monumental: Cabezas colosales. Fotos Pedro Jiménez – tomadas en el MAX.

La misma riqueza natural fue determinante para que los conquistadores voltearan a ver a esta región e implantaran “cosas traídas” del viejo mundo como la implantación de la industria azucarera con mano de obra de esclavos africanos.

2. Datos de la conquista

América es descubierta por Cristóbal Colón entre 1492 y 1504, explora las islas del Caribe, Sudamérica y Centroamérica con esto da inicio a la explotación y la sustracción de la riqueza de los pueblos locales por parte de los europeos. Y da inicio a un proceso de apropiación de estos codiciados espacios.

La conquista de México fue liderada por Hernán Cortés. Es un proceso histórico que inicia en el mar Caribe teniendo como sede la isla Española, tras varias expediciones y vicisitudes poco a poco fueron acercándose al Gran Imperio Mexicano: naufragios en las costas de Yucatán, costeando llegaron a Cabo Catoche en Tabasco, para finalmente llegar a las playas de Chalchiucueyecan en Veracruz en el año 1519.

En Chalchiucueyecan surge una rebelión de los soldados de Cortés y este decide “quemar las naves” para evitar que regresaran a Cuba. Las condiciones de sobrevivencia en esta parte del litoral mexicano, conocido en la actualidad como Costa del Golfo, y según las crónicas, no eran las idóneas. El capitán Cortés abandona este lugar y avanza algunos kilómetros hacia el norte y encuentra otro espacio que considero el apropiado y ahí surge el primer Ayuntamiento Continental; La Villa Rica de la Vera Cruz. En este lugar se da el primer contacto con indígenas tonacos de Quiahuistlán y con los recaudadores de tributo del Gran Emperador Moctezocuma. Habilmente hace alianzas con indígenas y logra llegar a Tenochtitlan, la sede del gran Imperio.

Destruída la Gran Tenochtitlan dos años después continúa el avasallamiento en contra del mundo indígena, desvalijan las principales ciudades y centros ceremoniales, imponen la nueva religión y nuevas costumbres. Habilmente respetan el esquema de recaudación de tributo. El indígena es tratado brutalmente y sumando las enfermedades la población es diezmada en un 90%, prácticamente masacran a la sociedad mesoamericana.

Cortés logra redimensionar el espacio y la riqueza existente, pero también se enfrenta con la problemática de la exigencia de la Corona quienes exigían los resultados de este osado proyecto, o sea, la conquista.

Un giro de 360° se da en la sociedad mesoamericana para los sobrevivientes todo cambia; la religión, la indumentaria, el idioma, las formas de gobierno, las nuevas construcciones, surgimientos de las nuevas ciudades, explotación minera, los nuevos cultivos, etc. Situación a la que tuvieron que adecuarse los sobrevivientes.

Como dueño absoluto del territorio conquistado, entre otras cosas, hace reparticiones de tierra para albergar los nuevos cultivos, uno de ellos es la Caña de Azúcar. Espacios que estaban dedicados a la agricultura, la sociedad mesoamericana fue eminentemente agrícola, se transformaron para dar cabida a estas siembras.

Son diversos los productos introducidos por los conquistadores a Mesoamerica, varían entre plantas y animales:

3. Agricultura. plantas y frutas

“...Trigo (harinas, pan), Cebada, Avena, Centeno, Olivos (aceitunas, aceite), Alfalfa, Lentejas, Lechugas, Col, Rábanos, Espárrago, Zanahoria, Espinaca, **Caña de azúcar (piloncillo, azúcar, ron, alcohol, procesos de destilación)**, Cítricos como Limones, Naranjas, Limas, Toronjas, Manzanas, las vides. (uvas, vinos). ((Que animales y plantas trajeron los **españoles**. <https://mx.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090831164920AAnFxd6>).

Especies y condimentos, no todos Europeos algunos de origen asiático o africano, pero ya transculturizados son usados en México-Mesoamerica.

“...Arroz, Azafrán, Albahaca, Café, Canela, Anís, Almen dras, Nueces, Ajo, Cebolla, Cilantro, Romero, Orégano, Clavo, Jengibre, Mejorana, Pimientas, Mostaza; Plátano, Eucalipto, Rosales”. (Que animales y plantas trajeron los

españoles <https://mx.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090831164920AAnFxd6>).

Aparte de la transformación del espacio por los cultivos también hubo los que fueron destinado a la cría de ganado vacuno, lanar, aves de corral y especies menores:

“...Ganado vacuno (carne, leche, procesos lácteos de todo tipo como quesos, crema mantequilla, requesón, etc.). Gallinas (carne, huevos) y otras aves de corral. Caballos (animales de transporte y carga) Mulas (transporte y carga) Burros (transporte y carga). Ovejas (carne y lana) Cabras (carne y quesos) Chivos (carne) Cerdos. (carne y manteca). Perros y Gatos de diversas razas”. **(Que animales y plantas trajeron los españoles <https://mx.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090831164920AAnFxd6>).**

Sumando los cultivos locales y los implantados por los conquistadores la actividad agrícola se diversifica, Lucena (2006) dice que “... Las cultura del trigo, del arroz y del maíz se encontraron en suelo americano y caminaron juntas desde entonces para beneficio de toda la humanidad” (LUCENA, p. 20)

Como se ha dicho antes el cambio drástico que se da en la sociedad mesoamericana también impacta al campo, y, en este caso cobra importancia uno de los cultivos donde fue necesario: grandes espacios para su plantación, condiciones climáticos para su buen desarrollo, agua y mano de obra fuerte para un resultado óptimo. En esto último mencionado se tuvo que recurrir a los esclavos africanos considerando que la indígena estaba escasa, me estoy refiriendo al cultivo de la Caña de Azúcar.



Figura 3: Plantíos de Caña de Azúcar
– Bajo Papaloapan, Ver. Cortesía:
PAYPPCUBAPA/PJL/IIH-S-/UV.

4. Origen de la planta de caña de azucar

El origen de la Planta de la Caña de Azúcar y su cultivo no es claro, algunos autores afirman que el inicio fue en China, otros que hay antecedentes en la literatura Hindú, Y después paso a Persia y Egipto, enmarcado en un periodo cronológico que va 3 000 aC – 500 dC. Se menciona que alrededor del 700 dC llega a Egipto y “... los árabes la llevaron al norte de África y al sur de Europa, al tiempo que los chinos extendían los cultivos hacia Java y Las Filipinas, los cruzados la transportaban a Francia en los siglos XI y XII y su desarrollo comercial se extendió al resto del continente europeo”.(López, 2015, p.15) A America es introducida en el siglo XVI, fueron los Portugueses quienes la implantaron en Brasil y los Españoles en el Caribe y en México. (Hernández, 2013):

“...La gran expansión de la azúcar en toda Latinoamérica se explica no solo por el clima favorable sino por la demanda en aumento al momento de consumirla. Ello explica la razón por la que América Latina (AL) superó en producción al resto del mundo en menos de cien años” . (Hernández, 2013).

El caso de México es particular en relación a la economía que surge a partir del esclavismo y las relaciones inter o trirraciales. Von Mentz (1999) dice que es “...es de las economías llamadas de “plantación”, que eran economías esclavistas, de monocultivo”.

De esta manera la producción esta controlada por “empresas” exportadoras del producto esclavo, esto se da esencialmente en regiones despobladas, es decir, en regiones “vacías” a consecuencia de la ausencia de la presencia humana, donde la población fue exterminada o desplazada, así fue el caso de mesoamerica.

5. El primer Trapiche en Veracruz.

Data de 1524 el inicio de una época distinta de cultivo en Mesoamerica con esta fecha da inicio a la producción de azúcar en Veracruz con la siembra de la Caña de Azúcar, mas preciso en la región de los Tuxtles. Hernan Cortés es el fundador de la industria del dulce y manda construir el primer trapiche llamado el de Taboada a orillas del río Tepengo en el municipio de Santiago Tuxtla. En los años que siguen expande los sembradíos a Tepeaca y Rinconada, región periférica teniendo como objetivo central una mayor producción

Bernal Díaz del Castillo en su crónica *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España* dice como los soldados de Gonzalo de Sandoval se reparten estas tierras y menciona la fundación de este ingenio azucarero en la región de los *Tuxtles* (Díaz, 1981),

Para 1544 ya ésta sembrando Caña de Azúcar en algunas regiones de los estados de Puebla y Oaxaca, Michoacan y Jalisco. Convirtiendo al Marquesado de Oaxaca en el centro productor de azúcar más importante de México y probablemente del continente.



Figura 4: Santiago Tuxtla, sede del primer Trapiche en Veracruz. Tomado de Google earth maps.

El Ingenio Trapiche conocido como Teneapa-Tuxtla, para su funcionamiento recibió la siguiente maquinaria: rueda de agua, un grupo de trabajadores indígenas y esclavos negros del ingenio de Tlaltenango, Cuernavaca del estado de Morelos.

El Alcalde Mayor y Mayordomo de Tuxtla Hernán Ladrón de Guevara se hizo cargo del Ingenio el 30 de mayo de 1534 entregado por Diego Gutierrez.

En los dos años siguientes, ampliados los sembradíos, creció la producción y se sumaron otros ingenios: Tlaltenango y Villarroel localizados en Axacomulco para sacar la producción de azúcar con destino a España.

Con una infraestructura inacabada, es decir, la “hacienda” a medio construir y seguramente la Casa Grande donde residían los Patrones tenían las condiciones de confort, no así los restantes como el espacio donde dormían los esclavos; la población se incremento, faltaban construcciones fundamentales. Si bien era el S. XVI e inicio de la implantación de esta nueva industria y tratándose de un ingenio pequeño que no

contaba con animales de tracción, entonces podemos deducir que todo el trabajo para la producción de azúcar recaía en el ser humano esclavizado.



A



B

Figura 5: A) Rio Teneapa.
B) Vestigios del Trapiche
Teneapa. Cortesía: Arq.
Vela. Eco Parque Yolihuani.

Habrá que profundizar esta parte inicial de la implantación de los Ingenios en Veracruz. Hay faltantes importantes que nos conduzcan a tener una mayor claridad sobre esta industria, las estadísticas de producción, tráfico de esclavos, “empresas” encargadas de la distribución interna del producto y lo que salía para España. Son solo unos ejemplos o líneas de investigación que tendrán que cubrirse en un futuro próximo.

Referências bibliográficas

BARRETT, Ward, "Morelos and its Sugar Industry in the Late Eighteenth Century" en Altman y James Lockhard, *Provinces of Early Mexico*, Los Ángeles, UCLA-Latin American Center Publications, 1976, pp. 154-175.

_____, *La hacienda azucarera de los marqueses del Valle. 1535-1970*, México, Siglo XXI Editores, 1977.

BARRETT, Ward y Stuart Schwartz, "Comparación entre dos economías azucareras coloniales: Morelos, México y Bahía, Brasil" en CLACSO, *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*, México, Siglo XXI Editores, 1975, pp. 532-572.

CHEVALIER, François, *La formación de los latifundios en México. Haciendas y sociedad en los siglos XVI, XVII y XVIII*, México, FCE, 3a. ed., 1999.

CRESPO, Horacio (coord.), *Morelos. Cinco siglos de historia regional*. México, Centro de Estudios Históricos del Agrarismo en México/Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 1984.

_____, "La hacienda azucarera del estado de Morelos: modernización y conflicto", tesis de doctorado en Estudios Latinoamericanos, México, UNAM, 1996.

CRUZ-LEÓN, Artemio, Tomás MARTÍNEZ-SALDAÑA, Miguel Ángel, DAMIÁN-HUATO. *Las mulas olvidadas por la historia agrícola colonial: una restitución mules forgotten by colonial agricultural history: restitution*. Universidad Autónoma Chapingo. Colegio de Postgraduados Instituto de Ciencias, Volumen 7, no. 3 BUAP. México. 2015.

DÍAZ del Castillo (1991). CLX. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. México: Alianza Editorial. p. 588. ISBN 968-39-0022-4.

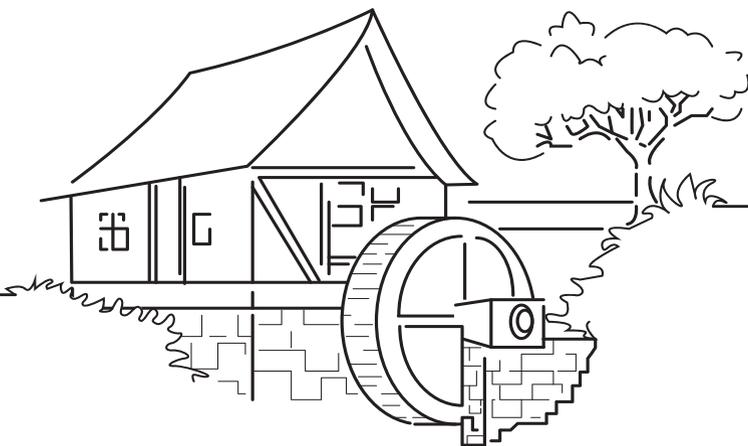
HERNÁNDEZ AYÓN, Francisco J. ET. AL. *La Caña de Azúcar en su contexto histórico en: El Sector Cañero en Nayarit desde una perspectiva organizacional y ambiental*. UAN, ISBN-13: 978-84-15774-91-4. N° Registro: 201365752. México. 2015.

LOPÉZ Bustamante, J.F. *La Caña de Azúcar (saccharum officinarum) para la producción de panela. caso: nordeste del departamento de Antioquia*. Universidad Nacional Abierta y a Distancia. UNAD. Escuela de Ciencias Agrícolas, Pecuarias y del Medio Ambiente Agronomía Medellín, Antioquia, Colombia, 2015, p.70.

LUCENA GIRALDO, Manuel. A los cuatro vientos: las ciudades de la America Hispana. Marcial Pons, España. 2006.

OLIVEIRA, Claudia. O Projeto Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe. UFPE, Brasil. 2008.

VON MENTZ, Brigida. Notas sobre el estudio del azúcar en Mexico: fuentes y algunos problemas interpretativos. Ciesas, México. 1999. (Que animales y plantas trajeron los españoles <https://mx.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090831164920AAnFxd6>).



BAHIA DE TODOS OS ENGENHOS

Carlos Etchevarne¹

1. Sobre a justificativa da diversidade de situações arqueológicas referentes aos engenhos de açúcar na Bahia

Na Bahia, a produção de açúcar teve um papel preponderante no desenvolvimento econômico e social do território que hoje compõe o Estado. Efetivamente, desde o início do século XVI, o açúcar foi se definindo como o produto que estruturou, em grande parte, a vida das cidades e do campo. No estado baiano, os engenhos açucareiros, definidos

¹Prof. de Arqueologia - Dep. Antropologia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia.

não somente pelo núcleo de processamento do açúcar da espécie *Saccharum officinarum*, mas também pelos grandes campos cultivados em torno deles (os canaviais), foram surgindo acompanhando a sequência da ocupação territorial, inicialmente nas proximidades das cidades como Salvador, capital da colônia, a de Ilhéus, a de Santa Cruz Cabrália e a de Porto Seguro, e, posteriormente em áreas cada vez mais afastadas, alargando as fronteiras colonizadas. Por isto, os engenhos são considerados uma das frentes de expansão territorial dos colonizadores portugueses, que se irradiaram a partir de centros urbanos, incluídos no sistema de produção como pontos de escoamento para a metrópole.

Essas instalações rurais formavam unidades multi-componenciais com características arquitetônicas espaciais que respondiam, principalmente, a funções produtivas em grande escala para comércio internacional, a residências dos vários estamentos sociais que nelas habitavam a administração da ordem intergrupala (e até interpessoal), assim como a de procedimentos de transporte e comercialização. O padre jesuíta João André Antonil descreve os engenhos, no início do século XVIII, como singulares agrupamentos sociais, quase autossuficientes em termos de abastecimento e complexos nos vínculos entre seus moradores e nas relações de vizinhança ou de ordem institucional fora dos limites da propriedade. A isto soma-se a forte autoridade patriarcal, centralizada na onipotente figura do senhor do engenho, no ápice do poder local.

Ao longo do período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII) e do início do independente (isto é, a primeira metade do século XIX), os engenhos de açúcar com o conjunto dos elementos constitutivos arquitetônicos (por que não, urbanísticos) e as plantações circundantes, os canaviais, reconfiguraram a paisagem natural de Mata Atlântica, outrora existente numa larga faixa litorânea, onde se concentrou tradicionalmente a produção açucareira para exportação.

Não obstante a preponderância numérica e a importância dessas unidades na área do litoral, há que se considerar os pequenos engenhos de núcleos interioranos que não chegavam a serem incluídos no círculo dos exportadores. Tratava-se de uma produção açucareira de pequena escala que servia a uma economia voltada para o consumo local ou, no máximo, regional. O complexo arquitetônico deste tipo de atividade açucareira era, evidentemente, menos importante, havendo de levar em

conta, quando se trata das suas estruturas edificadas, aquelas que corresponderiam a outro tipo de equipamento produtivo.

As ordens religiosas, especialmente a jesuítica e a beneditina, também possuíram engenhos, alguns de grande porte, recebidos por doação, como o caso do Engenho Sergipe do Conde, que em um momento passou a ser propriedade da ordem e depender do Colégio dos Jesuítas da Bahia, não sem disputa com o Colégio de Santo Antônio de Lisboa (Schwartz, S, 1998: 397). Mais tarde, outros engenhos obtidos por doações, asseguravam recursos financeiros necessários para a manutenção das ações da ordem. O que pode ser observado, nesses engenhos, é que a estrutura social de tipo patriarcal se modifica um pouco na medida em que são os irmãos de ambas as ordens que atuam, em nome delas, como autoridade máxima.

Desta forma, deve-se colocar como premissa básica para a abordagem do estudo dos engenhos na Bahia, que os complexos espaços construídos não eram homogêneos, malgrado mantivessem uma estrutura mínima em comum. Eles foram variando, acompanhando as oscilações do mercado açucareiro mundial, as modificações sociais e políticas ocorridas na metrópole e na colônia ao longo desses séculos, as mudanças na estrutura fundiária, as tendências arquitetônicas e, sobretudo, as transformações tecnológicas incorporadas à produção, que implicaram a maximização de tempo e tentavam minimizar a utilização de mão de obra.

As diferentes classes de engenho de açúcar que teimosamente resistem até hoje na Bahia, em diferentes graus de integridade, assinalam algumas dessas mudanças ou permanências e, certamente, constituem elementos referenciais ou, pelo menos, testemunhais dessas circunstâncias históricas, em meio a uma paisagem cada vez mais transformada. De fato, nas últimas décadas do século XX se desatou um processo de industrialização acelerado com as instalações de polos industriais, principalmente aqueles vinculados aos derivados do petróleo, e pelo aumento demográfico e urbanístico desordenado, fatores que resultaram na supressão da vegetação natural restante ou a do cultivo extensivo da cana de açúcar, já incorporado à paisagem cultural paralela e conseqüentemente, há um abandono das velhas construções açucareiras, substituídas pelas usinas automatizadas para a produção de etanol. Salvo poucos casos, do outrora pujante mundo do açúcar só restam hoje solitários vestígios evocativos de formas sociais, organização produtiva

e equipamentos tecnológicos que, às vezes, são identificáveis na memória coletiva de certos grupos da população baiana.

2. O mundo do açúcar na Bahia. O que se conhece, o que restou

Os engenhos de açúcar da Bahia foram centro de atenção, desde muito tempo, de vários estudiosos (cronistas, historiadores, sociólogos, geógrafos, arquitetos), que, desde perspectivas diferenciadas, utilizaram o engenho açucareiro como figura de referência no processo de ocupação do território baiano, especialmente do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos e as faixas litorâneas do sul e do norte dessa grande reentrância marítima. Nessa definição de território baiano, não podem ser esquecidas áreas contíguas, paisagisticamente parecidas, que formavam parte das capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro, incorporadas definitivamente à capitania da Bahia no século XVIII, e a de Sergipe, que em alguns momentos dependeu também de Bahia.

Com resultados financeiros altamente positivos, distribuindo o produto nos mercados europeus, através da metrópole portuguesa e dos Países Baixos, o cultivo do açúcar cresceu rapidamente em diferentes partes da colônia brasileira, a capitania da Bahia incluída, chegando a ser a segunda produtora, depois da capitania de Pernambuco. Pouco tempo depois da criação da cidade de Salvador, em 1549, e da fixação da população do núcleo urbano capital da colônia, os territórios em volta vão ser ocupados, seguindo duas atividades econômicas principais e complementares: o açúcar, para a exportação, e o gado, para o consumo interno. Vários autores abordam esta questão, mas basta lembrar, apenas como exemplo, o pioneiro trabalho de Florisbello Freire, “História Territorial do Brasil”, em que identifica as estratégias de expansão e consolidação de terras na Bahia, conforme o potencial agrícola do solo e o regime de chuvas da larga e extensa faixa considerada como litorânea, destinada, principalmente, ao açúcar, e o chamado sertão, ou seja, o interior agreste, aonde se desenvolveu, com grande força, a criação de gado bovino. Cada um desses empreendimentos funcionava em torno de unidades produtivas que adquiriram caráter emblemático: no primeiro caso, o engenho e, no segundo, o curral.

Data do período colonial as primeiras informações sobre as atividades internas dos engenhos. Sem contar as quinhentistas narrativas de Gândavo (Circa, 1570) e de Gabriel Soares de Souza (1587), a primeira apenas com menção quantitativa dos engenhos por capitania e, a segunda, com maior precisão descritiva e exatidão quanto à localização, devem-se esperar os primeiros anos do século XVIII para se ter um refinado conjunto sistematizado de informações: a obra de João André Antonil, “Cultura e opulência do Brasil”. Este padre jesuíta toma como base de observações o Engenho Sergipe do Conde, no Recôncavo, na beira do mar da baía². Seu olhar é o de um contemporâneo deslumbrado pela tecnologia, a organização do processo de produção e pelos resultados. Nas palavras de Antonil:

“Quem chama às oficinas em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente o nome. Porque quem quer que as vê e considera, com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções de engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável” (Antonil, J.A. 1982: 69).

Fora esse seu deslumbramento quanto à tecnologia, que, sem dúvida, encerra também uma admiração e entusiasmo pelo que se conseguia movimentar em termos econômicos mundiais, Antonil também fez observações *in situ* fazendo a distinção entre os engenhos reais, aqueles que cultivavam e tinham os equipamentos de transformação da cana em açúcar, e as engenhocas, que só tinham os campos de canaviais e recorriam aos engenhos reais para o processamento. Estas categorias classificatórias, que já estavam em uso naquela época, continuaram sendo aplicadas até o século XIX, definindo-se com elas o valor econômico e o conseqüente capital simbólico das propriedades.

2 “E porque folguei de ver um dos mais afamados que há no Recôncavo, à beira mar da Bahia, a que chamam engenho de Sergipe do Conde, movido de uma louvável curiosidade, procurei, nos oito ou dez dias que aí estive, tomar notícia de tudo o que fazia tão celebrado, e quase rei dos engenhos reais” Antonil, J.A. 1982:69

O padre jesuíta detalhou, muito etnograficamente, todas as etapas de produção com seus correspondentes períodos, as pessoas especializadas que participavam, a distribuição dos espaços necessários, o tipo e quantidade de mão de obra, equipamentos, relações de trabalho, quantidade de produção, armazenamento, comercialização, controle contável e, não menos importante, os ganhos. Um registro fidedigno sobre o qual se basearam muitos pesquisadores dos séculos XX e XXI, para compreender o complexo microcosmo açucareiro, pelo menos no que se refere à Bahia (Ib. pp 69-145).

O mapa da distribuição dos engenhos aponta para um natural crescimento numérico com o passar do tempo, ocupando-se, cada vez mais, das áreas afastadas das margens da costa marítima ou dos rios e riachos, ou seja, dos locais de escoamento, dos centros de produção³. Isto aconteceu porque, em boa parte, foram sendo ocupadas novas terras, para aumento da produção, mas também porque o uso constante do solo, sem rotatividade, esgotava a fertilidade dos mesmos, o que exigia mudar para outros lugares mais distantes, embora os custos com o transporte aumentassem. Não obstante a interiorização, essa atividade não deixou os proprietários sem lucros.

Assim que as plantações de cana vão se interiorizando, as propriedades reduzem-se de tamanho na sua extensão, dividindo-se em parcelas, compradas ou recebidas por herança. Há ainda que se observar uma situação particular, de aparente oposição, em que diante desta tendência à diminuição da extensão das terras, as construções das casas grandes aumentam em proporções e nas divisões dos espaços internos, acompanhando o vínculo cada vez mais intenso entre o mundo rural e o urbano que, por sua vez, se torna mais complexo e requintado.

A aparição ou o desenvolvimento das vilas do Recôncavo também influenciaram nas transformações. Esse crescimento urbano no interior marcou a tendência de certo declínio dos engenhos açucareiros em relação a sua quase autossuficiência e ao poder absoluto do senhor do engenho sobre o núcleo habitacional que ele dominava. Em compensação a esta tendência observa-se um aumento da sua ação política regional,

3 Neste sentido, cabe lembrar que o ponto de partida foi dado pela campanha militar empreendida pelo governador geral Mem de Sá, em 1575, contra os índios do Recôncavo, com o objetivo de liberar as terras dos perigos que esses representavam e estender a fronteira dos territórios férteis, para o cultivo do açúcar.

direta ou indireta, como fica mais evidente desde o início do século XIX, na participação dos movimentos pró independência do Brasil.

Sobre o quadro das propriedades e proprietários de engenhos, Carlos Ott (1996) apresenta um minucioso levantamento documental, que chamou “Povoamento do Recôncavo pelos engenhos, 1536-1888”. Como o próprio título indica, Ott limita-se apenas aos territórios em torno da Baía de Todos os Santos, principal área açucareira da Bahia, analisando a documentação de compra e venda, doações ou de heranças das propriedades e apontando a repartição dos engenhos entre as famílias mais abastadas ou, pelo menos, com maior prestígio social. Neste trabalho, deve-se buscar, nas entrelinhas, pormenores de ampliação (por anexação), ou diminuição das herdades (por repartição), em uma espécie de jogo de circulação de propriedades entre membros de um grupo social pouco numeroso, pelo menos para os primeiros dois séculos de colonização.

No que se refere à dinâmica do funcionamento interno dos engenhos, especialmente às relações entre os diferentes grupos sociais que compunham essas unidades, pode-se afirmar que se tratavam de âmbitos em que podia aflorar a tensão subjacente a essa configuração sócio econômica. A própria constituição desses povoados açucareiros voltados para uma atividade capitalista mercantil, mas socialmente estruturada de forma muito próxima a um feudo, assim o ensejava. Stuart Schwartz, no seu já clássico “Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial”, descortina um panorama dos mais completos sobre as relações dentro e fora dos engenhos no Brasil, com bons exemplos sobre a Bahia.

A situação de opressão que a escravidão comportava provocou revoltas individuais ou coletivas dos cativos (Matoso, K. 2001: 152-166). Desde o início das atividades açucareiras na Bahia, as fugas e revoltas foram as mais frequentes formas de tentativas de superação desse estado de opressão, mas não as únicas. A sabotagem da produção e reivindicações das condições de trabalho, por exemplo, ou, ainda, maneiras menos perceptíveis de resistência, vinculadas mais ao plano do simbólico e religioso, foram também estratégias largamente utilizadas.

Neste último sentido, cabe lembrar que essas poderosas ferreamentas espirituais não foram empregadas apenas pelos grupos de procedência africana, senão também pelos indígenas, que formaram o primeiro contingente de mão de obra escravizado para as plantações de

cana, no século XVI. É paradigmática, nesse sentido, a revolta indígena de alguns grupos do Recôncavo, na região de Jaguaripe, que derivou no movimento milenarista denominado Santidade. Ele teve como cenário as terras do engenho de Fernão Cabral de Athayde, proprietário que, estranhamente, acabou tolerando e até aderindo ao movimento, seja por própria convicção ou pela tentativa de salvar as suas plantações (Vainfas, R. 1995).

Mas as tensões dentro dos engenhos não eram unicamente provocadas pelos escravos. No outro extremo da pirâmide social, dentro do grupo dos familiares do senhor do engenho, havia também tensões. Disputas e cisões surgiam, por exemplo, em momento de repartição da herança que comprometiam a manutenção da integridade da propriedade. Por outro lado, permanecer dentro da classe de maior poder e prestígio da colônia, com seus privilégios e atribuições honrosas, requeria um controle permanente do equilíbrio financeiro e político, o óbvio beneplácito da coroa e seus representantes e as desejadas alianças matrimoniais vantajosas. Sem contar que uma boa parte dos senhores de engenho, pelo menos nos primeiros dois séculos eram cristãos novos e que, pelo menos esse segmento, devia estar sempre atento a que essa condição de origem não viesse à tona e trouxesse prejuízos para a família. Em certos momentos históricos, pertencer a uma família de cristãos novos, mesmo conversos de longa data, teve consequências devastadoras para alguns senhores de engenhos, como bem o demonstram Stuart Schwartz (1988: 225-226) e Anita Kovinsky (1992: 57-102). As três visitas da Inquisição à Bahia, entre final do século XVI e a primeira metade do século XVII, reavivou o preconceito da chamada pureza de sangue, que nunca desaparecera totalmente, não obstante os casamentos dos cristãos novos com membros de famílias fidalgas de cristãos velhos. Ou seja, o âmbito do engenho de açúcar passava longe de ter uma atmosfera estável, harmônica e segura.

No que se refere ao espaço arquitetônico de uma unidade açucareira, isto é, a área construída, seus elementos componenciais, a organização interna e as transformações no tempo, a obra da historiadora da arquitetura Esterzilda Berenstein de Azevedo, especialista em engenhos da Bahia, permite compreender o quadro de situações construtivas e de ocupações topográficas que refletem, por um lado, a crescente necessidade de terras de cultivo e a introdução de inovações tecnológicas no processo de produção do açúcar, como o trem de Jamaica ou as caldeiras

a vapor, e, por outro, as mudanças sociais produzidas na capitania da Bahia, depois província do império (Azevedo, E.B.: 2000 e 2009).

Em linhas gerais, Azevedo observa que a partir de uma simplicidade construtiva que abarca todo o século XVI passa-se para uma crescente complexidade no número de módulos componenciais do ambiente do engenho, incorporando-se cada vez mais novos espaços internos e aumentando as dimensões dos edifícios. As escolhas topográficas em que os engenhos se inserem também vão ser mudadas, na medida em que esses se afastam da beira dos rios e passam a ser construídos no topo de colinas, com uma visão totalizadora da paisagem de canaviais e das instalações, facilitando, assim, o controle das atividades produtivas. As casas grandes incrementam seus aposentos, enriquecem as igrejas anexas aos edifícios senhoriais, até chegarem a ser conjuntos imponentes na paisagem das regiões canavieiras, especialmente no Recôncavo da Bahia.

Na segunda metade do século XIX, as mudanças incluem galerias com colonadas na parte anterior das casas senhoriais, jardins circundados por muros, com grandes portais de ingresso. Aos poucos desaparecem as capelas como construções separadas, criando-se um espaço interno à casa grande para os cultos católicos. Do ponto de vista da produção aumentam o tamanho dos galpões das fábricas e com a incorporação das máquinas a vapor, nos engenhos, surgem as altas chaminés de tijolos, muitas das quais ainda emergem entre as colinas, como únicos remanescentes construtivos do complexo açucareiro. Para o final do século XIX, pode ser constatado que um grande número de pequenos engenhos sem moenda se espalha orbitando em torno de outros maiores, aonde convergiria a produção de cana dos menores para ser transformada em açúcar.

Fica evidente que esta sequência de mudanças das unidades açucareiras, proposta por Azevedo, não é linear nem se aplica homogeneamente a todas as unidades de produção no território da Bahia. Desta forma, o que pode ser observado, para o final do século XIX, é a simultaneidade de situações em que coexistem vários tipos de engenhos, com formas arquitetônicas, especialidades na produção, equipamentos e dimensões muito diferentes entre si (Azevedo, E.B. 2009 pp 47-61).

Em termos arqueológicos, os engenhos não têm sido abordados atendendo à importância que eles tiveram no processo de consolidação

do projeto colonial. Isto se deve ao próprio histórico da Arqueologia na Bahia, com poucos quadros profissionais, escassos recursos e um número elevado de ações para serem realizadas, no que se refere à pesquisa, preservação, gestão e educação patrimonial.

Podem se mencionar quatro situações de intervenções arqueológicas em sítios de engenhos, para toda a Bahia e dois programas de mapeamento que, ainda que não foram dedicados exclusivamente a eles, os incluíram. Estes dois programas foram realizados em três municípios do Recôncavo baiano. O primeiro desenvolvido no território municipal de Jaguaripe, que fecha, pelo sul, a Baía de Todos os Santos, realizado na década de 1990 e, o segundo, em Cachoeira (Figura 1) e São Félix (Figura 2), sobre o rio Paraguaçu, próximos a essa baía, na primeira década de 2000. Somados todos, contabilizam 24 sítios cadastrados referentes a engenhos ou a parte deles, sendo 2 em Jaguaripe e 22 nos outros dois municípios. Outro conjunto vestigial no município de Candeias corresponde ao engenho de Jacaracanga, já mencionado por Gabriel Soares de Souza em 1587 e em São Francisco do Conde, o engenho São João, do século XIX (IPAC, 1982:47). Nesses levantamentos, não foram considerados os engenhos que ainda mantêm as estruturas principais em uso, senão os abandonados que se encontram em diversos graus de integridade, com exemplos de ruínas da casa grande, fragmentos de aquedutos, setores de áreas de fornalhas e das casas de purga, chaminés, capelas semiabandonadas, canais d'água, muros de aterros de contenção, cais em desuso, entre outros.



Figura 1: Engenho Vitória (município de Cachoeira, Recôncavo baiano). Vista da casa grande, sobre o rio Paraguaçu. Construção do séc. XIX. Nas proximidades encontram-se as ruínas da fábrica. Foto: Fabiana Comerlato.

Cabe ressaltar que nesses trabalhos não foi possível localizar vestígios de senzalas, um dos espaços primordiais para o funcionamento do engenho. Essa não localização em superfície dos alojamentos de escravos pode ser justificada, entre outras razões, pela utilização de material construtivo de natureza perecível ou por elas terem entrado em abandono e degradação antes que as casas senhoriais, considerando que estas foram habitadas, pelo menos de forma intermitente, por muito tempo após ter sido deixada de utilizar a mão de obra escrava.



Figura 2: Engenho Capivari, São Félix.
Ruínas do aqueduto, próximo de uma
estrada vicinal.

Em matéria de vestígios, é conveniente ressaltar a existência de certos elementos naturais que acusam a outrora existência de uma casa grande de engenho, onde hoje não é nada visível em superfície. Trata-se das colônias de palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*). Os conjuntos de palmeiras deste tipo, de diferentes idades, em meio a capoeiras ou a

matas semifechadas, são originados dos espécimes plantados em tempos em que existiam as casas senhoriais, na segunda metade do século XIX. Nesse período, as palmeiras imperiais se tornaram símbolos de opulência e toda casa senhorial ostentava fileiras delas na sua frente. Os agrupamentos de plantas de diferentes tamanhos (adultas, jovens e brotos), presentes hoje, são o resultado da reprodução natural dessa espécie de palmeira. Pelo fato de ter sido uma planta exógena intencionalmente plantada, evidencia um comportamento social pretérito e, por isso, se transforma em testemunho arqueológico. Outras plantas como as jaqueiras e mangueiras, plantas igualmente exógenas, também já foram tratadas da mesma forma, isto é como vestígios arqueológicos, em vários trabalhos de pesquisa na Bahia, como elemento identificador de uma área ocupada em algum momento de ocupação humana (Etchevarne, C. e Fernandes, L. 2011).

O primeiro dos trabalhos de arqueologia sobre engenhos ocorreu na segunda metade da década de 1990, no município de Porto Seguro, sobre uma área, situada entre a falésia e a praia, pouco ao sul da cidade histórica, que hoje é conhecida como Praia de Itacimirim. Essa estreita faixa litorânea apresenta uma cobertura vegetal arbustiva e com algumas árvores de médio porte, típica da restinga baiana, com introdução de espécies exógenas, como as palmeiras de dendê. Essa área serviu de cenário do que seria, talvez, uma das primeiras instalações para processar a cana de açúcar, não somente na Bahia, como também em todo o Brasil (Etchevarne, C. 2000).

Ao pé da falésia e acompanhando-a por algumas centenas de metros, corre o riacho de São Francisco que desemboca aproximadamente onde a barreira de recifes, paralela à costa, se abre para o mar aberto. Esta quebra na linha de recife pode ter sido aproveitada para a passagem de embarcações pequenas e o deslocamento das caixas de açúcar, via o rio, até os navios fundeados após a barreira. Ou seja, o local de processamento ou estocagem estava diretamente relacionado com o acesso a seu transporte.

Os vestígios cerâmicos e metálicos ferrosos foram encontrados, na sua maioria a 140 cm da superfície, cobertos por camadas desiguais de sedimentos arenosos escuros, derivados da erosão da falésia e da acumulação pluvial e eólica, sobre os quais foi instalando-se uma vegetação que ajudou à acumulação de matéria húmida. Esta deposição pode ter ocultado parte dos restos e eliminado outros elementos teste-

munhais, como estruturas murarias de madeira, pau a pique, adobe ou de taipa de pilão das construções de moradia ou das instalações de produção açucareira que pudessem existir. O único elemento construtivo que foi encontrado se vincula a algumas partes de um piso básico, realizado com uma mistura de cal e barro, de uns 3cm de espessura, sobre o qual se achavam os fragmentos de objetos arqueológicos.

O universo de artefatos encontrados estava composto, em sua maioria, por fragmentos de cerâmica de origem portuguesa, pratos, jarras, bacias, panelas e um conjunto muito numeroso de formas de pão de açúcar. Essas são facilmente identificáveis pelo seu formato cônico, com borda reforçada e uma pequena abertura na extremidade mais fina da forma. O número de fragmentos e a concentração deles, assim como a localização de outro conjunto dessas peças denunciam claramente a existência pretérita de uma área com atividades de processamento de cana de açúcar, isto é, de um engenho. A coloração alaranjada intensa das peças, assim como as partículas de mica das argilas, apontaram imediatamente para uma procedência portuguesa. Essa origem foi confirmada posteriormente, podendo-se circunscrever-las ao polo produtor de Aveiros, que fabricava formas de pão de açúcar para outras regiões de Portugal, desde o final do século XV.

O corpus de dados arqueológicos converge com as informações proporcionadas por Gabriel Soares de Souza, cronista português da segunda metade do século XVI, que descreveu, na segunda metade do século XVI, o território colonial brasileiro ocupado até esse momento, com grande precisão e detalhamento. Souza quando analisa a região costeira de Santa Cruz a Porto Seguro menciona todos os elementos topográficos apontados acima (falésia, riacho, barreiras de recifes e de suas aberturas), anexando a informação de ter existido “o engenho de João da Rocha”, à meia légua da cidade de Porto Seguro. Essa distância coincide com os três quilômetros em que foram encontrados os restos arqueológicos e com o nome atual da área que Souza menciona como Itacumirim e hoje é denominada de Itacimirim (Souza, G.S. de 2000: 46-47).

No mesmo nível de profundidade em que foi encontrado o material português havia uma quantidade significativa de cerâmica indígena, vinculada arqueologicamente aos grupos Tupis. A proporção de fragmentos dessa origem corresponde, em algumas amostragens, à metade dos de origem portuguesa. Cabe ressaltar que a região era povoada por diversos grupos aparentados linguisticamente como os Tu-

piniquins, já mencionados por Souza. Os fragmentos cerâmicos Tupis correspondem a recipientes que estavam destinados ao processamento e consumo de mandioca, como assadores e cuias, com suas clássicas decorações pintadas e formatos padronizados, confeccionados com as técnicas tradicionais indígenas, o que afasta qualquer possibilidade de erro na adjudicação cultural aos grupos Tupi.

O fato do material indígena e o português se encontrarem misturados em um mesmo estrato de deposição, comprova um momento de contato, em que a convivência parece ter sido intensa e, de algum modo, pacífica. Pela sua forma, os tipos de recipientes Tupi aludem à preparação de alimentos à base de mandioca, fato bastante eloquente no sentido de que explica a dependência dos primeiros colonizadores, plantadores de cana de açúcar, dos índios para a alimentação. No que se refere aos objetos portugueses, salvo os exemplares de pratos, jaras e panelas (classificados como cerâmica vermelha e cerâmica preta) constata-se que as formas de pão de açúcar, instrumentos de trabalhos essenciais à atividade econômica, todas elas eram trazidas de Portugal, o que enfatiza a precariedade das instalações do engenho de Itacimirim (Figuras 3, 4 e 5).



Figura 3: Sítio de Itacimirim. Porto Seguro. Jarra portuguesa de cerâmica preta.

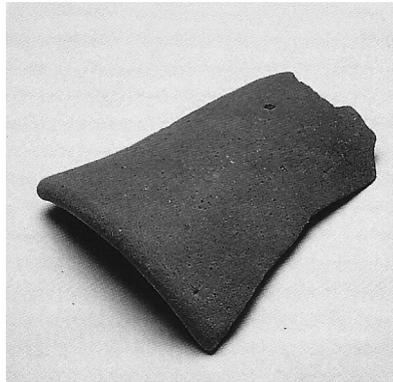


Figura 4: Sítio de Itacimirim. Porto Seguro. Fragmento de forma de pão de açúcar da Região de Aveiros Portugal. Foto Júlio Oliveira.

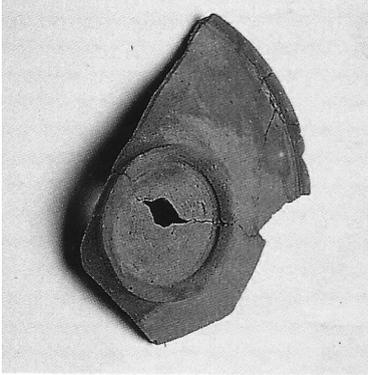


Figura 5: Sítio de Itacimirim. Porto Seguro. Fragmento de forma de pão de açúcar da Região de Aveiros Portugal.

Mas a presença indígena de algum grupo Tupi, no engenho de Itacimirim, está também atestada pelo achado de um elemento caracterizador: o tembetá, enfeite labial masculino, símbolo de prestígio. O exemplar de tembetá de quartzito esverdeado polido, encontrado entre os restos cerâmicos, está em perfeito estado de conservação e, ainda que não possa ser explicado seu abandono no sítio arqueológico, ele o consagra como elemento emblemático de um momento primordial de contato entre grupos humanos de tradições culturais diferentes (Figura 6)



Figura 6: Sítio de Itacimirim. Porto Seguro. Tembetá de quartzito esverdeado.

As datações de termoluminescência proporcionam uma antiguidade que colocam o engenho de Itacimirim no início do século XVI. Um fragmento de forma de pão de açúcar foi datado em 510 +- 30 anos BP, o que se enquadra em uma faixa cronológica entre os anos 1480 e 1520 d.C. Por outro lado, uma amostra de cerâmica indígena teve um espectro de tempo maior, mas com seus 500 +- 50 anos BP anos abarca o período datado pela cerâmica portuguesa. O que chama a atenção é a antiguidade da instalação açucareira que põe de manifesto o fato de haver atividades produtivas em pleno período extrativista do pau brasil.

Ao encontro dessas datações recuadas, há referências de alguns documentos históricos que apontam para a existência de unidades de produção açucareira, talvez de pequenas proporções, antes da instalação das capitânicas hereditárias. Por exemplo, em 1516, o rei Dom Manuel ordena que seja enviado ao Brasil um agricultor conhecedor do plantio do açúcar para dar início a um engenho, suprindo-o de todo o necessário para essa atividade (Fonseca, Francisco B. 1950: 25). Por outro lado, Schwartz, na sua obra já citada, menciona que o cronista espanhol Antonio de Herrera reconhece haver um engenho açucareiro em operação no Brasil em 1518 e que, em 1519, haveria açúcar do Brasil sendo vendido no mercado de Antuérpia (Schwartz, S. 1988: 31). Com esta informação documental, os vestígios do engenho de Itacimirim podem ser reconhecidos como algumas das experiências pioneiras do plantio de cana de açúcar, em terras brasileiras.

Ainda referente à região do litoral baixo sul da Bahia, especificamente em Santa Cruz Cabrália, cabe mencionar como fato singular a identificação contemporânea de uma localidade como de Engenho do Conde, nas proximidades do rio João de Tibas. Aproximadamente nessa área, Albernaz menciona, no início do século XVII, o Engenho do Duque, referindo-se ao duque de Aveiro, que, em 1546, já era proprietário da Capitania de Porto Seguro, por compra à filha do primeiro donatário, Pero de Campos Tourinho (ADONIAS, Isa: 1993:197). Apesar de pesquisas recentes terem dedicado seus esforços para localizar vestígios desse engenho, estes nunca foram identificados. Não obstante, ficou registrado na história oral até os dias de hoje, a designação do local como engenho de um conde, sem que seja lembrado o nome da família e diminuído o grau de nobreza do seu proprietário.

Na região litorânea do sul da Bahia, entre a baía de Camamu e o Rio de Contas, os arqueólogos Carlos Costa e Luydy Fernandes, efetu-

aram trabalhos de identificação, caracterização e escavações, durante o ano de 2008, em seis engenhos, a saber: Santa Inês, Princesa Isabel, Noviciado, Tremembé, Rio de Contas e Quitungo (Fernandes, L. e Costa, C.: 2009). Encontram-se em uma área de Mata Atlântica com solos e clima muito parecidos aos do Recôncavo baiano, registrando-se uma ocupação colonial que muito se assemelha às das terras da baía de todos os Santos.

Em linhas gerais essas pesquisas arqueológicas mostram que os vestígios se referem às estruturas de produção de açúcar, especialmente os aquedutos e canais para a força motriz, fornos e locais de embarque para enviar o açúcar a Salvador. Dois dos engenhos correspondem a propriedades dos missionários da ordem jesuítica: o Santa Inês e o Princesa Isabel. Eles são os mais antigos dos seis, sendo o primeiro do século XVI e o segundo do XVII. O Rio de Contas permanece em atividade desde sua fundação, no século XVII até o XIX com óbvias modificações. O Noviciado é do século XVIII, o Tremembé e o Quitungo do século XIX.

O engenho de Rio de Contas, o único escavado, é um complexo de vestígios arquitetônicos que envolvem duas barragens, canais, berços d'água, fornos tradicionais, estruturas de "trem de Jamaica", o que significa que os vestígios de cada período se alternam, misturam ou justapõem. O que é importante ressaltar neste caso é o aproveitamento da declividade do terreno para a localização dos espaços correspondentes às etapas da produção açucareira: " (...) a área de moer encontra-se topograficamente mais alta que o forno, que, por sua vez, está mais alta que a área de purgar, localizada imediatamente ao seu lado" (Fernandes, L. e Costa C. 2009: 148). Este aproveitamento intencional e racional da topografia acelerava o processo de fabricação do açúcar e minimizava esforços e mão de obra.

Como resultado das observações em cada um dos sítios, os arqueólogos apresentam certos critérios de inserção dos engenhos no âmbito natural, critérios estes que poderiam ser aplicados, em linhas gerais, para muitos outros exemplos engenhos da Bahia, com exceção dos da segunda metade do século XIX. A proximidade de um curso d'água é sem dúvida o primeiro dos requisitos, posto que é necessário como força motriz para a moenda. O segundo corresponde à superfície com patamares planos para a instalação das oficinas e casas. Terras férteis para a plantação nas cercanias das fábricas é o terceiro elemento a considerar e, por último, a proximidade do mar, ou pelo menos de vias flu-

viais para chegar até ele, com o propósito de transportar o açúcar para o porto de Salvador, de onde era enviado para metrópole portuguesa ou para os Países Baixos.

O sintético panorama aqui apresentado sobre os engenhos açucareiros da Bahia tem como pano de fundo o interesse em mostrar o peso da instituição “engenho” na sociedade colonial baiana em todo o período colonial e na primeira metade do século XIX, ou seja, antes da decadência da produção açucareira. Não obstante apresentar elementos essenciais que perpassam todos os períodos, os engenhos, como espaços sociais, econômicos e arquitetônicos adaptam-se, transformam-se e renovam-se, de modo que cada um deles apresenta especificidades, que refletem as mudanças produzidas nos contextos socioeconômicos mais amplos. Por estarem representando o primeiro produto fabricado em escala industrial e atrelado a um comércio transcontinental eram susceptíveis a qualquer mudança que pudesse ser feita nos mercados internacionais onde o açúcar era destinado. Os engenhos e seus canais eram o dinamismo da economia colonial baiana, e em grande parte da portuguesa, e ao mesmo tempo o freio para o desenvolvimento de uma sociedade moderna. De qualquer forma, qualquer que seja o tipo de engenho a que possamos nos referir, tem um poder simbólico poderoso e permanece vivo no imaginário social como elemento emblemático de um período áureo da história baiana.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. Mapa. Imagens da formação territorial brasileira. Fundação Odebrecht. Rio de Janeiro. 1993.

AZEVEDO, Estherzilda B. de. Organização espacial dos engenhos do Nordeste Brasileiro: o Recôncavo baiano. História e Tecnologia do Açúcar. Centro de Estudos de História do Atlântico. Madeira. 2000.

Engenhos do Recôncavo da Bahia. IPHAN/Programa Monumenta. Brasília. 2009.

GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil. Ed. Itatiaia e EDUSP. B. Horizonte/ São Paulo. 1980.

ETCHEVARNE, C. O indígena e o colonizador. Documentos arqueológicos sobre o contato, em Porto Seguro. Os índios. Nós. Museu Nacional de Etnologia. Lisboa. 2000.

ETCHEVARNE, C. A. ; FERNANDES, L. A. . Apontamentos para uma Arqueologia do Recôncavo Baiano. Bahia de Todos os Santos: Aspectos Humanos. Vol. 1 EDUFBA, Salvador. 2011.

FERNANDES, H. L. A. Mapeamento arqueológico, Municípios de Cachoeira e São Félix. UFRB. Cachoeira. s/d.

FERNANDES, L. e COSTA, C. Arqueologia do baixo sul da Bahia: condições espaciais na implantação de engenhos de açúcar. Revista da SAB No. 22. s/local de impressão. 2009.

FONSECA, Francisco B. O Arquivo geral da Alfândega de Lisboa. Publicações da Inspeção Superior das Bibliothecas e Arquivos. Lisboa. 1950.

IPAC-Ba. Vol II Recôncavo 1ª. parte Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia. Salvador. 1982.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil Vol. V. Editora Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1945.

MATOSO, Katia. Ser escravo no Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo. 2001.

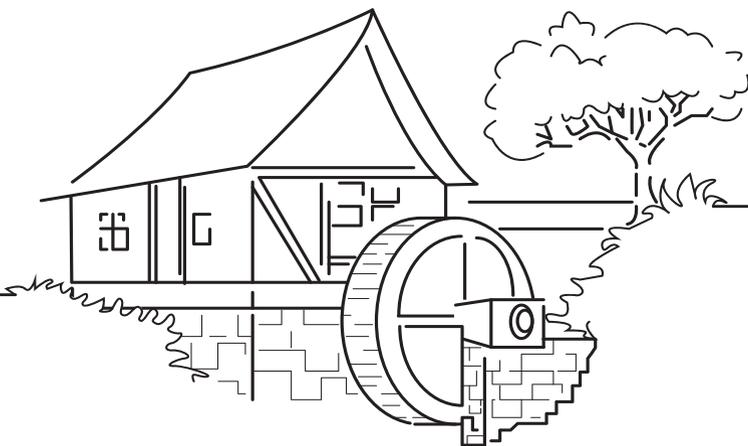
NOVINSKY, Anita. Cristãos novos na Bahia: a Inquisição. Editora Perspectivas. São Paulo 1992.

OTT, Carlos. Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos (1536-1888). Ed. Bigraf, Salvador, 1996.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos interno. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Companhia das Letras. São Paulo. 2005.

SOUZA, Gabriel S. de. Tratado descriptivo do Brasil em 1587. Ed. Massangana, Recife. 2000.

VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.



MALUNGUINHO E OS QUILOMBOLAS DA ZONA DA MATA NORTE, 1820-1835

Marcus J. M. de Carvalho¹

O processo de Independência do Brasil em Pernambuco foi marcado por levantes e rebeliões sobre os quais existe uma extensa literatura. A historiografia tradicional sobre aquele período, encantada com o ideário radical da Ilustração, que apareceu amiúde em manifestos e na imprensa panfletária, chegou a apelar os anos entre 1817 e 1848 de “Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste”. Imersa neste contexto, no qual as camadas dominantes disputavam palmo a palmo os

¹ Professor do Departamento de História da UFPE. – Agradeço ao CNPq pelo apoio a esta pesquisa.

espaços de poder, a população cativa aproveitou as fraturas no aparato de controle e repressão provocada pelas disputas armadas entre 1817 e 1824 para avançar lutas individuais e coletivas. A Independência em Pernambuco, como há muito observou José Honório Rodrigues (1982), foi um processo cruento. A união com o Rio de Janeiro só foi possível graças à intervenção militar em 1817 e em 1824. Mesmo que de forma indireta, as disputas intra-elites naqueles anos favoreceram as fugas e a rebelião escrava.

Foi nesse contexto, que a correspondência das autoridades provinciais e locais apontou a presença de quilombolas nas matas que serpenteavam entre os engenhos e plantações da zona da mata norte. Seria, todavia, simplista dizer que a intensa presença quilombola devia-se apenas por causa dos movimentos vinculados à Independência. É razoável supor que ali sempre houve gente escondida, quilombolas, índios, destituídos de diferentes origens, inclusive europeia. Todavia, foi na zona da mata norte que os movimentos de 1817 e 1824 tiveram mais adeptos fora do perímetro urbano Olinda/Recife. A repressão foi mais violenta naquela região. Naquela época não era incomum se armar escravos de confiança nos momentos em que os senhores de engenho sentiam-se ameaçados por seus adversários pessoais e políticos. É razoável pensar que houve cativos que aproveitaram a oportunidade para fugir. Alguns a floresta acolheu.

Depois de 1817, é mais viva a preocupação com os quilombolas nas matas próximas do núcleo urbano formado por Recife e Olinda. Ainda havia muita tropa mobilizada em novembro de 1818, quando foi identificado, nas palavras de uma autoridade militar, um “coito de onze negros fugidos”, liderados por um cativo do engenho Abreus. Aqueles rebeldes haviam atacado algumas pessoas, matando inclusive um homem na localidade de Duas Pedras. Na carta que escreveu ao comandante do 8º Batalhão de Primeira Linha, Inácio de Mello da Silva adiantou que os quilombolas comunicavam-se com “todos os escravos deste lugar e não só com estes como tão bem [sic] com vários forros”.² Não sabemos que providências foram tomadas naquela ocasião. Mas sabemos que a classe senhorial contava então com a tropa comandada pelo General Luiz do Rego, que a esmagou 1817.

2 APEJE, Assuntos Militares vol. 2, 09/11/1818.

As atividades quilombolas na zona da mata norte iriam se agravar nos anos seguintes. Quem estuda a correspondência da primeira junta de Governo da Província, em 1822, surpreende-se com a preocupação das autoridades com a gente aquilombada nas matas entre o Recife e Goiana. O principal problema para a ordem em 1822 era os quilombolas e não o banditismo, a agitação dos liberais radicais, ou qualquer outra questão diretamente relacionada a 1817. Combater as fugas dos cativos era parte da rotina dos proprietários que, para isso, contavam com tropas particulares e com capitães do mato, gente bem treinada nesse ofício. Somente quando a situação era muito grave é que se recorria ao governo provincial. É significativo, portanto, que em fevereiro de 1822, tenha sido publicada uma portaria cujo objetivo era destruir os quilombolas da zona da mata norte, que formavam um verdadeiro “palmar”, podendo arruinar a agricultura e perturbar seriamente o “sossego dos habitantes”.³ Foi então autorizado o repasse de 200 mil réis ao Capitão-mor de Igarassu, para que armasse gente disposta a combater os rebeldes. Para reembolsar a despesa seria cobrada dos proprietários uma taxa de 20 mil Réis pelos cativos capturados com armas, e 10 mil pelos desarmados (Melo, 1977-1978: 22).

O governo provincial enfrentava então diversos problemas: o soldo da tropa, a agitação política, as rusgas entre diferentes facções e até rumores de uma invasão portuguesa. Mesmo assim, no dia 20 de março, o principal assunto da reunião da junta de governo foi os quilombolas da mata norte. Apesar das providências já tomadas, continuavam as queixas contra eles. Uma nova portaria autorizou o Coronel Cristóvão d’Olanda Cavalcanti a perseguir os rebeldes e até a atirar neles.⁴ Reconhecia assim o governo que, talvez, não fosse possível capturá-los com vida. De fato, as notícias que chegavam eram cada vez mais aterradoras para os proprietários de escravizados. O comandante das forças estacionadas na povoação de Pasmado afirmou que estava para acontecer um “levante dos escravos dos engenhos contra seus senhores”. A notícia colocou a junta em alerta. Os comandantes dos termos vizinhos foram autorizados a tomar as medidas que achassem necessárias. O governo

3 APEJE, R.PRO 09/01, 01/02/1822, pp. 77 verso a 78.

4 Ata da reunião do dia 20/03/1822, in: Atas do Conselho de Governo (1821-34) 1997. Transcrição de Acácio José Lopes Catarino e Hercy Laís de Oliveira, Recife, Assembléia Legislativa, vol. 1, pp. 90-91.

provincial autorizou ainda o envio de armas e munição para caçar os quilombolas nas imediações de Pasmado.⁵ Essas medidas resultaram na captura de um grupo de cativos do engenho Araripe em maio de 1822.⁶

Os quilombolas não paravam. Em agosto de 1822, o governo continuava a combatê-los.⁷ A ameaça à ordem senhorial só aumentava, mesmo porque as oligarquias estavam cindidas, disputando o governo provincial. Em outubro de 1822, uma nova junta tomou o poder. Menos de um mês depois, já estava organizando uma expedição de 200 soldados de primeira linha para bater as matas entre o antigo arraial do Bom Jesus e o riacho Paratibe, perto de Pasmado.⁸ O objetivo era esmagar os “negros foragidos acoitados nos matos vizinhos ao Noroeste da Capital, donde saem a infestar as estradas e atacar os moradores, fazendo roubos e ímpetos de toda a sorte”.⁹ Apesar da mobilização de recursos, as diligências foram insuficientes. Em 2 de novembro de 1822, o único assunto da pauta da reunião do governo era as “muitas representações dos senhores de engenho e moradores das ribeiras e sítios circunvizinhos das matas infestadas pelos negros dos quilombos da Cova da Onça”.¹⁰

Foi nesta reunião de novembro de 1822 que, pela primeira vez se falou que o centro do quilombo ficava na Cova da Onça, um lugar não muito longe do eixo urbano Recife/Olinda, mas de difícil acesso. Decidiram então “cercar as ditas matas pelas milícias e ordenanças, e que, feito o dito cerco, fossem exploradas por tropas de linha, índios e capitães do mato a fim de se extinguir aquele couro de salteadores”.¹¹ Começava ali um novo capítulo no combate aos rebeldes do Catucá. O que foi proposto e executado não era mais uma diligência, uma batida nas matas, atirando nos quilombolas. A intenção agora era cortar as rotas de fuga, impedir o contato com as estradas principais, com os cativos e morado-

5 Ata da reunião do dia 03/04/1822, in Atas do Conselho de Governo, vol. 1, p. 95.

6 Ata da reunião do dia 06/05/1822, in Atas do Conselho de Governo, vol. 1, 98-99.

7 Ata da reunião do dia 31/08/1822, in Atas do Conselho de Governo, vol. 1, p. 127.

8 APEJE, R.PRO 09/01, 07/10/1822, p. 220 verso. Veja-se ainda: Melo (1977-1978: 22).

9 Ata da reunião do dia 09/10/1822, in Atas do Conselho de Governo, vol. 1, p. 136.

10 Ata da reunião do dia 02/11/1822, in Atas do Conselho de Governo, vol. 1, p. 140.

11 *Ibidem*.

res dos engenhos e com as povoações do interior. Pretendiam cercá-los e pegá-los. As matas seriam exploradas por tropas do exército, índios e capitães do mato. Quem tentasse fugir, seria preso por piquetes fora das matas, compondo o cerco. A tropa armada, municada e mantida com recursos do governo provincial, estava autorizada a fazer todas as requisições necessárias para o sucesso da operação.¹²

Em junho de 1823, uma nova portaria autorizava mais uma grande diligência nas matas, pois os quilombolas estavam atacando os engenhos e as estradas. Há um dado novo aqui. Havia gente escondida nas matas do engenho Utinga, freguesia de Igarassu, que já havia sido antes capturada na Cova da Onça. Só que durante os motins urbanos de fevereiro de 1823, liderados pelo Capitão Pedro Pedroso no Recife, os quilombolas conseguiram fugir do calabouço da fortaleza das Cinco Pontas. Percebe-se, portanto, que os negros e pardos que tomaram a ruas do Recife naqueles dias de fevereiro de 1823 aliaram-se aos quilombolas. Não é impossível que muitos tenham se juntado a eles fugindo para as matas quando a situação se tornou indefensável.¹³ Moraes Mayer, um dos enviados de José Bonifácio para articular a união de Pernambuco ao Rio de Janeiro, escreveu que, naqueles dias de fevereiro de 1823, “Pela primeira vez se ouviu em Pernambuco, falar pretos e mulatos das pessoas de bem, filhas dessa mesma província”.¹⁴

No inverno de 1823, o problema continuava. Um grupo de 25 cativos fugiu do engenho Abreus e encerrou-se nas matas, perto do engenho Monjope. Cabe lembrar aqui que, como vimos acima, em 1818 já havia ocorrido uma fuga de gente daquele mesmo engenho. Talvez aqueles 25 rebeldes de 1823 estivessem indo se juntar aos remanescentes da fuga de 1818. Quatro foram logo capturados pelo senhor do Monjope que os colocou no tronco até o dia seguinte, quando os entregou ao filho do

12 APJE, R.PRO 09/01, 22/11/1822, 23/11/1822, pp. 246 -247. Melo, 1977-1978: 22.

13 Foi naquele levante que se cantou no Recife os citadíssimos versos: Marinheiros e caídos / todos vão se acabar, / porque só pardos e pretos, / o Brasil hão de habitar.” Pereira da Costa, 1983-1985, vol. 9: 63. APJE, R.PRO 08/01, 26/06/1823, p. 86. Veja-se ainda: Melo (1977-1978: 22); Silva (2003); Carvalho (2006).

14 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Códice 745, vol. 1, “Confederação do Equador”, 05/03/1823.

senhor do engenho Abreus.¹⁵ No final de julho de 1823, foi lançada uma operação “contra os negros levantados e amocambados nas matas do engenho Utinga”, matas essas compartilhadas por outros engenhos, como o Abreus e o Monjope.¹⁶ O comandante da operação orgulhosamente identificava-se como “Comandante da tropa do mato da Cova da Onça”. A diligência durou 6 dias e custou R\$ 352\$925, o valor de pelo menos dois cativos robustos nessa época (Versiani e Vergolino, 2002: 14-15). As matas foram cercadas. (Treze)¹³ dos 25 fugitivos do engenho Abreus foram capturados. O comandante da tropa disse que os rebeldes ainda não haviam se juntado aos quilombolas, pois fazia pouco tempo que haviam fugido.¹⁷ O que essa correspondência não revela é que talvez esse grupo estivesse à procura dos companheiros, talvez malungos, que haviam fugido em 1818.

Quando foi decretada a Confederação do Equador, em julho de 1824, os quilombolas já eram uma ameaça à ordem escravista. Esmagada a República, o General Lima e Silva, que comandou as tropas imperiais e interinamente exercia a presidência da província, simplesmente reorganizou os efetivos disponíveis para bater as matas do Catucá. Além das tropas de primeira linha, ordenanças e milicianos, contavam com os índios de Jacuípe, experientes na guerra nas matas e exímios batedores. A operação pretendia ser um ataque definitivo contra os quilombolas, que haviam engrossado durante a guerra civil de 1824.¹⁸ O governo provincial contava com todos os recursos possíveis para reprimir seus adversários. Pouco sabemos sobre essa operação de grande envergadura, mas sabemos que o quilombo não desapareceu.

Em agosto de 1826, o tema voltou novamente à pauta do Conselho de Governo. Mais uma vez foram mobilizados recursos e tropas para bater as matas.¹⁹ O quilombo, todavia, estava em expansão. Em ja-

15 APEJE, Assuntos Militares vol. 3, 31/06/1823, 06/07/1823, p. 1.

16 Alguns anos depois, o engenho Utinga seria queimado pelos quilombolas. Diário de Pernambuco (Recife), 24/12/1828.

17 APEJE, Assuntos Militares vol. 3, 31/07/1823, p. 10.

18 "Correspondência Oficial", 21/04/1825, 22/04/1825, in APEJE, Diário do Governo de Pernambuco (Recife), 04/06/1825.

19 APEJE, Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 08/05/1826.

neiro de 1827, correram rumores de que estavam se preparando para atacar o Recife.²⁰ A dimensão da ameaça assustou. É nesse momento que foi identificado o principal líder dos rebeldes, Malunguinho, cuja cabeça foi posta a prêmio por 100 mil réis. Dois outros líderes, Valentim e Manoel Gabão valiam 50 mil cada. Os demais quilombolas, 20 mil réis. Mais uma grande operação foi organizada e executada. A estratégia empregada previa não apenas a entrada nas matas, mas também (e novamente) a colocação de piquetes em pontos estratégicos, para impedir que os rebeldes se escondessem nas povoações e nos engenhos onde tinham aliados. Não sabemos quanta gente foi morta nessa operação, mas certamente não foi pouca. Só de prisioneiros foram feitos 63 re-escravizados. Apesar disso, o comandante da operação admitiu que a maioria dos quilombolas havia escapado. Durante a diligência, foram encontrados muitos “mucambos”, e mesmo “casas” nas matas, além de “muitas lavouras”, o que denota um razoável grau de sedentarização dos habitantes do Catucá.²¹

A proximidade entre as matas e as principais povoações da província é um detalhe que chama atenção. A “mata do Catucá”, ou simplesmente, o Catucá, insinuava-se entre os engenhos, aproveitando as beiras de rios e riachos, adensando nos terrenos mais íngremes ou de difícil acesso e menos apropriados para a agro-indústria açucareira. Dali facilmente se alcançava as estradas que ligavam as povoações e vilas do litoral, além da estrada que levava ao interior. Na década de 1810, disseram a Henry Koster que as matas do subúrbio de Apipucos (onde a elite endinheirada do Recife e Olinda costumava veranejar) continuavam por várias léguas emendando com a floresta no entorno de Goiana na fronteira com a Paraíba (Koster, 1816: 343).²² A rigor, todavia, o Catucá tinha uma localização específica, dada pelo juiz de paz da vila de Igarassu, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, em carta ao Presidente da Província em 1829. Dizia ele:

20 APEJE, Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 29/01/1827.

21 APEJE, Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 29/01/1827.

22 Sobre o plantio da cana em Pernambuco no século XIX, veja-se ainda: Koster (1816: 330-335). Eisenberg (1977: 45-70).

“... o Catucá fica à borda do rio Capibaribe de Goiana, que segue para a barra, rodeado de grandes mangues, com ilhas cercadas de pântanos, e camboas por isso deve ser cercado pelo rio, e por terra com a extensão de três, a quatro léguas ...”²³.

Os quilombolas navegavam nessa floresta. Moviam-se tanto que aos poucos a expressão Catucá foi ganhando uma conotação mais ampla, servindo para denominar todas as matas entre o Recife e Goiana.

Aqui convém reconhecer que talvez não seja exato falar de quilombo assim no singular, pois, pela dimensão da área e diversidade de líderes, a impressão que se tem é que talvez houvesse vários grupos espalhados pelo Catucá que podiam, ou não, agir em conjunto, conforme as circunstâncias do momento e suas necessidades. Essas comunidades eram muito dinâmicas e tinham contatos externos que informavam antecipadamente dos passos das tropas do governo e forneciam produtos importantes, como armas e munição. Entremeando engenhos e chegando aos subúrbios das maiores povoações da província (Recife, Olinda e Goiana), os quilombolas também comerciavam com a população local, em grande parte formada por gente advinda da escravidão, mesmo que através de antepassados mais distantes. Eventualmente, negociavam até com senhores de engenho. Vários líderes quilombolas aparecem também na documentação, operando em diferentes contextos. Há também indicações da presença de gente de diferentes procedências vivendo na mata entre os rebeldes, desde africanos ainda incapazes de falar português, à gente livre pobre, inclusive, pardos e até brancos. Essa diversidade não destoa de outros quilombos pelo país afora nessa mesma época.

O que há de mais singular nos quilombos da zona da mata norte na primeira metade do dezenove é a marca deixada por seu líder mais conhecido, Malunguinho, cujo nome permite traçar um vínculo entre o tráfico atlântico de escravos, as religiões de matriz banta e a Jurema, cujas raízes mais profundas remontam à Pajelança indígena.

23 APEJE, Juizes de Paz vol. 1, 30/04/1829, p. 161.

Em pouco tempo, este personagem intangível iria se tornar o líder quilombola mais famoso da província desde Zumbi dos Palmares.²⁴ Sua fama era tanta que, vez por outra, as autoridades que combatiam os quilombolas chamavam todos eles de “malunguinhos”. No final da década de 1829, houve outros líderes importantes nominalmente identificados pelas autoridades, como Valentim, Manoel Gabão, João Bamba, Manoel Galo, João Brabo, João Pataca, etc, mas nenhum tão célebre quanto Malunguinho.

Seu nome provém de *malungo*, expressão de raiz banta, utilizada como forma de tratamento mútuo por aqueles que vieram em um mesmo navio negreiro para as Américas. Era um vínculo marcante, de tal forma que, tanto Koster como Tollenare, que estiveram em Pernambuco na metade dos anos 1810, disseram que praticamente equivalia a uma relação de parentesco (Tollenare, 1956: 143; Koster, 1816: 397). Vale a pena notar que esta mesma expressão também era empregada por malungos na Jamaica e no Suriname (Casculo, 1972: 540-541. Koster, 1816: nota 18: 417. Bastide, 1978: 85. Miller, 1976: 10, 59. Price, 1979: 28. Slenes, 1991-1992: 48-67. Alencastro, 2000: 313-314).

Estudando o significado dessa palavra, Robert Slenes concluiu que *malungo* expressa, principalmente, à ideia de uma “canoa grande”. Os malungos eram companheiros na canoa grande durante a travessia atlântica. A travessia em si tinha ainda um valor simbólico profundo, pois, segundo Slenes, representava também a travessia da *calunga*, a fronteira líquida que separa o mundo dos vivos do mundo dos mortos. Malungos entre si eram todos aqueles que fizeram esse trajeto juntos, entre a vida na África e a escravidão, ou seja, a morte, nas Américas.

Joseph Miller, todavia, avançou uma hipótese diferente. Para ele, malungo é, basicamente, uma derivação do termo quimbundo *malunga* (plural de *lunga*). As *malunga* eram estatuetas geralmente antropomórficas que simbolizavam o poder dos reinos da África centro-ocidental. De acordo com as tradições orais dos povos do Congo e Angola, as malungas foram trazidas pelos fundadores dos reinos, que vieram de longe pelo mar. Este mito do estrangeiro, que chega para fundar um

24 Sobre o quilombo do Catucá na época da Independência sua posterior destruição, veja-se: Carvalho (2006: 1-30; 1996: 407-432 e 2006: 13-31). Sobre os quilombos pernambucanos nesta época, veja-se ainda: Melo (1977-1978). Existe uma importante coletânea de documentos sobre esse quilombo na Revista do Instituto Histórico de Goiana (1947-48), republicada por Dantas Silva (1988: 71-92).

reino é praticamente universal. Não é estranho que se apresente em diversas regiões de onde vieram cativos africanos para as Américas. As *malunga* simbolizavam as autoridades fundadoras dos reinos. Os que cuidavam delas podiam inclusive cobrar tributos por seus serviços (Miller, 1976: 10, 59).

Seguindo um caminho interpretativo similar, James Sweet argumentou que a expressão *malungo*, no Novo Mundo, talvez não representasse apenas o vínculo construído num navio negreiro, mas seria também um indicativo da possibilidade concreta da criação de um novo sistema de linhagens do outro lado do atlântico (Sweet, 2003: 33-34). Os malungos seriam os fundadores de um novo reino nas Américas, a partir de um novo sistema de linhagens, baseado no vínculo – quase um parentesco, como disseram os viajantes Koster e Tollenare – criado na própria travessia atlântica.

As ideias de Slenes, Miller e Sweet não são necessariamente antagônicas, mas complementares. O vínculo comum – a canoa grande – não elide a possibilidade da expressão abarcar este outro significado: a futura fundação de um novo reino a partir de uma nova linhagem, baseada no parentesco simbólico construído na travessia atlântica.²⁵

Mas se *malungo* é uma derivação de expressões africanas, *malunguinho* é um abasileiramento explícito. Conforme observou Sérgio Buarque de Holanda, um dos traços mais expressivos do falar rural brasileiro é o freqüente emprego do sufixo “inho” (Buarque de Holanda, 1978:108-109). Houve, portanto, uma ressignificação. Isso fica ainda mais claro quando constatamos que o culto de *Malunguinho* está vinculado à *Jurema* e não aos terreiros dos angolas ou dos minas. *Malunguinho* é uma entidade brasileira complexa com múltiplas raízes. É ele quem abre os trabalhos no culto da *Jurema*. É também a única entidade

25 Em 1850, quando o Jaga Cassange de Maquita Calunga Caquissanga submeteu-se à coroa portuguesa, aceitando inclusive pagar tributo, na cerimônia de vassalagem, o representante do governo português colocou no braço esquerdo do Jaga, “uma grossa malunga de prata, com uma corda do mesmo metal e lhe fez ver que aquela coroa era o emblema dele Jaga, ser tributário à coroa de Portugal”. O braço esquerdo era o mesmo braço onde o Jaga usava “as malungas do seus ritos”. Esse ritual atesta a força simbólica da malunga em Angola. Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (Luanda) 14/09/1850, p. 2.

capaz de ser evocada como Caboclo, Mestre e Exu.²⁶ É capaz de curar, de proteger seus seguidores e, principalmente, é o Rei das Matas. Há vinte anos quando comecei a pesquisar os possíveis vínculos entre o líder do Catucá e o Rei das Matas da Jurema, a entidade não era evocada como um guerreiro, todavia havia pelo menos um ponto aludindo a um aparato militar, as estrepes (Carvalho, 1996/2006).

Sabemos ao certo, todavia, que havia uma pessoa assim identificada em 1827 e com a cabeça posta a prêmio. Ora, como é que este nome chegou aos ouvidos das autoridades provinciais? Teria sido através de denúncias de gente pobre advinda da escravidão a troco de alguma vantagem qualquer? Era uma informação colhida ao acaso, através de rumores? Os senhores de engenho de Pernambuco eram escravagistas experientes. Uma possibilidade concreta é que este nome tenha chegado a eles através de quilombolas capturados e barbaramente torturados.²⁷ No desespero da dor, quem sabe não tenham preferido entregar o nome de uma divindade das matas que os protegia, ao invés de identificar um homem que poderia ter parentes em engenhos próximos facilmente alcançáveis pela brutalidade senhorial. Se foi isso que aconteceu, ao apontarem o rei das matas da Jurema como o líder dos rebeldes, esses bravos prisioneiros preservavam a identidade do outro rei da mata, que tinha sangue nas veias, vida e aventura. Os senhores de engenho eram experientes caçadores de gente. Com certeza investigaram essa possibilidade. Sabiam que Malunguinho estava vivo. Não era apenas um espírito. Talvez então, este nome fosse um título, uma *persona*, adotada por um líder, incorporando assim poderes bem mais amplos do que um homem poderia ter. O líder e a entidade uniam-se no combate ao cativo. Malunguinho reinava nas matas do Catucá. Se Malunguinho, todavia, não era apenas uma pessoa, mas uma *persona* assumida pelo principal líder do quilombo, o último nominalmente citado nas fontes da repressão foi João Batista, morto em combate em

26 Segundo Roberto Motta, os Exus são importações recentes da Jurema pernambucana. (Motta, 2005).

27 O pau de arara já aparece numa famosa gravura de Debret (Le fouet – o chicote), em que um cativo é espancado no chão por um homem branco com um galho. O cativo tem os pés amarrados nas mãos com um cabo de madeira enfiado abaixo dos joelhos, literalmente, o “pau de arara”, por onde ele era carregado e dependurado indefinidamente. Musée d’Histoire de Nantes, França.

1835. Seu filho e sucessor foi preso na mesma diligência que esmagou o quilombo naquele ano.²⁸ Não sabemos se João Batista era africano, mas seu filho certamente nasceu no Brasil.

Em 1835, o número de gente escondida nas matas era bem menor do que entre 1827 e 1829. Foram muitos os ataques quilombolas. Além de Malunguinho, também causaram alvoroço os grupos liderados por João Bamba e João Pataca, que circulavam no entorno da povoação de Tejucupapo no final da década de 1820. Segundo as autoridades locais, Bamba era mais agressivo, enquanto que Pataca andava sempre com um imenso séquito de gente de forma bem mais pacífica, mas não menos ameaçadora para a ordem senhorial, pois, depois de visitar Tejucupapo várias vezes, terminou praticamente se assenhorando da povoação, onde circulava livremente com seus muitos seguidores, vendendo peixe, comprando armas e outros produtos, promovendo batuques nos engenhos e seus arredores. Pataca matinha relações amistosas com muita gente. Chegou a julgar e punir com a morte um quilombola que atacou gente sob sua proteção. Devido a esse episódio, quase entrou em conflito com João Bamba. Todavia, segundo as autoridades locais, geralmente agiam combinados. A imensa desenvoltura de Bamba e Pataca tornou-se um problema sério para a ordem senhorial. (Carvalho, 2009)

Incomodava também as autoridades saber que a linha de defesa dos quilombolas estendia-se além da mata. Na realidade, a chave para tanta desenvoltura era o apoio da população pobre da zona da mata seca, que informava com antecedência sobre a movimentação das tropas e negociava com os quilombolas, receptando roubos e dando ou vendendo mercadorias. Os cativos dos engenhos também colaboravam ajudando a renovar os quadros rebeldes e, pelos menos uma vez, forneceram farinha para eles.²⁹ Em 1829, o Presidente da Província estava certo de que os quilombolas eram apoiados por gente forra, que lhes repassava armas e munição.³⁰ Em outra carta, dizia: “aquella horda de selvagens

28 APEJE, Polícia Civil vol. 2, 18/09/1835.

29 APEJE (Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano), Offícios do Governo, vol. 28, 03/06/1827. p. 264.

30 APEJE, Offícios do Governo, vol. 31, 26/02/1829. p. 22.

é coadjuvada, e protegida por pessoas livres, que habitam os lugares confinantes do mesmo quilombo”.³¹ Enquanto existiu o Catucá, várias pessoas, inclusive militares, foram presas sob a acusação de ajudarem os quilombolas.³² Os habitantes dos “Palmares do Catucá”, asseverava o Presidente da Província em 1829, haviam se tornado assim atrevidos, tanto por causa da incapacidade de defesa das autoridades locais, como devido à ajuda prestada pela população que os abastecia de “sustento, munição e mais socorros”. Disso resultavam inúmeros roubos e assassinatos (Carvalho, 2009).³³

Diante da ameaça à propriedade escrava, em 1829 foi lançada mais uma diligência de grande envergadura, envolvendo mais de quinhentos homens somente nas imediações onde Pataca e Bamba atuavam. O plano de cerco ao Catucá era amplo e ousado. Em resumo, consistia num ataque simultâneo tanto às matas da Cova da Onça, próximo a Recife e Olinda, como ao Catucá, próximo à vila de Goiana. Além das tropas que saíam diretamente do Recife e Olinda em direção à Cova da Onça, um bem armado contingente partiria de barco até Goiana para se juntar aos efetivos locais. Com esta estratégia, e com a mobilização rápida, as autoridades queriam evitar que as tropas fossem detectadas pelos quilombolas. O comando militar da operação acreditava então que os negros aquilombados somavam entre 200 a 300 homens.³⁴

A caçada a Malunguinho não foi rápida. Mesmo com a cabeça posta a prêmio em 1827, só temos informação sobre sua possível morte na conclusão dessa diligência maior de 1829. Tudo que nos restou sobre o fim do grande líder do Catucá foi um relato tosco e rápido do Presidente da Província autorizando o Comandante das Armas a pagar 200 mil réis aos “indivíduos da Partida exterminadora do Chefe Malungui-

31 APEJE, *Ofícios do Governo*, vol. 31, 06/03/1829. p. 31.

32 APEJE, *Ofícios do Governo*, vol. 31, 07/03/1829. p. 32. ; 06/04/1829. p. 69.

33 APEJE, *Ofícios do Governo*, vol. 31, 06/03/1829. p. 31.

34 Entre as medidas tomadas pelo governo estava a instalação de uma colônia de imigrantes alemães, que se dedicaram a fabricar carvão, queimando, portanto, a mata. Sobre este assunto, veja-se: Carvalho (1996).

inho”. Dizia ainda que, ao serem confrontados, os seguidores de Malunguinho estavam todos doentes, o que facilitou muito o trabalho da tropa.³⁵A operação que saiu para caçar Malunguinho e seus seguidores envolveu todos os efetivos de primeira linha e milicianos disponíveis pelo governo provincial naquele momento, além das tropas particulares dos senhores de engenho da zona da mata seca. Outros líderes também foram capturados ou mortos, ferindo duramente a resistência quilombola. Nos anos seguintes, piquetes permanentes iriam fustigar as matas e seus habitantes. Mesmo assim, as atividades quilombolas não desapareceram totalmente.

Os acontecimentos da década de 1830 ajudariam a renovar o quilombo, mesmo que sem a dimensão do final dos anos 1820. Com a Abdicação de Pedro I, o Brasil novamente entrou em ebulição. Em 1832, estourou a Cabanada (1832-35) na zona da mata sul, obrigando o governo provincial a recorrer às tropas imperiais para conter a rebelião. No apogeu da Cabanada, os efetivos da repressão envolviam guardas nacionais, milicianos, tropas particulares e de primeira linha, totalizando cerca de cinco mil homens no combate a Vicente de Paula e à chamada “gente

35 “Ao Governador das Armas participando/-lhe ter ordenado ao Inspector das Obras / Publicas para dar 200 [] aos indivíduos / da partida exterminadora do Malun/guinho.” / *Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor = Não Obstan/te ser o maximo das gratificações offereci/das aos aprehensores dos Chefes do Catucá a / quantia de cem mil reis, que foi arbitra/da em Conselho do Governo, expedi ordem / ao Inspector das Obras Publicas para por aquel/la Repartição se dar a de duzentos mil reis / aos indivíduos da Partida exterminadora / do Chefe Malunguinho, cuja somma Vossa Excelência / mandará distribuir, como julgar convenien/te, autorizando á pessoa, que a deva receber / e pois que esta mesma quantia há-de ser / inteirada pelas gratificações exigidas dos Se/nhores de cada hum dos escravos aprehen/didos, não há lugar conceder-se mais alguma / outra, e com isso devem ficar satisfeitos, attentas / as circunstancias, e modo, por que foi feito a dili/gencia, muito diversamente, e com menor risco, / do que houve na do Chefe Valentim, em razão / de que estavam todos os negros doentes, e em esta/do de não poderem rezistir, e foi na / maior parte devido o seu êxito á cooperação de Jerônimo / Dantas Timbó, consta-me alem disso, que / no Quilombo se achavão despejos de considerável / preço. / Congratulo-me com Vossa Excelência de se haver fi/nalmente livrado a Província de tão pernicioso flagello, / sendo Vossa Excelência á quem na maior parte devo attri/buir o consequimento deste grande bem. / Deos Guarde a Vossa Excelência. Palacio do Governo / de Pernambuco. 8 de Outubro de 1829 = / Thomaz Xavier Garcia de Almeida = / Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Antero Joze Ferreira de / Brito Governador das Armas desta Província. APEJE, *Ofícios do Governo* vol. 31, fls. 234, Thomaz Xavier Garcia de Almeida a Antero Joze Ferreira de Brito, 08/10/1829.*

das matas”. A zona da mata norte ficou mais desguarnecida, dependente das diligências dos próprios senhores de gente para caçar os cativos que se escondiam nas matas do Catucá.

Pouco a pouco, renovaram-se as atividades quilombolas. Em 1835, estavam suficientemente fortes para atacar, novamente, até engenhos. Uma tropa foi enviada para a mata e encontrou muitas armadilhas com estrepes e até um “palmar”, ou seja, uma paliçada de defesa. Nessa expedição, cinco soldados ficaram feridos e outros tantos “estrepados”. Todavia, com a fuga de Vicente de Paula e o massacre da maior parte dos cabanos, o governo provincial podia finalmente enviar todas as forças disponíveis para a zona da mata norte. É nesse momento que foi identificado o novo líder quilombola, João Batista, mencionado acima, ou o “famoso Batista”, nas palavras do seu algoz. Tal como acontecera dez anos antes, depois de esmagar a Confederação do Equador, em 1835, havia um verdadeiro exército à disposição do governo. Efetivos de primeira linha, tropas de índios, milicianos e guardas nacionais foram mandados para bater o Catucá. Ferozmente perseguido, Batista foi morto em combate, seu filho e provável sucessor, capturado.³⁶

Nos anos seguintes, Malunguinho passou à memória popular e, vez por outra, ainda apareceria gente aquilombada nas matas do Catucá, mas nada comparável com o que aconteceu nos anos 1820-35. Malunguinho, todavia, permanece vivo na Jurema. Ainda hoje protege os habitantes das matas e todos os desvalidos da justiça estatal que o procuram.

36 APEJE, Juízes de Paz vol. 8, 30/01/1835, 05/02/1835, 07/02/1835. 28/04/1835, 30/04/1830, 04/05/1835. Polícia Civil 2, 18/09/1835. Carvalho (1996). Exmo. Snr – Tenho a satisfação de comunicar a V.Ex. que forao presos, e se achao recolhidos a Cadeia desta Cidade os dois principaes Chefes dos pretos do catucá Vicente Ferreira, afamado filho do facinorosos Baptista, que foi morto por a força de um Juiz de Paz de Iguarassú, e o preto Bento, escravos de Vicente Caetano, os quaes ambos se achao pronunciados pela morte feita em o preto forro Joao de Angolla no lugar de Agoasinha; como verá V. Ex. Do officio incluso do Juiz de Paz do 8.o Destricto de Beberibe. Pelas perguntas que fiz a estes dois monstros, e de suas respostas colligi estar aniquilado o quilombo, pois apeuas [sic] existem dentro das matas quatro pretos, e 6 pretas, e estes mesmos dispersos; e assim eu dou a V.Ex. o parabém [sic], por es haver desfeito este germen de perigo publico. Deos Guarde a V. Ex. Recife 7 de Desembro de 1835 – Ilm. , e Exm. Sr. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Presidente da Provincia – Joaquim Nunes Machado, Juiz de Direito e Chefe de Polícia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, Microfilme C 308. Quotidiana Fidedigna (Recife) 18 de dezembro de 1835, p. 3.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de 2000 *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras.

BASTIDE, Roger 1978 *The African Religions of Brazil*, London and Baltimore, John Hopkins University Press.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio 1978 *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio.

CARVALHO, Marcus J. M. de 2006 O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23. *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin Press, v. 43, n. 1, p. 1-30.

CASCUDO, Luís da Câmara 1972 *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ediouro, p. 540-541.

DANTAS SILVA, Leonardo 1988 *Alguns Documentos para a História da Escravidão*, Recife, Massangana.

EISENBERG, Peter 1977 *Modernização Sem Mudança*, Rio de Janeiro. Campinas, Paz e Terra.

IDEM 1996 O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José e GOMES Flávio (Orgs.), *Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 407-432.

IDEM 2009 João Patata e sua Quadrilha mais mansa do quilombo do Catucá. In: MELLO SOUZA, Laura. FURTADO, Júnia, BICALHO, Maria Fernanda. (Org.). *O Governo dos Povos. Relações de Poder no Mundo Ibérico na Época Moderna*. São Paulo: Alameda, p. 445-464.

KOSTER, Henry 1816 *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife, Secretaria de Educação, 1978.

MELO, Josemir Camilo de 1977-1978 Quilombos em Pernambuco”, *Revista do Arquivo Público*, Recife, vol. 1: 33-34.

MILLER, Joseph 1976 *Kings and Kinsmen, Early Mbundu States in Angola*, Oxford, Claredon Press.

MOTTA, Roberto 2005. A Jurema do Recife: Religião Indo-Afro-Brasileira em Contexto Urbano. In: LABATE, Beatriz Caiubi; GOULART, Sandra Lúcia (Orgs.),

O Uso Ritual das Plantas de Poder. Campinas, S.P.: Mercado das Letras, v. , p. 279-300.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto Pereira da Costa 1983-1985 *Anais Pernambucanos*. Recife, Fundarpe, volume 9.

PRICE, Richard 1979 Introduction. In: PRICE, Richard (Editor), *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Américas*, Baltimore, John Hopkins University Press.

RODRIGUES, José Honório 1982 *Conciliação e Reforma no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

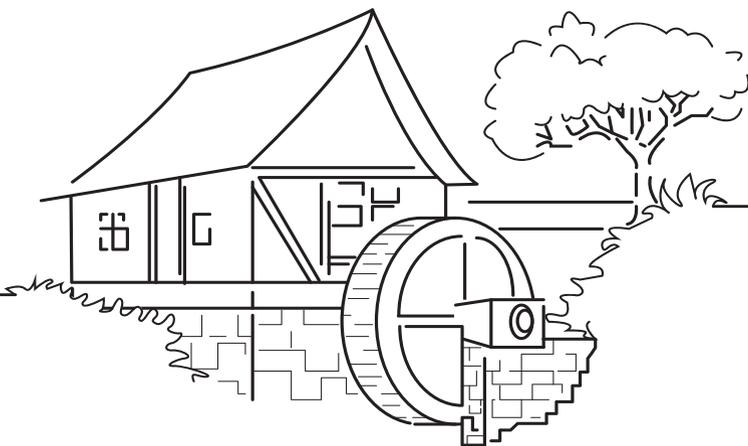
SILVA, Luiz Geraldo 2003 Negros Patriotas: Raça e Identidade Social na Formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCÓSÓ, István (Org.), *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec/FAPESP, pp. 219-249.

SLENES, Robert W. 1991-1992 Malungu, Ngoma Vem: África Coberta e Descoberta do Brasil, *Revista USP*, n. 12, pp. 48-67.

SWEET, James H. 2003 *Recreating África: Culture, Kinship and Religion in the African-Portuguese World, 1441-1770*. Chapel Hill and London, The University of North Carolina Press.

TOLLENARE, Louis François de 1956 *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Progresso.

VERSIANI, Fávio Rabelo Versiani; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira 2002 Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX, *Textos Para Discussão*, Brasília, n. 252.



AS DOENÇAS DOS ESCRAVOS NOS ENGENHOS DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Carlos Alberto Cunha Miranda¹

Na medida em que as doenças intervêm nas condições sociais em que homens vivem e trabalham, tornam-se fenômenos sociais compreensíveis num contexto abrangente e complexo:

A doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos, como também à his-

¹ Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

tória profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades. (LeGoff, 1991: 8).

Os estudos acadêmicos em relação à história da saúde e das doenças dos escravos no Brasil Colônia não são numerosos. Entretanto, na historiografia da escravidão encontramos amplos debates que apresentam as características e especificidades das vivências escravas em seus cenários sociais, moldadas com o avanço da monocultura canieira na Colônia e no Império. Logo, por diversos ângulos, pesquisadores têm desvendado aspectos do cotidiano da vida desses trabalhadores, apresentando como podiam ser múltiplas e complexas as relações tecidas nos espaços sociais marcados pela experiência do cativo. Sob diferentes aspectos, pesquisam-se questões sobre a vida e a morte dos cativos, com ênfase na sobrevivência dessas pessoas nos barracões na África, nos navios negreiros, ao longo das travessias atlânticas, assim como nos espaços dos mercados de escravos, nas cidades, engenhos e fazendas.

Os dados sobre a mortalidade da população escravizada se apresentam como um arsenal valioso de informações para a reconstrução dos cenários escravistas. Consequentemente, surgiu o interesse em desdobrar a investigação em torno das variáveis que condicionavam as elevadas taxas de morte entre os cativos. Assim, averiguar alguns acidentes de trabalho e algumas doenças que assolavam os espaços em que os cativos circulavam, especialmente os engenhos, desponta-se como uma questão relevante no âmbito das pesquisas recentes dessa temática.

É importante ressaltar que, durante o período colonial, tentou-se imputar ao escravo o papel de disseminador de endemias. Mas, a verdade é que o colonizador branco, antes mesmo da presença dos africanos entre nós, já havia trazido consigo doenças gravíssimas. Assim como os escravos, os povos indígenas foram as maiores vítimas de epidemias, dada a vulnerabilidade de suas defesas orgânicas ante as novas moléstias que se apresentavam no continente americano. Luís Felipe Alencastro (2000), utilizando uma análise em torno da ideia de uma “unificação microbiana do mundo”, descreve uma série de doenças entre indígenas, europeus e africanos que teriam, simultaneamente, se intensificado com o contato através do Atlântico.

Bócio, parasitoses, dermatoses, disenterias e, talvez, tipos brandos de malária (“terças simples” e “quartãs”) constituíam as enfermidades mais frequentes entre os indígenas antes da Descoberta. Os europeus veicularam varíola, rubéola, escarlatina, tuberculose, lepra, doenças venéreas e dermatoses, como a sarna. Por sua parte, os africanos transmitiram, diretamente do Continente Negro ou por via do Caribe, outro séquito de doenças. O tracoma; a dracunculose (filariose do aparelho circulatório, conjuntivo e das cavidades serosas), causando elefantíase e significativamente chamado de “bicho da costa”, isto é, da “costa da África”; o amarelão, causado pelo ancilóstomo, parasita intestinal cujo nome científico é *Necator americanus* (matador americano), embora sua origem seja africana; a febre amarela e, provavelmente, um subtipo do dengue e, por fim, a malária mais letal, do gênero *Falciparum* (terças dobres)”. (Alencastro, 2000: 94)

As mudanças ocorridas nas suas condições primitivas de vida favoreceram a ocorrência de uma verdadeira irrupção de enfermidades que levaram muitos indígenas à morte. No caso específico dos escravos, a falta de uma alimentação adequada, os castigos físicos, as moradias insalubres, as vestimentas impróprias, o estresse e o excesso de trabalho lhe comprometeram a homeostase, acarretando o surgimento de várias doenças, as quais contribuíram, sobremaneira, para a alta taxa de mortalidade entre indígenas e africanos.

As doenças infectocontagiosas, como catapora, sarampo e suas complicações, varíola, gripe, tifo, meningite, tuberculose e hanseníase, foram as que mais afetaram as populações escravas. Contudo, com frequência, os cativos eram acometidos também de doenças de pele, venéreas, entre outras decorrentes de verminoses; além de enfermidades nutricionais, tais como: anemia, raquitismo, avitaminoses diversas e inanição.

O plantio exagerado da cana-de-açúcar durante o período colonial acarretou sérios prejuízos à saúde das populações rurais, inclusive à dos escravos. Sobre isso, Josué de Castro explica:

Descobrimo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente para o plantio da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao cultivo exclusivo dessa planta. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruíram quase que

inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares do lugar, degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região (Castro, 1951:86).

Assim, com uma alimentação deficitária em teor vitamínico, os escravos tornaram-se mais vulneráveis às doenças carenciais, infecções e parasitoses, razão por que as doenças infecciosas benignas se transformavam em graves moléstias que acabavam por acometer grande parte da população escrava.

Em relação à saúde dos escravos, faz-se necessário reportar-nos às longas caminhadas as quais eram submetidos do interior da África, até os barracões, para embarcar nos navios negreiros. Nesses percursos, quando os cativos chegavam a um número suficiente, os funidores prendiam os escravos pela mão direita, em correntes coletivas de ferro, conhecidas como *libambo*, e davam início à longa jornada rumo ao litoral. Havia pesados libambos que prendiam até cem escravos de uma só vez. Outra forma de prender os cativos nessas intermináveis marchas era através de cangas de madeiras que poderiam ser utilizadas por um único indivíduo ou mais. Aqueles que apresentavam problemas de saúde e não mais podiam acompanhar a marcha, eram abandonados e seus corpos deixados insepultos. Debilitados, famintos e doentes era assim que os milhões de indivíduos, reduzidos à condição de escravos, chegavam aos portos marítimos da África para, novamente, serem vendidos ou permutados. O sofrimento dos escravos continuava nos portos de embarque, cujo infortúnio parecia não ter mais fim. Sob a proteção das fortalezas de Arguim e de São Jorge da Mina, havia em quase todo o litoral da África, Benguela, Moçambique, Camarão, Benin e Guiné os *tumks* – locais onde as companhias pertencentes aos portugueses, holandeses, franceses, dinamarqueses e espanhóis se empenhavam na comercialização dos escravos. Em torno do Castelo de São Jorge, localizado na atual República de Gana, reuniu-se um povoado, formado por europeus e africanos cristianizados, que se dedicava a um próspero comércio de ouro e de escravos trazidos do interior da África. Informa Taunay que, todos os anos na Costa da Mina, as companhias retiravam aproximada-

mente dez mil escravos para abastecer de mão de obra as suas colônias na América (Taunay, 1988:262).

Enquanto aguardavam a sua comercialização, os africanos eram confinados em armazéns, a céu aberto, ou em barracões de madeira ou *tumks*, em condições lastimáveis. Nesse período, em decorrência das péssimas condições de higiene e da alimentação escassa e de má qualidade, os escravos eram frequentemente acometidos de inúmeras doenças e muitos vinham a falecer. Os mortos eram separados e, de imediato, atirados ao mar. Como os *tumks* ficavam vizinhos à praia, periodicamente, os escravos eram encaminhados em pequenos grupos, todos seminus, para refrescar seus corpos por um curto período de tempo. As condições de vida nesses barracões eram tão nocivas à saúde que, segundo Oliveira Mendes, dos 10 a 12 mil escravos que chegavam anualmente a Luanda, apenas 6 ou 7 mil conseguiram ser transportados para o Brasil (Mendes, 1977:48).

Caso surgisse alguma epidemia entre os escravos amontoados nos barracões, os mercadores não os libertavam para evitar o contágio entre os habitantes brancos da região. A solução, muitas vezes, era o extermínio sistemático dos cativos vitimados por enfermidade contagiosa. Os que sobreviviam a esses infortúnios eram, então, negociados e entregues aos capitães dos navios negreiros para a difícil viagem até o Brasil. Ao chegarem a bordo, eram novamente atados dois a dois por grilhetas que lhes prendiam as mãos e os pés. Presos e mal acomodados nos porões, podia, então, o capitão dos tumbeiros iniciar a sinistra viagem pelo Atlântico. No porão do navio, ficavam os homens, comprimidos uns sobre os outros, isolados da tripulação que temia revoltas. Numa atmosfera de horror, o cheiro dos excrementos e dos vômitos aumentava consideravelmente no porão, por consequência do efeito do calor e da falta de ventilação. Mulheres e crianças ficavam amontoadas nas partes cobertas. Em cerimônia tumultuada, eram ali batizados em massa pelos capelães, muitos deles franciscanos e capuchinhos, dos navios negreiros, sem que tivessem a menor ideia do seu significado. No porão do navio, faltava tudo: roupa, higiene, água, comida e ar. Uma das gravuras de Johann Moritz Rugendas mostra, com detalhes, as condições de vida dos escravos nos porões dos navios negreiros. É evidente que, num ambiente desses, disseminaram-se inúmeras doenças que impediram que muitos terminassem a viagem.

Frequentemente, a disenteria, a varíola, o sarampo, as febres, a sarna, o escorbuto, entre outras doenças, ceifavam a vida de muitos escravos nessas viagens. Os serviços médicos nesses navios eram inexistentes. Para atenuar a situação de higiene, a defumação era ainda um recurso profilático, empregado a bordo pelos capitães dos tumbeiros, no qual eram utilizadas a ebulição e evaporação do vinagre, colocado sobre pás aquecidas, provocando vapores acres e penetrantes, destinados a expelir o ar viciado das cobertas onde os escravos estavam confinados e agrilhoados, aos pares, por um dos tornozelos (Taunay, 1988:191).

O relato do transporte brutal de escravos, desde os sertões africanos até os navios negreiros, foi comentado num longo discurso apresentado em 1793, na Real Academia das Ciências de Lisboa, pelo acadêmico, nascido na Bahia, Luiz Antônio de Oliveira Mendes. O trabalho desse bacharel estudioso em medicina, intitulado *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil*, denuncia as péssimas condições de vida a que estavam submetidos os escravos africanos, em decorrência do tráfico para o Brasil. Em seu estudo, Oliveira Mendes também faz referência às principais doenças que acometiam os escravos e aos procedimentos terapêuticos empregados na sua cura. O texto do autor, apesar de revelar-se crítico, está infinitamente distante de um posicionamento contrário ao sistema escravocrata. Em seu discurso, chama atenção para a necessidade, urgente, de melhorar as condições de vida dos escravos que, de forma impiedosa, eram maltratados desde o continente africano até o Brasil. Dessa forma, defendendo o interesse dos proprietários de escravos e das autoridades portuguesas, alertava para as desvantagens econômicas que o tratamento dispensado aos cativos poderia trazer aos negócios. A durabilidade e a rentabilidade da mão de obra escrava eram defendidas pelo discurso de “inegável sentimento de humanidade” (Miranda, 2011, 376).

É importante frisar que a mortalidade dos escravos nos negreiros foi decaindo ao longo do século XVIII, não por medidas humanitárias, mas em virtude de uma maior preocupação com os cuidados médicos para com a saúde dos cativos, haja vista o custo cada vez mais elevado para sua aquisição. Além disso, a implementação de novas tecnologias nessas embarcações tornou mais rápida a travessia pelo Atlântico.

Ao chegarem aos portos do Brasil, doentes e mal nutridos, os africanos eram desembarcados e logo enviados às ruas e aos mercados da cidade, onde continuavam sem nenhuma espécie de tratamento mé-

dico. Diante dessas dificuldades, os escravos enfermos eram entregues aos cuidados dos pretos sangradores.

Os principais mercados de escravos eram: o da Pedra do Sol e o de Velongo, no Rio de Janeiro; os de Água dos Meninos, de Mandragôa e o do Unhão, na Bahia; e os do Recife e de Olinda. Henry Koster fez uma descrição das péssimas condições dos escravos que chegavam ao Recife:

São dispostos nas ruas, diante das portas das casas dos donos [...]. A variola, as boubas e outras enfermidades têm oportunidades freqüentes de expandir-se [...] Durante o dia algumas ruas do Recife são parcialmente orladas por esses seres miserandos deitados e sentados promiscuamente nas calçadas, em número de duzentos e trezentos. (Koster, 2002:628).

Ainda, sobre a venda de escravos nas ruas e mercados do Recife, Tollenare faz o seguinte comentário:

Grupos de negros de todas as idades e de todos os sexos, vestidos de uma simples tanga, acham-se expostos à venda diante dos armazéns. Estes desgraçados estão acorados no chão, mastigam com indiferença pedaços de cana que lhes dão os compatriotas cativos que encontram aqui. Grande número dentre eles padece de moléstia e está coberto de pústulas repugnantes. (Tollenare, 1978:21).

O emprego de quarentenas para os africanos também foi muito utilizado no Porto do Recife, conforme atesta um documento da Câmara Municipal do Recife, datado de 9 de março de 1822 e dirigido oficialmente à Junta do Governo. Nele, o poder público solicita providências contra o abuso da venda de escravos, após a chegada desses à cidade e, ao mesmo tempo, requer providências para recolher e isolar, no Lazareto de Santo Amaro, os suspeitos de serem portadores de moléstias contagiosas, a fim de passarem por um período de quarentena. Koster

afirma que nem sempre essa disposição era respeitada: “os escravos, que são enviados por poucos dias para Santo Amaro são depressa trazidos para a cidade”. Na segunda metade do século XIX, em 1853, foi construído, na Ilha do Nogueira, um lazareto destinado não só ao isolamento de escravos, como também de europeus suspeitos de serem portadores de doenças contagiosas (Miranda, 2011: 380).

Uma vez vendidos, os escravos recebiam um cobertor de lã grosseiro e eram enviados para os engenhos, plantações de algodão e fazendas de gado. Ao chegarem à propriedade, eram entregues aos cuidados dos feitores que os obrigavam a participar dos trabalhos agrícolas. Nos centros urbanos, trabalhavam executando serviços domésticos, em oficinas, construções ou como carregadores do porto, escravos de ganhos etc. Os recém-chegados ao Brasil eram chamados vulgarmente *negros novos* e os letrados, *ladinos*.

Da observação no interior das senzalas ao alargamento para fora de seus limites, é possível reconstruir faces do universo que moldavam as práticas culturais e estratégias de sobrevivência dos escravos, particularmente aquelas que podem revelar os sentidos da doença, da morte e das curas, ainda que apareçam fragmentadas. De grande importância são os relatos dos cronistas, cirurgiões e a iconografia como as de Debret e Rugendas que estiveram no Brasil na primeira metade do século dezanove.

Seguindo tais caminhos, ao nos aproximarmos do cotidiano dos trabalhadores escravos dos engenhos, percebemos como o impacto da exploração destes nas grandes propriedades canavieiras afetava gravemente sua saúde. Para isso, observamos fatores como moradia, rotina de trabalho (acidentes), divisão de tarefas, maus tratos, alimentação, vestimentas e mortes de homens e mulheres escravizados que viviam nessas propriedades. Autores como Schwartz (1988), em seu trabalho sobre a temática na escravidão na Bahia, demonstrou que as condições de insalubridade, a subnutrição e a falta de assistência médica afetavam um grande segmento da população livre, mas sem dúvida o cativo criava certas condições especiais de mortalidade.

No século XVII, surtos epidêmicos de varíola e sarampo eram corriqueiros entre os escravos. Eustáquio Duarte revela que, no “Tratado único de bexiga e sarampo”, escrito por Pinheiro Morão, e que tinha como finalidade combater as duas enfermidades, a varíola, somente nos vinte anos em que procedera a publicação do tratado, havia dizimado,

em três grandes surtos, três quartos da população escrava na Capitania de Pernambuco na cidade e no campo. Somente com a extinção total do tráfico de escravos é que essa situação veio a sofrer alguma modificação. Conforme relata Maria das Mercês Somarriba, em estudo pioneiro sobre a medicina no escravismo colonial, nesse período, “passa a fazer sentido uma preocupação mais consistente, por parte dos proprietários, com a preservação da força de trabalho escrava” (Somarriba, 1984:13).

A deficiência nutricional diminuiu a resistência contra os numerosos agentes parasitários e microbianos, o que facilita sua multiplicação no organismo humano e agrava os efeitos patogênicos. É possível que o Escorbuto, carência de vitamina C, raro nos tempos atuais, não só foi responsável por uma elevada taxa de mortalidade entre os homens do mar, como também entre os escravos que trabalhavam no campo e nas cidades. Os escravos tomados por essa enfermidade perdiam peso, apresentando-se pálidos e enfraquecidos. As gengivas se tornavam sensíveis, esponjosas, tomadas de ulcerações e suas extremidades manifestavam áreas negras e azuladas; além disso, os dentes amoleciam até cair. O escorbuto poderia ser facilmente evitado através de uma alimentação equilibrada que contivesse vitamina C. Josué de Castro faz um esclarecedor comentário:

Quando o senhor de engenho fornecia ao negro uma dieta abundante de feijão, farinha, milho ou toucinhos, não melhoravam o seu regime alimentar, senão num único aspecto, no de abastecê-lo de maior potencial energético sem minorar nenhuma das suas deficiências qualitativas agravando mesmo algumas delas [...] (Castro, 1951:103).

Supõe-se ainda que outras doenças carenciais tenham vitimado um expressivo número de escravos nos engenhos coloniais.

Outra causa de morte entre os escravos foi o tétano. A bactéria dessa enfermidade encontra-se no intestino de certos animais, especialmente no dos herbívoros, e só ocasionalmente no do homem. Os bacilos tetânicos atacam, exclusivamente, o tecido nervoso e um dos primeiros sintomas apresentados pelo enfermo é a dificuldade em abrir a boca e engolir, resultante dos espasmos dos músculos responsáveis

pelo movimento do maxilar. A deglutição torna-se difícil e a capacidade respiratória irregular e trabalhosa. Em sua fase mais crítica, ocorrem contrações dos músculos do tronco e das extremidades do corpo, provocando no doente, contrações espasmódicas que o obriga a curvar-se para trás. Havendo convulsões, nos casos mais graves, o enfermo pode morrer em apenas três dias. Muito comuns nos tempos da Colônia, os ferimentos causados por objeto pontiagudos, como pregos e estilhaços, ou os decorrentes de mordida de certos animais foram os principais responsáveis pelo aparecimento da doença entre os escravos que, quase sempre, andavam com os pés descalços pelas ruas sujas e lamacentas.

As lacerações, produzidas por acidentes de trabalho ou açoitamentos, também ocasionaram o aparecimento do tétano. A ausência de qualquer medida de higiene, como a limpeza imediata do ferimento, contribuía sobremaneira para o aumento no número de mortes entre os escravos no Brasil colonial. A historiadora Mary C. Karasch apresenta um importante quadro estatístico das causas de morte dos escravos sepultados pela Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1695-1839, neste o tétano aparece como responsável por 318 obituários (Karasch, 2000:212).

As crianças recém-nascidas também eram vitimadas pelo tétano, pois as mulheres escravas, comumente, não dispensavam tratamento adequado ao cordão umbilical, quando do nascimento da criança e no período subsequente. O costume de se aplicar azeite com pimenta para fazer secar o coto umbilical contribuiu para que o tétano neonatal ceifasse a vida de um número significativo de recém-nascidos.

As péssimas condições de vida e os riscos derivados da natureza do trabalho escravo, como a exposição do seu organismo às variações da temperatura, à chuva, ao frio, à poeira e aos trabalhos violentos e fatigantes, deixam-nos poucas dúvidas de que infecções bacterianas e viróticas, a exemplo das tosses convulsas, gripes, bronquites, pneumonias e tuberculose, foram igualmente responsáveis pela morte de adultos e, principalmente, de idosos e crianças.

A ancilostomíase ou opilação era uma das manifestações helmínticas mais comuns entre os escravos, principalmente, nas áreas rurais. Até os dias atuais, entre as grandes endemias no meio rural, a ancilostomíase se destaca como uma das mais disseminadas e de maior incidência. Essa doença, muito comum na Colônia, provocava, nos escravos, anemias em graus diferentes, resultantes da sucção do sangue

pelos parasitas no intestino. Por sua vez, a anemia, quase sempre, gerava perturbações gastrintestinais e cardíacas, principalmente nos idosos. A anemia provocada pela ancilostomíase incapacitava o escravo para o trabalho e lhe encurtava a vida. O fato de os senhores de escravos se queixarem com constância da fraqueza e lentidão dos seus cativos pode estar associado à ação desses parasitas que debilitavam todo o organismo do escravo. Outro complicador seria o fato de essa doença não matar rapidamente, obrigando os escravos a carregarem esse mal por muitos anos. Eles acabavam contraindo, ao longo da vida, outras doenças, vindo a falecer, e, por conta disso, é difícil precisar as doenças parasitárias que lhes acometiam.

Devido às péssimas condições de higiene, certamente inúmeros vermes infestaram os escravos. As lombrigas (*Ascaris lumbricoides*), conhecidas na época como “verme-da-guiné”, têm o seu ciclo evolutivo semelhante ao dos ancilóstomos. Esses vermes quando irritados, pela ação de algum alimento ou medicamento, enroscam-se uns nos outros, formando novelos e podendo, dessa forma, obstruir por completo o intestino. Nesse caso, faz-se necessária uma intervenção cirúrgica para retirá-los. Uma vez que a medicina da época era limitada, tal procedimento cirúrgico não era realizado, fato que, provavelmente, levou muitos escravos à morte.

Rugendas, em sua *Viagem pitoresca através do Brasil*, apresenta, em uma de suas gravuras, um retrato fiel de uma moradia de escravos no engenho, onde adultos e crianças encontram-se no pátio de uma pequena casa de palha, certamente uma senzala, deitados no chão. As crianças aparecem nuas, brincando no solo arenoso, provavelmente infectado por um número expressivo de parasitas.

Não foi pouca a ocorrência de Sarna no corpo dos escravos. De acordo com o Cirurgião Luiz Antonio de Oliveira Mendes, a sarna era uma enfermidade muito comum nos armazéns onde os escravos ficavam confinados, na África e nos porões dos navios negreiros. Ainda segundo Mendes, a enfermidade poderia ser “mansa ou brava”. Ainda em seus escritos, o cirurgião informa que a doença era tratada por escravos e escravas ladinas, espalhando “folhas amornadas de mamona branca” nas regiões afetadas (Mendes, 1977:80).

A “Melancolia” foi outra enfermidade que acometeu muitos cativos nos engenhos coloniais. Segundo relatos de cronistas e cirurgiões dos séculos XVIII e XIX, os escravos africanos sofriam uma grande

tristeza, conhecida na época por “melancolia” ou “banzo”. Atribuía-se como causa imediata dessa “doença” uma imensa saudade da terra natal. No auge da enfermidade, o escravo era levado ao suicídio. Entretanto, essa visão distorcida não considerava dois dados de importância fundamental: primeiro, que a saudade era referente à perda total da sua liberdade; segundo, a sociedade em que viviam era profundamente injusta, desigual e perversa para com eles. Em face dessa situação, experimentavam, com frequência, sentimentos de desesperança e perda completa ou quase completa de interesse pela vida ou da capacidade de sentir prazer. O comportamento depressivo, o pânico e o medo estavam diretamente relacionados com as inúmeras tentativas de suicídio realizadas pelos escravos. Entretanto, em muitos casos, longe de ser um ato de fraqueza, era uma reação consciente e de revolta em virtude das situações adversas que lhes eram impostas.

A tuberculose foi uma doença bastante significativa, como causa de incapacidade crônica e de morte, no Brasil colonial. As péssimas condições de moradia e de higiene, a desnutrição e o excesso de trabalho constituíram influências deletérias para o aparecimento, agravamento e propagação da doença entre os escravos adultos. Sem dúvida que as crianças, habitando senzalas sujas e superlotadas, subnutridas pelo efeito da alimentação – deficiente em qualidade e quantidade – eram menos resistentes à ação do bacilo. Transportada através das secreções respiratórias e expelida pelos espirros, fala ou por qualquer outro esforço respiratório, a tuberculose, rapidamente, propagou-se pelas senzalas e pelos alojamentos escuros e úmidos dos sobrados urbanos. Conhecida na época como “sangue pela boca”, “chagas dos bofes” ou “tísica”, a tuberculose apresentava sintomas variados e provocava nos cativos: astenia, febre, perda de peso, suores noturnos, tosse, expectoração, rouquidão, dores torácicas e, por fim, a morte. Devido à inexistência de serviços de saúde, com exceção das Casas de Misericórdia, e à inexistência das notificações das causas de morte, tornou-se impossível calcular índices aproximados de mortalidade referentes a essa enfermidade.

Outro perigo era os vermes e parasitas que infestavam o organismo dos escravos. Vários fatores contribuíam para o seu aparecimento e desenvolvimento. O consumo de carne malpassada, especialmente a de porco, e as péssimas condições de higiene a que estavam submetidos os escravos contribuíam para a propagação das infecções helmínticas, acarretando sérios prejuízos à saúde das populações escravas na Colô-

nia, especialmente das crianças. Andando descalças e brincando nuas, em áreas com condições sanitárias inadequadas, as crianças eram facilmente infectadas em contato com o solo infestado por esses parasitas.

Para cura de seus males os escravos dos engenhos e das cidades recorriam aos curandeiros, feiticeiro e sangradores. O uso de amuletos era muito utilizado pelos cativos para se proteger não só das doenças como também contra os infortúnios. Com relação aos escravos considerados “incapazes” – os cegos, os mutilados, os aleijados e aqueles que sofriam de doenças incuráveis –, a atitude dos senhores era de indiferença, de abandono e até de repugnância porque, além de se tornarem motivos de despesas, prestavam pouquíssimo serviço, haja vista a sua incapacidade para o duro trabalho na lavoura.

Inúmeros são os relatos dos viajantes em relação aos escravos que tiveram seus braços esmagados entre os cilindros das moendas. Tollenare (1978) informa que uma bela escrava, de 27 a 28 anos, chamada Teresa, ao substituir uma negra que trabalhava na moenda, teve a infelicidade de deixar uma das mãos presa no cilindro, tentando desvencilhar-se, teve também a outra mão presa. Esmagados, foi necessário amputar os dois braços de Teresa que, segundo o viajante, ficou em estado lastimável. De acordo com Koster, era costume, em alguns engenhos, deixar-se uma barra de ferro e um martelo perto dos rolos, para serem colocados entre os cilindros em caso de acidente. Informa ainda o viajante inglês: “Nalguns lugares vi, junto da barra e do martelo, um facão afiadíssimo, para separar a parte do corpo julgada necessária” (Koster, 2002:553). Afirma também que as moendas movidas por bois ofereciam menos perigo do que as impulsionadas por bestas, uma vez que estas, ao pressentirem o grito dos escravos, assustavam-se e aumentavam o movimento dos cilindros, ao contrário dos bois que paravam sozinhos. Ao trabalharem nas serrarias dos engenhos, era possível que os cativos, igualmente, sofressem algum tipo de mutilação.

O perigoso trabalho realizado pelos escravos nas caldeiras e fornalhas provocou, muitas vezes, sérios acidentes que os deixaram incapacitados para o trabalho ou, em muitos casos, portadores de cegueiras irreversíveis. Lugar quente e perigoso, o padre Vieira associou a caldeira ao Inferno. Para o jesuíta italiano Antonil, o cenário da caldeira assemelhava-se às erupções dos vulcões Etna e Vesúvio. Ainda segundo Antonil, os cativos que sofriam de boubá prestavam serviço nas fornalhas na esperança de que o calor expelisse a doença pelo suor.

Os escravos rebeldes também eram obrigados a trabalhar nas caldeiras como forma de punição:

Nem faltam perto destas fomalhas seus condenados que são os escravos boubentos e os que têm corrimentos, obrigados a essa penosa assistência para purgar com suor violento os humores gálicos, de que têm cheios seus corpos. Veem-se aí, também, outros escravos, facínoras, que presos em compridas e grossas correntes de ferros pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança da emenda (Antonil, 1982:115).

Além das doenças, dos acidentes e castigos, os africanos comumente eram vitimados por picadas de cobras venenosas. Durante a limpeza do mato para o plantio da cana-de-açúcar ou para o roçado de subsistência, os escravos conservavam os pés descalços e, portanto, expostos às mordeduras desses répteis. Sem nenhum recurso de defesa, muitos se tornaram presas fáceis desses animais e tiveram suas vidas postas ao perigo. A mordedura da cobra, sempre dolorosa, produzia sintomas imediatos, como mal-estar, vômitos, aceleração do pulso, do coração etc. A gravidade dos acidentes ocasionados por envenenamentos poderia provocar sérias inflamações que, em alguns, gangrenavam, acarretando a perda dos dedos e dos pés dos escravos. Para curar os seus males, os africanos, muitas vezes, recorreram às próprias práticas medicinais. Predominantemente empíricos, os curadores preparavam seus medicamentos à base de ervas, raízes, folhas e flores para atenuar os efeitos das picadas de cobras. Utilizavam também sal, vinagre ou álcool (Miranda, 2011).

É importante ressaltar que, durante o período colonial, quando a escravidão africana no Brasil cresceu incessantemente nas fazendas e engenhos, as insurreições não demoraram a se alastrar por todas as regiões, colocando medo nos colonos e religiosos. Esta situação não mudou durante todo o período em que perdurou a escravidão, fazendo com que os senhores de engenhos, através de seus feitores, as autoridades militares e políticas agissem constantemente no sentido de minimizar

os movimentos de rebeldia, fosse através de pequenos grupos de escravos ou de quilombos.

Observamos como o estudo das moléstias de determinado grupo populacional pode ampliar nossa percepção de variadas dimensões da vida social da colônia. Por meio da saúde e da doença, temos acesso a características particulares de uma sociedade até então inexploráveis por outros meios. Percebemos como o diálogo com outras áreas de conhecimento pode ajudar na compreensão dos cenários de escravidão e doença. Por exemplo, os estudos paleopatológicos, assim como os estudos médicos, permitem ao historiador estudar outros aspectos da experiência escrava, por meio dos múltiplos indícios sobre a vida dos cativos que emergem da conexão entre eles. Surgem com essas pesquisas novas possibilidades interpretativas com ênfase na relação entre doença e escravidão. Diante das limitações do material histórico e da natureza das fontes no período colonial, a discussão em torno de estudos paleopatológicos pode alargar nossa compreensão sobre a saúde das populações escravizadas. Desse modo, “associando-se da arqueologia, antropologia e parasitologia, entre outras ciências, é possível obter resultados consistentes sobre o modo de vida e a saúde dessas populações”.

Isso nos leva a alertar para a importância de considerarmos, na análise historiográfica, algumas das questões discutidas pelos autores do livro *Paleoparasitologia*. Segundo eles, algumas das infecções parasitárias conhecidas no Novo Mundo já existiam de forma endêmica entre os grupos indígenas americanos, não tendo sido simplesmente trazidas pelos tumbeiros africanos: “a grande maioria das infecções parasitárias não foi introduzida por escravos africanos [no continente americano], elas já existiam de forma endêmica nas populações indígenas” (Keith, 2014:28). Entretanto, “os dados sugerem que os europeus de diversos países, estes sim, trouxeram uma carga parasitária expressiva, reproduziram condições insalubres e mantiveram situações propícias à manutenção dos ciclos evolutivos de helmintos e protozoários intestinais”.

Ângela Pôrto aponta que estudos recentes de paleopatologia têm esclarecido um pouco mais essa questão, mostrando que os achados de parasitas ou de lesões em fósseis indicam a presença de algumas dessas doenças antes da chegada do homem branco à América. Portanto, a ausência de uma doença não significa que ela não possa ocorrer, uma vez que tudo pode depender das condições propícias para seu aparecimento, como por exemplo, contatos recentes entre populações provocando

mudanças no modo de vida, alimentação, etc. Sobre a questão da saúde e da doença do escravo no Brasil (Silva, 2004), resultados preliminares começam a surgir nos estudos desenvolvidos em paleopatologia por Luiz Fernando Ferreira, Sheila Mendonça e Diana Maul que dão nova feição à questão da origem das doenças. Ainda segundo Pôrto, as investigações recentes em demografia histórica que nos fornecem novos dados sobre a população de ascendência africana, podem ser observados nos estudos de Manolo Florentino e Roberto Góes e as pesquisas sobre a história da família escrava no Brasil desenvolvido por Robert Slenes e Sheila Faria (Pôrto, 2006).

Num outro cenário escravista americano, a ênfase na discussão interdisciplinar inaugurada com a investigação do quadro de saúde dos cativos tem sido examinada com destaque nas análises acadêmicas já há algum tempo. A historiadora Keith Valéria de Oliveira Barbosa ressalta a importância das pesquisas de Kristrina Andrea Shuler que levantou interessantes questões sobre esse assunto em torno da experiência dos escravos nas plantations de açúcar. Com foco nos estudos bioarqueológicos, ou seja, aqueles que analisam os remanescentes humanos provenientes de sítios arqueológicos avaliaram os esqueletos de um antigo cemitério de escravos localizado em Barbados. Em 1997-98 foram exumados 46 esqueletos na *Newton plantation* (1660-1820), uma região localizada no Caribe britânico. No século XVII, 236 mil africanos desembarcaram na pequena ilha de Barbados. Nos primeiros anos do século XIX, estima-se que 371 mil africanos teriam chegado à ilha e, ao longo do período em que o tráfico transatlântico se manteve com vigor, cerca de 600 mil cativos devem ter desembarcado nela. As plantations de açúcar de Barbados condensaram as características típicas de um sistema de exploração intensa do trabalho escravo, um cenário social marcado pela diáspora africana. Assim, diversas dimensões sobre a escravidão naqueles contextos podem ser exploradas com a aproximação do cotidiano da vida dos escravos.

Alguns resultados preliminares na pesquisa demonstraram que alterações ósseas foram associadas a um processo de doenças infecciosas e, em destaque, surgiram questões relacionadas ao árduo trabalho nas lavouras e às precárias condições de vida nas *plantations*. Nesse caso, a descoberta do antigo cemitério na *Newton plantation* revelou outras dimensões do cotidiano dos indivíduos escravizados. De acordo com a autora, a ênfase na bioarqueologia tem contribuído como mais

uma possibilidade para examinar a qualidade de vida dos escravos em determinados contextos. O interesse por essas abordagens multidisciplinares contribuiu para reconstruir aspectos dos complexos cenários de escravidão.

Desse modo, essas discussões apontam como o estudo sobre a saúde em uma plantação de açúcar do Caribe contribui para alargar a compreensão da experiência dos indivíduos na diáspora africana. Ainda nessa perspectiva da Bioarqueologia, o livro de Sergio Francisco Serafim Monteiro da Silva, *Arqueologia Funerária: Corpo, Cultura e Sociedade – Ensaios sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias* – apresenta um interessante capítulo intitulado “A vez da Bioarqueologia: por uma sistemática de observar ossos”, embasado numa literatura recente, apresenta dados importantes sobre as remoções ante e post-mortem dos esqueletos (Silva, 2014).

No Brasil, o debate recente sobre as causas e a natureza das moléstias que dizimaram populações negras escravizadas nos séculos XVIII e XIX que perpassam os estudos históricos da escravidão é indicativo de como os critérios de cientificidade das teorias médicas compartilhadas pelas comunidades científicas, ainda são pouco problematizados pelos historiadores. Surgem questões sobre os quadros conceituais utilizados para o entendimento das doenças e os juízos que permeavam os discursos científicos sobre elas. Os conjuntos de proposições que emergem desse novo quadro de referências têm tornado urgente discutir as articulações deste com a produção de conhecimento em outros campos do saber. Confere-se destaque às análises históricas sobre a explicação dos determinantes e da distribuição das doenças nas populações negras escravizadas do passado.

Nesse ínterim, o debate sobre a saúde e as causas das enfermidades dos cativos têm se constituído objetos de estudo de pesquisadores de diferentes campos do conhecimento nos últimos anos no Brasil. Esse contexto de renovação teórica e metodológica sobre a historiografia da escravidão brasileira, desde a década de 1980, recentemente levou muitos pesquisadores a avaliarem temáticas e dimensões da saúde e da doença como caminhos empíricos válidos para a produção da análise histórica. Dessa forma, surgiram até recentemente novas perspectivas a respeito de historicidades muito mais complexas do que até então se entendia, destacadamente nas discussões sobre a nosologia das populações escravas dos séculos passados.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia da Letras.

ANTONIL, A. J. 1982. Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP.

BARBOSA, K. V. de O. B. 2014. Escravidão, saúde e Doenças nas Plantations Cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815–1888). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Casa Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde.

CASTRO, J. 1951. Geopolítica da fome. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil.

KARESCH, M. C. 2000. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808–1850). São Paulo: Companhia das Letras.

KOSTER, H. 2002. Viagens ao Nordeste do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Masangana.

LE GOFF, Jacques. 1991. As doenças têm história. Lisboa: Terramar.

MENDES, L. A. de O. 1977. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brazil. Porto: Edições Escorpião (Caderno Homem e Sociedade).

MENDES, L. A. de O. 1977. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brazil. Porto: Edições Escorpião (Caderno Homem e Sociedade).

MIRANDA, C. A. C. 2011. A arte de curar nos tempos da colônia: limites espaços da cura. 2ª. Ed. rev. ampl e atual - Recife: Ed Universitária da UFPE.

NEWMAN, S. P. 2013. A New World of Labor: the origins and development of plantation slavery in Barbados. In: Africans in the Americas: Making Lives in a New World, 1675–1825. Omohundro Institute of Early American History & Culture. Africans in the Americas: Making Lives in a New World, 1675–1825. Cave Hill, Barbados.

PÔRTO, Â. 2006. A saúde dos escravos na historiografia brasileira. Anais do XII Encontro Regional de História. ANPUH-RJ.

SCHWARTZ, S. 1988. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras.

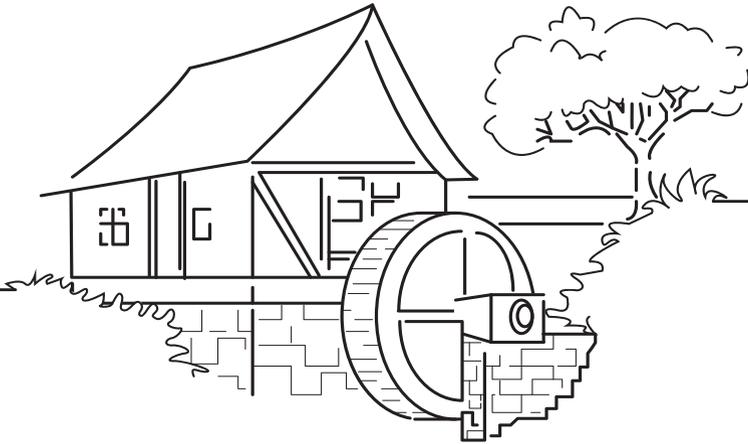
SHULER, K. A. Life and death on a Barbadian sugar plantation: historic and bioarchaeological views of infection and mortality at Newton Plantation. *International Journal of Osteoarchaeology*, V. 21, Issue 1, jan./feb.2011. Disponível em: www.academia.edu. Acesso em 2/9/2015.

SILVA, S. F. S. M. da. 2014. Arqueologia Funerária: Corpo, Cultura e Sociedade: Ensaio sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias. Recife: PROEXT-UFPE&Ed. Universitária da UFPE.

SOMARRIBA, M. M. G. 1984. Medicina no escravismo colonial. In: *Textos Sociologia e Antropologia*. Nº 1. Belo Horizonte: UFMG (Mestrado de Sociologia e Antropologia).

TAUNAY, A. 1988. Subsídio para a história do tráfico africano no Brasil colonial. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: Massangana, v. 1.

TOLLENARE, L. F. 1978. Notas dominicais. Recife: SEC/PE (Coleção Pernambucana, v. XVI).



ENGENHOS DE AÇÚCAR NA CARTOGRAFIA COLONIAL DO SÉCULO XVI E XVII

*Bartira Ferraz Barbosa
José Luis Ruiz Peinado Alonso*

A representação de engenhos de açúcar em mapas colônias do século XVI e XVII constitui tema de ampla envergadura que envolve pesquisa histórica e cartográfica em diferentes acervos. No Brasil, este tema vem crescendo e envolvendo pesquisadores de áreas de estudos com reflexões e intercessões sobre a construção de paisagens. Trabalhos como o de Ana Borborema e Lucilene de Sá (2011), de Caio Adan

(2011) e Benjamin Teensma (2011)¹ apresentados no primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica realizado em Paraty, em 2011, por exemplo, marcaram por sua originalidade apesar de revisitarem escritores consagrados do século XX como Gilberto Freyre, Geraldo Gomes, Evaldo Cabral de Melo, José Antonio Gonçalves de Mello, Vera Ferline, entre outros. Portanto, quando o tema é cartografia histórica colonial, historiadores, arquitetos, geógrafos, arqueólogos, engenheiros cartográficos e das tecnologias da geoinformação, podem se auxiliar com suas pesquisas.

De uma maneira geral, o engenho de açúcar foi desde o período colonial um símbolo de poder sobre o qual se documentou por via de manuscritos ou de impressos. A documentação histórica colonial envolvendo a produção de açúcar, foca na localização das áreas de produção, escoamento e distribuição, rotas e áreas de produção melhor controladas. O açúcar ocupa milhares de páginas de documentação dos diferentes governos do período colonial brasileiro como tema de interesse de Estado e de particulares com participação na produção dos engenhos coloniais. O açúcar tornou-se mercadoria de destaque nos mercados europeus e passou a compor redes de investimentos envolvendo produção, comércio e guerras pelo controle das áreas de sua produção. Portanto, durante os séculos XVI e XVII os temas ligados à produção do açúcar também vão aparecer em mapas sobre o Brasil Colonial. O Nordeste, área da grande produção açucareira, aparece com destaque nos mapas portugueses e holandeses do século XVII devido a grande quantidade de açúcar extraída das suas capitanias. Pernambuco, uma das mais importantes, teve seu litoral muito visado. Seu porto principal, localizado ao sul de Olinda e sua povoação do Recife, tiveram fortificações construídas para a defesa das áreas de produção e escoamento do açúcar produzido às margens dos rios Capibaribe e Beberibe. As construções coloniais marcaram e transformaram a costa nativa levando ao desaparecimento das aldeias indígenas.

1 Borborema, Ana e Lucilene de Sá. Da Cartografia dos Antigos Engenhos à Cartografia portuguesa e holandesa. Trabalho apresentado no primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica realizado em Paraty em 2011.

Adan, Caio. Cartografia de um engenho navegabilidade e integração Territorial na Bahia Colonial. Trabalho apresentado no primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica realizado em Paraty em 2011.

Teensma, Benjamin. Mapas Holandeses do Brasil conquistado, 1624 a 1654, do arquivo Nacional da Holanda, da Biblioteca Real da Holanda e da Universidade de Leiden.

Em mapas dos séculos XVI e XVII sobre o Nordeste do Brasil, a localização de portos, vilas e fortificações nos chamam atenção. Para cada marco, vila, porto fortificado à frente engenhos e fazendas estavam protegidos por detrás. Estas paisagens coloniais foram bem documentadas pelo cartógrafo régio português Luis Teixeira² em mapas produzidos entre 1582 e 1585.

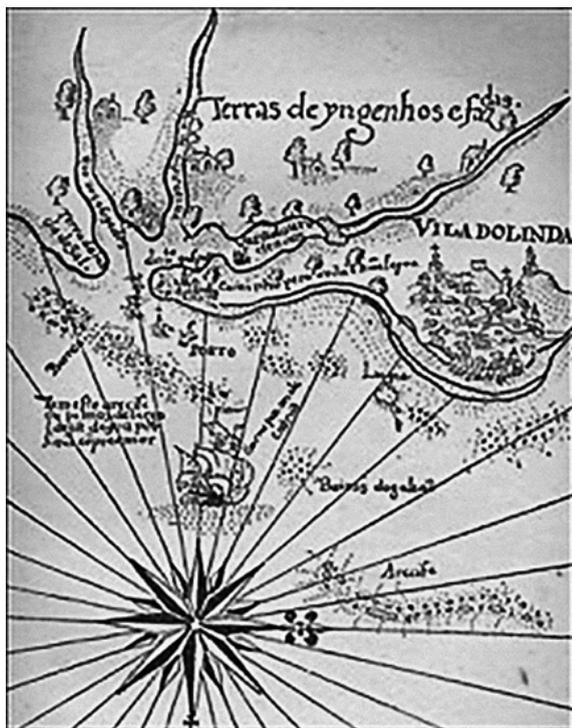


Figura 1: Mapa de Luís Teixeira, séc. XVI.

² Luís Teixeira foi cartógrafo da coroa portuguesa tendo colaborado com Abraham Ortelius no *Theatrum Orbis Terrarum*. Pertenceu a uma família de cartógrafos incluindo o seu pai Pero Fernandes, o irmão Domingos Teixeira, seus filhos João Teixeira Albarnaz, o Velho e Pedro Teixeira Albarnaz, cuja actividade se estende do século XVI até ao fim do século XVIII.

O cartógrafo Luís Teixeira representou a conquista portuguesa incluindo os primeiros núcleos populacionais em vilas, engenhos, portos e feitorias que compunham a malha das rotas comerciais da coroa pelo Atlântico. Sobre o Brasil nos deixou vistas com acidentes geográficos, limites das capitânicas hereditárias e localização de feitorias. Ao contrário de Teixeira, em um mapa mundi, o alemão Sebastian Munster³ coloca o Brasil como parte da America do Sul sem muitos detalhes sobre o seu desenvolvimento econômico.

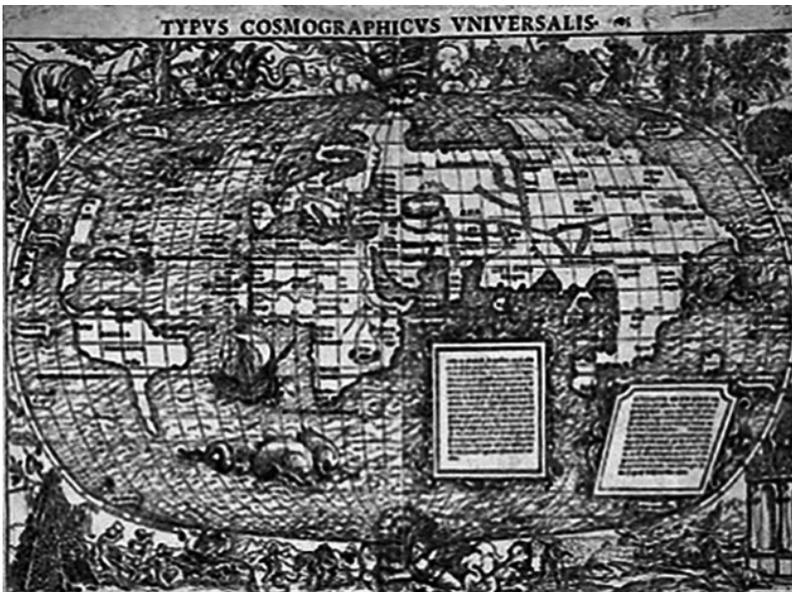


Figura 2: Typus cosmographicus universalis. Lugar de publicação: Basilea (Suíça) 1532 Sebastian Münster.1489-1552 e Colaboradores: Grynaus, Simon, 1493-1541.

³ Nascido em Nieder;Ingelheim em Rheim, na Alemanha, Sebastian Munster, foi cosmógrafo, sacerdote, linguista e reitor da Universidade de Basileia, na Suíça, onde este mapa foi editado, em 1532.

Os mapas dos séculos XVI e XVII aos quais foram incluídos imagens ou símbolos referentes a engenhos colônias são poucos. A grande maioria dos mapas referentes aos impérios coloniais quer informar sobre as novas rotas envolvendo as grandes navegações. Os que tratam das áreas colônias e suas riquezas aprofundam pouco nos detalhes sobre a importância dos espaços coloniais e suas populações nativas. O que mais se destaque nestes mapas são os símbolos das coroas portuguesas e espanhola espalhadas pelos oceanos com seus portos como parte dos seus respectivos impérios.

A Europa e a África aparecem muitas vezes como ponto de referência para marcar distâncias e posições geográficas nos mapas envolvendo a América. Para os navegadores os portulanos eram mais exatos e para governantes apresentavam possibilidade de estudo de rotas, planejamento econômico e comunicação, constituindo bens necessários. Neste período, a produção de mapas passa a ser um investimento. Os reinos de Portugal e da Espanha chegam a financiar no século XVI cartógrafos que formam os primeiros grupos de cartógrafos reais a produzir mapas para navegações arriscadas pelo Atlântico, Pacífico e pelo Índico. Nos séculos XVI e XVII, na Antuérpia a produção de mapas, livros, folhetos, cartilhas e instrumentos de navegação ganham dimensão nunca vista antes. Todo conhecimento do ocidente e do oriente adquiridos pelos europeus parecem passar pelas suas tipografias⁴.

Os grandes cartógrafos desta época como Abraham Ortelius e Mercator procuravam aperfeiçoar as técnicas de cálculo e de desenho dos planisférios, porque cada vez mais os mapas eram procurados para guiar viagens, estudos de proteção, localização, armazenamento de produtos e rotas voltadas para o transporte marítimo. Principalmente, o transporte das cargas de açúcar, madeiras e especiarias. Importava a localização e o controle de todas as etapas. Portanto, a representação dos espaços de produção e de redes envolvendo as 'fábricas' de açúcar, instaladas no Brasil colonial, foi tema de mapas portugueses encomendados para fins de uso administrativo, militar, comercial ou de navegação. Todos os tipos de uso fizeram deste objeto em papel, pergaminho ou tecido uma das mais importantes ferramentas do poder.

4 Werner, Thomas, Eddy Stols, Junia Furtado e Irirs Kantor. Um Mundo sobre Papel. Livros, Gravuras e Impressões Flamengas nos Impérios Portugues e Espanhol. (Séc. XVI ao XVIII). São Paulo, Ed. Edusp, 2014.



Figura 3: Mapa português do século XVII.

Acima, em mapa português anônimo do século XVII, sobre a Restituição da Bahia, podemos observar os campos de açúcar bem próximos à cidade de Salvador. Nos mapas abaixo atribuídos a João Teixeira Albernaz, a panorâmica que nos é oferecida revela a base militar e comercial dos holandeses instalada no litoral da vila de Salvador e a estratégia ibérica de retomada da vila, seu porto e áreas interioranas, aonde aparecem ocupações militares em campos verdes de prováveis canaviais.



Figura 4: Mapa Cidade de Salvador ocupada por Holandeses. João Teixeira Albernaz, século XVII.



Figura 5: Detalhe de mapa anterior.

O número de engenhos do século XVI e XVII referente às capitanias de Pernambuco, Bahia e São Paulo cresciam. As autoridades portuguesas sabiam da importância de sua riqueza e temiam os ataques, saques e invasões às áreas de produção e a seus portos onde ficava armazenado o açúcar à espera de barco. Produção que atçava outros Reinos e Estados europeus. Os Estados Gerais neerlandeses com apoio da Companhia das Índias Ocidentais vai financiar a invasão a Salvador da Bahia em 1621 e, posteriormente, ao Recife em 1630. As duas regiões refletem a riqueza vinda do campo. Numa a localização do governo colonial e seus engenhos e, na outra, o grande número de engenhos produzindo açúcar foram suficiente para o plano da tomada da Bahia e de Pernambuco, incluindo os seus importantes mercados de escravos. Cabe aqui citar o apoio de parte da população indígena contra a ocupação portuguesa em diferentes regiões. No Norte, em São Luis do Maranhão, tupinambás apoiam os franceses; no Nordeste, parte dos nativos potiguar apoiam os holandeses e no Sudeste, os tupiniquim apoiavam ocupação dos franceses no Rio de Janeiro.

Em Pernambuco engenhos construídos ao longo do período inicial da colonização passam a ser assunto e descrições de autoridades portuguesas. Duarte Coelho faz referência das riquezas naturais e relata que da Comarca de Alagoas até o Rio Grande do Norte havia

um cordão de matas que continham preciosas madeiras, inclusive o pau-brasil e terras boas para o cultivo da cana de açúcar. Esta faixa foi sendo desmatada a princípio por portugueses e franceses para a extração do pau-brasil. Os nativos perceberam a diferença entre a feitoria de Cristóvão Jacques e a instalação da Nova Lusitânia. Os primeiros queriam o pau-brasil e outros produtos da mata conquanto os gentios permanecessem em suas aldeias. Entretanto, quando se inicia a colonização com a instalação de um preposto do rei português, com objetivos de ocupar a terra e de plantar cana-de-açúcar usando os índios de forma sistemática acabando com suas aldeias, a reação do gentio foi responder com guerra usando todos os aliados possíveis.

Duarte Coelho permanece em Igarassu dois anos e em seguida funda uma nova vila em um local ainda mais elevado e protegido de ataques piratas e indígenas. A área escolhida tem forma de acrópole e chamar-se-á Olinda, aonde vem a fundar a sede do governo da capitania. Ao deixar Igarassu, já funcionavam 3 engenhos de açúcar. A vila ficou sob a administração de um vianês, Afonso Gonsálves, que deveria defender a população também nos engenhos. Segundo Pereira da Costa⁵, em 31 de maio de 1535, por um Alvará de D. João III, o Brasil se transformou em local de degredo até 1722, quando a lei foi extinta. A capitania de Pernambuco recebia muitos degredados, mas pelo rigor do donatário, muitos fugiam para a capitania de Itamaracá, como denuncia Duarte Coelho junto ao Rei⁶. A vila de Olinda se organiza do ponto de vista militar e urbano. Por ordem do donatário foi construído uma casa fortaleza e uma torre de pedra e cal. Em Olinda vão surgir vários logradouros: Rua dos Nobres, depois Ourives, Rua Nova. Em fins do século XVI, comenta Brandônio⁷, Olinda já apresentava uma Casa de Misericórdia e os senhores de engenho dão sinais de luxo e liberalidade.

5 Anais Pernambucanos – p. 179, vol. 1.

6 Carta de Duarte Coelho dirigida ao Rei em 20/12/1546.

7 Autor dos Diálogos da Grandeza do Brasil. p. 215.

1. Terras para engenhos em Pernambuco

Os primeiros engenhos levantados estavam vinculados a contratos feitos em Lisboa, como o engenho Nossa Senhora da Ajuda ou Engenho Velho⁸. Entretanto, não será apenas com os contratos de Lisboa conseguidos através do prestígio do donatário que a colonização vai vingar. Através de um instrumento jurídico – O FORAL – o donatário pôde fazer a distribuição de terras aos portugueses que o acompanharam até Pernambuco e a outros europeus que chegaram depois. Antes de fundarem engenhos eram dadas sesmarias. Terras distribuídas apenas a fidalgos e gente de elevada hierarquia, com haveres próprios que lhes proporcionava a fundação de engenhos de açúcar, preferencialmente. Por concessão donatária, recebiam todos, a título de sesmarias, as terras necessárias, de propriedade perpétua, livres de pagamento de foro ou pensão e seus proprietários ainda recebiam favores régios.

Costa Porto⁹ esclarece que este instrumento foi o mais prático para o objetivo principal da coroa portuguesa – o povoamento, e, conseqüentemente, a produção. Através das sesmarias realizar-se-á a política do Reino de manutenção da posse da terra de Vera Cruz e o seu povoamento. O autor compara a distribuição de sesmarias feitas no Reino e no Brasil e conclui que havia um só ponto de convergência entre os dois sistemas: o solo sem cultivo. Esta afirmativa é em parte verdadeira, o solo estava sem cultivo de produtos que interessavam ao mercado, com o qual estavam os portugueses envolvidos. Mas, ocupados pelas necessidades indígenas, de transmutação, de coleta de alimentos, de regiões propícias à caça, à pesca, enfim ocupados por outra forma de relação com a natureza. Pelo Foral, o donatário Duarte Coelho poderia conferir cartas de sesmarias de terras a quaisquer pessoas que solicitassem, conforme as leis da época, livres de ônus, salvo o dízimo a Deus, sendo proibido repartir a sesmaria. Por exemplo: não poderia fazer doações à sua mulher, filhos e herdeiros, como também não poderia se apropriar de 1 (uma) parte (sesmaria) para se mesmo.

8 Anais Pernambucanos. Pereira da Costa, tomo 1, p. 225.

9 Porto, José da Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.

Através do documento conhecido como o Foral de Olinda¹⁰, pode-se perceber que Duarte Coelho doou terras fazendo distribuição de lugares onde deveriam se estabelecer o povo, os moradores e os povoadores. Estes dois últimos grupos deveriam ocupar os aclives do monte de Olinda, aí construiriam suas casas e vivendas, sem pagamento de foro e obtendo todos os direitos de defesa. Reservou terras comunitárias para o pasto, outra parte, nos terrenos mais baixos, para feitorias, o litoral dos arrecifes para o atracamento dos navios e as fontes e rios para a serventia da população da vila. Uma segunda camada social, também de importância, veio para a colônia: os mercadores, os mestres de ofício, artífices e oficiais mecânicos; gente de mar e soldados que eram os responsáveis pela defesa da praça e pelos serviços de manutenção das atividades econômicas e militares.

A carta de doação de D. João III em favor de Duarte Coelho faz mercê a este fidalgo de sessenta léguas de terra na costa do Brasil, as quais começavam no Rio São Francisco – que estavam ao sul do Cabo de Santo Agostinho e terminavam no Rio de Santa Cruz que cerca a ilha de Itamaracá. A mesma largura deve ser observada em relação ao Sertão, isto é, na direção oeste. A Carta Régia de 7.12.1617 regulava a extensão das sesmarias: “até 03 léguas de comprimento, sobre uma de larga”. A Carta Régia de 20.01.1699 obrigava aos que recebessem terras, a título de sesmaria, pagarem foro. Sucessivas leis regulamentavam as sesmarias que estivessem em mãos de ordens religiosas: “*não deveriam se suceder na posse, salvo pagando o foro*”.¹¹

Os primeiros e os mais ilustres sesmeiros da Capitania de Pernambuco, a partir de 1535, foram da família Bandeira de Melo, Maciel Andrada; Gomes de Melo, de Holanda, Mendes de Vasconcelos, Bezerra Felpa, entre outras. Muitas famílias foram formadas na capitania através de casamentos entre europeus e gente da terra. A família de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, foi numerosa com filhos ilegítimos, legitimados e legítimos. Estes últimos com sua mulher Fillipa de Melo. Deste matrimônio e dos filhos legitimados

10 Por muito tempo este documento foi confundido com o Foral da Capitania de Pernambuco.

11 Costa, A. F. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Tomo I, tomo IV, p. 468.

procedem as famílias Albuquerque Maranhão, Albuquerque Melo e Cavalcanti Albuquerque.

Não só portugueses povoaram a capitania, os irmãos Sibaldo Lins e Cristóvão Lins, fidalgos alemães receberam terras ao sul do Recife chegando ao território que hoje pertence a Alagoas. Sibaldo casou-se com D. Brites de Albuquerque, viúva do Donatário Duarte Coelho Pereira. Cristóvão Lins casou-se com D. Adriana Holanda, filha de Arnou Holanda. Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, em Pernambuco desde 1556, casa com D. Catarina de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo, deles provém a família Cavalcanti de Albuquerque.

João Paes Barreto, natural de Viana, Portugal, dos Morgados de Bilheiras, chega a Pernambuco em 1557, casa com D. Inês Guardéz, filha de Francisco Carvalho de Andrade e de sua mulher D. Maria Tavares Guardéz proprietários do engenho São Paulo na Várzea do Capibaribe. Este deve ser um dos engenhos mais antigos construídos como os outros em terras doadas como sesmarias. De tais concessões, temos informações do próprio donatário, Duarte de Albuquerque que seu irmão o General Matias de Albuquerque, André de Albuquerque e o grande senhor do Cabo de Santo Agostinho – João Paes Barreto – construíram engenhos, prédios ou retalharam suas sesmarias a título de aforamento.

A sesmaria de Cristóvão Lins é partilhada com Rodrigo de Barros Pimentel. O primeiro se localizou ao norte e o segundo ao sul. Vindos de Pernambuco e após uma expedição conquistadora das terras dos grupos de índios tupis caetés chefiado por Jerônimo de Albuquerque, aí se instalaram e fundaram vários engenhos de açúcar em Porto Calvo.

Os rios e as matas dessa região, ricas em madeira de lei, foram fatores importantes para o desenvolvimento dos engenhos. De início, segundo Frei Manuel Calado foram fundados sete engenhos de açúcar entre o Cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo. Isso dá a ideia da extensão dessas unidades de açúcar. A sesmaria de Cristóvão Lins abrangia os atuais municípios de Porto Calvo, Porto de Pedras, Camaragibe, Maragogi, Colônia Leopoldina e parte de São Luís do Quitunde. Das declarações do filho de Cristóvão Lins, Arnau de Holanda, ao tribunal do Santo Ofício, em Pernambuco em 1595, concluiu-se que desde 1590 a família já residia em Porto Calvo e já possuíam fazendas, que nas Alagoas quer dizer Engenhos – dois engenhos são citados na documentação

pertencendo ao Cristóvão Lins: Escurial e Buenos Aires. No século XVII, durante a invasão holandesa o engenho Escurial já pertencia a Manuel Camelo Quiroga casado com D. Maria Lins, neta do primeiro Cristóvão Lins; esse engenho aparece com o nome de São Francisco e após a restauração pertencerá a Clemente da Rocha Barbosa, o segundo marido de Maria Lins. Clemente da Rocha Barbosa comprou do marido da filha de sua mulher, D. Maria Camelo, a parte que coubera a este pelo casamento. Dessa forma manteve a propriedade sem desmembrá-la.

Nas terras de João Paes Barreto situadas ao sul do Rio Arassuaigipe, atual Pirapama, em 1580, o sesmeiro contava com 10 engenhos. Entre eles estavam: Madre Deus ou Velho, Guarapu, Algodoads, Trapiche, Guerra, Ilha, Santo Estevão e Jurissaca.¹²

Informa-nos Gilberto Osório de Andrada e Raquel Caldas Lins¹³ que “uma primeira evidência que ressalta aos olhos é o fato de que o interesse pela ocupação territorial acentuou-se primeiro em relação ao setor mais setentrional da bacia do Pirapama, na zona drenada pelo rio Gurjaú”. Também Ambrósio Fernandes Brandão¹⁴, segundo Capistrano de Abreu, conseguiu terras de sesmaria na ribeira do Gurjaú. A ocupação do Cabo foi se espalhando para o norte no limite com Jabotão e outras sesmarias foram doadas e engenhos foram sendo fundados. O sargento-mor Bento Gonçalves Vieira levantou os engenhos Javunda, Floresta e Gameleira.

A ocupação da Capitania de Pernambuco vai avançar mais na direção do rio Ipojuca, ou pela concessão de sesmarias ou pela alegação dos colonos em terem encontrado terras devolutas. Rapidamente, esta região vai ser ‘povoada’ por engenhos. O que se percebe da leitura sobre as doações de sesmarias é que pela grande quantidade de terras ditas devolutas, à proporção que a repartição foi se realizando, uma ou outra

12 Pela Lei das Sesmarias, o sesmeiro não podia doar definitivamente terras a outrem, isto é, não podia dividir, mas lhe era permitido vincular uma pessoa a propriedade.

13 Andrada, G. O. A. e Lins, Raquel C. *Pirapama – Um estudo Geográfico e Histórico*. Editora Massangana, p. 6.

14 Ambrósio Fernandes Brandão, autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escrito no século XVII, com o pseudônimo de Brandônio.

parte de terra chamada “espremida”¹⁵, entre sesmarias imensas, não foi ocupada, até pelas dificuldades nas demarcações. Isto resultou em que a uma camada ‘menos nobre’ dos conquistadores, como por exemplo, parcela da burocracia militar ou civil, lhe fosse permitido requerer “uma sorte de terras e sobras”. Assim, no governo de Henrique Pereira Freire multiplicaram-se as sesmarias menores.

No século XVI as primeiras sesmarias, tinham dimensões bem maiores. Mesmo sendo as dificuldades em mantê-las, a ambição era grande. Dessa forma aparecem senhores de grandes propriedades, maior do que as condições reais de ocupação das terras. Um caso também chama atenção no século XVI pela diversidade da produção, Tristão de Mendonça recebeu sesmaria que se limitava a duas léguas do Cabo para o sul e três para o poente. Destinava-se ao cultivo da cana de açúcar, ao algodão e à manutenção de marinas de salina. Nessas terras foram levantados os engenhos do Meio, Massangana e Tabatinga¹⁶.

2. A cartografia das áreas com engenhos de açúcar no Nordeste

Em mapas holandeses do século XVII encontramos diferentes formas de representar engenhos de açúcar no Nordeste do Brasil. Todas diferentes das representações portuguesas e alemãs do século XVI e XVII, anteriormente citadas. A cartografia holandesa foi mais variada. Dependendo do público alvo, ela poderia ser mais técnica ou mais informativa. Poderia ser também encontrada em suportes diferentes como mapas de grandes superfícies ou em forma de folhetos que divulgavam ações nas áreas colônias dos Países Baixos.

15 Havia uma recomendação de que a distribuição das sesmarias se desse de uma forma que uma não fosse contígua à outra. Que houvesse um certo espaço vazio entre uma e outra.

16 COSTA, A. F. Pereira da. Anais Pernambucano. Vol. 7, p. 325, 326.

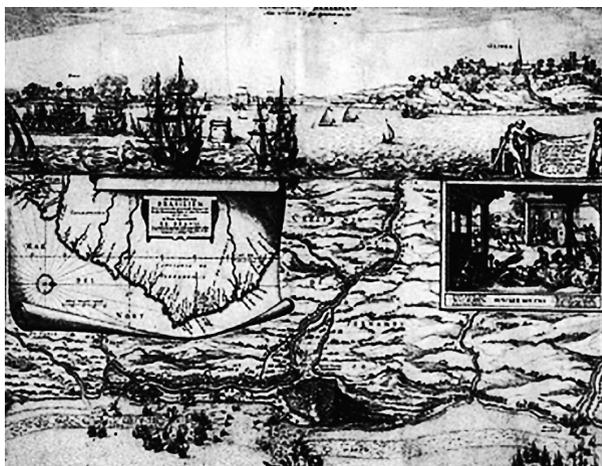


Figura 6: “De Stadt Olinda de Pernambuco, verovert by den E. General Hendrick C. Lonck, Ano 1630”. Folheto com Gravura de Claes Jansz Visscher do século XVII, pertencente ao Maritiem Museum Prins Hendrik, Rotterdam.

Nesta gravura sobre papel impressa em comemoração a tomada de Pernambuco pelos holandeses aparecem dois mapas que representam o litoral do Nordeste. Um mapa de fundo sobre a tomada de Olinda e do Recife por terra e pelo mar e um menor onde aparece o litoral de capitânias do Nordeste brasileiro. Ambas as imagens demonstram uma visão de cima do litoral. Por outro lado, também são dadas duas visões mais próximas, uma da vista do porto e de Olinda, usando da técnica chamada de voo de pássaro, e outra sobre o interior de uma ‘fábrica de açúcar’.

De grande valia, esta gravura é acompanhada por textos explicativos em diferentes línguas, o que pode querer informar públicos diferentes. Este não é o caso do Atlas dos irmãos Vingboons. Nele todos os mapas são técnicos e voltados para localização de diferentes temas tidos à época como prioritários como engenhos, aldeias indígenas, rede hidrográfica, fronteiras entre capitânias e vegetação. Como já publicado por vários especialistas, o Atlas Vingboons foi encomendado pela Companhia das Índias Ocidentais. Chama atenção nele o mapa dos engenhos

da Capitânia de Pernambuco. Assim como das suas anexas desde a de Itamaracá até a do Rio Grande do Norte. Aqui, apenas copiamos o mapa para a capitania de Pernambuco, do qual fizemos leitura paleográfica para localizar cada engenho assinalado.

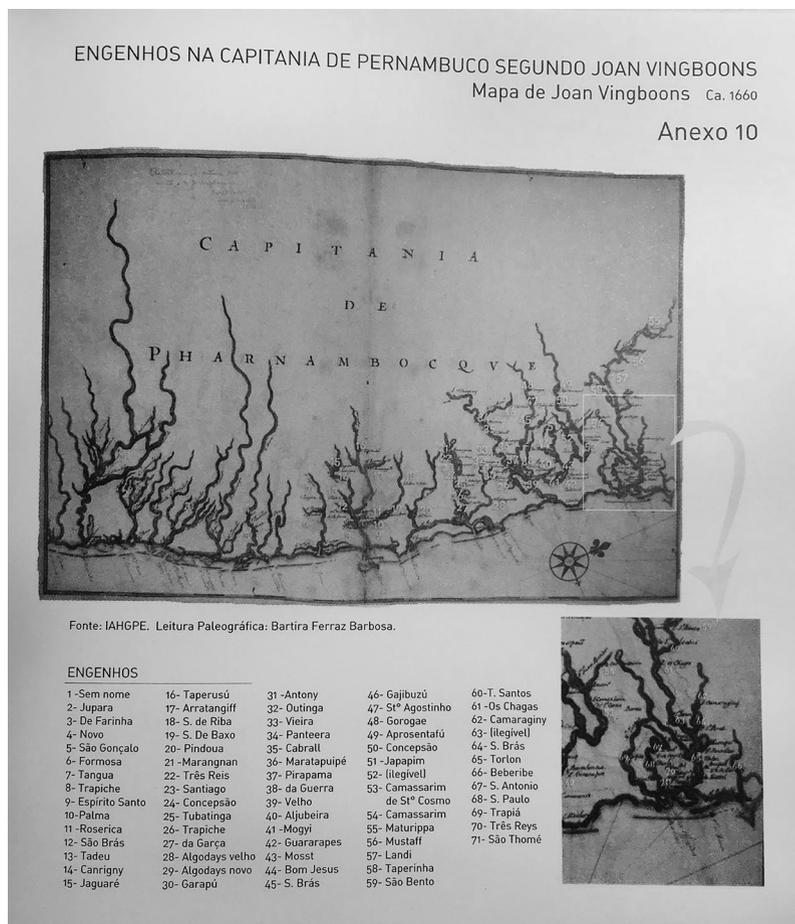


Figura 7: Mapa publicado no livro
 Pernambuco poder e herança indígena, 2007⁴⁷.

17 Barbosa, Bartira Ferraz. Pernambuco Poder e Herança Indígena. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

Como exemplo, observamos que no Cabo de Santo Agostinho os engenhos iam se multiplicando e novas localidades iam surgindo como foi o caso de Ipojuca, Serinhaém, Rio Formoso, Gameleira, Água Preta e Jacuípe, à proporção que os negócios do açúcar iam gerando lucros. Um dos engenhos mais importantes do Cabo, o Engenho Guerra, figura neste mapa. Ele era de propriedade de João Paes Barreto no início do século XVII e fazia parte do lote de 10 engenhos 'bem montados' que recebeu como dote de sua mulher D. Inez Guardes de Andrade, filha de Francisco de Carvalho de Andrade. Por seu falecimento em 1617, o seu primogênito Francisco Paes Barreto tornou-se o Morgado do Cabo. Sua propriedade compreendia o engenho Velho, o Santo Estevão, o Ilha e o Guerra. Todos situados no distrito do Cabo, paróquia de Ipojuca. Em 1637, Francisco Paes Barreto deixa Pernambuco por causa da invasão holandesa. Seus bens foram confiscados pelos batavos e depois foram vendidos os engenhos: Velho e Guerra por 70 mil florins, uma quantia valiosa para a época. O engenho Guerra era movido a bois e os demais, citados a cima, movidos à água. Um armazém situado junto ao Rio Pirapama, recebia o açúcar e o enviava ao Recife por barcos, que poderiam transportar de 100 a 110 caixas.

3. Conclusão

Autores contemporâneos como Max Justo Guedes¹⁸ em muito aprofundaram os estudos da história cartográfica brasileira. Outra importante contribuição nos foi legada por Nestor Gular Reis na obra *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*¹⁹. Como tema, podemos dizer que os engenhos de açúcar no Brasil fazem parte da construção e do entendimento do espaço português conquistado aos índios a partir do século XVI. Ele aparece de maneira muito especial em mapas do período holandês, onde aldeias e engenhos ainda se encontravam por caminhos de terra. Este é o caso dos mapas produzidos no século XVII por

18 Guedes, Max Justo. *A Cartografia Impressa do Brasil*. Rio de Janeiro; Ed. Capivara, 2012.

19 Reis, Nestor Gular. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Edusp / Imprensa oficial, São Paulo, 2000.

Vingboons e Marcgrave com financiamento da Companhia das Índias Ocidentais envolvendo também territórios indígenas ainda sem o controle colonial. Nota-se uma ausência de análise para com estes mapas quanto ao espaço do engenho como de encontro de culturas. Poucos são os mapas envolvendo espaços afro-indígenas como os apresentados no Mapa Brasilia Qua Parte Paret Belgis de Marcgrave. Sobre a perspectiva da geografia econômica este mapa apresenta diferentes espaços, o dos engenhos açucareiros, os espaços com rebanhos em currais, o das fontes de água, das salinas para a indústria do sal holandesa, e o das rotas de comunicação por vias terrestres e por vias fluviais. Rotas que ligavam vários pontos geográficos e, por isso, fundamentais para a rentabilidade econômica dos ditos espaços produtivos que aparecem nos termos em português e sua tradução para o latim como mostra tabela abaixo sobre a legenda contida no mapa Brasilia Qua Parte Paret Belgis de Marcgrave.

Portugués	Latín	English
Curral	Stabula diversarum bestiarum	Corral
Caminho	Via	Road, path
Eng ^o dagoa cum Igreja	Ingenio, vel Mola - Sacchari quoe vi aquaru rotatur	Water-powered sugar mill with Church
Eng ^o dagoa sem Igreja	Idem sine ecclesia	Water-powered sugar mill without Church
Eng ^o d bois cum Igreja	Ingenio, Seu Mola Sacchari quoe vi animaliu circumagitur	Animal-powered sugar mill with/ without Church
Eng ^o d bois sem Igreja	Idem sine ecclesia	Animal-powered sugar mill without Church
Salinas	Salinae	Saltworks
Fonte, olhe dagoa/ Canzaba	Fons	Spring

Tabela 1.

Referências bibliográficas

ADAN, Caio. Cartografia de um engenho navegabilidade e integração Territorial na Bahia Colonial. Paraty em 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/ADAN_CAIO_F.pdf >. Acesso em 13 mar. 2016.

ANDRADA, G. O. A. e Lins, Raquel C. Pirapama – Um estudo Geográfico e Histórico. Recife, Editora Massangana, 1984.

BARBOSA, Bartira Ferraz, Ruiz-Peinado Alonso, José Luis, Piqueras, Ricardo e Allen, Scott Joseph. Afroindigenous Spaces on the Map Brasilia qua parte paret Belgis. Barcelona, Vanguard Gràfic, Editora Universitária UFPE e Universidade de Barcelona, 2013.

BARBOSA. Bartira Ferraz. Paranabuco. Poder e Herança Indígena. Editora Universitária da UFPE, Recife, 2007.

_____, _____. Espacios y tiempos superpuestos: la cartografía de la conquista de Pernambuco. In Alonso, José Luis Ruiz-Peinado (org.). Atlántico Imaginado: fronteras, migraciones y encuentros. Ministério de Trabajo e Inmigración. Madrid, 2010.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Os Descobrimentos e a Ciência da época Moderna, in Brasil 500 anos Reflexões. Editora Universitária, UFPE, Recife, 2000.

BORBOREMA, Ana e Lucilene de Sá. Da Cartografia dos Antigos Engenhos à Cartografia portuguesa e holandesa. Paraty, 2011. Disponível em: < https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BORBOREMA_ANA_CLAUDIA_B_ET_AL.pdf.pdf.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos da Grandeza do Brasil. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1930.

BROMMER, Bea e HEIJER, Henk den (org.). Grote Atlas van de West-Indische Compagnie. I de Oude WIC-1621-1674. Nationaal Archief, Universiteit Utrecht, p.411, 2011.

BUVE, Raymond. Mapas Holandeses do Brasil conquistado, 1624 a 1654, do Arquivo Nacional da Holanda, da Biblioteca Real da Holanda e da Universidade de Leiden. Paraty em 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/_BUVE_RAYMOND.pdf>. Acesso em 13 mar. 2016.

CORTESÃO, Armando. Portugaliae Monumenta Cartographica. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960.

- COSTA, A. F. Pereira da. Anais Pernambucanos. Recife, Secretaria de Cultura, 1983.
- FERLINE, Vera Lúcia Amaral. Açúcar e escravos no Brasil Colonial: As capitanias do Sul (Notas para uma discussão) In coleção Memórias. São Paulo, Secretaria do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, v.12, 1988.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande Senzala. Rio de Janeiro, Global Editora, 2006.
- GUEDES, Max Justo. A Cartografia Impressa do Brasil. Rio de Janeiro; Ed. Capivara, 2012.
- GOMES, Geraldo. Engenho e Arquitetura. Recife, Ed. Massangana, 2006.
- HARLEY, J. B. La nueva naturaliza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografia. Cidade do México, Fondo de cultura econômica, 2005.
- LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme. História do Brasil Uma Interpretação. Sao Paulo, Editora Senac, 2008.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Portugal no Mundo do Século XVI – espaços e produtos. Lisboa, Comissão Nacional as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. 2ª ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.
- MAURO, Frédéric. Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670. Lisboa, Imprensa Universitária, Editora Estampa, 1989.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669, 3ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Recife, Editora Massangana, 1997.
- MOTA, Carlos Guilherme. Org. Viagem Incompleta. Editora Senac/SESC-São Paulo, 2000.
- PORTO, José da Costa. O sistema sesmarial no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.
- PRADO, J.F. de Almeida. Primeiros Povoadores do Brasil- 1500-1530. Brasiliana vol.37. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- REIS, Nestor Gular. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo, Edusp / Imprensa oficial, 2000.

SANTOS, José Manoel e CABRAL DE SOUZA, George (orgs), El desafio holandés al domínio ibérico em Brasil em el siglo XVII. Salamanca, Editora Universidade de Salamanca, 2006.

SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

SANTOS PÉREZ, José Manuel e CABRAL DE SOUZA, George F.(orgs.). El desafio holandês al domínio ibérico em Brasil em el siglo VXII, Salamanca, 2006.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Cia. Editora Nacional. Ed. USP, 1971 (Brasiliana, 117).

STADEN, Hans. História verídica de uma terra de selvagens, nus e cruéis, comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen, até os dois últimos anos, visto que Hans Staden de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz ao publico com essa impressão..Impressa por Andrés Kolben, Marburgo 1557. Texto ordenado por Monteiro Lobato. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945.

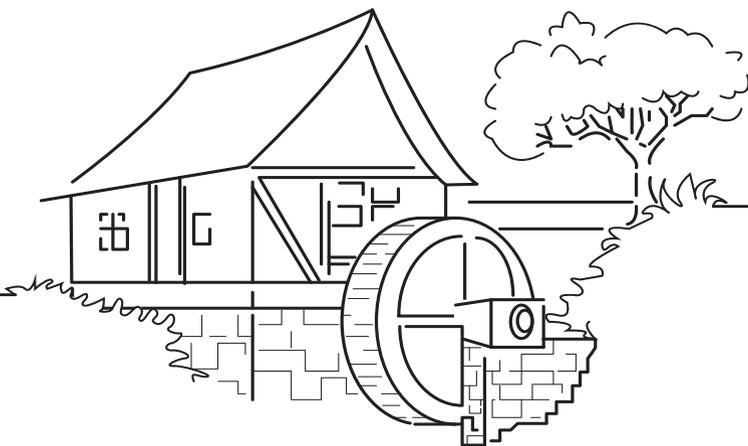
TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. Dicionário Tupi Português. Traço Editora, Santos, 1984.

SCHÜLER, C.J. Cartografía del mundo. Éditions place des Victorires. China, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WATSON, Wreford. Mental Images and Geographical Reality. Nova York, Mc Graw Hill Book Company, 1989.

WERNER, Thomas, Eddy STOLS, Junia FURTADO e Irirs KANTOR. Um Mundo sobre Papel. Livros, Gravuras e Impressões Flamengas nos Impérios Portugues e Espanhol. (Séc. XVI ao XVIII). São Paulo, Ed. Edusp, 2014.



O CAMINHO DA VÁRZEA DO CAPIBARIBE: O Engenho do Meio e sua paisagem arqueológica, Recife-PE

Luiz Severino da Silva Jr.¹

Nos anos de 1996-97, tivemos a oportunidade de participar das primeiras escavações arqueológicas das ruínas da casa-grande do Engenho do Meio, que está situada dentro do campus da UFPE. Naquele momento, a localização da casa-grande e do próprio engenho era incerta, mas, cruzando dados orais de alguns moradores, avaliando uma foto da casa-grande, o local do monumento ao português Fernandes

¹ Colegiado de Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Doutorando do Departamento de Arqueologia da UFPE.

Vieira (que foi um dos donos do Engenho) e alguns textos históricos, foi possível achar os vestígios da sede do engenho. Desde então, algumas pesquisas arqueológicas e históricas identificaram o local exato das fundações da casa-grande, a distribuição de outras estruturas da Usina Meio da Várzea (que foi ali instalada na segunda metade do século XIX) e vários pacotes sedimentares ricos em artefatos materiais da cultura.

A experiência da descoberta do sítio, nos legou outra forma de perceber o espaço e os indicativos de suas transformações ao longo do tempo. Assim, as estratégias anteriores as escavações foram tão elucidativas quanto a própria intervenção em solo. Por isso, na Arqueologia, a percepção visual do espaço é uma condição que necessita de uma educação do olhar. E uma das estratégias para essa condição, é o processo de formulação de mapas interpretativos que possam contribuir com o desenvolvimento da percepção do espaço através da constatação dos tipos vestígios e dos dados documentais. Os mapas são ferramentas que auxiliam não só as prospecções, mas, também servem de conteúdos para ações de Educação Patrimonial, gestão e planejamento para escavações. Como subdisciplina ou como método, a Arqueologia da Paisagem vem instrumentalizando, além dos dados cartográficos, o uso de técnicas de geossistemas para serem aplicadas em sua área de conhecimento (HONORATO, 2009). Sendo essa, uma postura comum, já que a Arqueologia tem uma característica interdisciplinar, e, a tendência de apropriar-se dos métodos de outras áreas do saber.

Em nossa seara do estudo da Arqueologia Histórica, aplicamos a abordagem da Arqueologia da Paisagem em uma área específica da cidade do Recife-PE, onde se correlacionaram dados da cartografia histórica, da Geografia Urbana, do patrimônio cultural, aos vestígios do entorno do Sítio Arqueológico do Engenho do Meio (século XVII). Aliando as práticas de prospecções visuais às técnicas de geossistemas, pudemos efetuar correlações contextuais entre ruínas, edificações históricas, cursos d'água e lugares de memória. Assim, no atual espaço urbano da cidade do Recife, selecionamos uma parcela da cidade, onde os vestígios arqueológicos foram valorados como bens patrimoniais passíveis de registro, proteção e como conteúdo para a educação patrimonial. Nesse artigo, temos como objetivo, discutir procedimentos para a formulação de 'Mapas Interpretativos' a partir de fichas de registro que compilem dados, com fins de gestão do patrimônio regional.

Como exemplo, selecionamos o Sítio Arqueológico do Engenho do Meio, como ponto de partida para o desenvolvimento de um estudo de Arqueologia da Paisagem. Optamos por esse sítio devido ao fato de termos indicativos de que, a partir dele, vários sítios arqueológicos da margem direita do Rio Capibaribe, poderiam ser correlacionados dentro de um mesmo contexto cultural, o contexto dos engenhos de açúcar da Várzea do Capibaribe. Assim, as representações de memórias coletivas, os dados documentais e os dados arqueológicos, foram elencados em função de um vestígio específico, um fragmento remanescente de um velho caminho colonial. Esse caminho foi identificado durante as pesquisas iconográficas, quando no levantamento da cartografia histórica da cidade do Recife, percebeu-se a sua presença em mapas do século XVII e depois em mapas do século XIX. Portanto, esse caminho era um elemento construído pelas ações da sociedade seiscentista, ou seja, um caminho erguido para servir e interligar os engenhos da antiga área rural chamada de **Várzea do Capibaribe**. Percebeu-se então que, se esse fragmento de caminho de terra fosse projetado sobre um mapa atual, seria possível traçar novas relações espaciais com a paisagem cultural que contribuíram com os contextos de formação dos vestígios de outros engenhos que um dia formaram essa área produtora.

Assim, para formular interpretações de contextos pela elaboração de mapas, criou-se 'Fichas Interpretativas' em papel para alimentar banco de dados. A ficha contém os dados da pesquisa documental e servem de suporte para o levantamento de campo. Assim, a cada levantamento de campo, novos dados são colhidos e descritos. Assim, utilizando dados históricos, geográficos e do levantamento de campo, obteve-se uma base de dados para a formulação de Mapas Interpretativos do espaço atual. Em cada ficha articula-se dois ou três sítios ao mesmo tempo. Porém, devido à dinâmica urbana, os dados devem ser periodicamente atualizados, ou, em poucos anos, o mapa perde sua capacidade de gestão. Desta forma, pode-se predizer e interligar a distribuição dos vários vestígios dos engenhos coloniais que ainda estão presente na atual paisagem urbana.

Essa projeção permitiu localizar outros lugares de interesse a preservação, que não eram conhecidos, como um imóvel do século XVIII/XIX, e, a interpretação do "lugar da Passagem da Madalena",

que hoje é um espaço fisicamente indefinido (ver Figura 7). Além disto, o curso do Riacho do Cavouco, ‘elemento do espaço’ natural, denotou a necessidade de outras projeções e interpretações. O que permitiria identificar distintos caminhos ou rotas, que também aparecem na documentação histórica. Pois, esse riacho foi utilizado como um caminho fluvial, e, como fonte de energia para a roda d’água do Engenho do Meio. Assim, o estudo dos elementos do espaço permitiu significar as sobreposições cartográficas e gerar interpretações sobre o perfil das mudanças que ocorreram na paisagem ao longo das interações históricas (SANTOS, 1985: 6). De tal modo, a abordagem da Arqueologia da Paisagem em espaço urbano, permitiu enriquecer as relações contextuais das rotas entre o ‘caminho fluvial’ e o ‘caminho de terra’ que interligava os engenhos. Entretanto, para o Riacho do Cavouco, ainda torna-se necessário o desenvolvimento de futuros estudos de sua paisagem com foco nas variáveis ambientais. Por fim, devemos lembrar que seria por demais extenso incluir todos os mapas produzidos nesse artigo, por isso, como exemplo, nos limitaremos a Ficha Interpretativa dos contextos do Sítio Arqueológico do Engenho do Meio. Quanto aos demais sítios, serão tratados apenas com as imagens parciais de suas fichas interpretativas e pelos mapas utilizados nos levantamentos de campo (mapas das figuras 8, 9 e 11).

1. Introdução

Advinda das proposições da Arqueologia Ambiental e da Geoarqueologia, a Arqueologia da Paisagem tem o papel de efetuar interpretações sem a efetiva necessidade de produzir intervenções nos sítios arqueológicos. Pois, é muito mais um método de registro e gestão do que de intervenção. Porém, as análises e interpretações da cultura material advinda de escavações, também contribuirão com a retroalimentação dos mapas interpretativos e dos contextos arqueológicos. Desta forma, a “leitura” da paisagem arqueológica fundamenta-se, originalmente, na abordagem ambiental sobre a distribuição dos vestígios materiais. Adotemos como referência as proposições teóricas formuladas por Michael Shanks e Christopher Tilley (1988:50) onde as “*relações sociais de produção*” de dada área arqueológica permitem compreender a “*função material e as formas culturais*” geradas pela *tecnologia* ou pela *ideolo-*

gia. Por isso, o estudo da paisagem em áreas urbanas aproxima-se dos enfoques da Arqueologia Social (TIGGER, 1992:343) ou da chamada Arqueologia Urbana (TOCCHETO, 2013), mas, podendo distanciar-se das proposições espaciais da variável ecológica.

Método ainda bastante criticado na contemporaneidade, a proposição de uma Arqueologia da Paisagem, também é fruto da noção de contexto formulada por Ian Hodder (1996) que resgata o uso dos dados históricos como variável do saber arqueológico e indica que os objetivos de uma pesquisa é a busca dos contextos, com foco nas questões sócio culturais (HODDER, 1996). Assim, nos últimos anos, a busca dos contextos pôde ser reforçada pela popularização das geotécnicas, tais como: o uso do GPS, sistema UTM, da estação total, do sistema geodésico, das imagens de satélite, das imagens de radar, dos softwares de informação geográficas - SIG's, dos bancos de dados, das plantas digitais em CAD, e, das imagens do Google Earth. Além disto, o estudo do espaço pode efetuar valorações através de 'marcos de significados' relativos às ações humanas decorrentes da tecnologia e da economia (Idem:133, 1996). Portanto, as significações em um estudo da paisagem, é uma variável que pode ser aplicada a cultural material. Juntando essas noções com as ferramentas técnicas de triangulação e prospecção visual, dinamizam-se os dados colhidos em campo e interpreta-se o espaço através da formulação de mapas. Para Laina da Costa Honorato (2009:130), os métodos geossistêmicos correlacionam as unidades arqueológicas e possibilitam efetuar propostas de reconstituição dos processos de formação da paisagem. Assim, as unidades espaço e lugar transformam-se em variáveis que podem ser associadas aos vestígios da cultura material. Contribuindo para a decodificação das ações humanas que alteraram a paisagem em distintas fases de sua ocupação.

Em um ensaio sobre os grupos humanoides da África, Mike Brass (1999), ainda sobre orientação a abordagem ecológica, afirma que "o termo paisagem é frequentemente usado por arqueólogos para categorizar uma atividade, seja mental ou física", e pode demonstrar como os grupos humanos se engajam ao ambiente circundante, criando os usos de interatividade. Portanto, segundo esse autor, a paisagem "refere-se à integração de fenômenos naturais e humanos em uma porção da superfície da terra" sendo a paisagem, "*um sistema de cenários, da vida humana, e por isso os cenários [e os lugares] são sempre sim-*

bólicos, isto é, sempre têm significado” (BRASS, 1999, apud Rapopoort, 1992), ou seja, é outra maneira de definir cultura a partir da distribuição dos vestígios materiais.

No Brasil, um dos primeiros autores que deu significado e uso a variável espaço, foi o geógrafo Milton Santos (1985 e 1999) que entendia o espaço como “sendo formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente” (1999:51). Essa divisão entre objetos e ações, formulada por Milton Santos, possui um forte perfil historicista, uma vez que ele também teve como referencial, as proposições de Andre Leroi-Gourhan sobre o estudo dos perfis técnicos. Por isso, Santos busca entender “em que medida a noção de espaço pode contribuir à interpretação do fenômeno técnico” (idem:38), sendo a técnica um dado histórico, onde, “através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas)” (idem:40).

Já na Arqueologia, um bom exemplo do uso do enfoque da paisagem, é realizado por José Luiz Morais (2000). Para ele, trata-se de um enfoque geoambiental de relevância para os estudos regionais, e, que possui “corpo de problemas pré-definidos enquanto regulador da construção de algumas hipóteses e da formulação de um leque de objetivos”. Podendo ser aplicado tanto para compreender os assentamentos pré-coloniais como os de sítios históricos (idem:4). Em seus estudos no projeto Paranapanema, Morais não só regulou sua metodologia como refinou a nomenclatura de seus conceitos, demonstrando a característica interdisciplinar da Arqueologia, e de suas subdisciplinas, tais como: a Geoarqueologia, a Arqueologia Ambiental, a Etnoarqueologia e a Arqueometria. Sendo a Arqueologia da Paisagem uma destas subdisciplinas concorrentes, mas que não invalida as abordagens das demais. Para esse autor, a Arqueologia da Paisagem, tem o papel de nortear a lógica da gestão patrimonial *ex situ*, através do gerenciamento de banco de dados e mapeamento automatizado em três níveis, aqui resumidos como: Nível 1 – Levantamento básico, que estima os locais com interesses arqueológicos e paisagísticos; Nível 2 – Fase de identificação e avaliação, com ênfase nos compartimentos topomorfológicos e fitogeográficos (geoindicadores arqueológicos) e Nível 3 – Levantamento mitigatório,

com fins de manejo e registro do vestígio por modelagem digital do terreno em escala. (Idem:6). Associando essas noções as proposições de Felipe Criado Boado (2012), o termo ‘ação’ ganha um novo reforço, pois, propõe uma noção do fazer arqueológico a partir do tempo presente. Assim, a Arqueologia dinamiza os limites de sua ação aos acontecimentos do passado e agrega as ‘ações’ científicas às responsabilidades dos profissionais e de seus discursos de ‘poder’ no tempo presente. Desta forma, a gestão, o registro e a proteção tornam-se cada vez mais uma obrigação da pesquisa arqueológica.

No caso da cidade do Recife, PE, quem desenvolveu importante análise da paisagem urbana, foi o Prof. José Luiz da Mota Meneses, quando elaborou seu Atlas Históricos-Cartográfico da Cidade do Recife (1988), onde efetuou sobreposições de mapas históricos. O que permitiu avaliar, individualmente, os contextos de cada lote do traçado urbano. Até o presente, esse atlas é um referencial inquestionável para os estudos de patrimônio no Bairro do Recife e áreas adjacentes. Deste modo, entendemos que, a Arqueologia da Paisagem possui a responsabilidade de dialogar com o presente e com a conservação dos bens arqueológicos. Por isso, o estudo do contexto arqueológico na malha urbana, possui um viés patrimonial, ou, identitário. E no caso do Brasil, essa tendência foi reforçada quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN- regulamentou a noção de LUGAR DE MEMÓRIA e PAISAGEM CULTURAL, o que lega às pesquisas arqueológicas a “obrigatoriedade” da ação educacional para os acervos resgatados e para os sítios arqueológicos na paisagem do tempo presente. Favorecendo o reconhecimento dos bens arqueológicos e dos valores de proteção conforme foi definido na Carta de Veneza (1964).

2. O estudo da paisagem arqueológica

Segundo Eliana Kuster (2006), ainda no século XIX, Charles Baudelaire teria entendido que as dimensões das cidades haviam se equiparado as paisagens naturais e “esta nova ótica de significado e representação da cidade” levaria a novas apreciações sobre a paisagem urbana (Aldo Rossi 1966, Gordon Cullen 1983, e, Pierre George 1983). Assim, a dimensão da paisagem urbana, obrigatoriamente, requer abordagens específicas para sua leitura e interpretação.

Para Fernanda Bordin Tocchetto (2013), existe um “vínculo indissociável entre arqueologia urbana e gestão”, onde, a tutela dos acervos, a arqueologia preventiva e as estratégias jurídicas, são fundamentais para a mitigação dos impactos gerados pela expansão urbana sobre suas áreas arqueológicas, e essas são ações efetivas do fazer arqueológico. Por isso, a noção de memória aplicada à noção de ‘lugar’ é pertinente ao estudo da paisagem urbana como objeto de estudo. Na Arqueologia Histórica, o estudo do espaço urbano, deve levar em consideração, a condição originária dos espaços, ou seja, o fato de que os vestígios atuais representam fragmentos de uma paisagem rural. Assim, para entender o avanço da malha urbana de uma cidade, é fundamental entender as intercalações para gerar interpretações. Portanto, abordar o espaço urbano sob as ferramentas da Arqueologia da Paisagem, é construir uma narrativa explicativa que dialoga com os vários momentos e com o conceito de ‘poder’, ou seja, do poder responsável em promover as alterações no espaço natural (BATE, 1998; SOUZA, 2005). Desta forma, o próprio sítio arqueológico pode ser entendido como um artefato no espaço, já que, as estruturas de poder foram responsáveis pela sua implantação, uso, descarte e deposição. A noção de estrutura do ‘poder’ também pode ser passível de valoração patrimonial, pois, deve-se buscar as significações para os comportamentos sociais que modelaram a paisagem, e, a noção de pertencimento das populações que vivem no entorno dos sítios históricos/arqueológicos. Como ratifica Felipe Criado Boado (2012), que entende a explicação hipotética como sendo equivalente a interpretação hermenêutica (e sua tentativa de interpretar os significados). Desta forma, facilita-se a visualização dos sítios arqueológicos no seu âmbito inter-sítios (os espaços entre os sítios) e intra-sítios (nas áreas internas do sítio). Assim, como estabelece José Luiz Morais (2000), quando se refere ao terceiro nível de gerenciamento dos vestígios, ou seja, quando, deve-se buscar as formas de mitigações para a proteção, seja através da implantação de sinalizações, pela delimitação de perímetros de preservação, pela educação patrimonial, pelo resgate arqueológico, e, pela formulação ou aplicação da legislação. Deste modo, as técnicas e métodos de geossistemas, juntamente com a prospecção visual de solo, sobrepõem e interligam os sítios históricos/arqueológicos, que muitas vezes são interpretados individualmente como ilhas temporais, ou seja, que apenas explicam um momento específico do passado histórico. Fi-

cando carente de relações com a evolução e os distintos momentos que envolvem o processo de crescimento de uma cidade, ou seja, quando sua expansão domina todo o espaço rural, como é o caso da cidade do Recife, uma metrópole sem zona rural.

Para melhor entender a variável ‘lugar de memória’ no estudo da paisagem arqueológica, aceitamos que o lugar de memória é uma representação de pertencimento de um determinado grupo (BOWSER, 2004). Tomemos como exemplo, um sítio histórico X, registrado pelos órgãos competentes e pelas instituições acadêmicas, mas, que não é um lugar reconhecido pela comunidade que ocupa o seu entorno. Em um caso como esse, temos um sítio histórico sem ‘memórias’, ou seja, sem discursos de representações e pertencimento em relação ao lugar e a sua história. Cabendo apenas aos doutos e gestores designar o seu uso e destino, é uma memória das elites, ou seja, o que se convencionou chamar de valor da “pedra e cal”. Esse exemplo ilustra bem o caso do Sítio arqueológico do Arraial Novo do Bom Jesus (século XVII), que por estar situado na extremidade de uma praça pública, sempre tem sua área de conservação como alvo de solicitação para terraplanagem e ampliação dos equipamentos de lazer da praça. Pois, a população desconhece o valor das ruínas ou de sua importância histórica. Assim, o uso de praça pública, sem uma sinalização adequada ou carente de oficinas de educação patrimoniais, dificulta a conservação das ruínas do Arraial Novo do Bom Jesus, que está resguardada apenas pela fiscalização aos pedidos de projetos de ampliação da praça, e, seu conseqüente indeferimento.

Por isso, muitas vezes os sítios podem ser tratados como sendo espaços diferentes, ou seja, como sítio arqueológico ou como sítio histórico. Essa contradição ocorre devido ao fato de um mesmo lugar receber valores simbólicos diferentes, por mais que todo sítio histórico, seja um sítio arqueológico. Desta forma, a intervenção arqueológica é a responsável por construir a historicidade do lugar, ou, do sítio histórico que não tenham dados documentais ou representações de memória. E nesse caso, é de responsabilidade da pesquisa arqueológica, a formulação de interpretações patrimoniais que possam ser apropriadas pela população local e órgãos gestores. Por isso, os depoimentos dos moradores, o uso e o reconhecimento dos nomes dos bairros atuais da zona oeste da cidade do Recife (Cidade Universitária, Várzea, Torre, Iputinga, Madalena, Afogados, Casa Forte, Poço da Panela, Camaragibe e Dois Irmãos) já denotam muitos dos aspectos das memórias da antiga paisa-

gem da Várzea do Capibaribe, e, podem ser usados como conteúdo para a interpretação e para os levantamentos de campo, pois, são lugares de memória. Da mesma forma, devemos lembrar que o Caminho da Várzea é um elemento do espaço que até o momento era tratado sem qualquer reconhecimento de seus processos históricos, mas que possui identidades que podem ser percebidas através do reconhecimento e registro das interpretações das comunidades que ocupam os lugares. Assim, as representações de memórias também contribuem com a identificação dos lugares e a formulação dos mapas interpretativos. Assim, o estudo da paisagem e de suas memórias contribui para o resgate da historicidade e dos contextos. Por isso, a ideia de ‘lugar’ ou de ‘paisagem cultural’ é uma compreensão necessária.

Quem trata sobre essa questão é Andrés Zarankin (2002), que entendendo os lugares como sendo possuidores de heterogeneidades, e por isso as ações humanas são as responsáveis pela sua modelação, que podem ser abordados pelos processos ideológicos, responsáveis pela apropriação dos espaços. Assim, dentro de uma referida “ordem” colonial capitalista, não só o poder de mando, mas a resistência a esse poder gera contextos específicos, por isso:

O espaço só é domesticado totalmente quando o transformamos em “lugar”, isto é, quando ele é conhecido, ocupado e utilizado. Em geral, esta transformação é obtida por meio da imposição de um nome e um espaço ou através de mudanças em sua materialidade. Assim, por serem construções culturais, os lugares nunca são neutros. (ZARANKIM, Andrés, 2002:35, apud, Viñao Frago, 1998).

Esses atributos ligados ao território, ao espaço, as rotas, aos nomes, aos lugares, e, aos sítios arqueológicos dentro da paisagem urbana, facilitam a explicação das energias que atingem os vestígios arqueológicos.

3. Os dados descritivos da paisagem

Como vimos, o “lugar de memória” pode ser uma variável aplicada a um sítio arqueológico, como é o caso do Sítio Arqueológico do Engenho do Meio. Assim, a paisagem arqueológica a ser reconstruída por mapas e interpretações, é a paisagem da Várzea do Capibaribe, dotada de uma forte carga de memória, historicidade e relatos documentais. Desta maneira, os espaços só passam a ser desejados pelos grupos sociais do presente, quando existe a necessidade de estudos que possam promover ações de conservação e ou proteção. Sendo a educação patrimonial uma variável destas ações. Portanto, os sítios arqueológicos são vistos como espaços que tiveram usos em período de tempo equivalentes, ou seja, que foram implantados dentro de um mesmo contexto sócio/cultural de época, mas, que se perpetuaram ao longo do tempo em sucessivos processos pós-deposicionais.

No caso da Várzea do Capibaribe, um dado gerado pelos levantamentos de campo que demonstrou ter sido importante para melhor compreender a ocupação do espaço, foi o dado das cotas altimétricas. A sua visualização revelou um indicativo do padrão de escolha do assentamento dos engenhos entre os séculos XVI ao XVIII. Quando, as cotas entre 9 a 10 metros de altitude (por medição geodésica atuais) orientaram a seleção dos lugares a serem ocupados no espaço natural do antigo bioma de várzea. É bem verdade, que os colonos podem jamais terem aferido essas cotas, mas, constataram visualmente que alguns trechos não eram totalmente atingidos nos períodos das cheias. Abaixo destas cotas, tentava-se amenizar o impacto das cheias do Rio Capibaribe, com outras estratégias, como a construção de casas-grandes com dois pavimentos. Erguidas sobre pilares de taipa ou arcos de alvenaria. As casas de taipa sobre pilares são presença marcante na iconografia histórica, que no geral, lega o alto de uma colina como seu lugar primordial. Porém, na área da Várzea do Capibaribe, as colinas não são uma constante, mas, o terreno alto. Assim, além da tradicional interpretação do estilo senhorial com residência predominando na paisagem, agora, também podemos entender que na ausência de colinas, as cotas e a alvenaria com arcos, foram variáveis funcionais, ou seja, foram uma motivação a mais para se erguer casas-grandes com dois pavimentos e com arcos. Lembrando sempre que, as chamadas casas-grandes do século XVI-X-

VII, nem sempre eram tão grandes (GOMES, 1990, p. 279). Dentro dessa lógica, na Várzea do Capibaribe, um dos melhores pontos para se efetuar a ocupação, foi lugar da Povoação da Várzea, onde hoje temos a Igreja Matriz da Várzea. Nesta área, temos cotas entre 9 e 11 m de altitude. Já no engenho de Meio, situado no entorno da povoação, as cotas são entre 8 e 9 m de altitude, portanto, já era imprescindível a construção de uma casa-grande com um pavimento superior. O mesmo corria com o Engenho de Marcos André (depois Engenho Torre e hoje bairro da cidade com o mesmo nome) implantado entre as cotas de 8 e 9 metros de altitude. Todos os demais engenhos da margem direita do Rio Capibaribe, possuíam cotas abaixo dos 8 m de altitude, são eles: o Engenho Barbalho, Engenho Cordeiro, Engenho Poeta (não localizado), Engenho Madalena e o Engenho Torre (Ver figuras 8 e 9).

Porém, as cheias não eram vistas apenas pelo seu lado danoso, elas também serviam para fertilizar a terra, e fazer com que os cursos d'água fossem utilizados como energia para a roda d'água e para o deslocamento por navegação fluvial. Já na estação seca, havia rotas terrestres, como o Caminho da Várzea, que já se apresentava delimitado no início do século XVII. O trecho que projetamos, denotou que, esse caminho ligava a Várzea a povoação dos Afogados, e, a passagem da Madalena, que se ligava a região chamada "Fronteiras", ou seja, onde estava o localizado o terço dos Henriques. Onde hoje, temos a Igreja das Fronteiras, no bairro do Derby. Da área das Fronteiras, chegava-se a área portuária da Vila do Recife. Outros caminhos poderiam ter sido traçados, mas, como o foco da Arqueologia da Paisagem são os vestígios remanescentes, nos limitamos à evidência encontrada. Portanto, esse caminho dos engenhos, interligava propriedades e povoados até o século XIX, quando as terras dos arrabaldes foram loteadas e tornaram-se os subúrbios da cidade do Recife. No século XX, esses subúrbios expandiam-se e transformaram-se nos bairros da atual zona Oeste da cidade.

4. A Várzea do Capibaribe

Na História da Capitania de Pernambuco, a ocupação iniciou-se na área do entorno da Ilha de Itamaracá. Após o "sucesso" do contrabando do Pau-Brasil, efetivou-se o domínio do trato com os grupos

nativos. Porém, a resistência ao colono freou o avanço das explorações e gerou embates.



Figura 1: Detalhe do Mapa: Perspectiva do Recife e Vila de Olinda, cerca de 1616. Onde se vê o nome “Várzea do Capibaribe” e a representação das plantações de cana de açúcar. Livro que Dá Razão ao Estado do Brasil (In: REIS FILHO 2000).

Esse foi o momento, da ocupação das terras costeiras mais imediatas, situadas nos domínios dos morros da Formação Barreiras. Assim, entre a Ilha de Itamaracá e a Vila de Igarauçu, e, desta, até à Vila de Olinda temos a instalação dos primeiros engenhos, que foram fundados a partir da doação de sesmarias (OLIVEIRA & LARA, 2012). Esse espaço é formado por pequenos vales entre os morros, servidos por uma intrincada rede fluvial e pela Mata Atlântica, que até hoje, ainda mantém trechos de matas. A continuação da guerra aos nativos permitiu a ocupação das terras do litoral em direção ao sul (no entorno da atual cidade do Cabo de Santo Agostinho). Só após esses eventos, as terras baixas da Várzea do Capibaribe puderam ser ocupadas.

Portanto, trata-se de um segundo momento da colonização, quando, no começo do século XVII, conforme a documentação histórica, as terras “chãs” (planas) de várzeas, passaram a ser outro espaço dese-

jado pelos colonos e seus engenhos. Em ambos os espaços, o latossolo argiloso foi propício ao plantio da cana e para a consequente implantação dos engenhos de açúcar. O acesso a essas terras deu-se primeiro pelo uso fluvial de sua rede hidrográfica, ou seja, pela navegação fluvial (NASCIMENTO, 2004). Mas, conforme a cartografia holandesa e em contradição às leis coloniais portuguesas, que vetavam o uso de caminhos por terra entre as capitanias, já no século XVII, inevitavelmente, pequenos caminhos de terra foram abertos para aprimorar o deslocamento e parcelar as terras na colônia.

Esse é o caso da área da Várzea do Capibaribe, onde os caminhos de terras possuíam uma extensão “limitada”, na direção leste/oeste, não ultrapassando 10 a 11 km da costa. Distância que hoje pode parecer mínima, mas, que no período da colônia configurava-se com uma extensa área a ser dominada pela produção do açúcar e pela extração de madeiras. Portanto, o procedimento de ocupação das terras costeiras, entre os séculos XVI e XVII foi regido por uma movimentação de navegação por cabotagem, na direção norte/sul, e, com o uso da rede fluvial, na direção leste/oeste, apoiado por pequenos caminhos de terra. Conforme denota a cartografia histórica e a disposição dos vestígios arqueológicos. Desta forma, a decodificação cartográfica também é uma narrativa que ajuda a identificar e interpretar os sítios arqueológicos. Assim, nos quatro mapas que arrolamos, temos o registro cartográfico da vila e de suas relações com a área produtora. Nestes, ressalta-se o registro dos seguintes nomes: Várzea do Capibaribe (Figuras 1 e 4), terras de engenhos e fazendas, ou, pelo nome dos engenhos, ou, pelo nome dos proprietários dos engenhos (Figuras 3 e 4).

Percebe-se também, que o desenho dos mapas, denota a noção do espaço que foi desejado naquela época, ou seja, a representação iconográfica dos engenhos em função das rotas fluviais e de suas relações com o porto litorâneo da Vila do Recife (sentido LESTE/OESTE), à época, porto da cidade de Olinda. No mapa da Figura 1, percebemos a preocupação com o traçado fluvial do Rio Capibaribe e do desenho das plantações que foram representadas como retângulos, significando o uso da terra e a importância de seu registro. No mapa da Figura 3, temos um pontilhado que esboça os caminhos que interligavam os engenhos ou um pretense esboço da divisão das propriedades.

Aliando essas representações aos dados históricos, vemos que a dimensão da Várzea do Capibaribe passou por várias fragmentações e divisões político-espaciais, desde seu momento inicial no século XVII, quando ainda estava sob a jurisdição da cidade de Olinda (SILVA JR., 1996). Quando compreendia uma área aproximada de 35 Km² na faixa litorânea. A área produtora estendia-se da Povoação dos Afogados até o atual município de São Lourenço da Mata e desta povoação até os limites onde hoje situa-se o Sul da atual cidade de Goiana (Pereira da Costa, 1983). Segundo a documentação apresentada por Evaldo Cabral de Melo (1976), no ano de 1655, a área já contabilizava 16 engenhos na Freguesia da Várzea do Capibaribe, sendo 10 engenhos maiores e outros seis de menor porte, que segundo o documento são classificados e separados pela sua capacidade produtiva e pela sua localização em “*engenhos da freguesia*” e “*engenhos que estão a monte nesta freguesia*”². Este documento tem um caráter de registro fiscal, onde se expõe o valor da renda gerada por cada um deles, fato que definiu a forma de classificação dos engenhos dentro da freguesia, ou seja, engenhos de maior porte e de menor porte produtivo.

2 O termo “a monte”, quer dizer “à montante”, ou seja, que está para o lado da nascente de um rio.

Engenhos da freguesia da Várzea do Capibaribe	Engenhos que estão a monte nesta freguesia
1 - Engenho de Marcos André, pagava a um meio por cento	1 - Que o engenho de Francisco Berenguer, do Tejipió, que hoje está a monte, pagava a um e meio por cento
2 - E o de Francisco Monteiro, a quarta parte	2 - E o de Sebastião de Carvalho, a um e meio por cento
3 - E o de Gaspar de Mendonça, dos Apipucos, a quarta parte	3 - E o de Lourenço de Souza, a mesma pensão
4 - E o de São Brás, de Pedro da Costa Favela, a quatro por cento	4 - E o de Ambrósio Machado, a dois por cento
5 - E o de Pedro da Cunha de Andrade, a três por cento	5 - E o de Francisco de Brito, a dois por cento
6 - E o engenho do mestre-de-campo André Vidal, a três por cento (engenho São Francisco)	6 - E o engenho que foi de Antônio Fernandes Pessoa, a um e meio por cento
7 - E o de Luís Ramires, a três por cento	
8 - E o do Meio, que é de Carlos Francisco, a dois por cento.	
9 - E o engenho de João de Mendonça Furtado, vinte e cinco arrobas de branco	
10 - E o de Luís Brás Bezerra, a três por cento	

TABELA 1: Relação de engenhos situados na Várzea do Capibaribe. Fonte: Adaptado a partir de MELO, 1976.

Em paralelo, devemos lembrar que o ano de 1655 foi o momento em que “a capitania de Pernambuco estava sendo incorporada ao patrimônio régio” e o objetivo da confecção do documento era fazer um levantamento dos engenhos pernambucanos que passariam a ser propriedade do patrimônio da coroa portuguesa. Portanto, era uma fase da reordenação da exploração da colônia pós expulsão holandesa (Ver Tabela 1).

Mais tarde, essas unidades produtivas seriam cedidas, compradas ou arrendadas para novos proprietários, que receberiam as benesses reais. No século XVIII, essa área chegou a ter dezesseis engenhos e três povoações: a **Povoação da Várzea**, a **Povoação dos Afogados** e a **Povoação Poço da Panela**. Só no ano de 1837, as terras da Várzea serão suprimidas da jurisdição da Sé de Olinda, passando à jurisdição da Cidade do Recife. Com o início do declínio da produção de açúcar, devido às crises ocorridas no mercado do açúcar a partir do século XIX, vários engenhos banguês (movidos a tração humana, animal ou roda d'água) encerram suas atividades e passam a ser apenas área de plantio. Assim, os velhos banguês passam a ser desativados ou a terem suas terras absorvidas pelos Engenhos Centrais e Usinas. E esse foi o caso do Engenho do Meio que, de simples banguê torna-se a Usina Meio da Várzea (EISENBERG, 1977). Na segunda metade do século XIX, a chegada dos trens e de seus trilhos permitiu a implantação de novos engenhos por quase toda a zona da mata. Com isso, as velhas propriedades rurais, passaram a ser loteadas e tornaram-se áreas suburbanas de moradia. Desta forma, já no final do século XIX, a chamada Várzea do Capibaribe, configurou-se como uma área de apenas 5 Km².



Figura 5: Construção do Campus da UFPE na área do Engenho do Meio. Mais tarde, tornou-se o bairro Cidade Universitária. À esquerda, temos o esqueleto do prédio da SUDENE e na direita o Hospital Universitário. Ao fundo, temos o prédio do CTG. Defronte deste, a mata e o caminho de terra assinalado. Década de 1960. (In: FREYRE, MOTA & CAVALCANTI, S/D).

Portanto, nosso foco se restringe a essa porção, que hoje forma a Zona Oeste da cidade do Recife. Essa evolução, entre os séculos XVIII e XIX, foi facilmente percebida durante as escavações do Sítio Arqueológico do Engenho do Meio, onde os vestígios da usina e do engenho puderam ser facilmente diferenciados, tais como: o poço d'água, as fundações do bueiro, os vestígios de trilhos, a área das caldeiras, as relações espaciais com o Riacho do Cavouco (nome de rubrica arquitetônica que define as paredes de pedras que seguram a roda d'água), a casa do administrador da usina, e, o novo modelo de casas dos trabalhadores, organizado em linha e chamados de arruado. Todavia, com o fortalecimento das usinas interioranas, a Usina Meio da Várzea, encerra suas atividades no ano de 1933. Em fins da década de 1950, as terras do antigo Engenho do Meio, foram divididas, em uma parte foi instalado o Campus da UFPE e na outra porção o loteamento que levaria o surgimento do atual Bairro do Engenho do Meio. Portanto, o século XX, foi o momento onde a produção do açúcar deixou as várzeas costeiras e passou a instalar-se na região dos montes da mata sul e norte, onde as fábricas ampliaram-se e tornaram-se grandes usinas de álcool e açúcar (ANDRADE, 1989). Porém, devemos lembrar que o termo “várzea” hoje, na cidade do Recife, é apenas relacionado ao nome do bairro da zona oeste. Porém, no século XX, o Bairro da Várzea perpetuou-se como subúrbio residencial dotado de transporte público (bonde) e configurado pela presença de casarões em estilo eclético erigidos desde fins do século XIX até a década de 1930.



Figura 6: Zona Oeste da cidade do Recife, no trecho da Av. Caxangá durante a inundação do ano de 1966. Fonte: JC-online, acervo de Gisele Vieira de Melo.

Assim, o atual bairro que, teve como nome de batismo, Freguesia da Várzea do Capibaribe, e no século XVIII, tornou-se a primeira das povoações dos arrabaldes da cidade³, ainda hoje é dotado de diversos lugares de memórias. Porém, atualmente, a percepção do antigo ecossistema de várzea pouco pode ser visto. Um dos fatores que dificultam essa percepção do antigo bioma foi a construção de barragens que eliminaram as grandes cheias do Rio Capibaribe. Em uma foto da enchente no ano de 1966, podemos ver a planície do Recife inundada desde a Av. Caxangá até as elevações dos morros da Formação Barreiras na cidade de Camaragibe. Com esse levantamento da paisagem atual em função da documentação histórica, foi possível efetuar a direção das rotas e fazer a sobreposição entre a cartografia histórica e os mapas atuais.

5. Correlações dos dados da paisagem

O primeiro trajeto percorrido teve uma extensão de 3,5 Km, indo da 'Igreja Matriz da Várzea', passando pelo 'Sítio Arqueológico do Engenho do Meio' até a lateral da 'Praça do Forte do Arraial do Bom Jesus', no Bairro do Cordeiro. Nessa praça, existem as ruínas do forte de terra do século XVII, erguida no término da guerra de expulsão dos holandeses. Salientamos que, a atual Igreja Matriz do Bairro da Várzea, mesmo com suas ampliações arquitetônicas, é uma edificação remanescente da paisagem rural do começo do século XVII. Essa igreja, já sofreu intervenção arqueológica pelo Prof. Dr. Marcos Albuquerque (1997), que registrou a evolução do prédio, o perfil das práticas funerárias na nave da edificação e a técnica construtiva de sua alvenaria mista, que denotam com clareza as sucessivas modificações ao longo tempo.

O segundo trajeto percorrido, foi de 3.760 km, e compreende o trecho entre a 'Praça do Forte do Arraial do Bom Jesus' ao 'Sobrado da Madalena', e deste, até a atual 'Ponte do Paissandu' (lugar da antiga Passagem da Madalena). Nesse trajeto, identificou-se uma casa com

3 Neste momento era toda a região da Várzea, como da freguesia, jurisdição da Cidade de Olinda. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Arredores do Recife*, p. 141.

eixo distinto da rua, denotando sua antiguidade em relação às quadras e dentro da rota. A ‘Casa N. 762’, é uma edificação do tipo “porta e janela” com cercaduras em pedra e beiral de telha corrido. Denota um estilo recorrente desde fins do século XVIII, mas pode ter sido edificada no século XIX. Assim, seu estilo arquitetônico destoa das demais casas que foram erguidas e implantadas dentro da quadra. Essas quadras foram ali construídas após a segunda metade do século XX. Portanto, a ‘Casa N. 762’ possui uma implantação atual que demonstra que o caminho da Várzea passava ao seu lado.

Nesse trajeto ainda é marcante a presença de casarões do século XIX (estilo eclético) e do começo do século XX (estilos ecléticos e moderno). Principalmente no fim da rua Gomes Taborda, Carlos Gomes e Rua Benfica. Portanto, é um trecho com a presença marcante da arquitetura eclética e moderna e que necessita ser melhor avaliado. No fim da Rua Benfica, a documentação histórica e iconográfica marca o lugar onde existiu a ‘Passagem da Madalena’. Outro trajeto que poderia ter sido ampliado, mas, desde o fim da Rua Carlos Gomes, o Caminho da Várzea já possuía outra identidade, ou seja, duplicava em um ramal, com um caminho para a Povoação dos Afogados e o outro trecho, tornou-se a própria rua Benfica. Devemos ressaltar que estes dois trajetos, tinham o como destino, atingir a área do antigo porto colonial, onde hoje, situa-se o Bairro do Recife Antigo, área tombada e reconhecida como sítio histórico. Assim, da Igreja Matriz da Várzea até a Praça do Marco Zero, temos um trajeto de 10,5 Km.

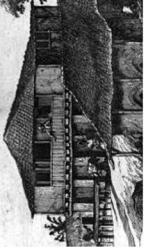
FICHA CAMPO	N. 00-REC
<p>CONTEXTO: Reconstituição da Várzea do Capitão Barbe.</p> <p>Ficha para elaboração de Trajetos:</p> <p>TRAJETO 1 - Ig. Matriz da Várzea a Ruína do Arraial Novo do Bom Jesus;</p> <p>TRAJETO 2 - Ruína do Arraial Novo do Bom Jesus à Sobrado da Madalena;</p> <p>TRAJETO 3 - Sobrado da Madalena à Passagem da Madalena (REFAZER)</p> <p>TRAJETO 4 - Casa-grande do Eng Barbalho a Ig. Matriz da Torre</p>	
<p>TRAJETO 4 - NÃO CONCLUÍDO</p>  <p>C1</p>  <p>C2</p>	<p>LEGENDA:</p> <p>TRAJETO 1</p> <p>A1 - Local das ruínas da Casa-grande do Engenho do Meio e Monumento a Fernandes Vieira;</p> <p>A2 - Foto da casa-grande do Eng do Meio (notar Pilares);</p> <p>A3 - Ícone de uma casa-grande em mapa holandês do século XVII;</p> <p>A4 - Igreja Matriz da Várzea, estado atual.</p> <p>TRAJETO 2</p> <p>B1- Ruínas do Arraial Novo do Bom Jesus;</p> <p>B2- Casa n. 762 (notar eixo de implantação na rua e quadra);</p> <p>B3- Sobra da Madalena (Casa-grande do Eng. Madalena);</p> <p>B4 - Arcos entaipados no Sobrado da Madalena;</p> <p>B5 - Foto da ponte no lugar chamado PASSAGEM DA MADALENA</p> <p>TRAJETO 3 NÃO CONCLUÍDO</p> <p>C1- Casa-grande do Eng. Barbalho (notar arcos)</p> <p>C2- Casa-grande do Eng. Cordeiro</p>
<p>TRAJETO 2</p>  <p>B1</p>  <p>B2</p>  <p>B3</p>  <p>B4</p>  <p>B5</p>	<p>TRAJETO 1</p>  <p>A1</p>  <p>A2</p>  <p>A3</p>  <p>A4</p> <p style="text-align: right;">PÁGINA</p>

Figura 7: Edificações e lugares históricos/arqueológicos, que determinaram os trajetos após o primeiro levantamento de campo. (Fotos: A2: acervo do Departamento de Arqueologia, B5: Museus da Cidade do Recife, demais fotos: acervo do autor).

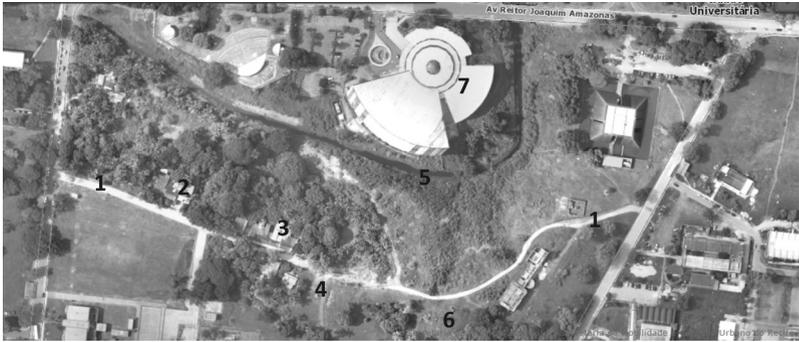


Figura 8: Sítio Arqueológico Engenho do Meio. Situado no centro do Campus da UFPE. Legenda: 1 – Fragmento original do caminho de terra colonial, chamado CAMINHO DA VÁRZEA; 2 – Casa do Administrador da Usina Meio da Várzea; 3 – Arruado Velho; 4 – Fundações da casa-grande (século XVII); 5- Riacho do Cavouco; Fundações da Usina Meio da Várzea, 7 Teatro da UFPE. Fonte: Elaborado pelo autor sobre foto área da PMR/EMLURB.

Após as três prospecções de campo, realizamos as primeiras correlações entre o Sítio Arqueológico do Engenho do Meio e a Igreja Matriz de N. S. do Rosário da Várzea, ou, Matriz da Várzea. Essa igreja encontra-se integrada a paisagem urbana, e é reconhecida como sítio histórico, recebeu legislação de proteção como Zona Especial de Preservação Histórica, ZEPH 7, do governo municipal. Além disto, sofreu restauro orientado por projeto arqueológico, que permitiu a sua valorização enquanto bem cultural. O restauro admitiu a evidenciação de janelas visuais de suas alvenarias, por isso, é uma edificação que permite acessar sua evolução técnica construtiva (Jornal do Comércio, 4/11/1997). Assim, a história do lugar, sua arquitetura e as janelas de visualização das técnicas construtivas permitem o desenvolvimento de mediações para oficinas de educação patrimonial.



Figura 9: Cotas altimétricas da igreja Matriz da Várzea (entre 10 a 11 metros), e, cotas do Sítio Arqueológico Engenho do Meio (9 metros). (Elaborado pelo autor, a partir de GIS da área PMR/EMLURB).

Do ponto de vista da paisagem, o terreno da praça da igreja, revelou ser o ponto mais elevado de todo o trajeto. Condição que não era percebida a olho nu, apenas os instrumentos de geoprocessamento permitiram essa constatação através do uso de cotas geodesia estabelecidas no SIG da EMLURB/Prefeitura Municipal do Recife. Portanto, a escolha do lugar para implantar a povoação não deve ter ocorrido de maneira fortuita. Já que as constantes cheias eram uma variável sazonal no cotidiano dos colonos. Assim, correlacionando a altitude do local da Igreja com o Sítio Arqueológico do Engenho do Meio, percebemos que esse encontra-se dois metros mais baixo. Assim, além de entender que os mapas históricos (como os das figuras 2, 3 e 4) indicavam o sentido dos caminhos pela função área produtora x porto de escoamento, as cotas altimétricas e a delimitação dos terrenos, foi um novo indicativo da paisagem, ou seja, poderiam indicar que os lugares de assentamentos, onde hoje estão os sítios, foram selecionados pela segurança que proporcionariam em relação as enchentes do antigo ambiente de várzea, com cheias sazonais.

Outros dados do Sítio Arqueológico do Engenho do Meio é a presença de uma comunidade de moradores na área do velho arruado da Usina Meio da Várzea e as ruínas da usina Meio da Várzea (século XIX). As bases do bueiro, as fundações das fábricas de álcool e açúcar sobrepoem-se ao espaço colonial. As fundações de alvenarias do século XIX

afloram ao lado direito do caminho de terra. Enquanto que do lado esquerdo, os fragmentos de louças e cerâmicas são recorrentes no entorno do arruado. Quanto à comunidade que vive dentro do Campus da UFPE, ela é formada por descendentes de moradores da Usina Meio da Várzea (século XIX). Suas casas atuais são fragmentos do velho arruado da usina. Sofreram várias expansões construtivas e estão à margem do caminho de terra colonial e ao fundo corre o Riacho do Cavouco. Que devido à construção do centro de convenções da UFPE, foi canalizado com a construção de paredes em suas margens.

A importância desses moradores é o fato de serem detentores de várias representações sobre o lugar onde vivem, e possuírem narrativas identitárias que contribuem com a preservação do sítio arqueológico. Pois, suas casas remanescentes da usina servem de barreira ao avanço da universidade sobre o sítio. Mas, como é mantida uma pressão para sua retirada, o sítio ainda pode sofrer perdas, tanto pela construção de novos prédios como pelo desejo de se implantar um estacionamento em sua área. Portanto, as pessoas e as comunidades, dão sentidos ao sítio arqueológico, e, essa é um entendimento reforçado por Marcia Bezerra (2014), quando entende que o discurso de identidade é uma variável que também deve ser absorvido pelos estudos da disciplina arqueológica. Esse lugar, mesmo sendo um sítio escola para o curso de arqueologia da UFPE, e ter sido submetido a um projeto arqueológico, ainda sofre a pressão da construção de novas edificações da UFPE.

Sua área de entorno imediato vem sofrendo o poder dos reitores e pró-reitores, que independentemente das solicitações de mitigação do IPHAN e da presença da comunidade de moradores, ainda efetuam o desejo de ocupar a área com novas edificações e pavimentações. Assim, a paisagem arqueológica, ainda sofre com os aterros e a construção de prédios acadêmicos que avançam sobre os depósitos arqueológicos. Impedindo uma ocupação contínua e impactante. Por isso, também cabe às equipes de arqueólogos terem ações mais enérgicas no diálogo entre as estruturas de poder da universidade, a população e os usos que podem ser definidos para preservar o sítio arqueológico e o fragmento do caminho colonial, que vem sendo pavimentado.

Assim, o avanço urbano ainda é uma variável a ser constantemente avaliada e mitigada. Por isso, e, em paralelo, aos interesses urbanos do tempo presente, o estudo da paisagem deve procurar a atualização dos mapas e as delimitações das áreas de interesse à preservação.

Como é o caso do Sítio Arqueológico do Engenho do Meio, onde efetivou-se uma proposta de delimitação contextual, através da formulação dos mapas Interpretativos (Figuras 8, 9 e 10). Todavia, a delimitação de uma pretensa área de preservação ainda deve ser discutida com os distintos grupos sociais: reitoria, órgãos gestores e comunidade. Do ponto de vista prático, os mapas e o georeferenciamento dos vestígios, permitiu qualificar o Caminho da Várzea (unidade histórica relatada que não chega a ser um lugar de memória), que só existe como espaço físico dentro do Campus da UFPE e na cartografia histórica, como uma estrutura física valorada patrimonialmente, ou seja, passa a ter um valor de memória e uma justificativa de preservação. Portanto, na Ficha Interpretativo, da FICHA N. 001-REC, o Mapa 4 apresenta os limites e a projeção do Caminho da Várzea, e os mapas 1, 2 e 3, as bases cartográficas para seu registro. Além da síntese do levantamento histórico (que não foi incluído nesse artigo). Dessa forma, pontuaram-se os marcos arqueológicos da paisagem, ou, as ocorrências arqueológicas. Permitindo a reconstituição cartográfica do Caminho da Várzea em toda a sua extensão, desde a Igreja Matriz da Várzea até a área onde existiu a Passagem da Madalena. Com isso, ao se percorrer os trajetos novamente, pode-se identificar quais outros vestígios da rota ainda podem ser incluídos. Sendo essa, a obrigação das atualizações dos mapas.

Torna-se ainda necessário, alimentar os dados relativos às cronologias dos vestígios, mas esse é um tema para um outro artigo. Agora, de maneira sumaria, vejamos a relação dos sete principais 'lugares de memória' que foram correlacionados pelo seu valor arqueológico, seja um sítio ou uma edificação:

O prédio da Igreja Matriz do Bairro da Várzea, século XVII (sítio histórico tombado na esfera estadual);

O sítio arqueológico do Engenho do Meio, século XVII (dentro do Campus da UFPE);

O trajeto atual do riacho do Cavouco (riacho que cortava metade do antigo Engenho do Meio);

As ruínas do Arraial do Forte do Bom Jesus, século XVII (ruínas de um forte de terra tombado pela esfera federal);

Identificação de uma casa do século XVIII/XIX no trajeto do Caminho da Várzea, que foi a Casa n. 762 (rua Paes Cabral);

O Casarão do antigo Engenho Madalena, século XVIII (Edificação tombada individualmente pela esfera federal);

A visualização cartográfica do lugar de memória Passagem da Madale-
na, século XVIII/XIX.

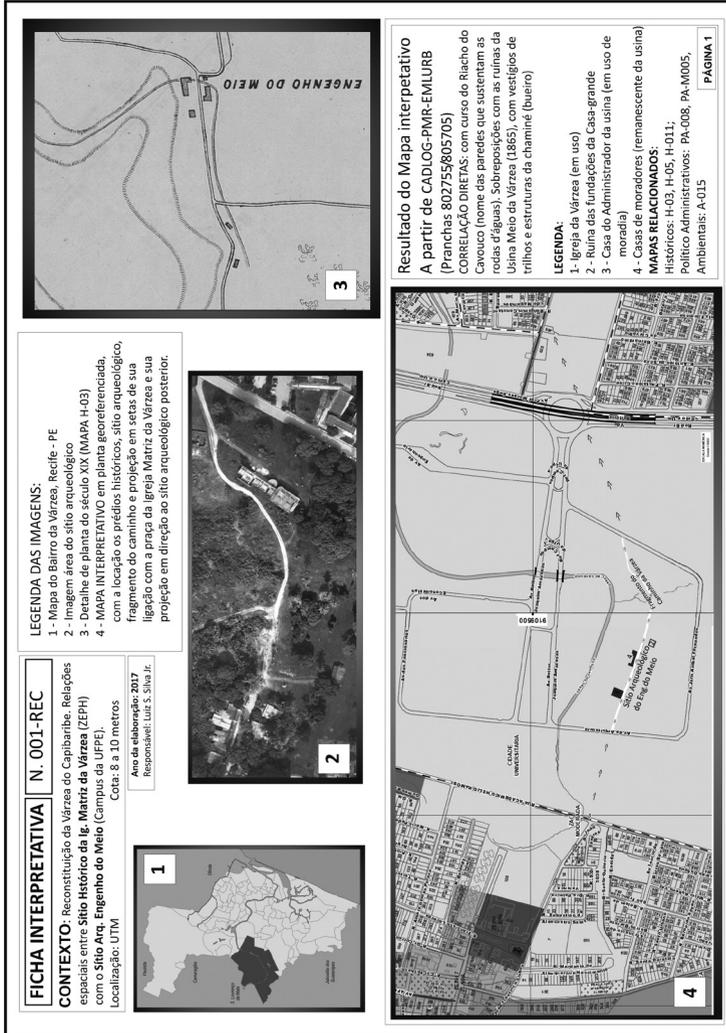


Figura 10: Fica de Interpretação do Sítio Arqueológico do Engenho do Meio (elaborado pelo autor).

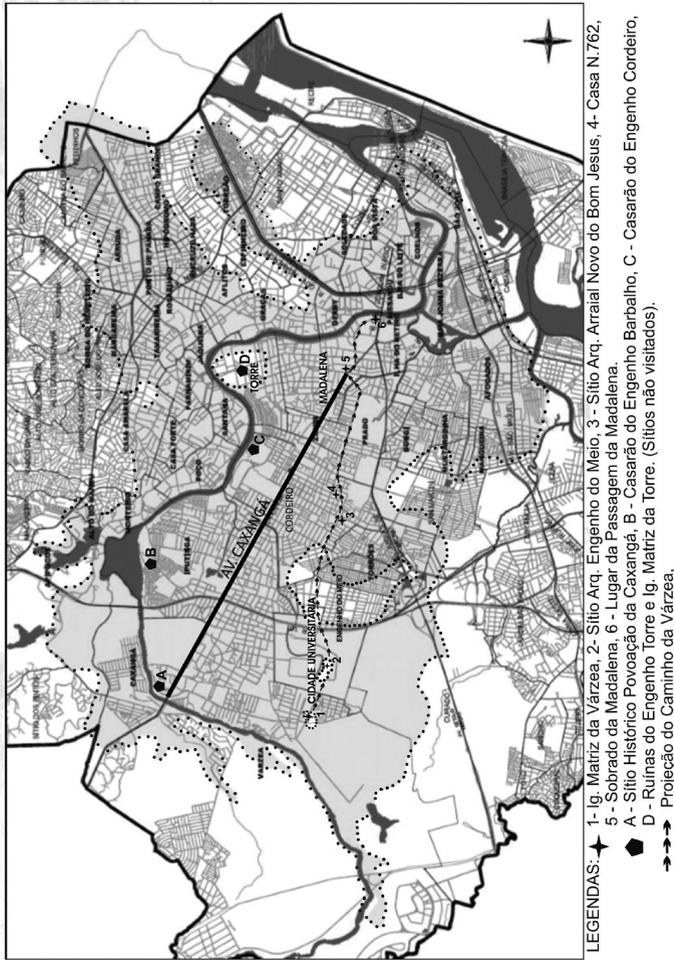


Figura 11: Sítios arqueológicos e históricos situados na margem direita do Rio Capibaribe. Com projeção do Caminho da Várzea sobre mapa da 'Mancha da Inundação' do no ano de 1975. A linha pontilhada demonstra os limites da inundação e da antiga dinâmica do ecossistema de várzea. (Elaborado pelo autor a partir de mapa do Plano Diretor de Drenagem do Recife PDDR-EMLURB-PMR, 2014).

Atente-se que a contextualização do Caminho da Várzea, deve duas “surpresas”, a descoberta da CASA n. 762 (Rua Paes Cabral, Zumbi) e a requalificação do local da PASSAGEM DA MADALENA (local da travessia de balsas, e depois, passagem utilizada por um pontilhão de trens ainda no século XIX). Por fim, entendemos que esse exercício técnico do estudo da paisagem arqueológica pode se tornar uma técnica ou mesmo uma forma de abordagem do dado espacial. Desde que, possa gerar interpretações que demonstrem a que ainda existe uma carência de novos mapas dos sítios históricos. Mas, mapas que sejam orientados pelo dado arqueológico e que possa mensurar os elementos não visíveis dos comportamentos humanos na ocupação e ordenação dos espaços. Portanto, dentro dessa linha, mas, como foco no conhecimento arqueológico, o potencial dos estudos da Arqueologia da Paisagem na malha urbana da cidade do Recife, deve se apropriar das relações entre espaço e o estudo da cultura material.

6. Algumas considerações

Conforme os mapas apresentados, percebemos que a sistematização de informações cruzadas é uma ferramenta que permite um rápido aprendizado sobre as relações entre os espaços e os vestígios. Portanto, a abordagem da Arqueologia da Paisagem aplicada ao espaço urbano, ordena os vestígios arqueológicos em função de sua distribuição e no caso dos sítios do entorno do Caminho da Várzea, os critérios de ordenação seguiram a seguinte orientação: primeiro descrever os sítios em pares, devido ao fator proximidade; depois em função da variável tempo (em três intervalos: 1600/1630; 1660/1750 e século XIX) e por fim, em função da variável tempo/cota de altitude. Assim, a ordenação por pares lineares foi quebrada, e as possibilidades de correlações inter-sítios passam a ter arranjos de comparações que, na base de dados, podem ser estatisticamente avaliadas e dinamizadas (fundações, edificação, fundação, técnicas construtivas). Por isso, a sobreposição visual da iconografia, não é o mérito do levantamento de campo, pois, o que se deve buscar é a capacidade de reconhecer e correlacionar os vestígios durante os trabalhos de campo, e, como esses dados podem fornecer indicativos de sobreposições de estruturas, tipologia das edificações,

estado de conservação, riscos de perdas, e assim tentar compreender as ocupações do espaço ao longo do tempo.

Outro aspecto da sistematização dos dados, pela perspectiva da paisagem, é a possibilidade de transformar os dados das interpretações em conteúdo para oficinas de educação patrimonial, que utilizem o próprio espaço do sítio arqueológico urbano, como espaço para mediações *in loco*. Postura que, contribui com a noção de pertencimento da sociedade presente e promove outro tipo de uso, o educativo. Facilitando a conservação e a “fiscalização” dos bens arqueológicos. Por isso, a identificação de um sítio tem que sofrer uma valoração de significados, sendo essa interpretação uma obrigação do profissional em Arqueologia. Desta maneira, as ocupações, os usos e as propostas de conservação dos sítios arqueológicos passam a ser ações integradas, e mais uma responsabilidade para os objetivos das pesquisas, e não só dos salvamentos. Como exemplo disto, temos a Igreja Matriz da Várzea, que além de ser uma zona de preservação delimitada, mantém seu uso religioso, mas, foi programada para expor sua historicidade material através das visualizações das alvenarias. Estratégia desenvolvida entre a pesquisa arqueológica e o projeto de restauro, que estabeleceram a inclusão de “janelas” de leituras das alvenarias e sinalização.

Assim, a escolha de dois elementos da paisagem, como o Sítio Arqueológico do Engenho do Meio e do Caminho da Várzea, demonstra a lógica da abordagem da paisagem entre esses dois primeiros sítios, e, as correlações que podem ser feitas com os demais sete sítios arqueológicos do entorno. Desta forma, esses são ‘lugares de memória’ passíveis de apropriações e de novas representações por parte de seus moradores, como é o caso da comunidade remanescente de descendentes da Usina Meio da Várzea que ainda residem dentro do campus da UFPE, onde está o sítio arqueológico do Engenho do Meio. Percebemos também, que o estudo da paisagem permitiu a construção de novos significados para três lugares de memória: a **Várzea do Capibaribe** (enquanto lugar de memória e de registro documental); as ruínas do **Engenho do Meio** (sítio arqueológico, lugar de memória e de registro documental) e o **Caminho da Várzea** (lugar histórico, e, como uma ‘projeção’ cartográfica). Esses dados tornaram-se variáveis do trabalho arqueológico no momento de correlacionar a cultura material, os impactos do crescimento demográfico, os usos e as ocupações atuais nos sítios e seu entorno imediato. De maneira prática, outros sete lugares de memória, passaram a ser me-

lhora percebidos na paisagem física e cartográfica, tais como: a **Igreja Matriz da Várzea**, o **Arruado do Engenho Velho**, as **Ruínas do Forte de Terra do Arraial Novo do Bom Jesus**, a **Casa n. 762** na rua Paes Cabral, o **Riacho do Cavouco**, o **Sobrado da Madalena** (que foi a casa grande do Engenho Madalena), e, a memória do lugar chamado **Passagem da Madalena**. Outros lugares de memória também foram sinalizados e poderiam ter sido relacionados, tais como: Mata de São João, Rua da Lama, Casa Grande do Engenho Cordeiro, memória do lugar Engenho Poeta, Casa Grande do Engenho Barbalho, Chaminé da Praça da Torre, Matriz da Torre, Lagoa do Zumbi. Assim, a extensão das correlações pode ser ampliada de forma exponencial. Mas, como nosso foco foi o entorno do Caminho da Várzea, nos limitamos aos vestígios situados ao lado direito da Av. Caxangá (no sentido subúrbio/centro, figura 11). Portanto, é uma porção ainda limitada da área da Várzea do Capibaribe.

Desses quinze lugares listados, apenas dois são identificados como sendo sítios arqueológicos e três como sítios históricos. Sendo os arqueológicos: o Engenho do Meio e o Forte de Terra do Arraial Novo do Bom Jesus (que é uma incógnita para a população que habita seu entorno), e os sítios históricos: a praça da Igreja Matriz da Várzea, Sobrado da Madalena (tombado individualmente pelo IPHAN) e o Casarão do Engenho Barbalho. Quanto aos demais, são apenas tratados como ‘lugares de memória’, passíveis de serem substituídos ou de sofrerem intervenções pela dinâmica urbana atual. O que reforça a ampliação do método da paisagem a ser aplicado sobre a malha urbana.

Além disto, os mapas interpretativos possibilitaram entender a escolha dos assentamentos dos primeiros engenhos em áreas parcialmente protegidas das inundações do Rio Capibaribe na parcela de sua sub-bacia, situada na planície da cidade do Recife. Nessas “ilhas”, as cotas com elevação acima de 9 m a 11 m de altitude, demonstraram ser espaços privilegiados durante a ocupação colonial da Várzea do Capibaribe, principalmente na área da Igreja Matriz da Várzea, onde a altitude ficou em um elevado de 11 metros.

Assim, a otimização do dado em sua espacialidade contribui entender novos aspectos dos lugares selecionados, identifica edificações de interesse a preservação, orienta as políticas de preservação e fomenta a educação patrimonial. Portanto, a noção de espacialidade do vestígio, contribui para o entendimento das supressões e dos acúmulos materiais produzidos na paisagem ao longo do tempo.

Referência bibliográfica

ANDRADE, Manoel Correia. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.

BATE, Luis Felipe. El proceso de investigación em arqueología. Barcelona: Crítica \ Grijalbo Mondadori, 1998.

BOADO, Felipe Criado. Arqueológicas. La razón perdida: La cosntrucción d ela inteligencia arqueológica. Barcelona: Ediciones Belterra , 2012.

BEZERRA, Marcia. As cores do passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó. Amazon, Revista (online), 6 (2): 418-441, 2014.

BOWSER, Brenda J. Prologue: toward an Archaeology of place. In: Journal of Archaeological and Theory, vol. 11, n. 1, march 2004.

BRASS, Mikey. Essay (1999). How the concept of landscape archaeology has been applied to the Early Stone Age. In: www.antiquityofman.com/landscape_archaeology.

COSTA, Francisco Pereira da. Anais pernambucanos. 2º edição, Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. (Coleção Pernambucana — 2ª fase) 10 volumes.

CULLEN, Gordon - Paisagem Urbana. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco: 1840 / 1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GEORGE, Pierre. Geografia urbana (tradução pelo Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução). São Paulo: DIFEL, 1983.

GOMES, Gerado. Engenho e Arquitetura: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco. São Paulo: USP/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Tese: 1990.

GUERRA, Flávio. Velhas Igrejas e subúrbios históricos. 3ª edição (Rev. e am.) . Prefácio de Gilberto Osório de Andrade. Recife, Editora Itinerário.

HODDER, Ian. Archaeological Theory Today. Cambridge: Polity Press, 2001.

_____. Interpretación en Arqueología. Barcelona:Crítica/Grijalbo, 1996.

- KUSTER, E. M. P. A cidade na história da arte: a dimensão artística do espaço urbano em diferentes momentos históricos. In: I Seminário Arte & Cidade, 2006, Salvador - BA. I Seminário Arte & Cidade, 2006.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. A cartografia holandesa do Recife, estudo dos principais mapas da cidade do período de 1631-1648. Recife, 1976, Publicação PHNG/2 E IPHAN/MEC (Ed. ilustrada).
- MELLO, Evaldo Cabral de. Uma relação dos engenhos de Pernambuco em 1655. In: Revista do Instituto Histórico Arqueológico Geográfico de Pernambuco, v. 48, 1976.
- MENESES, José Luiz Mota. Atlas Histórico-Cartográfico do Recife. Recife, URB, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.
- MORAIS, J. L. Tópicos da Arqueologia da Paisagem. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 10:3-30, 2000.
- NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. Pelo Lucro da Companhia: Aspectos da administração no Brasil Holandês, 1630-1639. Recife: Dissertação de mestrado UFPE, 2004.
- OLIVEIRA, Cláudia Alves de & LARA, Pedro Jiménez. Relatório de Atividade de Campo – Campanha 01 – Engenho Inhamã/Igarassu – PE – BR. Xalapa: Universidad Veracruzana (Coleção: Cuadernos de Trabajo, N. 41). 2012.
- OLIVEIRA, Claudia Alves de. Programa Jaguaribe - Preservação ecológica e cultural da Sesmaria Jaguaribe. In: XVIII Congresso da SAB - Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 2005, Campo Grande - MS. XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira.
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher. Social Theory and archaeology. Universty of New México Press, 1988.
- SOUZA, Ana Cristina de. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. In: Habitus. Goiânia, V3, n. 2, p.291-300, jul/dez, 2005.
- TRIGGER, Bruce G. Historia del pensamiento arqueológico. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.
- ZARANKIN, Andrés. Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires. Campinas: FAPESP/CHAAA, 2002.
- HONORATO, Laina da Costa. Arqueologia da Paisagem e Geoarqueologia: experiências em projetos de pesquisa. Tópos, v.3, n.1, p. 127-147, 2009.

NEVES, Lílian, SANTOS, Marília & SILVA, Simone. Considerações para resgate da ambinência ribeirinha do Rio Capibaribe em Recife – PE. São Paulo, X ENAU, 2014. In: http://www.abrh.org.br/SGCv3/UserFiles/Sumarios/5c7a1bd864ce848bdd0e4b1fd444a26_b19a54777eb3a0ffecba6d4e9cf7219a.pdf. Acessado em 19/02/2017.

TOCCHETO, Fernanda Bordin. Desafios atuais para a gestão do patrimônio arqueológico urbano. In: ALLEN, Scott, LOPES, Marida da Conceição & ETCHEVARNE, Carlos. Recife: Editora da UFPE, 2013.

FOTO

JC-ONLINE. Avenida Caxangá inundada na “Cheia de 1966”, Acervo de Gisela Vieira de Melo. In: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/05/30/tragica-cheia-de-1966-no-recife-esta-completando-50-anos-237926.php>.

Cidade Universitária e reitoria. In: FREYRE, Gilberto, MOTA, Mauro & CAVALCANTI, Roberto. Pernambuco Sim. Recife: Agência Jornalística Imagem, S/D.

JORNAL

Jornal do Comércio. Descoberta na Várzea ossada da época da Guerra dos Guararapes. Caderno Cidades, p. 4, 4/11/1997.

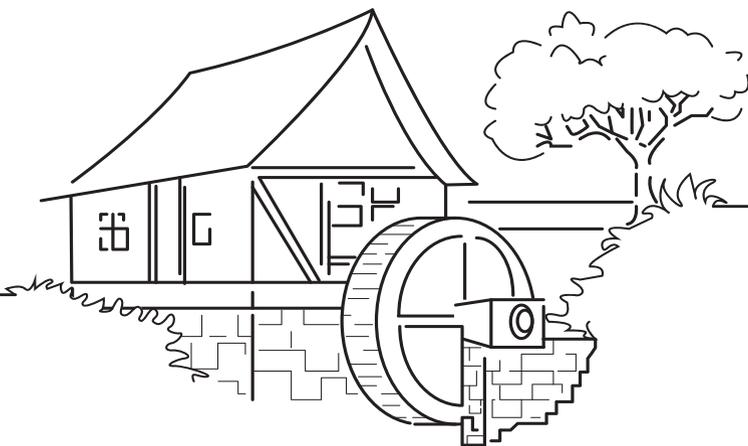
MAPAS

VISSCHER, Ianss Claes. Perfecte Caerte der Gelegen theyt van Olinda de Pharnambuco (Carta da Perfeita Localização de Olinda de Pernambuco). In: MELO, José Antônio de. A cartografia holandesa do Recife. Recife: IPHAN/MEC, 1976.

Livro que dá Razão do Estado do Brasil. Edição Comemorativa do V centenário de Nascimento de Pedro Álvares Cabral, Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura: Rio de Janeiro / Gb., Brasil, 1968.

Plano Diretor de Drenagem do Recife –PDDR. Mancha da inundação da cheia de 1975. Recife: Prefeitura Municipal/EMLURB, 2014.

TINOCO, Pedro Nunes. Desenho e plantas iluminados do Recife de Pernambuco..., 1631-33. Biblioteca Nacional, in: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1082406.pdf.



PAISAGEM CULTURAL FLUVIAL DA COTINGUIBA (SERGIPE – BRASIL)

Miriam Cazzetta¹

1. Apresentação

Em 1798, a Província de Sergipe possuía cerca de 140 engenhos, e em 1856 já contava com aproximadamente 750. Desses, a maior parte estava localizada na região do vale fluvial do Cotinguiba. No período marcado pelo comércio de exportação e importação dos produtos da terra, pela visita do Imperador Dom Pedro II e do naturalista alemão Avet

¹ Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos – UFS.
www.cazzettam@hotmail.com.

Lallement, e pelos levantamentos dos engenheiros da Estrada de Ferro, se deu a valorização das relações de comércio pela via fluvial atraindo a presença de estrangeiros em um ambiente forjado como urbano, apesar da sua realidade tipicamente rural e escravocrata. Por diferentes lugares transitavam patachos, saveiros, barcas, barcaças, brigues, bem como vapores trazendo mercadorias estrangeiras variadas. E levavam, na sua grande maioria, açúcar, algodão, couros e sal provindo das unidades produtivas através das estradas para comboeiros. Povoações e vilas, dentre outros lugares envolvidos com as atividades produtivas também passaram a constituir o universo social que foi se consolidando com características culturais híbridas, resultantes de uma superposição de significados singularmente confinados aos territórios desarticulados.

Para transpor o limite invisível das abordagens sobre a paisagem fluvial e terrestre, procurei adotar a lógica da funcionalidade da atividade hidroviária que se prolonga para além do rio como fio condutor no estudo sobre a paisagem cultural fluvial; considerando as características geomorfológicas e a organização material do espaço em consonância com a relação “sensível” daqueles que o observaram no passado e os que o vivenciam no presente. Ou seja, para além dos elementos objetivos, como forma, função e estrutura, pretendi apreender os elementos que compõem o pertencer das pessoas a lugares que se encontram na paisagem fluvial da Cotinguiba.

As perspectivas contemporâneas sobre os corpos d’água pela arqueologia são compatíveis com esse processo de alargamento das competências interpretativas do passado e do presente. Na construção desta narrativa, o texto permeia a historiografia da região, diários, fotografias e cartografia histórica em uma tentativa de apreender a diversidade de relações da paisagem fragmentada. Por meio de entrevista semiestruturada, aplicada à população residente e prospecção extensiva em campo, o espectro de análise sobre a materialidade existente naqueles lugares de interface (terra e rio), e sobre as dinâmicas culturais estabelecidas em distintas temporalidades, vem se ampliando a cada novo diagnóstico arqueológico levado a efeito nos municípios da região da Cotinguiba (Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo e Laranjeiras).

Como resultado, apresento a primeira versão de um mapeamento contextualizado dos elementos identificados, entendendo-os como possíveis lugares de uso social em ambientes aquáticos que remetem às atividades dos engenhos da região, ou que estiveram asso-

ciadas a elas, e que atualmente se apresentam como contemporâneos em um processo de valorização das participações individuais e coletivas na interpretação do passado.

2. Contextualizando a Cotinguiba

Conforme estudo de Felisbelo Freire (1977), o período de povoamento das terras sergipanas compreende aquele após as doações de 220 sesmarias. Encarregados da administração da Capitania, os capitães-mores, distribuíram as Cartas de Doação de pequenos lotes, medindo geralmente de uma a três léguas quadradas (Nunes, 2002:199-200), com a firme orientação de destiná-los às culturas de mantimentos (milho, feijão, arroz e, sobretudo, mandioca) e criação de gado. Esses produtos estavam destinados a sustentar o comércio com as províncias da Bahia e de Pernambuco, servindo para o transporte e alimentação das pessoas envolvidas com a atividade açucareira; e por extensão, com a defesa da costa.

Mesmo com a ocupação holandesa, em 1637, Sergipe mantinha-se como “reserva do gado” e “terra de saque para o holandês militar”, conforme se referia Câmara Cascudo (1942:6) a respeito desse período em que raros eram os engenhos sergipanos: “[...] *oito segundo os cronistas portugueses, ou quatro no que diz Nassau*” (Relatório, 1664 apud Nunes, 2002:202). Talvez essa situação explique a limitada expansão dos domínios holandeses em terras sergipanas, como atesta o mapa Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama, que representa às terras compreendidas entre os rios São Francisco e o Vasa Barris, “[...] *um terço menos do que, no Sergipe português, possuíam os colonos vencidos [...]*”, pondera Câmara Cascudo (1942:5).

De alto significado afetivo e simbólico para o sergipano, o Rio Sergipe nasce numa altitude média de 280 metros na localidade Lagoa das Areias (em Cipó de Leite) no município de Pedro Alexandre, Estado da Bahia, onde percorre 51km, e atravessa a fronteira com o Estado de Sergipe, em Nossa Senhora da Glória. Desse ponto, percorre no total 210km de extensão, até o Oceano Atlântico, em Aracaju e Barra dos Coqueiros. Seus principais afluentes pela margem esquerda são os Rios Pomonga, Parnamirim, Ganhamoroba e Cágado; e pela margem direita,

os Rios Poxim, Sal, Contiguiba, Jacarecica, Morcego, Jacoca, Campanha, Lajes e Melancia. (Sergipe,2002; Figueiredo & Maroti, 2011).

A barra onde deságua o Rio Sergipe já era navegada por embarcações que procuravam a região conhecida como Vale do Cotinguiba, região economicamente favorável as atividades comerciais. Esse fato acabou emprestando o nome à barra, havendo casos em que a parte terrestre também foi assim referendada como no caso do Distrito da Cotinguiba constituído em 1674 e transformado a 25 de setembro de 1718 na freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Tomar da Cotinguiba (Montalvão, 1925:34; Oliveira Telles, 1925:38). Não são poucas as citações sobre a dificuldade de acesso à essa barra, devido sua geomorfologia com características pouco profundas e instáveis, de fundo arenoso, gerando eventuais obstáculos às embarcações de maior calado, sujeitando-as ao encalhe e naufrágio. Tanto que esse foi o principal argumento de Inácio Barbosa junto aos ruralistas e comerciantes, para a instalação de um serviço de reboque nas barras da Província em meados do século XIX.

Diogo de Campo Moreno (1955) e Gaspar Barléu (1940) consideraram a existência de uma fortificação nas imediações da barra, mais especificamente na margem esquerda do rio Sergipe na Ilha de Santa Luzia, atual Barra dos Coqueiros. Ao longo dos tempos históricos, os processos erosivos que continuamente deslocam, transportam e depositam os solos das margens do rio, e a formação de bancos de areia nas bocas dos tributários e nas partes convexas das curvas; geraram o assoreamento de algumas entradas antigas e restingas (Velha e Nova) formando uma nova morfologia (Coroa do Meio). Acrescenta-se a esse cenário, “[...] a invasão do mar, salgando as suas águas, e as águas e margens de outros rios e riachos” (Barreto, 2002: 40-41). Como exemplo, tem-se o Rio do Sal, que funciona como um canal de penetração das águas de marés, separando o município de Aracaju do município de Nossa Senhora do Socorro; e onde, no século XIX e XX, foram instaladas cerca de 322 salinas para exploração e comércio do sal marinho (Nunes, 1994:29). Hoje apenas uma está em funcionamento, conforme relatos da paisagem que reflete as condições climáticas e físicas no cotidiano do duro trabalho em uma salina:

[...] E aqui em Nossa Senhora do Socorro foi a cidade que mais produziu sal. [...] tem uma se vocês quiserem ir ver o sal lá sendo puxado [...]. É a salina de Deco. Porque o sal nosso é a natureza quem faz. Hoje não, o Rio Grande do Norte, tem industrializado. Daí lá vocês vão ver como é, esse calor que vocês estão vendo aqui tem dias que minha mulher reclamava. Eu fui criado nesse calor, os homens tinham aqueles chapéus de rodados assim, e os homens entravam dentro do quadro das salinas, puxando o sal, chega que tava queimando. Trabalho duro! Pois que produziam muito sal, o trem via de deixar o6 vagão ai pra encher de sal, pra ir até Minas Gerais. [...] A nossa cidade aqui ela contém muita maresia, aqui era a cidade do as, l de tal maneira que antes de ser calçado, quando era chão, a gente lá de baixo, quando eu vinha pra escola umas doze e meia pra uma hora da tarde, a gente olhava aqui pra cima e chega a ver o chão brilhando, brilhando, era o salito que a terra contém. Ôi, a água da gente aqui entope torneira, você ferve a água pra fazer o café, cria na chaleira aquela nata, aquelas descargas, a minha mesmo dá é prejuízo. [...] (Informação verbal²).

[...] E a economia de Socorro, ela está baseada em que? O processo de salinas acabou? Acabou! Acabou.... Hoje a gente a economia aqui, hoje é a produção de camarão. Nem viveiro pra peixe num é mais... É camarão! E qual foi o colapso da produção de salinas? O que foi que aconteceu? Rio Grande do Norte. Mossoró. Acabou-se... A qualidade melhor... porque quando o sal era grosso aqui vendia muito... vinha os moinhos... O sal daqui é meio oleoso e aí sai seco, né?! E o sal de lá é seco.... Mói e sai branquinho, nos pacotinhos, né?! Nos mercadinhos

2 Albino (75 anos): depoimento [mar.2015] Entrevistador: Miriam Cazzetta e Marcus Mattos. Socoro, 2015. Entrevista concedida ao Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do novo Instituto Médico Legal – IML/SE, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.

todo sequinho, né?! O daqui é meio úmido. Por isso o Instituto Brasileiro do Sal foi desativando e acabou. [...] (Informação verbal ³).

Segundo Lisboa (1879:126), a população do município em fins do século XIX era calculada em 6000 almas, e trabalhavam na lavoura de cana, fumo e mandioca, sua principal indústria, e produziam sal para exportação como meeiros, recebendo 1/3 da produção.

[...] O senhor disse que trabalhou no Calumbi, como eram as estruturas lá no Calumbi? Hoje lá existe os armazéns, mas os tanques, hoje é tudo tanque de camarão. Hoje você vê os armazéns, mas não tem salinas, se tem é uma ou é duas, o resto é tudo criatório de camarão. E quanto tempo o senhor trabalhou nas salinas? Trabalhei dezoito anos. E como era o funcionamento? A salinas é o seguinte: Tem um viveiro, o cabra tem uma porta d'água de cimento ai enche d'água, dali tira pra um tanque, que chama tanque de meio, daquele tanque tira pra outro, depois vai pro "cuzedor", do "cuzedor" é que tem as marinhas, deve ser uns dez metros por uns 2 de largura. Salina de vinte marinha, de dezoito marinhas de doze, de quinze, de quarenta, até quarenta. É o que eram essas marinhas? A marinha é que já vem a água com vinte e dois graus, que vem do "cuzedor", então o "cuzedor", de lá vamos dizer que pega na maré porque aqui, lá no Mosquito é que pega a água já com vinte e dois grau. Mas aqui pega com dezoito. Ai vai pra outro, fica, ai vai pra outro, até chegar no "cuzedor" pra ele tem vinte e cinco graus, que é sal. Ai bota dentro da marinha e lá ela cualha. Ai fica aquela nata, aquela ruma de faisquinha, Ai vai criando pedra de

3 ROCHA, Silvio de Jesus (80 anos); ALVES, Manuel Messias (71 anos): depoimento [mar.2015] Entrevistador: Miriam Cazzetta e Marcus Mattos. Socoro, 2015. Entrevista concedida ao Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do novo Instituto Médico Legal – IML/SE, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.

sal. E como é que tira as pedras de sal? Com o rodo. Já viu casa de farinha quando tem o rodo, o rodo também, que nem uma enxada, agora sim, sabe, tem o pequeno mais estreito que é pra quebrar e depois ajuntar aí faz aquele trilho, que depois a pessoa não pode piar dentro porque é quente igual a nunca vi, e depois em cima do sal vem juntando, lavando, juntando e lavando e juntando faz as rumas e depois bota pra cima do banco. E esse sal depois que era coletado? Tirava e botava no armazém. Depois vendia. Aqui tinha nem sei quantos moinhos tinha aqui em Socorro dois moinhos, tinha o moinho aí do Manguinhos. Mas ainda existe algum desses moinhos? O moinho, já desmancharam, aí os de Socorro também já acabaram. E esse sal, ia para onde? Rapaz, esse sal a maior parte ia pra Minas, pra negócio de gado. Agora os moídos, saiam para os mercadinhos em Aracajú, Bahia e estes cantos. Agora o sal grosso era mais de quinhentos burros que trabalhava, aí o cabra ia pro armazém, enxia os sacos, pesava e coisa e tal e tome pro saco, e os comboieiros pegava e colocava no burro pra levar pro Calumbi onde tinha a estação, mas botava ali que era pros caminhão vir e apanhar eles ali. E outros vinham ali pro Manguinhos, ali nos moinhos. E outros iam pra Socorro, porque lá tinha dois moinhos em Socorro. Agora o grosso que exportava era pra Minas, pra Bahia, pra fazer negócio de gado, que era pra ração né. Mas hoje só tem tanque de camarão agora. [...] (Informação verbal⁴).

Apesar da principal riqueza mineral do município de Nossa Senhora do Socorro ser o sal-gema, considerado pelo seu teor de pureza, o único do Brasil, sua exploração foi extinta, cedendo lugar para a piscicultura e a carcinicultura. A partir da década de 80, o município co-

4 Orlando (71 anos): depoimento [mar.2015] Entrevistador: Miriam Cazzetta e Marcus Mattos. Socorro, 2015. Entrevista concedida ao Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do novo Instituto Médico Legal – IML/SE, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.

meçou a passar por transformações urbanísticas que provocaram uma considerável mutação em áreas antes ocupadas por mangues e pouco povoadas. Essas mutações foram consequências da implantação do projeto Grande Aracaju em 1979, e o projeto do DIS – Distrito Industrial de Socorro. CODISE – Cia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe

Elementos daquela atividade salineira exportadora, que dividia com o açúcar e o algodão os trapiches, portos e embarcações da região da Cotinguiba, resistem diante da ameaça da urbanização e do parque industrial. Identificamos dois únicos exemplares de Armazém de Sal desativados, o primeiro na Volta da Pedra em Taiçoca; e o segundo, no Calumbi. No Calumbi registrou-se vestígios da Estação Ferroviária de Calumbi de meados do ano 1920, próximo a ponte da estrada de ferro sobre o Rio do Sal; bem como, uma estrutura que pode estar relacionada a um antigo trapiche de escoamento das produções das salinas, considerando que a toponímia Porto do Sal já era referência na cartografia no século XIX, assim como para a população local atual que vive do comércio de siri, camarão, ostra, sutinga, sururu e milongo. Contudo, essa área atualmente demanda uma atenção urgente por parte do poder público, visto que carece de ações de saneamento e limpeza pública.

Por outro lado, antes de se tornar um ponto turístico (antes de 1984), o lugar conhecido como Prainha, banhada pelo Rio Cotinguiba, era coberta pela vegetação e somente os pescadores tinham acesso ao local para ancorar os barcos onde outrora funcionara um trapiche. Assim se apresenta o trapiche do Porto Grande como lugar de memória:

[...] A viajar no saveiro não, a viajar na canoa, porque os saveiros eles eram mais para vim cheio de açúcar ou levar açúcar, levar milho ou trazer milho, está entendendo? **E um saveiro significa o quê?** É um barco grande, que cabe muita coisa dentro. É de uma maneira que ele ancorava aqui, e se não desmancharam ainda tem os alicerces de pedra, você viu lá? [...] Ali era onde eles carregavam, ali já foi mais fundo, mas o tempo vai jogando toda a chuva que vem com areia, vem com palha, vem com tudo né. Ai aterrando, aí eles já deixavam ali, porque quando a maré enchia a saveiro já estava boiando, quando a maré secava a saveiro tava com o fundo na areia, era de uma maneira

que a maré veio pequena, a maré encheu, mas não dava pra saveiro sair, aí vinha aquela ruma de homem empurrando a saveiro pra ele aproximar mais da água. **Então a saveiro só saía a depender da maré?** Sim da maré. [...] (Informação verbal⁵).

Em um contexto náutico como o Rio Sergipe, por exemplo, as características do fundo arenoso associada à variação das estações (chuvosa e estio), por vezes enchentes, se fez necessário operações de dragagem aprofundando os pontos altos do canal navegável, para assegurar um perfil batimétrico com condições à navegação de vapores de grande calado até o antigo povoado Porto das Redes (CNSA SE 00171). Nesse lugar, funcionou a Alfandega (CNSA SE 00172), que posteriormente passou a servir de trapiche particular, no início do século XX (Montalvão, 1921:21).

Contudo, nos Rios Cotinguiba e o Ganhamoroba (afluentes do Rio Sergipe), as influências das marés condicionaram o trânsito para pequenas embarcações e lanchas. Adolphine Schramm em carta destinada à sua mãe na Alemanha em 1858, relata, ao se referir ao Rio Ganhamoroba que banha a cidade de Maruim, que “[...] a água do rio é salobra e, no verão, deve-se mandar apanhar água doce a uma distância de mais de uma hora.” (Freitas,1991:36). É que nesse trecho o Ganhamoroba alcança a influência da maré, assim como seus afluentes os Riachos Mato Grosso e Santo Antônio. Esse ambiente é propício para instalação da vegetação dos manguezais que, se por um lado servem para estabilizar a linha de costa fixando o solo das margens, por outro, pode dificultar o trabalho do navegante, conforme o ocorrido por ocasião da visita do Imperador: “[...] No rio para Larangeiras encalhou o Pirajá no mangue da margem do sul do rio[...].” (Diário, 1965:80)

Fragmentos colhidos da cartografia e documentação histórica acerca do uso e da ocupação do solo, desenharam uma paisagem da Cotinguiba constituída de mandiocais, e demais lavouras com produtos

5 Albino (75 anos): depoimento [mar.2015] Entrevistador: Miriam Cazzetta e Marcus Mattos. Socorro, 2015. Entrevista concedida ao Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do novo Instituto Médico Legal – IML/SE, Nossa Senhora do Socorro - Sergipe.

da terra, situadas em terrenos que não apresentavam a dureza do solo massapê, e nem nos baixios mal drenados para a umidade não apodrecer a raiz (Queiroz, 1978). Por força das determinações régias que circularam de fins do século XVII e por todo século XVIII, os senhores de engenho e os plantadores de cana dedicados ao cultivo da mandioca eram obrigados a cumprir rigorosas regras. Levando isso em consideração, a produção na Cotinguiba poderia ter se dado na parte da gleba até onde chegasse à maré, por cerca de dez léguas das margens dos rios; cabendo aos senhores, respeitar a razão de 500 covas para cada escravo possuído, e proteger as roças da invasão do gado e cavalos por meio de cercas (Nunes, 1987:15). Contudo, da análise dos “*Mapas e listas das pessoas que plantavam mandioca para fabricar farinha*”, concluiu-se que as plantações existentes se destinavam aos que ali viviam. Poucos senhores de engenho cumpriram as determinações do Marquês de Valença quanto ao cultivo de mandioca visto que a monocultura açucareira concentrava as atividades agrícolas da região.

[...]. Num deles, da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, estavam cadastrados 113 agricultores, incluindo quatro senhores de engenho, 337 escravos e o plantio de 96.900 covas de mandioca. Dos 113 agricultores, 47 não plantavam mandioca, entre os quais os quatro engenhos, que, porém, absorviam 106 escravos. As covas de mandioca cultivadas oscilavam entre 200, 300, 500 e 1.000, número raramente ultrapassado. (Nunes, 2002:207).

Como se pode perceber pela historiografia sobre a ocupação da Cotinguiba, haviam rendeiros, sesmeiros ou agregados dos engenhos, constituindo a população livre, principalmente preta ou mestiça, vivendo em sítios nas margens dos rios, e ao longo das rotas dos boiadeiros, vaqueiros, carreiros e comboieiros que participavam do contexto produtivo da Cotinguiba transportando mantimentos e mercadorias de exportação para os ancoradouros e portos. No presente, como no passado, as pessoas que vivem em um ambiente fluvial, e que exercem o seu ofício dentro dele, constituem modos de vida e saberes que estão

diretamente associados aos múltiplos lugares abrigados pelo rio. Se em uma vazante (vazanteiro), uma beira (beiradeiro), um barranco (barranqueiro), ou em uma terra alta longe do rio (sitiante), distinguem-se especialidades profissionais que tem no corpo d'água o seu sustento: barqueiro, prático, canoieiro passador, remeiro, vaporzeiro, pescador, marisqueiro, dentre outras. Identificar essas categorias sociais e culturais no passado, demanda mais pesquisa acurada sobre a documentação histórica. Luís Mott (1987:138) quando pesquisou os anúncios em jornais de escravos africanos fugitivos ou raptados, mencionou um canoieiro dentre as especializações profissionais registradas. Outras especialidades, tanto no ambiente terrestre como aquático, tendem a melhor caracterizar os trabalhadores do rio. É de se considerar, igualmente o trabalho empreendido por braços indígenas empregados na construção das obras públicas, como estradas, pontes, abertura de canais, dentre tantas (Dantas, 1991:42).

Por serem rios de maré, o tempo da maré baixa para alguns é um convite para travessia nos trechos de baixa profundidade, possibilitando a transposição. Para outros, que trabalham em um serviço de vaivém, de transporte entre uma margem e outra, é necessário cuidado na travessia para não encalhar. Esses lugares são reconhecidos como “passos”, “passagens” ou “vaus”. Na carência de pontes, as passagens serviam ao traslado de pessoas e animais em canoas ou barcas, a exemplo da “passagem” de Pedra Branca (Rio Sergipe) assinalada na Carta Corográfica de João Bloem (1844); Corneta (Rio Cotinguiba); José de Goes e Maroim (Rio Ganhamoroba) (Lisboa, 1897:43)

O levantamento de uma massa d'água navegável, a exemplo das cartas náuticas, representando os acidentes terrestres e aquáticos, fornecendo informações sobre profundidades e a natureza do fundo do leito aquático, dos fundeadouros e áreas de fundeio, dos locais que apresentam perigo à navegação (bancos, pedras submersas, cascos soçobrados ou qualquer outro obstáculo à navegação) e a localização dos equipamentos de auxílio à navegação (faróis, faroletes, boias, balizas, etc), é tudo que se pode esperar em uma investigação arqueológica de um ambiente aquático. Contudo, em tempos remotos, essa e outras indicações relativas à segurança da navegação e as práticas em ambientes fluviais estavam na memória de quem as vivenciava, ora navegando à margem direita, à esquerda, ao centro, ou ainda em diagonais para evitar os baixios, e raramente eram cartografadas.

Dentre as alternativas de abordagem, a entrevista possibilita apreender alguns desses lugares nas narrativas daqueles que navegam pela foz do Rio Ganhamoroba, a exemplo do lugar denominado “Doi-do”, que ainda hoje é citado como o local onde se nota forte agitação das águas, defronte à colina onde foi instalada no passado a Vila de Santo Amaro das Brotas (Contextos, 2015b; Montalvão, 1921:32). Ainda assim, com a ausência de dados sobre equipamentos de sinalização como farol, farolete ou boia, as altitudes e pontos notáveis ao navegante podem servir como referência. Serviriam para este fim as palmeiras imperiais plantadas ao largo das casas de fazenda ou engenho, situadas no alto das colinas?

No percurso do Rio Ganhamoroba, navegado em trabalho de campo, percebi a estratégica localização da casa grande do engenho Praia, devido à visibilidade que proporciona, tanto que: “[...] *Ao passar S. M. o Imperador pelo engenho da Praia, do Sr. Tenente Coronel Gonçallo Vieira de Mello, uma gyrandola de foguetes anunciou a cidade a proximidades dos augustos visitantes. [...]*” (Diário, 1965:75). Atualmente, as antigas casas de engenho perderam, em sua maioria, o significado de lugar de poder na paisagem econômica. Os antigos engenhos bangüês, que não foram adquiridos pelas usinas, transformaram-se em fazendas de criação. Esse é o caso da Fazenda Prainha, antigo Engenho Praia que possuía o Trapiche Prainha.

Bueno (1881:42) relata que, de acordo com a nota dos gêneros comprados pela Casa Scharam & Cia no período de 1880 a 1881, além do Trapiche Prainha haviam outros nove em funcionamento em Maruim (Trapiche Novo, Trapiche Grande, Trapiche Dous de Julho, Trapiche Ganhamoroba, Trapiche Progresso, Trapiche Porto, Trapiche Silva e Lima, Trapiche Joaquim Conceição, Trapiche Macieira). Em Laranjeiras, doze, sendo seis na cidade e seis em seu termo. O mesmo autor cita ainda, a existência de dois trapiches na Barra dos Coqueiros. Sem nomeá-los, e considerando a divisão das Comarcas ao longo do período Imperial, acredito que um deles seria o prédio da antiga Alfândega no Porto das Redes e o outro, situado nas imediações da Igreja Santa Luzia.

Desses trapiches haviam escoado sacos de açúcar, fardos de algodão e de couros, provenientes de Maruim e de Laranjeiras, mas também de Riachuelo e Divina Pastora, e demais municípios limítrofes, para serem exportados, sobretudo, pela Casa Schramm e pelo comerciante português Sr. Joaquim Rodrigues da Cruz. Em contrapartida, as mer-

cadorias trazidas para comércio local variavam de máquinas, bacalhau e charque do Rio da Prata, farinha de trigo, manteiga, louças, bebidas, tecidos, cravo, canela, dentre outras de origem europeia, segundo Avé-Lallemant (Azevedo, 2011:8),

No governo de Graccho Cardoso na década de 1920, outras denominações de trapiches surgem no cenário das atividades de classificação e controle do algodão na cidade de Aracaju (Entrepasto, primeiro Armazém Geral no Estado, exclusivo de algodão), Riachuelo (São Francisco e Santa Maria), Maruim (Santos Leite, Santo Antônio, Novo e Bom Gosto) e Capela (Bom Sucesso). (Diniz, 1978:49)

Em Maruim, as transformações nas edificações associadas ao comércio e transporte dos produtos da região – açúcar, sal, charque, dentre outros – foram vivenciadas em meados do século XX, a exemplo dos antigos trapiches que passaram a exercer outros usos, quer como mercado público, ou estabelecimento de serviço particular. Na fala dos moradores, a lembrança da maioria dos nomes citados acima se perdeu ou adquiriram novas denominações.

[...] **O senhor lembra quantos trapiches?** Quatro. Onde hoje é o Mercado que tá fechado. A serraria do Coelho (trapiche vizinho a ponte do Coelho), o que é garagem da prefeitura e o do lado de cá. Alcancei eles movimentando e recebendo açúcar, sal, charque, feijão, farinha [...] (Informação verbal⁶).

[...] aqui foi o centro de Sergipe, todas as exportações saiam daqui açúcar esse negócio, aqui tem uns cinco armazém daqui é que saía pra fora. **O que aconteceu com esses armazéns hoje?** Tão tudo em Aracaju, as empresas. **Os prédios onde eles estavam?** Ai adiante tinha um, aí era o Soares & Soares, ali naquela esquina de lá era o armazém Maynard, hoje é um bar, aí adiante o cara revendia

6 MENEZES, Gênisson (Chiquinho) (60 anos): depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: Miriam Cazzetta. Maruim, 2015. Entrevista concedida ao Projeto de Diagnóstico e Prospeção na Área de Influência da Ponte do Coelho.

bebida depois voltou a ser padaria, agora ali do outro lado ali onde tinha o trapiche vendia ferragem. **Onde era qual trapiche?** Era onde armazenava açúcar pra ir pra fora, lá embaixo também tinha outro trapiche, tinha dois lá embaixo. **Onde era esse trapiche?** Onde era o almoxarifado da prefeitura, do lado de cá tinha outro trapiche, mas hoje é um mercadinho na esquina lá. (Informação verbal⁷).

Antes da instalação de uma estrutura administrativa organizada, os pontos de contato se caracterizavam por serem inicialmente rudimentares e sem segurança, havendo situações em que se fazia necessário o uso de pontões ou outros elementos com o fito de serem utilizados para apoio no transbordo das mercadorias ao trapiche. Vulneráveis, esses locais, no âmbito da arqueologia de ambientes aquáticos tendem a apresentar maior registro de vestígios arqueológicos submersos, que não se resumem as mercadorias comercializadas, mas que incluem em alguns casos elementos da embarcação ou produtos de descarte da tripulação durante os serviços de reparos. O achado fortuito de uma ancora atesta a assertiva acima. Por ocasião dos trabalhos de campo para diagnóstico patrimonial do município de Nossa Senhora do Socorro, foi feita referência a uma ancora retirada do Porto Grande. Talvez seja a mesma que se encontra no Museu Afro em Laranjeiras sem registro de origem. Por isso a localização dessas zonas e a recuperação da materialidade submersa, são importantes não só para o resgate das mercadorias comercializadas e o estudo das atividades econômicas na Cotinguiba Imperial, mas também sobre seus desdobramentos sociais e culturais.

Ao longo da navegação pelo Rio Ganhamoroba foi identificado um lugar denominado Mata-Queima, de onde era extraída a argila e areia para ser utilizada na indústria da construção em Aracaju. Próximo a esse, o Porto Zé de Góes, um dos lugares utilizado para fundear embarcações na viagem do Imperador:

7 SANTANA, Everaldo Jose de (Nininho da Tipografia): depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: Miriam Cazzetta. Maruim, 2015. Entrevista concedida ao Projeto de Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Ponte do Coelho.

[...] As 7 e 3 quartos dava fundo o Aracaju no **porto das moendas**, por não poder seguir avante. O Pirajá seguiu até o **logar chamado José de Goés**. A SS.MM. passarão-se para a galeota as 7 horas e 55 minutos. O Sr. Capitão de fragata Guerra passou-se com a comissão e mais pessoas que irão no Aracaju para os escaleres. [...] (Diário,1965:75).

Na narrativa da visita do Imperador D.Pedro II à Sergipe em 1860, Mombaça é também referenciada como Porto José de Góes. Em 1879, também foi citado na Chorographia de Sergipe (Lisboa, 1897:152). A referência atualmente, é de que ali funcionara uma fábrica de couro.

Nos arredores do Porto das Redes, no encontro dos Rios Sergipe e Ganhamoroba, foi identificado o ancoradouro natural de Mombaça que é utilizado ainda hoje, e o lugar da antiga aglomeração de casas denominado Mombaça, que é a referência mais remota da população camponesa que veio a compor o povoado de Maruim, durante o primeiro quartel do século XIX. Os habitantes do arraial foram transferidos para a localidade mais acima, às margens do rio Ganhamoroba, onde já estava situado o antigo Engenho Maruim de Baixo, do Sr. Manoel Rodrigues de Figueiredo, vindo a crescer no lugar Maruim da Várzea, atualmente denominado de Porto Velho (Almeida, 1984). Ainda hoje se encontram na área do Porto Velho, casas térreas e sobrados de alvenaria de pedras irregulares, que formam um entremeado denominado canjicado e erguidas pela técnica taipal, edificadas em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade.

Com o aumento da população urbana, as novas técnicas construtivas para superação dos solos lodosos, possibilitaram o aproveitamento da beira-rio, zona sujeita a marés altas e cheias, seguidamente aterradas para atender a um cais, a novas edificações, à circulação e ao lazer (Marx, 1980:69). Exemplo disso, foi a transformação do uso do solo no entorno do Trapiche Novo (atual almoxarifado da Prefeitura) e no Porto Velho. O que percebi do exame do parcelamento existente na sede do município, foi que houveram poucas variações do lote urbano; porém, desastrosas do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural, foram às intervenções públicas empreendidas nos últimos 40 anos no entorno imediato ao Rio Ganhamoroba, provocando a transformação de uma parcela significativa do núcleo original.

Cabe destaque nesta narrativa o antigo Cais do Imperador, situado no lugar do Porto Velho, que foi estruturado durante os preparativos da referida viagem do Imperador. O ancoradouro foi construído com “[...] 80 palmos de largura de escada, com 12 degraus de 200 palmos de comprimento [...]” (Diário, 1965:81), e denominou-se “Ponto do Desembarque do Imperador” na Praça da Bandeira – também conhecida pelo nome de o Tamarindeiro (SILVA, 2006). Na frente desse, há outro cais de propriedade da Fábrica de Tecidos onde, segundo relato do Sr. Natan (Manoel Otoniel), há uma embarcação coberta por lama, “[...]O barco do finado Nelson se acabou na lama. Ele era marinheiro[...]” (Contextos, 2015b:51). Ambos os cais de atracação se encontram na curvatura do rio Ganhamoroba, e demandam investigação arqueológicas em futuras atividades de retificação das margens do Rio Ganhamoroba, com vistas ao alargamento e dragagem.

O porto da cidade de Maruim por ser pouco profundo, e estando sujeito às variações da maré, desde tempos remotos só era acessível a pequenas embarcações para transporte de gêneros e passageiros, como saveiros e canoas. Mas houve um tempo em que um pequeno vapor “[...] da empresa fluvial realizava alternadamente as viagens de Laranjeiras a Maruim, facilitando assim o transporte dos passageiros. A companhia, porém, liquidou, desaparecendo tal melhoramento. [...]” (Lisboa, 1897:57-58). Nas entrevistas aplicadas aos intérpretes da história local, as embarcações e as “gentes do rio” são seguidamente lembradas:

[...] **O senhor chegou a andar nesses saveiros?** Cheguei. Eu tinha um avô que trabalhava em um e eu aproveitava pra ir com ele, era quatro horas daqui pra Aracaju de viagem. **Quantas Viagens faziam por dia?** O saveiro era de acordo com as cargas que ele arranjava. Tinha as usinas aqui: as Caraíbas, as Pedras. Botavam o açúcar pra vim para o trapiche que tem lá na frente. E é tudo beirando esse rio. E tinha os saveiros que eram as embarcações grandes, pegavam 300 a 400 sacos de açúcar. Chega ia parecendo que ia afundar. Ia para Aracaju, e eu viajava sempre com meu tio que era pra economizar passagem [...] (Informação verbal⁸).

8 DANTAS, Ivan Correia (79 anos): depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: Miriam Cazzetta. Maruim, 2015. Entrevista concedida ao Projeto de Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Ponte do Coelho.

[...]Os saveiros que chegavam aqui levavam açúcar? Levavam tudo. Tinha o finado Dió. Tinha o avô de Maria de Van. O finado Chico era mestre de saveiro. Pedrinho era o filho dele. Era forte e morava na outra rua. [...] (Informação verbal⁹).

[...] Antes tudo aqui era de saveiro. Aqui tinham seis saveiros que eu alcancei. Meu pai era saveeiro. Sal, açúcar, charque. Tudo era levado de saveiro. Meu pai tinha duas canoas, uma de mil quilos e outra de mil e quinhentos quilos. O Guanabara transportava 2000 quilos. O Sr. Jovem era um grande canoeiro.[...] (Informação verbal¹⁰).

Os testemunhos orais colhidos em Laranjeiras por Genilson Gomes da Silva (2013), conduziram o autor a identificar os modelos, baleeira, lanxão e pesqueiro dentre os tipos de saveiros que navegaram pela Cotinguiba. No Cadastro Nacional de Naufrágios na Costa Brasileira, disponibilizado no portal Brasil Mergulho, há uma relação dos naufrágios ocorridos na região da Cotinguiba, em especial na Barra do Rio Sergipe, onde aparecem outros tipos de embarcações à vela como lúgar, patacho, brigue, iate, barçaça, cliper, pacote, além do vapor.

Falar dos Rios Ganhamoroba, Sergipe, Cotinguiba, Sal é também lembrar dos banhos de rio e da prática da pesca:

[...] **Vamos falar do rio, dava pra tomar banho nesse rio [Ganhamoroba]?** O rio eu tomei muito banho ali, o rio era assim a gente olhava e dava pra ver qualquer coisa lá embaixo dele, por que tinha nessa época a SUCAM que

9 OTONIEL, Manoel (Natan): depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: Fernanda Libório. Maruim, 2015. Entrevista concedida ao Projeto de Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Ponte do Coelho.

10 MENEZES, Gênisson (Chiquinho) (60 anos): depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: Miriam Cazzetta. Maruim, 2015. Entrevista concedida ao Projeto de Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Ponte do Coelho.

limpava todinho, e era tudo a água era branca, nos de cá de cima os que tinham o paredão, nós olhava e via tudo embaixo, hoje está uma bagaçada, rio não. **Mas tem quanto tempo dessa época que a senhora tomava banho?** Eu era menina, tinha uns 14 anos. **Quais as brincadeiras que tinha?** Era brincadeira de trem barra, de hora, de se esconder, tomava banho no rio, era bom.[...] (informação verbal¹¹).

[...] **E como é essa história de pegar camarão?** [Havia contado antes que pegava camarão no rio]. Isso aqui não tinha nem a capineira na época. Tem cinco anos só. **Vocês pescavam ai no rio?** A gente pescava muito. Bem dizer, fomos criados com os peixes do rio. **E hoje?** Hoje não tem mais. Às vezes tilápia, cará. **E os barcos onde ficavam?** Ficam tudo lá embaixo no porto. **E você pesca?** Hoje mais não. Já deu o que tinha de dá. [...] (informação verbal¹²).

Assim como o arqueólogo vai em busca da materialidade existente para pensar a respeito das relações entre pessoas, coisas e lugares nos seus diferentes contextos históricos; o rio enquanto uma estrada líquida, ao longo do seu percurso, oferece ao navegante paisagens que vão sendo delimitadas em função da sua necessidade de subsistência, habitação e sociabilidade em grupo, constituindo múltiplas categorias de lugares reais, afetivos, simbólicos e imaginários (de trabalho, troca, circulação, navegação, lazer, espiritualidade, etc.) que caracterizam seu jeito de viver no e do rio. No que diz respeito aos aspectos cognitivos, estudiosos do folclore e pesquisadores sociais vem aperfeiçoando suas abordagens para narrar e interpretar os mais profundos sentimentos

11 LIMA, Cleildes Tavares (69 anos): depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: Miriam Cazzetta. Maruim, 2015. Entrevista concedida ao Projeto de Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Ponte do Coelho.

12 CAVALCANTE, Giovane Santos (36 anos): depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: Miriam Cazzetta. Maruim, 2015. Entrevista concedida ao Projeto de Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Ponte do Coelho.

afetivos, que exercem influência sobre o imaginário das pessoas que recriam lendas, histórias, superstições e mitos.

Da lenda da serra de Itabaiana deriva a poética origem do Rio Cotinguiba, em que é narrada a luta de um caboclo com o céu tropejante até que um raio o atinge, petrificando-o em forma de serra, e transformando seu sangue em águas do Cotinguiba. A transcrição dessa poesia encontra-se em artigo de Prado Sampaio (1926:81-82); além de outras que versam sobre a região, e foram coligidas pelo Prof. Severiano Cardoso (Lendas Sergipanas, 1961:80). Por elas se percebe que certos aspectos naturais foram tomados emprestados enquanto elemento de lendas e credences. Como exemplo maior, há o mito aquático da mãe d'água que habita o "Poço Azul" nas proximidades da margem esquerda do Rio Pitanga (afluente do Rio Sergipe); ou ainda, como a criatura que orientou a mergulhar a filha enferma da protagonista "Rita Cacê" em uma fonte no lugar Pedrinhas [será Pedrinhas em Pedra Branca, no Rio Sergipe?]. Os ribeirinhos do Rio São Francisco, Real e Vaza-Barris também tem suas lendas com mãe d'água, mas o drama do velho salineiro que teve sua filha raptada por Fortunato Borges nos induz a pensar nas históricas salinas do município de Nossa Senhora do Socorro.

De tudo que passou, a busca de uma explicação sobrenatural frente as mazelas cotidianas e os perigos do rio (encalhe, naufrágio, afogamento), as histórias de encantamento e assombração foram pouco a pouco ficando ausentes das narrativas sobre os rios e as pessoas da Cotinguiba. Pesquisadores e alunos do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos, do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, vem se dedicando ao estudo sobre a diversidade da cultura fluvial, pelo viés da História Cultural de inspiração antropológica (Duran, 2015; Carvalho, Jubilit& Santos,2015; Silva, 2013), a fim de que esse quadro seja revertido.

3. Considerações finais

A metodologia de inventário de identificação que utiliza como parâmetros os critérios reconhecidos em programas e ações públicas de gestão conforme as categorias de enquadramento já consolidadas, seguem a cadeia operatória de produção do conhecimento que valoriza os elementos dominantes, que se articulam entre si e singularizam as pai-

sagens. Dentre as sutilezas e refinamentos dos conceitos que envolvem a noção de paisagem cultural, se faz necessário ponderar sobre o enfoque estabelecido pela UNESCO como “bens culturais que representam obras conjugadas do homem e da natureza” ao longo do tempo de acordo com as limitações e oportunidades físicas existentes e pelas ações sociais, econômicas e culturais sucessivas; assim como o de “paisagens culturais de excelência” conforme a Chancelaria de Paisagem Cultural referendada no Brasil desde 2009, e a visão holística da Convenção Europeia da Paisagem (2000) que abrange o território e valoriza a paisagem nas políticas de ordenação territorial por um uso sustentável.

Das tendências de aplicação da Convenção Europeia da Paisagem vigentes, destaco duas para abordar o uso sustentável da paisagem fluvial: os parques fluviais e os parques patrimoniais. Os parques fluviais derivam do conceito de requalificação projetual no campo da arquitetura da paisagem, onde o rio aglutina e integra o recurso natural e o cultural com vistas à construção de um lugar em adequação à vida urbana ou regional. Para valorizar os elementos associados a paisagem fluvial, o conceito de paisagem cultural tem sido utilizado para interpretar um parque patrimonial que assinala, sobretudo as atividades laborais das pessoas. É por essa perspectiva que a noção de paisagem cultural fluvial amplia o espectro de reflexão sobre a compreensão dos processos relacionais entre pessoas, objetos e paisagens evocando a persistência do rio como matriz geográfica e cultural do território.

No atual estágio da pesquisa, considero que a interpretação da paisagem cultural fluvial pelo viés da arqueologia tende a ultrapassar os limites da identificação de uma ocorrência ou sítio, ou a forma de acessá-lo, se em porções de terras (emersas), de intersecção entre terra e o rio (de interface) e o rio (submerso), com vistas ao estabelecimento de um sistema integrado de roteiros de caráter pedagógico, lúdico e turístico voltado para o desenvolvimento local. Essa é a intenção a ser perseguida, com a participação da sociedade civil organizada da Cotinguiba.

Agradecimentos

Agradeço a equipe da *Contextos Consultoria Arqueológica Ltda* pelo apoio técnico no desenvolvimento das etapas de campo e gabinete, e a todos os entrevistados nos municípios de Maruim e Nossa Senhora do Socorro, pela atenção e confiança em compartilhar suas perspectivas sobre o passado da Cotinguiba.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. G. S. de. 1984. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis, Vozes.

AZEVEDO, D. S. 2011. *Navegando pelo Cotinguiba: representações de Maruim no século XIX a partir dos relatos de viajantes* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo.

BARLÉU, G. 1940. *História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil (1584-1648)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03973800#page/3/mode/1up>.

BARRETO, L. A. 2002. *Resgate Histórico-Cultural: Identidade do Rio Sergipe*. In: *Sergipe: Gestão Participativa das Águas de Sergipe*. Aracaju, SEPLANTEC/SRH, pp. 36-42.

BLOEM, J. 1844. *Carta corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey, organizada pelas informações, exames e de várias cartas as mais exactas que existem até hoje*. Rio de Janeiro, Lith. do Archivo militar (Cópia Digital BRASILIANA USP, 1844).

BUENO, F. A. 1881. *Relatório sobre a preferência de traçados para a ferrovia na Província de Sergipe*. Rio de Janeiro.

CÂMARA CASCUADO, L. da. 1942. *Geografia de Sergipe no Domínio Holandês*. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe*, Aracaju, Imprensa Oficial, 16:1-6.

CARVALHO, J.V. A.de; JUBILUT, G. R. A. & SANTOS, L. S.. 2015. Z 14 Pescando Memórias. Resumo. XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Goiânia, Universidade Federal de Goiás.

CONTEXTOS Consultoria Arqueológica. 2015a Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do novo Instituto Médico Legal – IML/SE, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe. Relatório Final. Aracaju.

CONTEXTOS Consultoria Arqueológica. 2015b. Projeto de Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Ponte do Coelho. Relatório Final. Aracaju.

DIÁRIO. 1965. Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em janeiro de 1860. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, 21: 64-78.

DINIZ, D M de F L. 1978. Nota sobre a história do algodão em Sergipe. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, s/e, 27:41-54.

DURAN, L. 2015. Da Tolda à coberta: uma arqueologia náutica documental da vida no mar. Resumo . XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Goiânia, Universidade Federal de Goiás.

FIGUEIREDO, A. V. A. & MAROTI, P. S. 2011. Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe – significado, identidade e escolha de usos a partir da percepção dos membros do comitê (gestão 2008-2010). In: REDE – Revista Eletrônica do Prodema, Fortaleza, 7:22-41.

FREIRE, F. 1977. História de Sergipe, 2o ed., Petrópolis, Editora Vozes (em convênio com o Governo do Estado de Sergipe).

FREITAS, J. E. da M. (Org.). 1991. Cartas de Maruim, 1858-1863. Aracaju, UFS/ Núcleo de Cultura Alemã.

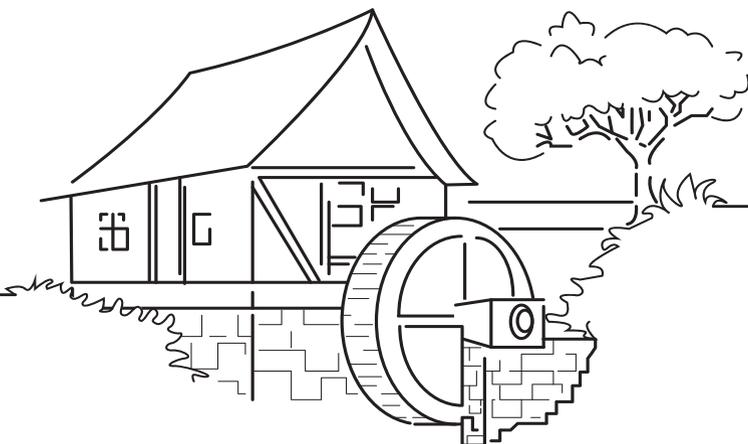
LENDAS SERGIPANAS. 1961. Coligidas e publicadas pelo Prof. Severiano Cardoso, redator-chefe do “O Estado de Sergipe” no período de 13 a 31/03/1904. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, s/e, 26, v. XXI: 80-91.

LISBOA, L. C. S. 1897. Chorographia do Estado de Sergipe. Aracaju, Imprensa Oficial.

MONTAVÃO, E. 1925. Qual o rio que banha a cidade? Exposição feita perante o Instituto histórico pelo sócio Elias Montalvão, para este fim designado, 13 de maio de 1925. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e e Geographico de Sergipe. Aracaju, Typ. d' A Cruzada, VI:31-35.

MONTAVÃO, E. 1921. História e Corographia de Maroim. Aracaju, F. Sampaio.

- MORENO, D.de C. 1955. Livro que Dá Razão do Estado do Brasil-1612. Recife, Arquivo Público Estadual.
- MOTT, L. 1987. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, s/e, 29:133-147.
- MARX, M. 1991. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo, Nobel/Editora da Universidade de São Paulo.
- NUNES, M. T..2002. O escravo negro e as culturas de subsistência na capitania d'El Rei. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, s/e, 33:199-207.
- NUNES, M T. 1994. O escravo negro e as culturas de subsistência na capitania d'El Rei. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, s/e, 33:199-207.
- NUNES, M T. 1987. As culturas de subsistência em Sergipe: a farinha de mandioca. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, s/e, 29:11-23.
- OLIVEIRA TELLES. 1925. Parecer n. 2: A Cotinguiba. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e e Geographico de Sergipe. Aracaju, Typ. d' A Cruzada, VI.
- SAMPAIO. P. 1926. Do folk-lore sergipano e aspectos ethno-psychologicos de suas lendas In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. Aracaju, Est. Grap. José Lins de Carvalho, VI:73 - 88.
- SERGIPE. 2002. Gestão participativa das águas de Sergipe. (Relatório) Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia. (SEPLANTEC) Superintendência de Recursos Hídricos. (SRH). Aracaju.
- SILVA, G. G. da. 2013. Saveiro de Laranjeiras - SE: Relatos do ponto de vista arqueológico, econômico, portuário e social no Vale do Cotinguiba - SE. (Monografia) Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe.
- SILVA, M L M. C. 2006. Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe. (Dissertação) São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, Publicação eletrônica BRASIL. Centro de Hidrografia da Marinha. <http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-cartas-nauticas/cartas.html> Acesso em 14/10/2015.



O GALEÃO SACRAMENTO E A ROTA DO AÇÚCAR: POR UMA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

Beatriz Brito de Ferreira Bandeira¹

1. Introdução

Neste artigo serão discutidas algumas representações seiscen-
tistas da entrada da Baía de Todos os Santos, cujas imagens cogitam
indiciar a dinâmica marítima da época, um aspecto que pode nos in-

¹ Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos/ Universidade Federal de Sergi-
pe/ beatrizbritobandeira@gmail.com.

formar melhor a ocorrência do naufrágio e, também, revelar um reconhecimento inicial da noção espacial sobre o sítio, a partir das primeiras visitas locais. Essa discussão sobre a paisagem pretérita e atual na área onde está o sítio de naufrágio Galeão Sacramento, é o início de uma pesquisa arqueológica que visa, com seus resultados futuros, colocar em prática a importância do patrimônio cultural subaquático. Atualmente a salvaguarda desse patrimônio tem sido sob a responsabilidade da Marinha do Brasil e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entidades públicas responsáveis pela tutela do patrimônio arqueológico brasileiro (e da humanidade), e têm pertinentemente adotado estratégias para a preservação dos sítios arqueológicos formados principalmente por cascos e artefatos soçobrados (RAMBELLI E GUSMÃO, 2014). Contudo é um bem da humanidade que ainda não é lidado com a profundidade que merece por parte dos demais colegas arqueólogos, por desconhecimento do ambiente submerso como uma extensão do ambiente terrestre.

Em finais do século XVI, o açúcar se tornara uma especiaria tão importante quanto a pimenta, bem como o *boom* dos metais preciosos pela Europa, proporcionado pelas explorações das minas de prata de Potosí. Com o advento da união das duas coroas (1580-1640), o açúcar luso-brasileiro passa também a ser produto dos espanhóis e isso interfere no comércio dos holandeses sobre o produto, impedindo-os de distribuir na Europa. A intensão era enfraquecer a recém independência conquistada pela República das Províncias Unidas, do Império dos Habsburgos. Em 09 de maio de 1624, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) sabendo da fragilidade administrativa do centro administrativo da colônia portuguesa, invadiu a Bahia de Todos os Santos com uma esquadra de 26 navios, aprisionando o governador geral Diogo de Mendonça Furtado, para ser levado para a Holanda junto com seu filho. Um ano depois, em 27 de março de 1625, Salvador foi retomada por uma armada luso-espanhola de mais de 50 navios, comandada pelo almirante espanhol Fadrique de Toledo y Osorio. Foram mais de 40 dias de batalha, ocorrendo a expulsão dos holandeses do solo baiano.

Levantando registros com o uso da internet, dentre sites didáticos, artigos publicados e acervos audiovisuais digitais, encontraram-se mapas e gravuras retratando justamente o local que levou a causar o naufrágio do Galeão Sacramento (1668), como palco de conflito bélico entre as potências ibéricas e neerlandesas na primeira metade do sé-

culo XVII. Sobre os cenários da época foi verificado um papel ativo de determinados pontos cruciais para o acidente de 1668, a área referenciada pelo Forte Santo Antônio, atualmente conhecido como o Farol da Barra; o Banco de Areia Santo Antônio e também o registro do uso de um Galeão no século XVII tanto para fins bélicos como comercial. Segue abaixo o registro desses pontos através de gravuras da família Albernaz e de pintores holandeses desconhecidos. Em seguida apresento para algumas anotações da própria autora das primeiras percepções e noções espaciais sobre o sítio de naufrágio, ilustradas por fotografias de mergulhador recreativo.

O sítio Galeão Sacramento está localizado na Bahia de Todos os Santos, no baixio Rio Vermelho, como os pescadores a localizam, e nas proximidades do banco de areia S. Antônio. Segundo os documentos da época (Mello Neto, 1976:11), o naufrágio teria acontecido por volta das 19 horas, do dia 05 de maio de 1668, sob uma tempestade em conjunto com fortes ventos vindos do Sul, e provocado por uma colisão da nau com o banco de areia. Algumas horas depois, localizado nas coordenadas 13° 30'04" S, 38° 30'04" O, o Galeão veio a naufragar por volta das 23 horas.

2. A cidade de Salvador retratada por portugueses e holandeses na primeira metade do século XVII

Existem diversas gravuras portuguesas e holandesas retratando a cidade de Salvador no século XVII, representando a invasão estrangeira sobre a cidade colonial luso-brasileira entre os anos 1624-25, sendo que esses registros são contemporâneos ou posteriores ao acontecimento. Ainda, com a observação do material em conjunto, percebe-se que as representações portuguesas e flamengas influenciaram determinados aspectos na produção das imagens, e destacaram elementos diferentes na representação espacial.

Observa-se que, nas gravuras produzidas pelos cartógrafos portugueses, predomina a busca de harmonia no movimento citadino, portuário e o registro da presença das fortificações, tendo a atenção variada nas características geográficas e marítimas da baía. Procura-se destacar a delimitação dos espaços fisicamente, conforme as informações dentre os conhecidos cartógrafos da família Teixeira Albernaz. Já os holandeses, talvez por questões de espionagem, geralmente detinham

gravuras representadas por pintores desconhecidos, contratados pela Companhia das Índias Ocidentais. Havia uma preocupação em registrar todas as informações possíveis sobre as instalações lusas no litoral baiano para se ter um conhecimento sobre os pontos acessíveis e de ancoragem segura, relevando principalmente os aspectos naturais da baía, como árvores e morros, bem como a ilustração de obstáculos marítimos, como bancos de areia e arrecifes.

Seguem abaixo as interpretações dos detalhes retratados nas gravuras luso-neerlandesas sobre a Bahia de Todos os Santos e o episódio bélico.

3. Salvador durante o ataque holandês de 1624



Figura 1: Imagem disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo-17.htm>, acessado no dia 12/09/2015.

A gravura acima representa Salvador durante o ataque holandês de 1624, quando a cidade foi invadida pelos holandeses (Figura 1). Sabe-se que foi impressa em Amsterdam, entre 1624 e 1649, mas o autor é desconhecido. O cenário em si é uma cena do desembarque dos holandeses no local do Forte de Santa Maria, subindo a Ladeira da Barra, local destacado pelo círculo em amarelo. Percebe-se que a entrada da Baía é destacada pelo Forte Santo Antônio, que foi bastante ativo durante o episódio bélico segundo as fontes pesquisadas. O edifício lembra um castelo medieval, com base circular, construído sobre um promontório. Ainda não existia um terraplano para acesso ao Forte, detalhe observado numa fotografia do século XIX. Após o naufrágio do Galeão Sacramento, o Forte foi reformado entre 1694 e 1702, para se construir um farol em uma torre quadrangular com uma lanterna de bronze envidraçada, no topo, alimentada por óleo de baleia.² Logo abaixo do forte, destacado por um círculo branco pontilhado, ficaria o banco de areia S. Antônio. Outro detalhe a observar são as naus holandesas, o conhecimento que o pintor tinha sobre galeões, um tipo de embarcação que pouco se tem notícia, utilizada pelos portugueses. Contudo, faz-se uma ressalva em consideração à representação náutica em pinturas, pois nem sempre o artista conhecia os segredos da navegação.

4. Salvador durante a reconquista espanhola-portuguesa em 1625 na versão portuguesa



Figura 2: Imagem disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo-17.htm>, acessado no dia 12/09/2015.

² Ver referência em <http://www.bahia-turismo.com/salvador/barra/farol.htm>.

A imagem acima representa o episódio da reconquista de Salvador, em 1625, pela armada luso-espanhola (Figura 2). A autoria é de João Teixeira Albarnaz, o velho. Sabe-se que os cartógrafos Teixeira Albarnaz geralmente retratavam o que era solicitado para representar, portanto, percebe-se na ênfase dessa imagem a tomada soberana dos Ibéricos sobre o inimigo, num contexto terrestre espacial sobrevalorizado por meio dos artifícios que protegiam a cidade, como canhões provindos de reforço italiano e luso-brasileiro. E além desses, destaca-se, no fundo, com sentido para o interior do continente, uma represa formada por cursos d'água que fora construída para proteger a cidade. Nota-se pouco detalhe sobre o forte de Santo Antônio e as embarcações, os galeões ibéricos não são tão precisos nos detalhes quanto os holandeses, e também em relação aos aspectos geomorfológicos, como rios, morros e a própria baía, estes aparecem distorcidos e pouco precisos.

5. Salvador durante a reconquista espanhola-portuguesa em 1625, na versão neerlandesa

Esta ilustração representa Salvador durante a reconquista espanhola-portuguesa em 1625, na versão neerlandesa (Figura 3), sendo ela impressa no atelier Frans Hogenberg. Diferente das representações portuguesas, a topografia se mostra acidentada, indicando uma dificuldade natural para se ter acesso à cidade, cujo local está organizado como uma fortaleza. Nessa paisagem, além da muralha destacam-se os fortes também reforçados e, curiosamente, as igrejas (Figura 3a). A grande igreja na parte centro-esquerda da ilustração seria a dos jesuítas com o colégio, e é anterior ao atual templo. A igreja mais ao centro é a Sé Primacial. O Forte Santo Antônio, mais uma vez aparece ativo e próximo dele, os montículos, indicando o banco de areia (Figura 3b).

O título original desta ilustração é *Urbs Salvador*, publicada em 1671, como parte da obra *De Nieuwe en Onbekende Weereld: Of Beschryving van America en 't Zuid-land*, do holandês Arnoldus Montanus, que teria sido, provavelmente, algum espião holandês, durante as invasões holandesas finalizadas em 1654. Embora seja uma imagem produzida anos após a invasão de Salvador, ocorrida entre 1624-25, nota-se a paisagem cotidiana na baía, com os fortes e a cidade devidamente protegidos, a presença da represa ao fundo e os relevos entre as cidades baixa e

alta, não tão acidentados como nas gravuras holandesas anteriores. Na região do forte Santo Antônio, os montículos do banco de areia, como nas imagens anteriores, dessa vez não estão representados.



Figura 3: Imagem disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo-17.htm>, acessado no dia 12/09/2015.

Além desses aspectos naturais, observa-se uma movimentação portuária; a circulação de diversas naus pela Baía, e principalmente os aspectos físicos dos galeões. Dessa vez as naus não estão caracterizadas em um contexto bélico, embora deve-se levar em conta novamente o conhecimento do artista sobre embarcações e navegação do seu tempo. Ao fundo, segundo a fonte que aqui se pesquisou, os ascensores mecânicos usados para transporte de mercadorias, encontravam-se próximos do local do atual Elevador Lacerda. Esses equipamentos foram desativados no século XVIII.

6. Urbs Salvador – Arnoldus Montanus (Publicado em 1671, mas o desenho feito em 1640/41)



Figura 4: Imagem disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo-17.html>, acessado no dia 12/09/2015.

7. Um galeão do século XVII nos dias de hoje.

Em geral, os sítios de naufrágios são grandes atrativos para o turismo subaquático dado à vantagem das estruturas soçobradas formarem, com o tempo, arrecifes naturais fazendo atrair e produzir nichos ecológicos, abrigando uma diversidade de espécies marinhas³. Além disso, os naufrágios também exercem um fascínio no imaginário popular dado ao acontecimento trágico do acidente, onde pessoas perderam suas vidas; e no interior dos seus soçobros ainda pode permanecer um baú repleto de jóias e moedas de ouro. Essa visão romântica por sua vez dá margem a uma comum prática de atividade, denominada *caça*

³ Ver informações no endereço eletrônico <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/matedestinonaufragioatencacomafauna.htm>, acessado no dia 20/10/2015.

ao tesouro, de cunho político, econômico e socialmente ativo, mas de caráter ilícito, causando uma visão negativa para a ciência e depredando o Patrimônio da História da Humanidade em prol da rentabilidade desse tipo de comércio. Felizmente, nos dias atuais, essa prática tem sido combatida por meio de programas e convenções internacionais, através da proteção do patrimônio cultural subaquático. Por outro lado, também decorrente dessa prática ilícita, os arqueólogos parecem ainda desconhecer a noção do ambiente úmido como uma importante referência cultural no desenvolvimento de sociedades pretéritas. Por isso, entre os objetivos de um projeto de pesquisa arqueológica sobre o sítio de naufrágio, é transformar a visão romântica e essa estranheza acadêmica do meio aquático, buscando a importância do Galeão Sacramento, como Patrimônio Cultural; e chamando a atenção para que o diálogo entre o passado e o presente, possa trazer benefícios socioeconômicos e culturais à Bahia de Todos os Santos, enfatizando sua importância marítimo-ambiental e o turismo subaquático.

A arqueologia subaquática é um ramo da ciência Arqueologia, que coloquialmente falando, é uma “arqueologia que lida com a arqueologia molhada”. Então, existem algumas diferenças na maneira de atuar em campo submerso, como a adaptação do corpo do arqueólogo ao ambiente, técnicas de práticas de campo e nas técnicas especializadas de conservação do material. Assim como a experiência e o conhecimento são decisivos para a percepção sobre o sítio e os procedimentos de registro do material, o mesmo vale para o ambiente submerso. Outro fator determinante é a profundidade na qual se encontra o sítio. Quanto mais profundo o leito de deposição, menos tempo se tem de atividade e para isso, o planejamento e o preparo físico antes do mergulho são fundamentais.

A partir de um relato pessoal, procuro demonstrar o princípio mediante o qual a arqueologia subaquática não difere da terrestre. Busco destacar as diferenças de experiências e também a percepção pessoal, “experienciando” o reconhecimento espacial do sítio. Trata-se do registro da minha segunda visita ao sítio, quando, observando determinados detalhes, como os canhões, as âncoras e a profundidade dos lastros, pude compreender as principais áreas do local do naufrágio e o seu contexto. Essa noção espacial foi conduzida na companhia de Rodrigo Torres, pesquisador associado do *Institute of Nautical Archaeology* e do *Ship Reconstruction Laboratory* no Texas, EUA. Torres está realizando

do seu pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia, desenvolvendo pesquisas nas áreas da cultura marítima e arqueologia náutica, com ênfase na época Moderna (Sec. XVI a XIX). Nesse mergulho, durante a sua primeira visita, foi sugerido por Torres que conferíssemos se a posição do sítio e o material que consta no mapa elaborado por Ulysses Pernambucano de Mello Neto, na década de 1970 (1976), quando o Galeão foi descoberto, ainda continuavam os mesmos. Esse procedimento possui como objetivo reconhecer algumas das áreas principais do sítio para saber o posicionamento da nau, como proa, popa e o mastro central. Segue o relato:

“Saímos do Forte Santa Maria, local próximo ao Farol da Barra, num sábado ensolarado, por volta das 8h15 da manhã. Fomos avisados pela operadora que nos embarcava, que, logo pela manhã, poderíamos encontrar uma ondulação possibilitando afetar a navegação. Fui de roupa neoprene de 5 milímetros, mais touca e luvas, e com lastro acoplado no meu colete de 6 quilos, para poder descer de modo tranquilo e gerar equilíbrio para a minha flutuabilidade no fundo, ao carregar um cilindro S80 de alumínio nas minhas costas. Junto ao colete carreguei os acessórios necessários para parada de segurança, como deco marker e carretilha, e além desses, minha câmera e o mapa do sítio, que o Rodrigo especialmente confeccionou para servir de guia ao nosso mergulho.

Durante um trajeto de 40 minutos ao ponto do naufrágio, planejamos o percurso da visita, combinamos alguns sinais manuais para quando o nosso consumo de ar chegasse a 100 bar, a metade do cilindro, e a 50 bar, para quando chegássemos na reserva, sendo esse o valor limite para voltarmos para o barco, além do de subida de nível, se caso nossos computadores alertassem um consumo excessivo do ar conforme tempo de fundo e profundidade. Fomos numa embarcação que abarcava 8 pessoas, a maioria eram mergulhadores recreativos.

As condições de mar eram de picado a agitado, à medida que as horas da manhã passaram, a superfície marítima ficava mais agitada, fazendo uma arrebentação média, devido à ondulação como fora previsto. A maré era vazante, e iniciamos o mergulho às 10h30. Na superfície, havia uma correnteza forte, e via de regra descemos pela popa. Tivemos que dar força às nossas pernas para enfrentarmos a correnteza e chegarmos ao cabo da âncora que estava na proa da embarcação. Pois esse cabo nos iria servir de referência lá embaixo. A temperatura era de 28°C e a visibilidade de 30 metros. Meus ouvidos logo se adaptaram as

variações da pressão atmosférica, porém não conseguia descer tão rápido quanto o Rodrigo, e ainda tentava recuperar o fôlego das pernadas que havia dado na superfície. Perdi minha dupla de vista e fui descendo acompanhando a velocidade dos demais da equipe, inclusive o instrutor da operação. Ao chegar aos 31.8 metros de profundidade, logo identifiquei estar sobre um amontoado de lastro, ainda não me sentia normal e procurava ter certeza se lembrava do nosso planejamento. O Rodrigo me achou no meio da equipe e fomos até uma das âncoras que se encontrava na proa do Galeão.

O percurso sobre o sítio ocorreu da seguinte maneira: Procuramos iniciá-lo pela âncora (1), que conforme o mapa de Ulysses, em seu entorno haveria fragmentos de cerâmica. Enquanto eu vistoriava esses fragmentos, o Rodrigo media as profundidades das âncoras (2 e 3), bem como o rumo entre elas. Conforme o mapa do Ulysses, a região na qual se concentram os números de âncora, indica a proa, parte dianteira da nau. Eu devo ter ficado ali aproximadamente 5 minutos, e ainda não conseguia raciocinar se realmente havia alguma cerâmica ao redor daquela âncora. Lembrei de olhar a bússola e comparar o Norte que estava no mapa, se coincidia ou não. A minha memória diz que os dois nortes coincidiam. Em seguida, nos conduzimos ao mastro central, onde havia a maior âncora do sítio, e então, tive a noção do espaço, bem como a localização das suas áreas principais. Durante o percurso, muito lastro, muito caco e muita madeira fragmentada, mais concentrados na área central e mais dispersos em direção a proa. E de certa maneira, essa concentração de material nessa região, coincide na altura de 3 metros de lastro, como está ilustrado no lado superior do mapa do Ulysses. Não me lembro de ter chegado à popa, e não ficamos por muito tempo na área central. Eu entrei na reserva e subimos de nível para 20 metros de profundidade, nos direcionamos para o cabo da nossa embarcação. Nesse trajeto, passamos pela proa e, então, verifiquei melhor as posições dos canhões de um modo geral. Na realidade essa identificação dos canhões com os do mapa, me ajudaram a ter mais certeza das áreas principais do sítio. Nosso tempo de fundo deve ter sido aproximadamente 15 minutos a 30 metros”. Ao que tudo indica, o material soçobrado continua semelhante ao mapa de 1978 (Figura 5), conforme algumas imagens do material atualmente exposto sobre o sítio (Figura 6, 7 e 8), captadas do percurso filmado por Rodrigo Torres.

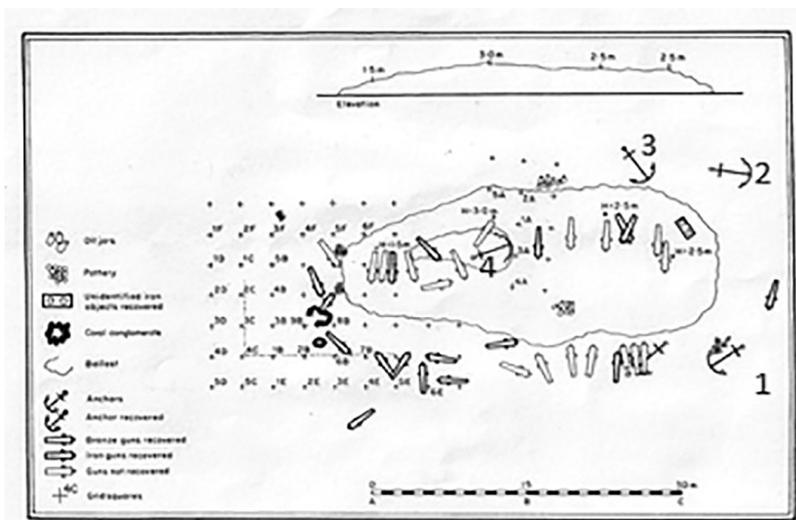


Figura 5: Mapa produzido por Ulysses Pernambucano de Mello Neto em 1976, destacando a posição das âncoras, dos canhões e da dispersão do material⁴.



Figura 6:
Localização da
Âncora 1 localizado
na Área da Proa.
Fonte: GOPRO315
produzido por
Torres no dia
06/09/2015.

4. MELLO NETO, U.P.de. O Galeão Sacramento (1668): Um naufrágio do século XVII e os resultados de uma pesquisa de arqueologia submarina na Bahia (Brasil). Revista Navigator – Subsídios para a História Marítima do Brasil, nº 13, jun.1977 dez.1978, pp.8-40.



Figura 7: Conforme as setas, canhão e âncora 4 localizados na Área Central do sítio. Fonte: GOPR0315 produzido por Torres no dia 06/09/2015.



Figura 8: Peça de Ferro Localizada na Área da Proa, Conforme Ilustrado no Registro Planimétrico Original de Mello Neto (1979). Fonte: Vídeo GOPR0315 produzido por Torres no dia 06/09/2015.

8. Considerações finais

A pesquisa arqueológica que pretende ser desenvolvida sobre o sítio de naufrágio Galeão Sacramento (1668) objetiva colocar em prática o processo de identificar a sua importância como patrimônio cultural subaquático. Inicialmente verificamos as representações neerlandesas sobre a invasão da cidade de Salvador em 1624/25, a representação do banco de areia lança-nos a indagação se ele era visível ou se seria um aviso de atenção à entrada da Baía, nesse período de primeira metade do século XVII. Indo mais a fundo sobre esse banco de areia, podemos atestar melhor a veracidade dos fatos que levou a ocorrer o acidente. Intenciona-se, portanto, conhecer mais a fundo os aspectos oceanográficos e geomorfológicos da região e, desvendar sobre outros naufrágios ali também localizados, que podem nos informar sobre o processo do naufrágio.

Outro ponto relevante que se destacou nesse artigo é que, percebeu-se que o reconhecimento do patrimônio cultural subaquático trouxe a oportunidade de desmistificar alguns conceitos que ainda persistem em torno da arqueologia, como a ideia da marginalidade da arqueologia subaquática e a de que só alguns poucos que mergulham podem colocá-la em prática; decorrente da prática à caça ao tesouro e a visão androcêntrica que predomina sobre os estudos de sociedades e culturas pretéritas. Com esse propósito foi apresentado o relato das primeiras visitas sobre um sítio de naufrágio. Procuramos demonstrar que o reconhecimento do sítio pelo arqueólogo, propicia a sua percepção quanto ao posicionamento dos artefatos, uma habilidade resultante de uma soma de fatores como ambiente em que o sítio está inserido, bem como a adaptação do pesquisador ao meio e sua experiência arqueológica.

Agradecimentos

Agradeço de coração minha colega Miriam Cazzetta, por me incentivar de participar desse evento, por quem tenho profunda admiração e respeito, e, à intenção e dedicação do pesquisador Dr. Rodrigo Torres por contribuir no desenvolvimento da pesquisa arqueológica Galeão Sacramento.

Referências bibliográficas

BEHRENS, R.H. A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625. Dissertação – Universidade Federal da Bahia, 2004.

LINS, A.G.S.B. Representações de identidades da cidade necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial: plano de Phermanbuquo do antebellum à restauração. 343f. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2011.

MELLO NETO, U.P.de. O Galeão Sacramento (1668): Um naufrágio do século XVII e os resultados de uma pesquisa de arqueologia submarina na Bahia (Brasil). Revista Navigator – Subsídios para a História Marítima do Brasil, nº 13, jun.1977 dez.1978, pp.8-40.

OLIVEIRA, A.N.N., SANTOS, J.L., LUNA, S.C.A. Na rota das navegações: análise do transporte marítimo na ilha de Itamaracá nos séculos XVI e XVII.

RAMBELLI, Gilson. Arqueologia até debaixo d'água. São Paulo: Editora Maranta, 2002.

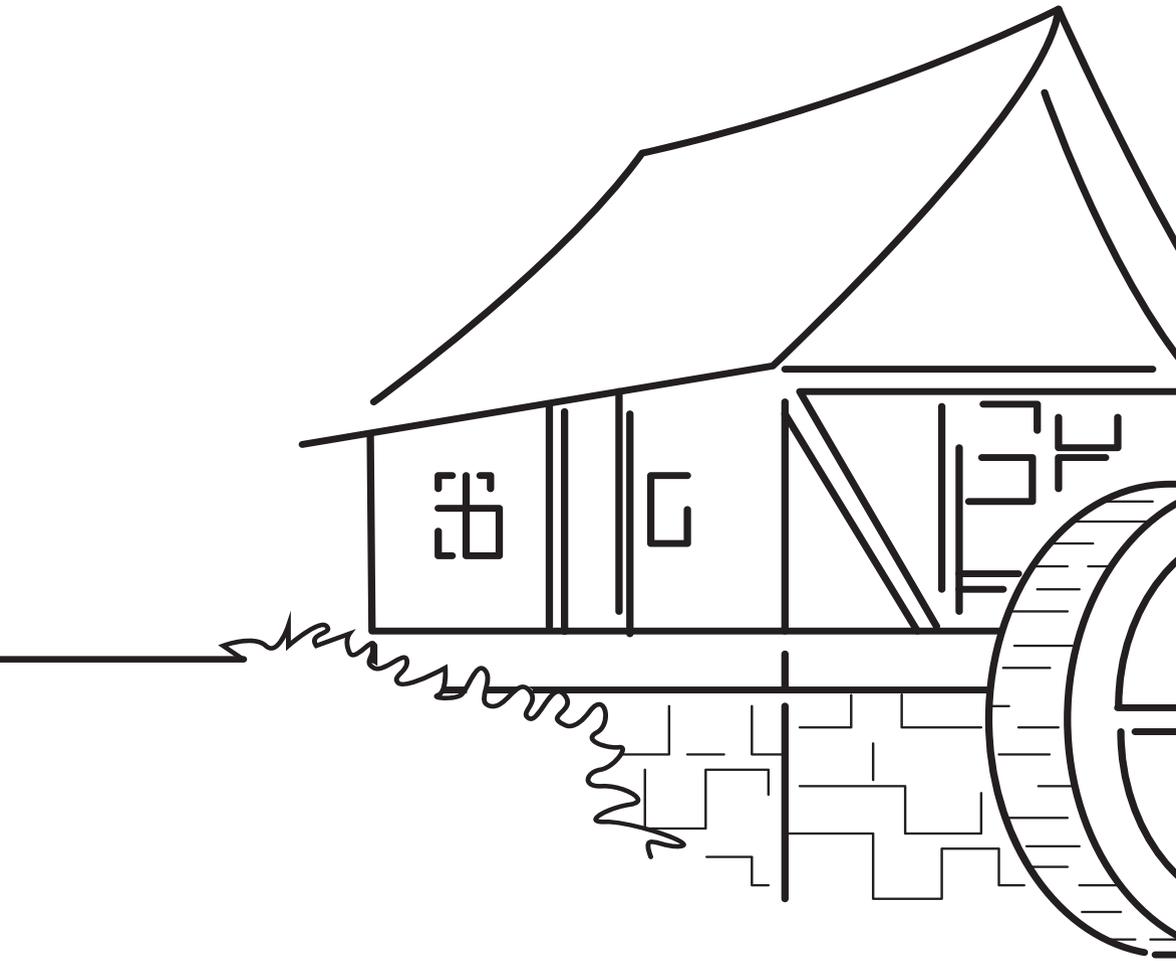
REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial : recursos para a renovação do ensino de História e Geografia do Brasil. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 81, n. 198, p. 366-379, maio/ago. 2000.

<http://www.cidade-salvador.com/seculo-17.htm>.

www.scubaboard.com.

<http://www.geheugenvannederland.nl>.

<http://www.bahia-turismo.com/salvador/barra/farol.htm>.





RESUMOS

Conferências e Palestras

ARQUEOGEOGRAFIA DA PAISAGEM DOS ENGENHOS VERSUS O PROJETO POLÍTICO PORTUGUÊS DE IMPLANTAÇÃO DOS ENGENHOS DE AÇÚCAR NO BRASIL

*Maria da Conceição Lopes*¹

A morfologia paisagística que resulta da instalação dos engenhos, estruturas fundiárias complexas e alargadas, apresenta-se como um indicador instrumental para estudar o processo de ocupação e exploração do território brasileiro no contexto da colonização portuguesa.

O carácter auto-suficiente dessas grandes propriedades agrícolas e o facto de se apresentarem directamente como estruturas de exportação directa de produtos para a Europa, determinou que os engenhos provocassem a construção de um particular tipo de paisagem, cuja dinâmica a historiografia tende, em grande medida, a vincular a decisões de natureza política-administrativa e económica.

A Arqueogeografia, disciplina que trata da dinâmica do espaço na longa duração, fornece-nos os instrumentos técnicos e epistemológicos que nos permitem abordar o desenho paisagístico resultante destas instalações de um outro modo; ao desenvolver uma análise espaço-temporal desta particular forma de implantação no solo de estruturas complexas que são os engenhos, e ao insistir no estudo dos parcelários e da sua evolução enquadrados por cartografias várias, onde se realçam os pontos notáveis da oro-hidrografia e da planimetria, inscreve a compreensão do modo de marcação do território e das formas inteligíveis de ordenar a dispersão numa outra dimensão onde a história política e administrativa é apenas um dos contributos. Ao mesmo tempo e permite-nos discutir as questões do urbano e do rural em sociedades profundamente agrárias e em contextos de colonização, sustentada em argumentos de natureza diversa e múltipla.

Palavras-Chave Arqueogeografia, Paisagens agrárias de engenhos, Política agrícola portuguesa no Brasil

¹ Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Arqueologia Artes e Património.

UMA MODERNIDADE ESCONDIDA. O ENGENHO E A SACARICULTURA EM PERNAMBUCO

*Christine Rufino Dabat*¹

A atividade sacaricultora foi, muitas vezes, acusada de obsolescência, seja no campo propriamente tecnológico, seja em termos de relações de trabalho. A história dos últimos dois séculos é pontuada por numerosas iniciativas do Estado brasileiro no sentido de remediar este suposto atraso, do Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura até o Prálcool, por exemplo, passando pela instalação do IAA. A historiografia pode, no entanto, resgatar um engenho moderno, globalizado desde a época de sua instalação em Pernambuco. Uma modernidade que foi americana antes da Europa, segundo Sidney Mintz. A presente comunicação visa evidenciar alguns dos traços mais importantes desta unidade de produção.

Palavras-Chave: Engenho, Modernidade, Sacaricultura no Brasil

¹ Departamento de História da UFPE
E-mail: Christine.rufino.dabat@gmail.com.

A BAHIA DOS ENGENHOS

*Carlos Etchevarne*¹

A produção de açúcar, na Bahia, teve um papel preponderante no desenvolvimento econômico e social do território que hoje compõe o Estado. Efetivamente, desde o início do século XVI, o açúcar foi se definindo como o produto que estruturou, em grande parte, a vida das cidades e do campo. Os engenhos açucareiros foram surgindo, seguindo a sequência da ocupação territorial, inicialmente nas proximidades das cidades como Salvador da Bahia, capital da colônia, a de Ilhéus, Santa Cruz Cabralia e de Porto Seguro e posteriormente em

áreas cada vez mais afastadas delas. Essas instalações rurais formavam unidades de caráter produtivo, residencial e administrativo, que mantinham uma estreita relação com a capital, porto escoador da produção açucareira para a metrópole. Ao longo do período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII) e do início do independente (isto é, a primeira metade do século XIX), os engenhos de açúcar com o conjunto dos elementos constitutivos arquitetônicos urbanísticos e as plantações circundantes, os canaviais, reconfiguraram a natural paisagem de Mata Atlântica, outrora existente na faixa litorânea, onde se concentrou tradicionalmente a produção açucareira para exportação. Não obstante esta preponderância na área litorânea, há que se considerar os pequenos engenhos de núcleos interioranos que não chegavam a ser incluídos no círculo dos exportadores. Tratava-se de uma produção açucareira de pequena escala que servia a uma economia voltada para o consumo local ou regional. O complexo arquitetônico deste tipo atividade açucareira era, evidentemente, menos importante, havendo que se considerar nas suas estruturas as que correspondiam a outro tipo de produção. Mas, os complexos espaços construídos foram variando, acompanhando a expansão e retração da economia açucareira mundial, as modificações sociais disso decorrente, as mudanças na estrutura fundiária e, sobretudo, as transformações tecnológicas. As diferentes classes de engenho

¹ Prof. de Arqueologia - Dep. Antropologia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia.

de açúcar que ainda são encontrados hoje na Bahia, em diferentes graus de integridade, assinalam algumas dessas mudanças ou permanências e, certamente, constituem elementos referenciais dessas circunstâncias históricas, em meio a uma paisagem totalmente transformada pela indústria contemporânea.

Palavras-Chave: Arqueologia do Açúcar, Arqueologia baiana, Arqueologia colonial, Engenhos açucareiros

AS DOENÇAS NOS ENGENHOS NO PERÍODO COLONIAL

Carlos Alberto Cunha Miranda¹

Não se pode historiar sobre a saúde dos escravos, sem levar em consideração aspectos que marcaram profundamente a história do Brasil colonial. As precárias condições vivenciadas pelos escravos nos barracões e nos trunks, ainda na África, eram responsáveis pelo aparecimento de inúmeras doenças e epidemias. Durante o processo de expansão ultramarina, nos séculos XV e XVI, o contato entre os povos da Europa e da África representou uma “união microbiana do mundo”, por incrementar a circulação de doenças. O transporte dos cativos nos navios negreiros era outro motivo para acentuar a já prejudicada saúde dos escravos. Inúmeros são os relatos da vivência sofrida durante o transporte da África para o Brasil, que nesse período poderia durar meses. Ao chegarem à colônia, extremamente debilitados, eram encaminhados para os principais mercados de escravos da época. Alguns, por se encontrarem com doenças graves, eram conduzidos aos lazaretos, lugar no qual permaneciam em “quarentena”, sendo tratados pelos chamados “negros sangradores”. Ao serem comprados, faziam percurso a pé para as fazendas e os engenhos, onde esperavam ter uma “vida melhor”, o que não ocorria devido a suas condições de trabalho, moradia, alimentação e vestimentas. É importante ressaltar que, diante de todas essas dificuldades, os escravos procuraram construir redes de solidariedade nas quais puderam se ajudar em caso de doença. No período, foram poucas as propostas de atenção à saúde dos escravos, mesmo assim as que existiam quase sempre não eram cumpridas. O tratamento dispensado aos cativos nos engenhos dependia de uma série de fatores, a exemplo do tamanho da propriedade, da relevância do senhor e da importância que o mesmo dava aos seus escravos. A partir da segunda metade do século XIX, percebe-se uma maior preocupação dos senhores com a preservação da mão de obra escrava, uma vez que a legislação com o tráfico se tornou cada vez mais rigorosa, esse fator pode ser considerado como

¹ Professor do Departamento de História e membro do PPGGH da UFPE
E-mail: cunhamirandaufpe@gmail.com.

um dado relevante para que os cativos tivessem sua vida útil mais prolongada. Além das doenças, os escravos dos engenhos eram vitimados por acidentes de trabalho durante o corte da cana e na moenda, em que muitas vezes tiveram seus dedos e braços amputados. Ressalto que a arte de curar africana, em muitos casos, tornou-se eficiente através dos seus curandeiros. Os relatos dos viajantes estrangeiros são fundamentais para se conhecer um pouco das doenças e dos males que acometiam os escravos durante o período colonial e no império. Por fim, ainda há muito que se pesquisar sobre essa temática do ofício de curar nos engenhos do Brasil colonial.

Palavras-chave: Engenho, Brasil Colonial, Doenças

A CAPELA VELHA DO ENGENHO BELO MONTE: ESTUDOS DE CONSERVAÇÃO PARA SEUS REMANESCENTES CONSTRUTIVOS

*Neuvânia Curty Ghetti*¹

*Cláudia Alves de Oliveira*²

*Maria Aparecida da Silva Oliveira*³

Os estudos em Arqueologia Histórica mostram o caráter multidisciplinar da Arqueologia como especialidade científica. O diálogo entre a Arqueologia e as outras áreas do conhecimento como a História, a Arquitetura, a Antropologia e com a Ciência da Conservação tem sido fundamental para a abordagem relativa à preservação do patrimônio arqueológico e cultural. Artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria Arquitetura podem nos informar sobre as relações entre os seus ocupantes e desses com a sociedade. O Sítio Arqueológico Capela Velha (Capela de São Francisco) situa-se na microrregião da Mata Setentrional, na região norte da mesorregião da Zona da Mata Pernambucana. Geograficamente a área do Sítio encontra-se entre os Municípios de Carpina, Lagoa de Itaenga e Paudalho. Atualmente, o conjunto arquitetônico do Engenho Belo Monte corresponde às estruturas remanescentes das suas instalações, sendo hoje composto pelas estruturas parciais da Capela de São Francisco e de uma Chaminé (moita, bueiro), além de estruturas dos alicerces de edificações de moradias (Casa Grande) e demais dependências. No local, foram executadas atividades de resgate arqueológico, com vistas ao entendimento desse contexto. A área onde está localizado o Sítio Capela Velha corresponde a aproximadamente 25.000 hectares, onde há plantio de cana-de-açúcar da Usina Petribu. Com essa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi a realização de estudos a partir de etapas sistemáticas, uma vez que o

1 Docente do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

2 Docente do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

3 Discente do Programa de Pós-graduação do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

trabalho de conservação é uma atividade complexa e multidisciplinar, onde o objeto cultural é o eixo comum que baliza o diálogo entre as disciplinas: Arqueologia, Arquitetura e Conservação. Assim, realizaram-se as etapas de Pré-diagnóstico, Diagnóstico e a Etapa de Definição de um conceito de Conservação que será usado como suporte para as ações. A Etapa de Pré-diagnóstico iniciou-se com o registo fotográfico, a investigação arquivística, o levantamento do estado de conservação e o levantamento dos materiais construtivos para compor uma análise dos vestígios materiais das estruturas remanescentes do Sítio Arqueológico Capela Velha. A Etapa de Diagnóstico contou com a realização de Amostragem para a caracterização dos materiais (pedra, argamassas, rebocos, etc.) e a interpretação dos processos de degradação e análise de danos. Como principal resultado, na terceira etapa dos estudos de conservação para a Capela Velha, foi sistematizado um conjunto de ações diretas e indiretas para subsidiar a sua manutenção e transmissão para o futuro, de forma a registrar a sua existência e assegurar a sua fruição como bem cultural e arqueológico, respeitando sua identidade específica e levando em conta as repercussões sociais e culturais de seu reconhecimento como patrimônio cultural e arqueológico para a região norte da Zona da Mata Pernambucana.

Palavras-chave: Conservação, Capela Velha, Engenho Belo Monte

PROJETO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA DO ENGENHO ALAGADIÇO NOVO – PRIMEIRO ENGENHO A VAPOR DO CEARÁ

*Marcos Albuquerque*¹

O engenho Alagadiço Novo tem suas origens em 1826 ,quando o sítio, na então remota Messejana, foi adquirido por José Martiniano d’Alencar. Oriundo do Crato, José Martiniano era filho de José Gonsalves dos Santos e Bárbara Pereira de Alencar (que participou da Revolução de 1817). Trazia em sua bagagem ampla experiência no fabrico de rapadura e melaço. Em 1829, nascia no engenho seu filho, o romancista José de Alencar. Em 1836, o engenho é modernizado com a implantação de moendas de ferro movidas a vapor. A pesquisa arqueológica realizada, que precedeu a implantação do Projeto de Revitalização da Casa José de Alencar e Engenho, revelou não apenas as estruturas do 1º engenho a vapor do Ceará, mas ainda a sucessão de estruturas da fábrica que o precederam. Mostrou ainda que não apenas rapadura e melaço foram produzidos nos primeiros anos do Alagadiço Novo, mas ainda aguardente e sobretudo açúcar, revelado pelas formas de pão de açúcar ali resgatadas. O projeto arqueológico incluiu ainda a consolidação das ruínas, com o uso de material resgatado pela escavação arqueológica.

Palavras-Chave: Engenho de açúcar, Arqueologia em engenho, Consolidação de ruínas, Arqueologia histórica

¹ Lab. de Arqueologia da UFPE marcos@brasilarqueologico.com.br.

O CAMINHO DA VÁRZEA: FRAGMENTO DA PAISAGEM NO ENTORNO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ENGENHO DO MEIO, RECIFE-PE

Luiz Severino da Silva Jr.¹

Rosemary Aparecida Cardoso²

Na Capitania de Pernambuco, desde o século XVI, as terras “chãs” (planas) das várzeas foram um dos espaços privilegiados para a implantação de engenhos de açúcar. Servidas por uma rede hidrográfica, essas terras foram acessadas pela navegação fluvial. Porém, conforme a cartografia holandesa, no século seguinte, alguns poucos caminhos de terras já eram utilizados para acessar a área dos engenhos. Desta forma, entre os séculos XVI e XVIII, a ocupação da capitânia deu-se em uma linha costeira que só adentrava, aproximadamente, a uma distância máximo de 12 km da costa. Esse limite só foi efetivamente superando na segunda metade do século XIX, quando o advento das tecnológicas do vapor permitiram a interiorização da área produtiva para quase toda a zona da mata, momento onde as estradas das tropas de mulas passam a imperar. O século XIX também é o período em que os velhos engenhos bangues passam a ser desativados ou têm suas terras absorvidas pelos Engenhos Centrais ou Usinas. Partindo destas percepções sobre a espacialidade do sistema agro açucareiro na paisagem da cidade do Recife, selecionamos o sítio arqueológico do Engenho do Meio (que operou entre o século XVII e o ano de 1933), hoje situado no campus da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, como exemplo de unidade produtiva construídas dentro de parâmetros espaciais que ainda hoje podem indicar vestígios de outros remanescentes arqueológicos. Para alcançar o objetivo proposto, serão aplicados neste trabalho os conceitos de arqueologia da paisagem, que entende a construção espacial da sociedade

1 Professor do Colegiado de Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Doutorando do Departamento de Arqueologia da UFPE, luizsevero9@gmail.com.

2 Arqueóloga, doutoranda do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, rsmrycardoso@gmail.com.

como um fenômeno que continuamente gera mudanças na paisagem. Neste aspecto, a Arqueologia da Paisagem compreende o espaço em três dimensões: o espaço físico; o espaço social (espacialidade); o espaço pensado (simbólico, ideológico, a aplicação de uma ordem imaginada) e contribui com a identificação e conservação de sítios arqueológicos no espaço urbano atual.

Palavra-chave: Engenho do Meio, Arqueologia histórica, Arqueologia da paisagem

O ENGENHO MASSANGANA

Antonio Carlos Montenegro¹

A apresentação descreve o desenvolvimento do Projeto de Recuperação Física e Funcional do Engenho Massangana. Para tanto, faz uma breve narrativa da trajetória histórica do Engenho, um dos primeiros monumentos arquitetônicos reconhecido, em nível estadual, como de interesse para preservação. Documentada com imagens (mapas, fotografias, desenhos), defende a importância dos engenhos para a formação econômica e social do estado, descreve a particular importância de Massangana, e relata o processo de construção de propostas de restauro, readequação e implantação de novos usos para o monumento.

Palavras-Chave: Engenho, Restauração, Readequação, Arquitetura

¹ Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

**O GEORREFERENCIAMENTO DO MAPA *BRASILIA QUA PARTE PARET BELGIS* DE GEORG MARCGRAVE
– UMA FERRAMENTA PRÁTICA PARA ESTUDOS
DO BRASIL HOLANDÊS.**

*Levy Pereira.*¹

Aborda-se o aplicativo com o georreferenciamento completo do mapa mural *BRASILIA QUA PARTE PARET BELGIS*, de Georg Marcgrave, versão para o Google Earth, disponível no site *biblioAtlas*, da Universidade de Brasília. Explicita-se a metodologia de elaboração e implementação adotada, e seus resultados, enfatizando-se a rede de caminhos mapeada entre o Ceará e a Bahia e a localização dos engenhos de açúcar. Demonstrando o funcionamento do aplicativo, exemplifica-se com estudos de casos, tais como a localização probabilística dos açudes e levadas dos engenhos na ilha de Itamaracá e do engenho Cunhaú, e a de caminhos relevantes, ‘O CAMINHO DE CONDE’, ‘O CAMINHO DE CAMARÃO’, ‘Gouverneurs pat’, e o da expedição de Elias Herckmans na Paraíba, em 1641.

Palavras-Chave: Georreferenciamento, *BRASILIA QUA PARTE PARET BELGIS*, Marcgrave, Metodologia, Resultados, Aplicação

¹ Universidade de Brasília (colaborador)
E-mail: pereiralevy@yahoo.com.

OS ENGENHOS COLONIAIS NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO: O ENGENHO JAGUARIBE PRIMEIROS RESULTADOS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA

*Claudia Alves de Oliveira*¹

*Pedro Jiménez Lara*²

A história dos engenhos ligada diretamente à conquista portuguesa apresenta, no litoral norte de Pernambuco, em particular na área da antiga Sesmaria Jaguaribe, hoje pertencentes aos municípios de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu, os primeiros pontos dessa conquista com a instalação dos engenhos Jaguaribe e Inhamã, listados como uns dos primeiros engenhos do Brasil. Especialmente nos interessa a relação dos dispositivos legais da coroa portuguesa e aplicação efetiva na colônia brasileira. Busca-se ainda reconstituir a história desses engenhos, analisar o processo de interação social entre os colonizadores e os grupos indígenas, estabelecer o traçado arquitetônico, identificar as técnicas construtivas, assim como elaborar um projeto de preservação das ruínas dos engenhos. O interesse da pesquisa arqueológica centra-se na história de Pernambuco e no período colonial no Nordeste, e este trabalho apresenta os primeiros resultados do sistema construtivo adotado pelos portugueses no Engenho Jaguaribe. Localizado entre as antigas Vilas de Olinda e Igarassu, núcleos urbanos formados, segundo a historiografia, a partir da extinção de populações indígenas, a coroa portuguesa estabelecia para a instalação dos engenhos e freguesias, uma distância que não deveria ser inferior a uma légua ou 6km, entretanto, as recentes descobertas arqueológicas têm demonstrado que a distância não foi respeitada e que muito provavelmente a participação de grupos indígenas, no processo de desenvolvimento da região, foi maior do que até então se pensava. Até bem pouco tempo, a noção de espaço pautou-se em referenciais econômicos e materiais, marcados

¹ Departamento de Arqueologia – UFPE

E-mail: olivas@hotmail.com.br.

² Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana (México)

E-mail: pejila@hotmail.com.

por interesses de segmentos sociais que excluía a participação dos indígenas enquanto sujeitos do processo histórico. No caso dos negros, que sustentaram toda uma economia açucareira, esta omissão tem sido paulatinamente revista.

Palavras-Chaves: Engenhos coloniais, Técnicas construtivas, Arqueologia colonial

APROPRIAÇÃO DE BENS CULTURAIS ARQUEOLÓGICOS: O ARRUADO DO ENGENHO DO MEIO

*Ana Catarina P. T. Ramos*¹

A arqueologia tem como um de seus papéis a transformação de sua função social em práticas que levem à proteção dos bens arqueológicos. O resgate e a preservação da memória e a busca da apropriação dos bens culturais arqueológicos implica em compromissos que dependem da postura do pesquisador no exercício de sua profissão. A existência de vestígios do Engenho do Meio – que funcionou do século XVII ao XX – no campus da UFPE e a presença de um arruado em seu contexto, com ocupações que remontam há mais de cem anos, nos levam a refletir sobre a importância da prática da educação patrimonial nos processos de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio, trazendo de volta o passado e criando identidade para aqueles que o viveram e possibilidades de identificação para os povos no presente.

¹ Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA SESMARIA JAGUARIBE

Neuvânia Curty Ghetti.¹

Cláudia Alves de Oliveira²

Maria Aparecida da Silva Oliveira³

A preservação e a conservação de sítios arqueológicos têm como eixo norteador o pensamento atual que é entender a preservação como um ato de cultura, no qual se dá importância relevante aos aspectos estéticos, históricos, paisagísticos, memoriais e simbólicos, podendo ainda apresentar-se com fins educativos. Entende-se, dessa forma, que o papel da preservação do patrimônio cultural, assume contornos mais densos e profundos que a ideia de simples preservação material de edifícios e monumentos. Sendo assim, este trabalho busca trazer para o centro das discussões a consolidação de propostas, metodologias e ações de salvaguarda, visando a preservação do patrimônio arqueológico e a renovação de políticas culturais para a área da Sesmaria Jaguaribe. Com isso, o objetivo principal deste trabalho é elaborar um Plano de Diretrizes que contemple ações diretas e indiretas, em ordem de priorização, para a preservação dos sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe. Os estudos na área da antiga Sesmaria Jaguaribe, hoje território dos municípios de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, localizados no litoral norte do estado de Pernambuco, iniciaram em 2001 com o projeto “Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe”, que visou o cadastramento dos sítios arqueológicos na área, buscando compreender o processo de assentamento das populações pré-históricas e do sistema colonial português. No cadastro, foram identificados 13 sítios arqueológicos. Destes, 07 são sítios arqueológicos históricos, 04 são pré-históricos e 02 são pré-históricos e históricos. Em 2005, fo-

1 Docente do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

2 Docente do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

3 Discente do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

ram intensificados os estudos na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, na casa de vivenda, evidenciando ainda os remanescentes das estruturas arquitetônicas superficiais que se referiam às Senzalas/pavilhão erguidas nos séculos XVIII e XIX. A preservação do patrimônio cultural e arqueológico é, na verdade, uma forma de proteção à própria dignidade da pessoa humana, partindo do pressuposto de que o homem só é respeitado integralmente, quando a sua cultura e a formação também são respeitadas. As políticas públicas na área da cultura, expressas em programas e ações, são significativas, e possibilitam ações para, num plano comum, compatibilizar os objetivos da preservação do patrimônio, da diversidade e das identidades, com a dimensão econômica e geração de renda para a população local. Nesse sentido, o resultado desta pesquisa apresenta uma proposta de Conservação para os Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe, que poderá subsidiar um Plano Municipal de Cultura com diretrizes prioritárias, compondo metas que contemplem as necessidades locais e colaborem para a preservação dos sítios arqueológicos e de seus remanescentes.

Palavras-chave: Preservação, Conservação, Sesmaria Jaguaribe

PROPOSTAS PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DA ANTIGA SESMARIA JAGUARIBE, A PARTIR DO CASO DAS RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO BENTO

*Maria Aparecida da Silva Oliveira*¹

*Cláudia Alves Oliveira*²

*Neuvânia Curty Ghetti*³

O tema da conservação de ruínas é complexo e amplo e situa-se, em grande parte, nas agendas das instituições voltadas para a conservação e preservação desse patrimônio. Em Abreu e Lima, a região da antiga sesmaria Jaguaribe, do séc. XVII, foram encontrados vestígios das primeiras ocupações pré-coloniais e coloniais do Brasil. A organização das estruturas dos bens imóveis na área denota uma diversidade cronológica e espacial de construções, ainda em processo de identificação e delimitação. Nessa localidade, o que se destaca na paisagem, juntamente com o forno de cal, são as ruínas da igreja de São Bento, escavadas por arqueólogos da UFPE em 2005. A partir do caso dessas ruínas, este estudo apresenta um plano de ação com os seguintes objetivos: a) retomar o Programa Jaguaribe: preservação ecológica e cultural da sesmaria Jaguaribe, proposta criada por pesquisadores da UFPE, conclamando ações entre a Universidade e o Poder Público de Abreu e Lima; b) apresentar os estudos arqueológicos e históricos já realizados na região; c)

1 Discente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco e do Curso de Especialização de Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauo do Patrimônio Cultural – Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada, Olinda-PE, e-mail: mariaaparecidasao@yahoo.com.br.

2 Docente do Curso de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: olivas@hotmail.com.br.

3 Docente do Curso de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: neuvania@bol.com.br.

visitar o sítio com a população e seus representantes, a Prefeitura, Fundação e o Iphan; d) propor em conjunto com esses órgãos uma agenda de intenções, para delimitar ações sequenciais, de curto, médio e longo prazos sobre os destinos da preservação da sesmaria Jaguaribe; e) propor um convênio entre a Universidade e o poder público local, para que se torne possível a criação de um laboratório de estudos, que proponha a continuidade das pesquisas arqueológicas, consolidação das ruínas, estudos de preservação e conservação, tendo como base os estudos das técnicas construtivas, na linhagem da gestão e prática de obras de conservação e restauro do patrimônio cultural; f) propor ações contínuas de educação patrimonial, para a conscientização da preservação do patrimônio regional.

Palavras-chave: Conservação arqueológica, Patrimônio Cultural, Projeto Sesmaria Jaguaribe, ruínas da Igreja de São Bento

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NA SESMARIA JAGUARIBE – PE, BRASIL, NOS SÉC. XVI – XVII

*Marcelo Lins*¹

*Carlos Rios*²

O transporte Aquaviário existente na Sesmaria Jaguaribe, nos séculos XVI e XVII era, basicamente, efetuado no rio Timbó, PE e seus tributários (Arroio Desterro, rio Zumbi, rio Fundo e riacho Inhamã), com o propósito de suprir as necessidades dos engenhos de açúcar e dos ribeirinhos que habitavam aquela região. Os ribeirinhos faziam uso de canoas monóxilas na pesca de subsistência, no transporte de pessoas e mercadorias, entre as diversas moradias ao longo da bacia hidrográfica do rio Timbó, praticando uma navegação interior, enquanto que os engenhos dependiam dos rios para o seu abastecimento e escoamento de suas produções agrícolas e minerais extrativistas para o centro financeiro da Capitania de Pernambuco, praticando navegação interior e costeira. No que concerne à navegação costeira, dentre a variedade de embarcações existentes no período estudado, apenas cinco tinham um calado compatível com a barra de Maria Farinha (1,8 m), quais sejam: barça, caravelão, chalupa, iate e sumaca, bem como capacidade de carga que satisfizesse a dicotomia custo x benefício. No presente trabalho, foi efetuada a batimetria com prumo de chumbo e cabo sisal graduado em nós, com intervalos de 1 metro, da maneira que os navegantes faziam nos levantamentos hidrográficos em tempos idos, desde a boca da barra do rio Timbó até as proximidades do Forno da Cal em Jaguaribe, possível local de embarque e desembarque de cargas e pessoas da Sesmaria Jaguaribe; analisou a navegação interior no rio em foco, bem como cada uma dessas embarcações; possíveis áreas de fundeio para recebimento de carga; tipo de fundo do leito dulcícola; fainas marinheiras de fundeio nas bacias de manobra e capacidade de carga de cada barco. Dentre os diversos resultados obtidos, chegou-se à conclusão que era

1 Discente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco.

2 Docente do Curso de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco.

mais viável, em termos logísticos, que a produção do litoral Norte fosse embarcada no fundeadouro de Vila Velha, Itamaracá, ou no passo de Itapissuma para a Europa, no lugar de seguir para o porto de Pernambuco Novo, por causa do fisco e, então, rumar para o Velho Continente.

Palavras Chave: Transporte Aquaviário, Embarcações, Rio Timbó

UMA ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NO MAIOR ENGENHO DO NORTE FLUMINENSE: O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski¹

Pesquisas arqueológicas concentradas no espaço das senzalas do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes revelaram uma cultura material diversificada, que informa sobre os modos como os grupos escravizados desse estabelecimento conduziram suas vidas sob as restrições do sistema escravista. Antes do que um quadro estático, os objetos recuperados demonstram mudanças na vida material desses grupos ao longo do tempo, as quais estão relacionadas com conquistas de espaços de autonomia que permitiram a eles, em determinados períodos, uma maior participação na economia local e regional. Do mesmo modo, as diferenças observadas na cultura material de diferentes setores da senzala sugerem diferenças de auto-expressão material dentro da comunidade escravizada, expressa por meio de ornamentos, cachimbos e cerâmicas.

Palavras-chave: Engenhos do norte fluminense, Arqueologia da escravidão, Vida material, Práticas cotidianas

¹ Departamento de Antropologia e Arqueologia – UFMG.

UMA ARQUEOLOGIA DA INTERAÇÃO ENTRE PESSOAS E COISAS: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EM UMA REGIÃO RURAL DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO, SÉCULO 18

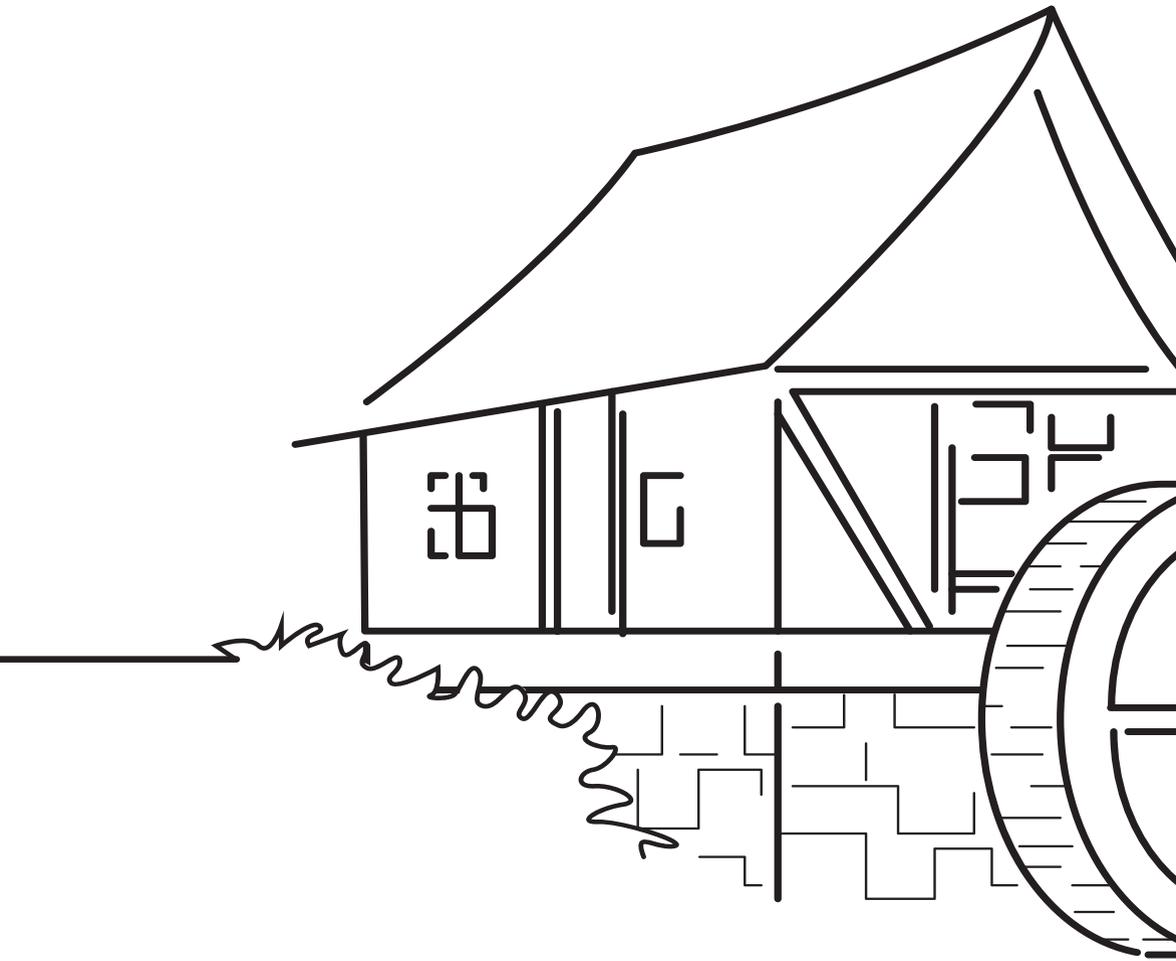
*Marcos André Torres de Souza*¹

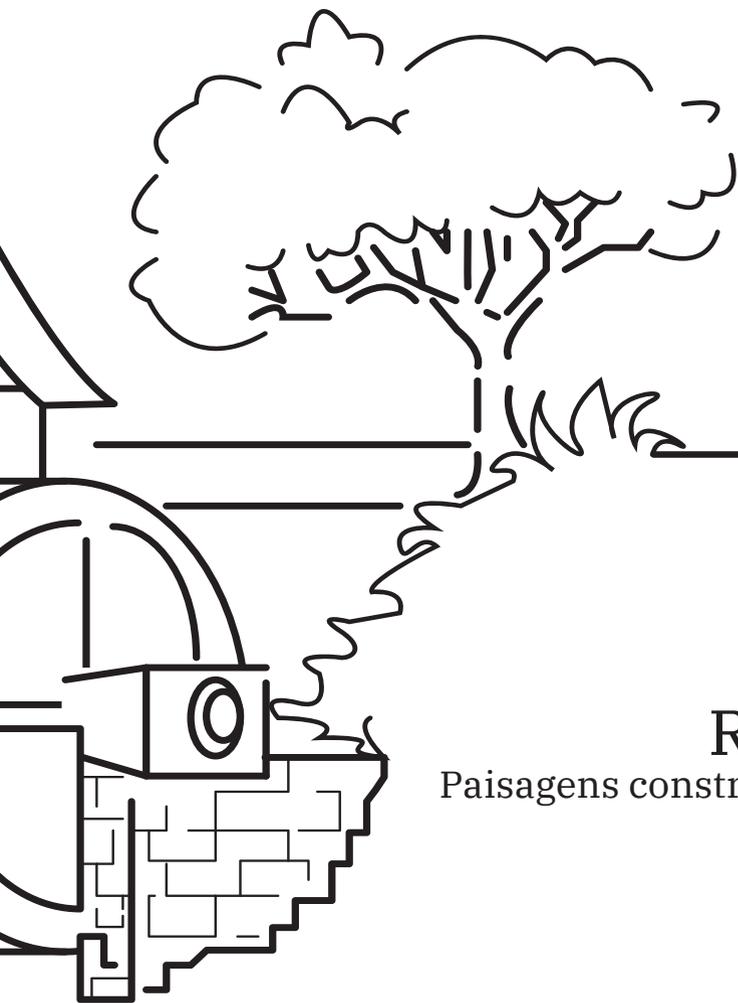
*Julio Cezar Rubin de Rubin*²

Com a descoberta de ouro nos sertões brasileiros, a partir do fim do século 17, e a implantação dos núcleos de exploração desse mineral, pessoas com diferentes origens e bagagens culturais foram postas em contato. O presente trabalho se insere em um projeto de longa duração voltado à compreensão de alguns desses encontros. Com esse objetivo, diversos sítios históricos situados na faixa de ocupação pioneira de Goiás têm sido investigados. Nesta apresentação, vamos nos concentrar em alguns resultados dessa pesquisa, examinando um grupo de unidades rurais destinadas a oferecer suprimentos para os colonizadores e trabalhadores das minas, que viviam em núcleos urbanos. Baseados em dados arqueológicos, ambientais e documentais, examinaremos a criação e expansão dessas unidades rurais, bem como as relações dessas práticas espaciais com a construção de redes, envolvendo diferentes sujeitos e materialidades. Os nexos que ligavam essas propriedades ao ambiente natural serão considerados, assim como a escala e natureza das interações humanas no nível local. Essas discussões serão informadas pelos debates mais recentes da Arqueologia, envolvendo a relação entre pessoas e coisas.

1 Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro Departamento de Antropologia e Arqueologia torresdesouza@yahoo.com.

2 Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia rubin@pucgoias.edu.br.





RESUMOS

Paisagens construídas e pessoas

PAISAGEM, GENTE E MEMÓRIAS DE ALGUNS ENGENHOS DA MICRORREGIÃO DA COTINGUIBA - SE.

*Antonio Lindvaldo Sousa*¹

Esta comunicação apresenta os resultados da primeira fase do projeto “Massapê: memórias, engenhos e comunidades da microrregião da Cotinguiba/SE”, correspondendo ao período de 13 de janeiro a 28 de novembro de 2014. Este projeto levantou dados dos engenhos/usinas Pedras, Oitocentas, Paty, Santa Bárbara e outros da microrregião da Cotinguiba, mais precisamente entre os municípios de Maruim, Rosário do Catete e Carmópolis em Sergipe. Fizemos entrevistas de História Oral com os que trabalharam ou conheceram os engenhos/usinas e das gerações herdeiras desse passado de produção de açúcar, principalmente filhos ou netos. Essas entrevistas possibilitaram-nos a identificação das antigas gerações de moradores dessas localidades e, conseqüentemente, um painel geral das paisagens dessa mesma região, instruindo-nos a termos representações de onde se produzia, morava, vivenciava as religiosidades e outras formas cotidianas dos engenhos. As visitas técnicas às paisagens (com ou sem moradores nos guiando), fotografando-as e filmando, contribuíram, de igual forma, para ampliar o nosso conhecimento sobre esses lugares e pessoas. Essa primeira fase resultou nos seguintes produtos: um vídeo/documentário, contendo os relatos de vários entrevistados e das paisagens apontados pelos mesmos moradores; montagem de plantas baixas (maquetes) dos engenhos e três relatórios contendo fotos, documentos sobre as respectivas paisagens e relatos das pessoas ligadas diretamente (ou indiretamente) ao açúcar nessa microrregião. Utilizamos as observações de Verena Alberti (do texto “Histórias dentro da História”), que sugere como fazer a preparação de uma entrevista, a realização da mesma, o tratamento pós gravação e outras observações de como interpretar e analisar esses documentos orais. Incluiremos outros textos desta autora e a discussão de João Carlos Tedesco e Simon Schama, no que tange à temática da me-

¹ Doutor em História pela UNESP/ Professor Associado do Departamento de História da UFS E-mail: antoniolind@gmail.com.

mória e da paisagem e, por fim, fomos influenciados pelo método indiciário, da busca de pistas e sinais os mais diversos possíveis, para se fazer um cruzamento entre o micro e o macro das localidades estudadas.

Palavras chaves: Engenhos, Massapê, Sergipe

PAISAGEM CULTURAL FLUVIAL DO COTINGUIBA (SERGIPE – BRASIL)

*Miriam Cazzetta*¹

Em 1798, a Província de Sergipe possuía cerca de 140 engenhos, e em 1856 já contava com aproximadamente 750. Desses, a maior parte estava localizada na região do vale fluvial do Cotinguiba. No período marcado pelo comércio de exportação e importação (1840-1850), pela visita do Imperador Dom Pedro II (1850-1860) e pelo incremento da cultura algodoeira e do sal na economia regional (1860-1880), se deu a valorização das relações de comércio pela via fluvial, atraindo a presença de estrangeiros em um ambiente forjado como processo de urbanização, apesar da sua realidade tipicamente rural e escravocrata. Por diferentes lugares, transitavam galiotas, brigues e patachos, bem como sumacas, escaleres e barcos, trazendo variadas mercadorias estrangeiras, a exemplo dos ancoradouros de portos naturais, cais de atracação e trapiches. E levavam, na sua grande maioria, açúcar, algodão ou sal, provindos das unidades de produção da região, através das estradas de comboeiros. Povoados e vilas, dentre outros lugares envolvidos com as atividades produtivas, também passaram a constituir o universo social que foi se consolidando com características culturais híbridas. Para transpor o limite invisível das abordagens sobre a paisagem fluvial e terrestre, esta pesquisa adotou a lógica da funcionalidade da atividade hidroviária que se prolonga para além do rio, como fio condutor no estudo sobre a paisagem cultural fluvial da região. O espectro de análise sobre a materialidade existente naqueles lugares de interface (entre terra e rio) e sobre as dinâmicas culturais estabelecidas vem se ampliando a cada novo estudo de diagnóstico arqueológico, levado a efeito nos municípios de Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo e Laranjeiras. Como resultado, será apresentado o mapeamento dos lugares de uso social nos ambientes aquáticos in-

¹ Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos – UFS
E-mail: cazzettam@hotmail.com.

vestigados até o momento, que estão relacionados às atividades dos engenhos da região.

Palavras-Chave: Paisagem Cultural, Paisagem Fluvial, Cotinguiba

“COMO RASTOS DO ENGENHO E MEMÓRIAS”

Josineide Luciano Almeida Santos¹

O presente trabalho, com tema “*Capela como rastos do engenho e memória*”, tem por finalidade resgatar a memória do engenho Cateto Velho, na cidade de Rosário do Catete-SE, e estabelecer o diálogo entre passado e tempo presente, a partir dos relatos de entrevista, depoimento oral dos que conheceram, buscando analisar as memórias de indivíduos que estiveram no anonimato, entretanto a partir do momento em que deixaram o silêncio possibilitaram a construção de narrativas e a escrita da história para a preservação do patrimônio desse passado, a partir de remanescentes desse engenho, com mudanças que foram provocadas nessa paisagem. Para isto, buscaremos as memórias do indivíduo, e isso implica no ato de rememorar, fazendo a seleção do que lembrar, falar ou simplesmente silenciar. Nesse sentido, pretendemos aliar trabalhos voltados ao processo de construção da história da cidade onde está inserido o objeto de pesquisa, estabelecendo a relação da história escrita com os rastos da memória do senhor Luiz Ferreira Gomes. Sendo assim, o objetivo é ressignificar o lugar de memória representado pela Capela do Cateto que mesmo com a paisagem modificada tem seu valor histórico. E assim promover a educação patrimonial, para estimular o interesse pela história local e não somente observar, conhecer, mas fazer o registro da história baseada nos relatos das memórias. A escolha do tema deveu-se ao interesse pessoal pelo estudo da microrregião da Cotinguiba, onde se encontra a cidade de Rosário-SE, uma das localidades que mais produziu açúcar em Sergipe, do final do século XVIII ao início do século XX. Desde o ano passado, que estamos levantando dados em arquivos, entrevistando moradores da região e fotografando os engenhos, pessoas, paisagens que revelam parte da memória do açúcar. Desenvolvemos esta atividade como pesquisadora do Projeto Massapê: Memórias, Engenhos e Comunidades da Microrregião da Cotinguiba/Se.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do (GPCIR) Grupo de pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades
E-mail: Josineide.luciano@gmail.com.

Coordenado pelo professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa. Metodologicamente o trabalho consistirá no levantamento e análise de fontes escritas, bem como do uso da história oral. Afora isso, buscamos fontes sobre engenhos disponíveis no arquivo do judiciário, IHGSE, BPED através de jornais, revista, livros, no arquivo do Judiciário. Assim, o exposto acima obteve resultados relevantes para a comunidade rosarense pelo fato de fomentar uma consciência da preservação da memória e do patrimônio material existente na região, que foi um celeiro de engenhos com suas paisagens. Em suma, os resultados foram satisfatórios, pois sair do silêncio e vislumbrar a memória, tanto em seu nível pessoal como no coletivo, traz consigo algo mais que uma representação do passado com suas paisagens modificadas pela ação das pessoas: trata-se da própria reminiscência do personagem, do acontecimento, portanto algo que vive e toca na vida contemporânea e poder contar, lembrar, representar as imagens, paisagens, indivíduos, lugares de memórias e a comunidade situam-se no tempo e constrói o seus rastros indenitários.

Palavras-chaves: Memória, Paisagens, Engenho

PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: O ENGENHO POÇO COMPRIDO NO VALE DO SIRIJI

*Uenes Gomes Pereira Barbosa Silva*¹

Após a expulsão dos holandeses, intensifica-se a expansão da cultura canavieira pela região norte de Pernambuco, onde compreende hoje a mesorregião da zona da mata e alguns territórios do agreste. Este trabalho está ligado às colonialidades na região do Rio Siriji, tomando como referência o Engenho Poço Comprido – uma importante sesmaria que estará relacionada ao aparecimento de outras propriedades nas suas imediações. Construindo relações de poderes desde a tipologia arquitetônica, perpassando pelas relações interpessoais, buscamos dialogar com as negações presentes na análise historiográfica concernente ao Poço Comprido. Porque o elemento construtor da sociedade brasileira, o africano escravizado – que passa como pacífico e estático nessa dialética, revela-se inconformado com a situação e se mostra contra a condição imposta pelo colonizador – e o trabalhador livre, são eliminados da produção do cotidiano e se negam às influências que acabarão projetando no surgimento de povoações no Vale do Siriji. Vilas como Murupé e Muganga estarão relacionadas ao desmembramento de terras do engenho; serão vilas com grande expressão econômica e de uma visível influência africana. Antonil, em dado momento, afirma que o engenho seria a “porção do Divino [...] admirável”. Divino e admirável torna-se uma incógnita, quando analisamos a dinâmica presente nas relações, os traços culturais herdados desse emaranhado de signos e discursos forjados e presentes nas manifestações populares em especial nas vilas citadas. Como aporte teórico, utilizamos Manoel Correia de Andrade, Marcus Carvalho, José Antônio Gonsalves de Mello, Ulysses Pernambucano de Mello; Stuart Hall, Evaldo Cabral de Mello, Geraldo Gomes e Michel Foucault; aprofundado por estudiosos que buscam consubstanciar a discussão.

Palavras-chave: História regional, Colonialidade, Patrimônio

¹ Graduando em História

Faculdade de Formação de Professores de Goiana – FFPG.

E-mail: uenesgomes@msn.com.

O ENGENHO DA TOCA EM ILHABELA – SP: UM CASO DE INVESTIGAÇÃO E MEMÓRIA

KÜHL, Beatriz Mugayar¹

MARTINS, Bárbara Marie Van Sebreeck Lutiis Silveira²

Parada de corsários, ilha do contrabando e sede de ciclos de cana e café. Após uma longa evolução histórica e contemporaneamente um período de decadência, Ilhabela se consagrou como destino turístico. A pequena vila de pouco mais de 3 mil habitantes dos anos 1950 acompanhou o crescimento desordenado com uma população dez vezes maior em pouco mais de sessenta anos. A Mata Atlântica, bastante arrasada pelas culturas que abasteciam os mais de trinta engenhos da ilha, teve porções que permaneceram virgens, as quais retomaram o lugar nos morros, aspecto fomentado pela publicação do Decreto Estadual 9.414 de 20 de janeiro de 1977, que criou o Parque Estadual da Serra do Mar. No caso do arquipélago de Ilhabela, cerca de 78% do território foi tombado. Localizada no centro da ilha, a Fazenda da Toca apresenta ruínas hoje imersas em uma extensa área de mata protegida pelo Parque Estadual da Serra do Mar. Ponto turístico consolidado há quase meio século, a Cachoeira da Toca oferece três quedas d'água para visitação ao público, cujo atendimento era realizado, inicialmente, nas proximidades de um antigo engenho de aguardente e nos espaços internos desse mesmo edifício, anos mais tarde. Por estar localizado no interior da ilha, o edifício apresenta uma linguagem arquitetônica bastante diversa dos engenhos localizados à beira mar, sendo classificado como de *partido aberto*. Este trabalho pretende analisá-lo, mediante a estruturação de hipóteses sobre sua cronologia construtiva, inclusive das mudanças sobre a produção de cachaça no local, além de vincular o valor deste edifício e da fazenda, como um todo, com um valor afetivo. Mediante recuperação de registros cadastrais da fazenda, de mapas históricos de

1 FAU-USP

E-mail: bmk@usp.br.

2 FAU-USP

E-mail: barbara.marie.martins@usp.br.

Ilhabela e da coleta de memórias orais, foi possível compreender melhor o edifício e sua situação no contexto da vila. Estudar ainda seu uso como ponto turístico se justifica pelo fato de que o engenho passou, recentemente, a ser também parte do roteiro de visitação do local, que antes se restringia às quedas d'água e piscinas naturais. A importância de se registrar a história deste edifício se faz cada vez mais presente, seja pelas memórias de família, ou ainda, por se tratar da última destilaria em funcionamento em Ilhabela.

Palavras-Chave: Engenho de cachaça, Patrim nio Cultural, Ilhabela

O ENGENHO DA FAZENDA FIDALGO E A METÁFORA DO 'ESPÍRITO DOS LUGARES' ENGENHO - PAISAGEM – DESTRUIÇÃO

*Alenice Baeta*¹

*Henrique Piló*²

O antigo engenho conhecido como “Engenho do Fidalgo” situava-se na antiga fazenda homônima, vale do rio das Velhas, localidade de referência das primeiras instalações ou pousos dos primeiros exploradores bandeirantes que por ali se adentraram, a procura de riquezas minerais, ouro, prata e pedras preciosas, em especial, as lendárias “Esmeraldas da Serra Resplandecente”. Os “curibocas” ou “caborés” (indígenas, carijós e mestiços) eram despachados na frente das esquadras, visando à instalação de ranchos com plantações (especialmente, roças de milho) e pequenas benfeitorias, visando garantir o suprimento e pouso na ida e regresso das expedições ou armações dos sertanistas e demais integrantes. A Fazenda Fidalgo, que interligava a região de Sabaraçu aos sertões desconhecidos, faz parte de um antigo roteiro do caminho real na região central de Minas Gerais e o seu antigo engenho, focalizado neste estudo, configurava importante modelo etnoarqueológico, pois tratava-se de uma antiga estrutura típica de produção colonial ou ‘rancho’ mineiro. O “Engenho do Fidalgo” situava-se em encosta bem suave, onde ao seu redor havia roças de milho e cana de açúcar, ladeadas ainda por uma série de canais de água. Defronte a esta estrutura, como já exposto, há trecho de caminho real, onde houve importante embate entre o superintendente das minas (o fidalgo D. Rodrigo de Castelo Branco) e comparsas da expedição de Borba Gato, originalmente integrante da Bandeira de Fernão Dias. O lugar onde se insere o antigo engenho é, assim, fortemente relacionado a esta memorável emboscada ao fidalgo, por isto, essa nomenclatura à gleba. Além dessa tocaia, o local é ainda associado a uma série de conflitos e violências

1 Artefactto Consultoria.

2 Artefactto Consultoria.

relacionados à expansão das fronteiras coloniais e disputas de poder, que ocorreram sucessivamente no vale do rio das Velhas, incluindo o povoado Sumidouro, entre integrantes das expedições, onde ocorreram assassinatos entre comparsas, devido a conspirações e traições, além de inúmeras perseguições e aprisionamento a indígenas. Este engenho foi destruído há dois anos, quando as suas peças componentes foram desmontadas e levadas do local original, obviamente, sem ciência dos órgãos patrimoniais. Além da paisagem desfigurada, ficam algumas falas de antigos moradores sobre os ‘espíritos’ dos escravos, índios, do fidalgo e mais recentemente da lembrança de um antigo e único engenho remanescente que ‘estranhamente’ desapareceu do lugar. Fica uma pungente relíquia intangível, os “*Spiritu loci*”. Possivelmente, as peças componentes do engenho foram equivocadamente comercializadas, lamentavelmente. Nossas pesquisas se remetem à primeira documentação e análises prévias feitas antes de sua destruição. O desaparecimento desse importante sítio histórico causou grande abalo na localidade, já estigmatizada pelo símbolo da violência.

Palavras- Chave: Engenho, Fazenda Fidalgo, Paisagem, Destruição

E O ARRUADE? UMA QUESTÃO DE PAISAGEM CULTURAL E PATRIMONIAL DENTRO DA UFPE

*Ana Emilia Gonçalves de Castro*¹

*Edelson de Albuquerque Silva Junior*²

*Elidiane Kelly de Melo Curcio*³

E o Arruado? Foi a partir desta questão que emergiu o presente estudo, envolvendo moradores “arruadenses”, profissionais, professores e estudantes de design e da pedagogia da UFPE. A inquietude científica surgiu a partir das seguintes constatações: o Arruado do Engenho Velho está localizado dentro da UFPE, nas proximidades do Centro de Tecnologia e Geociências, e do Núcleo de Educação Física e Desportos; a memória coletiva dos moradores faz referência de que o Arruado é anterior à universidade, afirmando que a sua origem tem relação com a história dos engenhos de açúcar que existiam na geografia cultural e econômica no bairro da Várzea, reflexo da produção canavieira fortemente presente em Pernambuco. Durante a exploração, chamou à atenção o processo de redução de extensão geográfica da comunidade, devido à expansão da UFPE numa lógica de desenvolvimentismo, reforçando a invisibilidade por parte da gestão administrativa e acadêmica do valor histórico-cultural da comunidade. Partindo do pressuposto de que é necessário conhecer para valorizar, foi realizado um inventário do Arruado, com o objetivo de desvelar à comunidade acadêmica e administrativa da UFPE sobre a importância do mesmo. O estudo descritivo de abordagem qualitativa utilizou método indutivo e os procedimentos metodológicos de observação in loco, entrevistas, registros audiovisuais, levantamento bibliográfico, documental e iconográfico. Os resultados evidenciaram que a comunidade, composta por sete casas conju-

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação Educação, Culturas e Identidades/UFRPE - FUNDAJ /E-mail: aemilica@gmail.com.

2 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação/UFPE - E-mail:jrimortal@ig.com.br.

3 Graduanda em Pedagogia/UFPE - E-mail:elidianecurcio@hotmail.com.

gadas de um lado só, trata-se de resquício de uma pequena vila que foi erguida para os trabalhadores do Engenho Velho, fundado em 1645, sob o comando de João Fernandes Vieira. Conforme Santos e Silva (2009), ao descreverem um estudo a respeito do 1º reitor da UFPE, o professor Joaquim Inácio de Almeida Amazonas afirma que o referido professor, “nascido na Casa-grande onde João Fernandes Vieira reuniu-se com os conjurados, com a finalidade de expulsar os holandeses. O terreno deste Engenho foi doado para a construção da Universidade do Recife, hoje UFPE”. Esta Casa-grande citada por Santos e Silva (2009) pode ser visualizada através de registro reproduzido por Sobrinho (2012), e que, segundo este autor, “foi demolida em torno de 1947”, um ano antes da decisão e posse do terreno do antigo Engenho Velho, para instalação da citada universidade. Foram identificados indícios de uma linha de trem, provavelmente pertencente ao século XIX, momento em que foi incentivada uma política de agroindústria açucareira em Pernambuco, que segundo Correia (1989) “financiavam não só a implantação da fábrica como a aquisição de terras, a formação de plantios, a construção de estradas de ferro ligando a usina às ferrovias do estado ou aos portos de embarques do açúcar, ou mesmo às suas áreas de plantação”. Também se coletou documentos e fotografias antigas dos moradores “arruadenses”, a exemplo de uma certidão de casamento datada de 1890. Conclui-se que a comunidade preserva traços tradicionais (ecologia, narrativas, hábitos e produções culturais) e tem uma singularidade histórica do ciclo dos engenhos de cana-de-açúcar, que deve ser preservada por ser uma paisagem cultural e patrimonial. Para disseminação dos resultados, foi realizada uma exposição com maquete, banner infográfico, fotografias e vídeos.

Palavras-Chave: Engenho, Memória coletiva, Paisagem cultural, Patrimônio

GUERRILHA DO CARACOL - PI: A CASA DA BOLANDEIRA NA PAISAGEM.

Leonardo Tomé de Souza¹

Trabalhando com a premissa de que paisagens como a configuração de uma fazenda codificam informações, apresentam-se nesta análise os aspectos geográficos, históricos, sociais e arqueológicos relacionados ao sítio Casa da Bolandeira, um antigo engenho de algodão em Caracol-PI. Acreditando na potencialidade interpretativa dos espaços sociais e paisagens, realizou-se o sensoriamento remoto da área em estudo com o auxílio do *Software Google earth™* e do GPS. Os dados provenientes do sensoriamento e do GPS, aliados à contextualização arqueológica e histórica, proporcionaram a identificação dos diferentes discursos que agiram na configuração do sítio. A localização estratégica do sítio Casa da Bolandeira, assim como sua arquitetura, permitiu não só o controle local e regional de mercadorias, pessoas, tropas de comerciantes e de militares, mas também a construção e funcionamento de um artefato que perpetuaria seu nome na paisagem e na memória local: a bolandeira. Em consequência dessa multiplicidade de funções (econômica, social e militar), casa, artefato e sítio fundiram-se, por assim dizer, e passaram a ser reconhecidos na memória coletiva local como a Casa da Bolandeira.

Palavras-chave: Arqueologia histórica, Casa da Bolandeira, Paisagem, Guerrilha do Caracol-PI

¹ Universidade Federal de Sergipe
E-mail: tomedesouza11@hotmail.com.

<i>Título</i>	Arqueologia de Engenhos Volume 1 - Pàisagens e Pessoas
<i>Organizadores</i>	Cláudia Oliveira Neuvânia Cutti Guethi Scott J Allen
<i>Projeto Gráfico/Capa</i>	Regianne Andrade
<i>Revisão de Texto</i>	Osvaldo Cesar
<i>Formato</i>	15,5 x 22,0 cm
<i>Fontes</i>	IBM Plex Serif, Merriweather
<i>Papel</i>	Offset 75g/m ² (miolo) Triplex 250 g/m ² (capa)
<i>Tiragem</i>	200 exemplares - 2017
<i>Impressão e Acabamento</i>	CEPE

Com o foco na figura dos engenhos de açúcar no Brasil e em outras partes do mundo, os organizadores desta publicação, Claudia Oliveira, Neuvânia Cutti Guethi e Scott Allen, professores da Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, apresentam uma substancial e variada coletânea de artigos que, com diferentes abordagens, tratam sobre engenhos açucareiros, em suas múltiplas modalidades de funcionamento.

Era esperada e é bem recebida no Brasil uma compilação de textos como esta, com perspectivas diferentes, que pudesse penetrar no universo dessa poderosa instituição, chamada engenho, sempre presente na história do país, desde as primeiras instalações do século XVI. Por serem os engenhos e, obviamente, sua produção, um dos eixos basilares da economia da colônia brasileira e do império e, portanto, tema de grande complexidade, a seleção de escritos abre-se, necessariamente, a assuntos diversos, com ênfase nos aspectos sócio-históricos, apresentados por quem trabalha nos campos da Arqueologia, História, Medicina, Bioantropologia e Arquitetura.

A obra foi dividida em três conjuntos criteriosamente divididos pelos conteúdos abordados, sendo que os dois primeiros são específicos sobre a produção açucareira. O Volume I trata das “Paisagens e pessoas”, ou seja, sobre cenários e atores no mundo dos canaviais. Os artigos do Volume II centra-se no tema “Tecnologias, produção e consumo”, expondo a cadeia operativa e tomando como ponto de partida exemplos nordestinos. Já o Volume III, um pouco mais aberto, chamado “Arqueologia e preservação do patrimônio cultural de Pernambuco”, contém diferentes estudos de casos em que se analisam situações arqueológicas, que aludem sempre à presença de um engenho e o seu território.

Por fim, deve ser ressaltado que esta coleção de artigos tem sido concebida, pela Profa. Claudia Oliveira, com o propósito de iniciar uma linha de publicações que aborde o tema dos engenhos, abrindo um novo campo bibliográfico especializado que atende, não somente a arqueólogos, mas também a outros cientistas de áreas afins. Com estes três volumes, a série Arqueologia de Engenhos está prestigiosamente iniciada.

Prof. Dr. Carlos Etchevarne

*Dep. Antropologia /
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas -
Universidade Federal da Bahia*

ISBN 978-85-415-0951-0



9 788541 509510